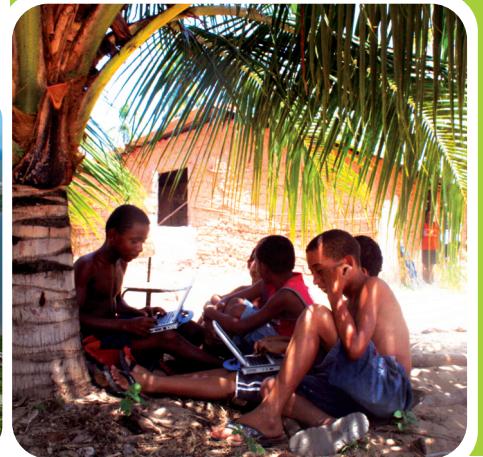


# Sergipe

*Incluir para Desenvolver*



## Plano Plurianual

PPA-2012 2015



**GOVERNO DE SERGIPE**

**PLANO PLURIANUAL  
PPA 2012 - 2015**

**Lei nº 7.331 de 27 de dezembro de 2011**

**Aracaju - Sergipe**



## GOVERNO DE SERGIPE

**MARCELO DÉDA CHAGAS**  
Governador do Estado

**JACKSON BARRETO DE LIMA**  
Vice-Governador do Estado

**FRANCISCO DE ASSIS DANTAS**  
Secretário de Estado de Governo

**JORGE ALBERTO TELES PRADO**  
Secretário Chefe de Estado da Casa Civil

**ANTÔNIO SÉRGIO FERRARI VARGAS**  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

**JOÃO ANDRADE VIEIRA DA SILVA**  
Secretário de Estado da Fazenda

**JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Secretário de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**JOÃO ELOY DE MENESES**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**BENEDITO DE FIGUEIREDO**  
Secretário de Estado da Justiça  
e de Defesa ao Consumidor

**BELIVALDO CHAGAS**  
Secretário de Estado da Educação

**ELOISA DA SILVA GALDINO**  
Secretária de Estado da Cultura

**ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES**  
Secretária de Estado da Saúde

**JOSÉ MACEDO SOBRAL**  
Secretário de Estado da Agricultura e do  
Desenvolvimento Rural

**VALMOR BARBOSA BEZERRA**  
Secretário de Estado da Infraestrutura e do  
Desenvolvimento Energético Sustentável

**ZECA RAMOS DA SILVA**

Secretário de Estado do Desenvolvimento  
Econômico e da Ciência e Tecnologia

**MARIA TELES DOS SANTOS**

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

**LUIZ EDUARDO ALVES DE OLIVA**  
Secretário de Estado dos Direitos  
Humanos e da Cidadania

**ELIANE AQUINO CUSTÓDIO**

Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do  
Desenvolvimento Social

**MARCELO HENRIQUE DA SILVA FREITAS**  
Secretário de Estado do Trabalho

**GENIVAL NUNES DA SILVA**

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos  
Recursos Hídricos

**MAURÍCIO PIMENTEL GOMES**

Secretário de Estado do Esporte e do Lazer

**CARLOS ROBERTO DA SILVA**

Secretário de Estado da Comunicação Social

**ELBER BATALHA DE GÓES**  
Secretário de Estado do Turismo

**JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS**

Secretário Especial de Articulação Política e  
Relações Institucionais

**ADINELSON ALVES DA SILVA**  
Controlador Geral do Estado

**MÁRCIO LEITE REZENDE**  
Procurador Geral do Estado

# Índice



APRESENTAÇÃO	5
--------------	---

<b>1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA</b>	<b>7</b>
--------------------------------	----------

Identidade Estratégica	7
Cenário Macroeconômico	8
Meta Mobilizadora: Erradicação da Miséria Extrema	14
Eixos Estratégicos	21
O PPA 2012-2015 em Grandes Números	24

<b>2. DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS</b>	<b>29</b>
--	-----------

Eixo Estratégico I: Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania	29
Eixo Estratégico II: Gestão Pública de Excelência	89
Eixo Estratégico III: Infraestrutura Produtiva e Logística	97
Eixo Estratégico IV: Desenvolvimento Econômico Inclusivo	112
Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público	141

<b>3. O MODELO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DO PPA 2012-2015</b>	<b>151</b>
--	------------

A Nova Metodologia do PPA	151
Oficinas e Reuniões com Gestores e Técnicos do Governo	152
Participação Social no Processo de Construção do PPA 2012-2015	154
O Monitoramento e a Avaliação do PPA 2012-2015	155
Perfil dos Territórios de Planejamento	158

<b>ANEXO I - PROGRAMAS TEMÁTICOS</b>	<b>177</b>
--------------------------------------	------------

<b>ANEXO II - PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO</b>	<b>289</b>
--	------------

## **APRESENTAÇÃO**

O desenvolvimento é um processo que melhora a vida das pessoas, gerando emprego e renda e garantindo direitos fundamentais aos cidadãos. O Governo de Sergipe vem trabalhando intensivamente para construir uma sociedade para todos e para promover o desenvolvimento econômico inclusivo.

Muito já se realizou e os avanços são visíveis. Prova disso são os altos índices de crescimento econômico experimentado nos últimos anos, incorporando à classe média dezenas de milhares de sergipanos, que viviam abaixo da linha da pobreza.

Todas as iniciativas do presente Plano encontram-se alinhadas e convergentes para a **erradicação da miséria extrema em Sergipe**, até 2016, meta mobilizadora que vai permitir a transformação da realidade das populações mais vulneráveis.

É papel dos governos equacionar disparidades sociais e territoriais, protegendo os mais frágeis. O resgate dos sergipanos que se encontram na linha de pobreza extrema está atrelado à gestão de políticas públicas efetivas, consolidação da democracia participativa, respeito ao meio ambiente e segurança fiscal.

Nesse momento, é de fundamental importância, que o Governo do Estado, direcione, prioritariamente, sua atenção à população mais carente, porque como pensa nossa Presidenta, não há desenvolvimento possível, mantendo-se a margem do processo produtivo e da cidadania, milhares de famílias.



# Plano Plurianual

PPA-2012  2015

## 1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

### Identidade Estratégica

#### Visão de Futuro:

Sergipe será referência na erradicação da miséria, na redução das desigualdades territoriais e no desenvolvimento sustentável.

#### Missão:

Promover a erradicação da miséria e o desenvolvimento sustentável em todo o território sergipano, por meio da valorização da diversidade cultural, da gestão pública de excelência e da consolidação da democracia participativa.

#### Carta de Valores:

- **Unidade de Governo:** gestores e operadores da Administração Pública de Sergipe, alinhados e unindo esforços para concretizar as metas estabelecidas, com vistas à solução das demandas da sociedade.
- **Participação Popular e Controle Social:** instrumentos democráticos de integração da sociedade com a administração pública. Expressam a soberania do povo, quando representam o seu direito de participar da formulação das políticas públicas, de poder opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.
- **Ética e Transparência:** ações governamentais respaldadas na ética e com foco no interesse público resgatam a credibilidade institucional. Potencializar canais de comunicação sociedade-governo contribui para o aumento da transparência da gestão e possibilita maior participação popular na formulação de políticas públicas.
- **Responsabilidade Socioambiental:** garantia de sustentabilidade das ações governamentais para que as próximas gerações possam viver com melhor qualidade de vida.
- **Segurança Fiscal:** manter o equilíbrio das contas públicas, provendo e administrando os recursos financeiros com eficiência, eficácia, ética e transparência, de forma a viabilizar o desenvolvimento econômico e social.
- **Fortalecimento da identidade cultural:** recuperar a rica identidade que caracteriza o povo sergipano, valorizando a diversidade cultural, torna-se imprescindível para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

- **Transversalidade e Integração das Políticas Públicas:** os problemas sociais, como a miséria, não são uma mera questão de renda, eles estão ligados com a educação, saúde, lazer, segurança. Dessa forma, para contribuir no processo de erradicação da miséria com mais efetividade, o Estado deve buscar conciliar e integrar as ações de gestão e da prestação de serviços entre os diferentes setores.
- **Gestão Pública de Qualidade:** O Estado deve buscar continuamente uma gestão orientada para o cidadão, pautada na inovação e no foco em resultados, de modo a ter políticas públicas mais efetivas e que atendam às demandas da sociedade
- **Criatividade e Inovação:** idéias criativas e inovadoras surgem da existência de desafios a serem enfrentados para atender as demandas e os problemas sociais. O Estado deve criar mecanismos que favoreçam o surgimento de soluções e alternativas para o desenvolvimento econômico e social, de forma a melhorar a prestação dos serviços públicos.

## **Cenário Macroeconômico**

### **Brasil e Nordeste**

O planejamento estratégico do Governo do Estado para o período 2011-2014 se apóia em uma visão do cenário macroeconômico internacional e nacional marcado por importantes incertezas, ainda que a economia brasileira esteja vivenciando um dos mais vigorosos ciclos expansivos e de ampliação do mercado de consumo de massa de sua história, a partir da incorporação de milhões de pessoas ao mercado de consumo e ao mercado formal de trabalho.

No cenário internacional, observa-se que os países avançados ainda se encontram enredados na crise financeira internacional eclodida em setembro de 2008. Já são quatro anos de baixo crescimento (2008 a 2011) e de permanência de elevadas taxas de desemprego.

Outra dimensão a ser considerada é a ascensão da China e da Índia no cenário econômico mundial, com tudo o que este movimento significa em termos de oportunidades e, também, de ameaças ao comércio exterior brasileiro.

No cenário econômico nacional, cabe mencionar o ritmo intenso da recuperação da economia brasileira depois dos impactos mais fortes sobre o nível de atividade interna entre o final de

2008 e o primeiro trimestre de 2009, puxado por duas forças principais: o crescimento do mercado interno e o fortalecimento dos vínculos comerciais com o mercado chinês.

As autoridades econômicas brasileiras iniciaram o ano de 2011 enfrentando o dilema entre manter uma trajetória de crescimento robusto, ainda que em patamar mais baixo do que o de 2010, e a necessidade de controlar o déficit fiscal e fazer refluir a inflação, que, no ano, deve extrapolar a margem superior da meta.

Outro aspecto, referente ao médio prazo, diz respeito aos seguidos e crescentes déficits na conta de transações correntes, hoje financiados sem dificuldades pelo fluxo intenso de capitais externos. Apesar de tais ameaças, o Brasil está atravessando o mais longo e abrangente ciclo de crescimento econômico dos últimos vinte e cinco anos. O país se expande em ritmo acelerado, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos.

O mais importante, o Brasil cresce incluindo. Nos últimos oito anos, a economia brasileira gerou cerca de 15 milhões de empregos com carteira de trabalho, trinta e três milhões de brasileiros foram incorporados à chamada nova classe média e 24 milhões saíram da pobreza absoluta.

Com a superação do endividamento externo e visto como modelo de políticas de combate à pobreza urbana e rural, o Brasil passou a se apresentar no cenário político e econômico internacional com a força compatível com a sua estatura histórica, geográfica e cultural.

Um dos elementos centrais do novo modelo de desenvolvimento consistiu da formação de um mercado interno de massa para o qual concorreu um amplo leque de políticas, que promoveu a elevação do poder de compra das classes de renda mais baixas, a exemplo das políticas de aumento real do salário mínimo, dos programas de transferência de renda e da expansão do crédito.

A região Nordeste, a mais pobre do país, vem se constituindo a nova fronteira de expansão do mercado de consumo, favorecida pelo aumento real do salário mínimo, programas sociais e pela emergência da chamada classe C.

O Nordeste trilhou, nos últimos anos, avanços substantivos no combate à pobreza, fortaleceu sua base produtiva, modernizou a infraestrutura econômica e social e atraiu investimentos privados estruturantes em algumas de suas principais cadeias e arranjos produtivos. Evoluiu

reduzindo a desigualdade e comemorou a expansão da rede de ensino superior, do ensino profissionalizante e o desenvolvimento da pesquisa científica.

Nas regiões mais pobres - Nordeste, Norte e Centro-Oeste - a geração de emprego formal foi mais acelerada do que nas regiões de rendas per capita mais elevadas - Sudeste e Sul. Desde 2004, o emprego formal cresceu anualmente, em média, 8% na região Norte, 6,5% na região Nordeste, 5,9% no Centro-Oeste, frente às taxas de 5,4% na região Sudeste e 5,1%, na região Sul.

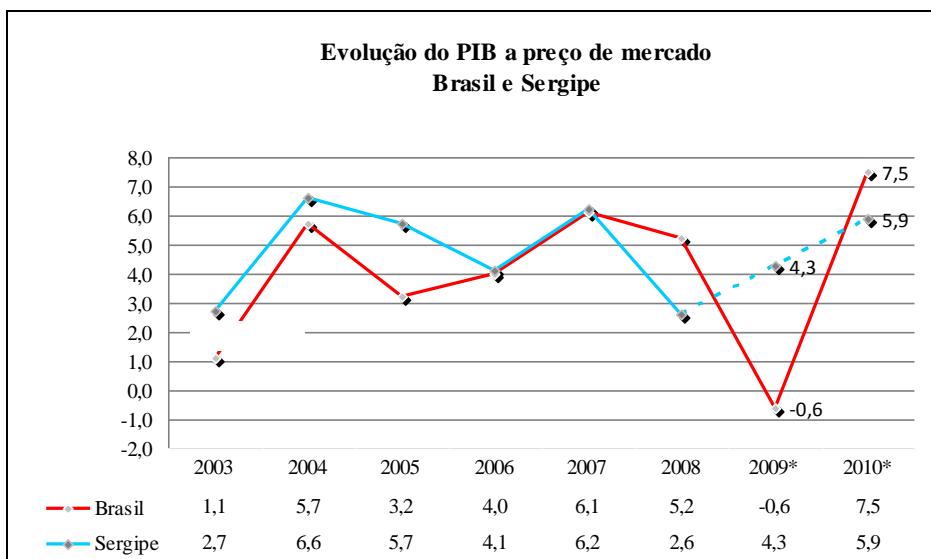
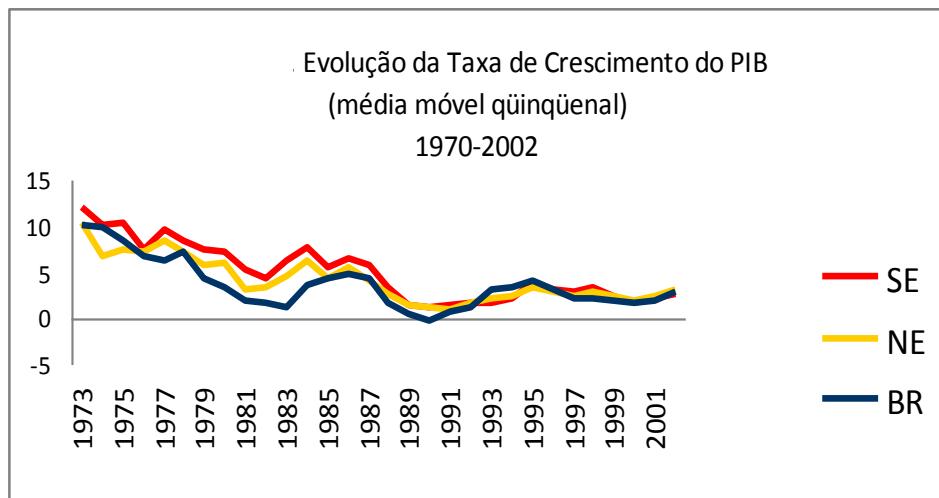
Nesta trajetória, a região Nordeste superou, desde 2006, a região Sul no que se refere ao contingente de pessoas com emprego formal. Em 2009, o Nordeste já representava 18% do total de emprego formal do Brasil, contra 17,2% daquela região.

Mesmo com esses avanços, o Nordeste ainda apresenta os piores indicadores socioeconômicos do país, especialmente no meio rural.

## **Sergipe**

Sergipe soube se inserir nesse novo momento da vida política, econômica e social do País. O ciclo recente de expansão da economia sergipana teve como principais pilares a expansão e melhoria da infraestrutura; a retomada dos investimentos estruturadores na cadeia mineroquímica, com a projeção de novos investimentos da Petrobras e da Vale do Rio Doce; a atração de empresas; a expansão do emprego formal; a multiplicação do crédito e do consumo; o intenso crescimento da construção civil; e o desenvolvimento da agricultura familiar e do setor sucroalcooleiro.

Uma característica persistente da economia sergipana é a sua tendência de manter taxas médias de crescimento superiores às do Brasil e da região Nordeste, como ilustram os gráficos a seguir. Para o período 2012-2015, é legitimo projetar para a economia sergipana um crescimento médio anual entre 4,0% a 4,5%.



Fonte: IBGE para o período 2003-2008. Para 2009 e 2010, IBGE para o Brasil, Nordeste Econômico, para o Nordeste e SEPLAG/SE para Sergipe.

Depois de um primeiro Governo orientado pela promoção da inclusão dos sergipanos pelo direito e pela renda, cabe avançar nas transformações estruturais para que Sergipe não se atrasse nesse momento especial que está vivenciando, de aceleração da inclusão social e econômica da população brasileira.

Apesar dos impactos da crise financeira internacional que eclodiu no final de 2008, as transformações ocorridas e os resultados obtidos pela economia sergipana foram de grande significado. Nesse período foram criados, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego, 54.778 empregos com carteira de trabalho na economia sergipana, frente aos 27.605 empregos do quadriênio anterior, uma aceleração na geração de oportunidades para os jovens sergipanos, pois representou uma taxa de crescimento de 98,4% no emprego gerado.

Entre 2007 e 2010, o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) incentivou a implantação de 110 novas indústrias. Foram criados 2.945 empregos formais, resultado 56,4% superior ao do quadriênio 2003-2006. A construção civil está passando por fase de grande expansão, tendo gerado 4.244 empregos nos últimos quatro anos, superior aos 3.730 empregos do período anterior.

Outro sintoma do momento especial porque passa a economia sergipana são as expansões do consumo e do crédito. O mercado de consumo ao final de 2010 era 45% superior ao encontrado no inicio do governo. Apenas nos últimos doze meses completados em novembro de 2010, o volume de vendas no varejo cresceu 13,4% em relação aos doze meses anteriores.

O poder de compra de empresas e famílias foi impulsionado pela expansão do saldo de operações de crédito na economia sergipana, que saltou de R\$ 2,29 bilhões, em dezembro de 2006, para R\$ 7,79 bilhões em novembro de 2010, uma taxa de incremento de 237%, com as operações de crédito das famílias tendo aumentado no período de R\$ 1,16 bilhão para R\$ 4,17 bilhões, e as operações de crédito às empresas, de 1,13 bilhão, para 3,52 bilhões, taxas de crescimento de 260% e 213%, respectivamente.

A produção industrial, as vendas no comércio varejista e o volume de operações de crédito atestam a força da recuperação da economia sergipana desde meados de 2009. Os investimentos da Petrobras em águas profundas, a ampliação dos investimentos na exploração de potássio, e a expansão da Fábrica Fertilizantes do Nordeste, alcançam cifras de bilhões de dólares, devendo assegurar a continuidade de investimentos estruturantes na economia sergipana.

A Petrobras anunciou, no final de 2010, a descoberta de uma nova área de exploração na bacia de Sergipe e Alagoas, a primeira em águas ultraprofundas, abrindo perspectiva para a exploração e desenvolvimento da produção em áreas de Sergipe. O bloco exploratório anunciado, o SEAL-M-426, situado a 58 quilômetros da costa de Sergipe, em frente ao município da Barra dos Coqueiros, possui lâmina d'água de 2,34 mil metros, portanto, maior do que a do campo de Tupi, na Bacia de Santos, que gira em torno dos 2,1 mil metros. Essa descoberta abriu um novo capítulo da história do petróleo em Sergipe e confirma o papel determinante que a atividade deverá continuar a representar na economia estadual.

A expansão do emprego e o incremento do volume de crédito proporcionaram as famílias sergipanas mais acesso aos bens de consumo que trazem conforto e informação. O acesso à

telefonia fixa ou móvel passou de 62,4% dos domicílios, em 2006, para 81,4%, em 2009, último ano com dados disponíveis, a maior cobertura entre os estados da região Nordeste. O acesso à rede de energia elétrica, expandido pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal, praticamente universalizou a prestação deste serviço, que estava presente em 97,3% dos domicílios em 2006 e passou a atender 99,4% dos domicílios em 2009, a terceira maior cobertura da região Nordeste.

Os indicadores sociais de Sergipe nos últimos anos vêm se distinguindo dos demais estados nordestinos, com melhores resultados na educação, saúde e níveis de PIB per capita, o que se traduziu no melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o melhor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE/FGV), entre os estados nordestinos. Sergipe está deixando de ser um Estado pobre para se tornar um Estado de médio desenvolvimento.

Sergipe tem avançado mais rapidamente do que a média do Brasil e tem avançado nas várias dimensões do desenvolvimento, como no acesso a saneamento básico, elevação da escolaridade média da população, redução da pobreza e da desigualdade, crescimento da renda, acesso a bens de consumo e condições de moradia.

Nota-se, em Sergipe, a interiorização do desenvolvimento econômico e social. Nos últimos quatro anos mais da metade (51,5%) dos novos empregos foram gerados nos municípios do interior. Foram 21.684 empregos formais criados. Considerando a Grande Aracaju, 42% dos empregos com carteira assinada foram criados no interior do Estado.

Importantes polos industriais foram implantados no interior de Sergipe, especialmente nas cadeias produtivas de calçados, de alimentos e têxtil. No setor agrícola, diversos foram os avanços promovidos, dentre os quais cabe mencionar a instalação de duas usinas de cana-de-açúcar, que abriram um novo ciclo expansivo para essa atividade no Estado, e o crescimento da agricultura familiar no semiárido, com destaque para o cultivo do milho e da pecuária leiteira.

A política de desenvolvimento rural teve como objetivo gerar renda e ocupação, elevando a qualidade de vida da população rural e promovendo a inclusão social. A prioridade foi o fomento à agricultura familiar e o apoio ao agronegócio, visando integrar as cadeias produtivas e ligar a produção familiar ao mercado. A política de desenvolvimento rural foi complementada pela interiorização das políticas sociais de educação, saúde e assistência social e pela reforma agrária, esta tendo como objetivo promover a democratização fundiária.

A produção de milho, que tem como polo o município de Carira, no Alto Sertão, conheceu um crescimento exponencial em Sergipe, passando a se constituir em uma das principais atividades econômicas daquela região. Entre 2006 e 2009, a produção de milho em Sergipe saltou de 185 mil toneladas para 703 mil toneladas, uma taxa de incremento de 280%.

Não menos robusta tem sido a expansão da pecuária leiteira no Alto Sertão sergipano. Entre 2006 e 2009, a produção de leite de Sergipe saltou de 243 milhões de litros para 289 milhões de litros, um incremento de 18%. A expansão da pecuária de leite, estimulada, inicialmente, pelo programa de compra de alimentos da agricultura familiar do Governo Federal, ganhou escala e atraiu novas usinas de beneficiamento do produto e a expansão de usinas já existentes.

Apesar de tantos avanços, segundo a nova metodologia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Sergipe conta com 311.162 pessoas no perfil de extrema pobreza, o que representava 15,1% de sua população em 2010. Para reverter este panorama, o Plano Estratégico para o período de 2011 a 2014 tem como meta mobilizadora orientar, organizar e coordenar as políticas públicas para que a miséria esteja erradicada em Sergipe até 2016.

### **Meta Mobilizadora: Erradicação da Miséria Extrema**

A focalização das políticas sociais nas populações mais vulneráveis tem gerado importantes resultados no Brasil, especialmente nos estados da região Nordeste. Ao lado do crescimento do emprego, impulsionado pela expansão econômica, as políticas sociais têm permitido que milhões de brasileiros superem os níveis mais degradantes da pobreza e tenham atendidas algumas das necessidades básicas de alimentação e moradia.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou o perfil do que foi chamado de extrema pobreza no Brasil, já com base nos dados preliminares do Censo Demográfico de 2010.

Segundo a nova metodologia do MDS, o universo dos brasileiros que se encontravam, em 2010, na situação de extrema pobreza, é composto:

- Por pessoas que residem em domicílios que não obtiveram rendimentos em julho daquele ano, ou cujos rendimentos por pessoa não ultrapassaram R\$ 70,00;
- Por domicílios que se enquadravam em alguns indicadores de vulnerabilidade, como a falta de acesso à rede geral de esgoto, falta de acesso à energia elétrica, presença de analfabetos e de idosos, ou de três ou mais moradores acima de 14 anos, e mais alguns outros critérios para buscar identificar as famílias com o perfil pretendido.

As pessoas que se encontravam na pobreza extrema, de acordo com os critérios utilizados, respondiam por 8,6% da população brasileira de 2010, ou seja, 16.267.197 brasileiros. A ampla maioria deste contingente, 59,1% do total, residia no Nordeste; 16,8% no Sudeste; 16,3% no Norte; 4,4% na região Sul; e na região Centro-Oeste, 3,4%.

Pelo levantamento do MDS, Sergipe contava, em 2010, com 311.162 pessoas no perfil de extrema pobreza, o que representava 15,1% de sua população, a segunda menor porcentagem do Nordeste.

Um pouco mais da metade são pessoas que residem no meio rural, 158.223, frente aos 152.939 que vivem em áreas urbanas, apesar do total da população urbana alcançar 1.520.366 e a população rural 547.651, pouco mais de 1/3 da primeira. Enquanto 10,1% das pessoas que moram nas áreas urbanas se situam no perfil de extrema pobreza, este percentual alcança 28,9% no meio rural.

**Quadro. Sergipe: Distribuição da População em situação de Pobreza Extrema em 2010**

Descrição	Pessoas na pobreza extrema	Percentual no total de pobres	Percentual dos pobres no grupo
<b>Situação do domicílio</b>			
População urbana	152.939	49,2%	10,1%
População rural	158.223	50,8%	28,9%
Total	311.162	100%	15,1%

Fonte: IBGE – Censo/2010

Qualquer estratégia de atuação governamental desenvolvida no sentido da erradicação ou redução da pobreza e de outras mazelas sociais causadas por sua existência deve considerar seu aspecto multidimensional, do qual a insuficiência de renda constitui fator central. Segundo o MDS, “a insuficiência de renda é um relevante indicador de privações, mas não é o único. Fatores sociais, geográficos e biológicos multiplicam ou reduzem o impacto exercido pelos rendimentos sobre cada indivíduo. De acordo com o Plano Brasil sem Miséria, entre os

mais desfavorecidos faltam instrução, acesso a terra e insumos para a produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades.”

Desta forma, dentre outras ações importantes, é necessário aprimorar os instrumentais e métodos científicos para conhecer melhor e cada vez mais a dinâmica populacional, para que o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural sejam cada vez mais eficientes.

Em 2010, o IBGE realizou o Censo Demográfico em todo território nacional. Para o poder público, sobretudo para os governos federal e estaduais, representa um momento importante, uma vez que disporemos de uma radiografia sistematizada e contínua da população e suas principais características, coincidindo com o início de novos ciclos de gestão governamental em todo o país.

Pela sua complexidade e pelo aspecto multidimensional, não há entre os cientistas e especialistas um consenso sobre a conceituação de pobreza. Entretanto em que pese a questão da renda como elemento central, o MDS publicou uma nota técnica sobre o perfil da extrema pobreza no Brasil, visando orientar as políticas governamentais, com base nos primeiros resultados do Censo 2010.

Segundo o IBGE, a linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 *per capita*, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Esta definição orientou a elaboração do Plano Brasil Sem Miséria, pelo MDS. O Plano foi elaborado considerando três eixos coordenadores das ações: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O Plano visa a, “elevar a renda familiar per capita, ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social, e ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.”

Com base nos primeiros resultados do Censo 2010 foi construído pela da Superintendência de Estudos e Pesquisas, da Seplag, o Mapa da extrema pobreza em Sergipe. Esse mapa apresenta uma visão prévia da distribuição e concentração da pobreza extrema no Estado. Prévia por duas razões. A primeira se refere ao nível de agregação da informação, que diz respeito ao grau de generalização. O mapa elaborado considera as informações agregadas ao município, entretanto, com a publicação dos microdados pelo IBGE, que são as mesmas informações com um nível de detalhamento maior, referenciada aos setores censitários, será possível ter uma visão da distribuição da extrema pobreza dentro do município, em cada setor.

A segunda razão refere-se basicamente à metodologia adotada pelo IBGE para o Censo 2010, em relação aplicação de dois questionários: um mais geral que é aplicado ao universo da população, e outro mais detalhado que é direcionado à uma parcela da população e de domicílios que formam a amostra.

Assim sendo, os dados de renda utilizados para elaboração desse primeiro mapa foram extraídos do questionário geral, onde a renda de todos os membros é declarada pela pessoa que respondeu ao questionário, não apresentando, portanto, detalhamento sobre a fonte de rendimento para cada membro do domicílio. Além disso, o questionário mais completo, aplicado à amostra, contém outras informações sobre mercado de trabalho, educação, previdência, dentre outros, que permitirão análises mais especializadas.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é que essa primeira visão da extrema pobreza em Sergipe leva em conta apenas os extratos de renda. O detalhamento e o refinamento dessa informação estão em construção a partir do tratamento dos dados complementares relacionados aos indicadores sociais. Segundo a nota do MDS, foi solicitado ao IBGE que realizasse um recorte para permitir enxergar as pessoas e os domicílios com maior probabilidade de encontrar-se em extrema pobreza.

Assim, além dos extratos de renda, consideraram-se os seguintes critérios domiciliares:

- Sem banheiro de uso exclusivo; ou
- Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou
- Em área urbana, sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou
- Em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou
- Sem energia elétrica; ou
- Com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou
- Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou
- Pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

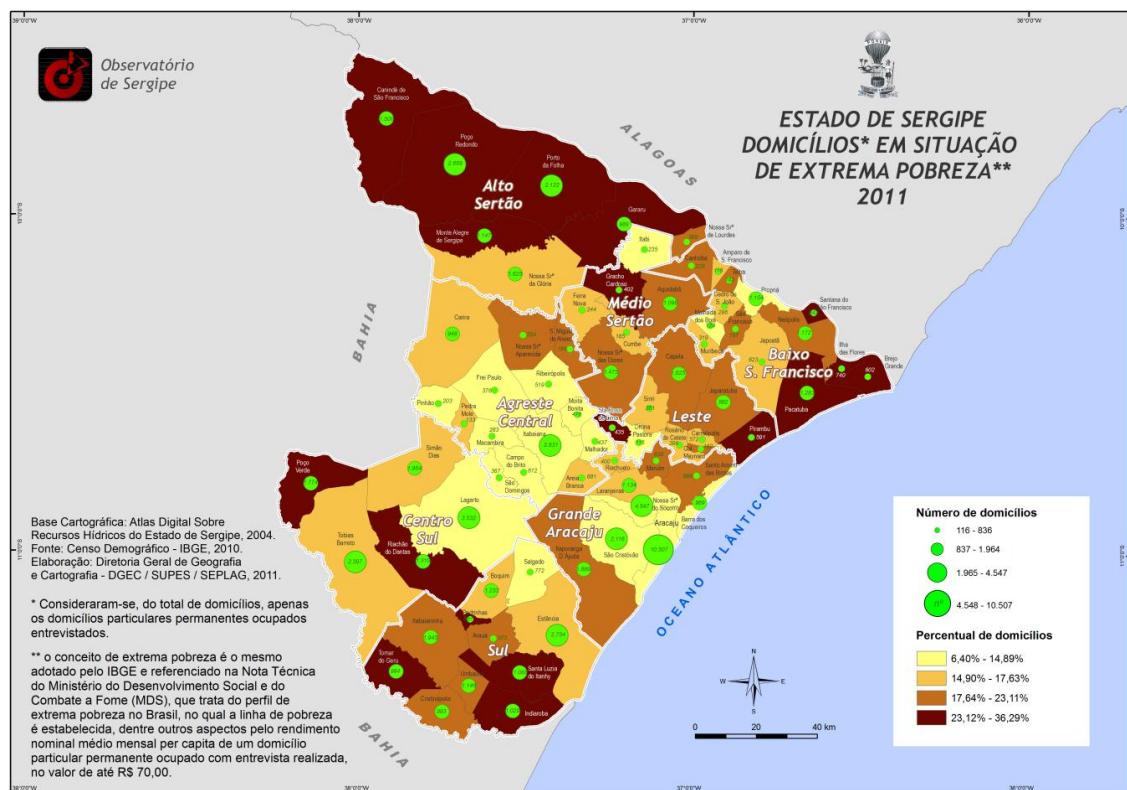
O próximo passo é construir uma visão da extrema pobreza considerando os critérios complementares. O propósito é construir um mapa da pobreza mais detalhado, ou seja, que tenha uma aderência maior à realidade da população, permitindo descobrir os “invisíveis”, conforme estabelecido no Plano Sergipe Sem Miséria.

Os dados coletados permitiram uma visão espacial relacionada aos municípios. Numa visão geral, observaram-se dois comportamentos gerais. Na porção Sul, temos um padrão mais disperso, com alguns municípios apresentando percentuais mais altos de domicílios particulares permanentes ocupados com rendimento nominal médio mensal per capita de até R\$ 70,00, dentre eles Poço Verde e Riachão do Dantas, no Centro Sul, e Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, no Sul. Já na porção Norte do Estado, observa-se uma concentração dos percentuais mais altos nos municípios dos Territórios do Alto Sertão e Baixo São Francisco, este último concentrado nos municípios costeiros de Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba e Pirambu.

Por outro lado, o Agreste Central e a Grande Aracaju apresentam melhores percentuais, mais baixos, dentre os quais o município de Aracaju apresentou o menor percentual, 6,40% do total de domicílios. Já o município de Pacatuba apresentou 36,29%, pouco mais de um terço dos domicílios com rendimento nominal médio mensal *per capita* de até R\$ 70,00.

Uma leitura do mapa permite observar uma alta probabilidade da situação de extrema pobreza nos territórios do Alto Sertão, Baixo São Francisco, de forma concentrada, e nos territórios Centro Sul e Sul de forma dispersa.

### Mapa da Pobreza Extrema em Sergipe



Fonte: Observatório de Sergipe/SUPES/SEPLAG

As visões apresentadas a seguir, trazem um detalhamento da situação da pobreza analisando indicadores sociais de infraestrutura de saneamento básico considerados na definição da linha de pobreza nos domicílios com rendimento nominal médio mensal *per capita* de até R\$ 70,00. Com apenas esse exercício tem-se alguns elementos adicionais para a compreensão da situação atual da pobreza em Sergipe e dão indícios de padrões espaciais (concentração, dispersão, distribuição).

A partir dos dados disponibilizados pelo Censo 2010 foi trabalhado um extrato referente ao percentual de domicílios particulares permanentes ocupados situados abaixo da linha de pobreza com acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e disponibilidade de banheiro, gerando visões particulares de cada indicador, mas que, quando analisados conjuntamente, dão indícios peculiares à extrema pobreza em Sergipe.

No que se refere ao abastecimento de água, o IBGE considerou a oferta de água em área urbana e rural de modo separado, definindo uma tipologia específica para preservar as diferenças entre as duas realidades. Nos domicílios situados em área urbana o abastecimento de água segue o mesmo padrão de comportamento que a renda nominal média mensal per capita domiciliar, apresentando baixos percentuais de abastecimento basicamente nas mesmas áreas onde a probabilidade de ocorrência de extrema pobreza (no tocante a renda) é alta. Esse comportamento é demonstrado em praticamente todo território do Alto Sertão, exceto para os municípios de Nossa Senhora da Glória e Canindé de São Francisco, que apresentam 37,66 e 33,00 por cento respectivamente. Nos municípios do Baixo São Francisco, Pacatuba (9,59%), Brejo Grande (22,26%), e Santana do São Francisco (23,91%) apresentam comportamento semelhante ao padrão geral do Alto Sertão. O município de Japoatã (20,22%), embora apresente baixo percentual de domicílios em situação extrema pobreza em relação ao seu entorno, estando em situação menos severa que Brejo Grande, Pacatuba e Santana do São Francisco, considerados os maiores percentuais de domicílios em situação de extrema pobreza do território, no tocante ao abastecimento de água em área urbana se encontra no mesmo patamar.

Outra observação se refere aos municípios do Sul, cuja maioria também apresentou baixos percentuais de domicílios em situação de extrema pobreza com abastecimento de água em área urbana. Os melhores índices (percentuais acima de 30%) são para os municípios de Estância, Boquim e Itabaianinha.

Quanto ao abastecimento de água em áreas rurais alguns municípios como Ribeirópolis (14,26%), Itabaiana (12,16%) e Moita Bonita (13,24%) no Agreste Central, bem como Simão Dias (5,91%) no Centro Sul, apresentaram baixos índices de abastecimento, entretanto demonstram uma situação melhor em relação à renda domiciliar *per capita*.

Já no Sul, os municípios de Boquim (13,14%), Estância (10,13%), Itabaianinha (7,71%), Tomar do Geru (6,50%), Umbaúba (2,71%) e Pedrinhas (2,24%) apresentam os percentuais mais baixos de acesso a esse serviço.

No tocante ao esgotamento sanitário, os melhores índices se mantêm no Agreste e Grande Aracaju. Entretanto, a porção noroeste do Baixo São Francisco, mais exatamente os municípios de Telha (75,00%), Própria (51,56%), Cedro de São João (29,39%), São Francisco (30,30%), Muribeca (46,08%) e Santana do São Francisco (56,32%), também apresentaram altos percentuais de domicílios abaixo da linha de pobreza com rede de esgoto disponível.

Já no baixo São Francisco e Leste cerca de 40% dos municípios apresentam um comportamento mais severo, com percentuais variando de menos de 2% (Brejo Grande e Siriri) a cerca de 13% (Capela) de domicílios com renda abaixo da linha de pobreza com acesso à rede de esgoto.

Em relação à coleta de lixo, foi percebido um comportamento mais brando, onde os percentuais de domicílios abaixo da linha de pobreza com coleta de lixo, mesmo para a menor classe, apresenta valores elevados, variando entre 20 e 40%, destoando-se Pacatuba, que apresenta o menor percentual do Estado, com 12,55%.

Para o indicador de existência de pelo menos um banheiro de uso exclusivo, todos os Territórios apresentam pelo menos um município com baixo percentuais exceto a Grande Aracaju. Por sua vez, o Sul Sergipano apresenta uma situação inversa nesse indicador, onde quatro dos onze municípios estão na classe percentual mais baixa.

A questão do acesso à água, por exemplo, tem sido tratado por meio da priorização de ações inscritas ao polígono da seca, ao domínio da regionalização do semiárido brasileiro, que abrange os municípios do Alto Sertão e parte do Centro Sul Sergipano. Por esta razão, as primeiras visões construídas com os dados do Censo 2010, a partir dos indicadores de saneamento e acesso à água potável, nos chamam atenção para a necessidade de investigar mais a fundo os territórios que se situam fora do semiárido, mas que se encontram em

situação de pobreza extrema com baixo acesso à água, como é o caso do Sul Sergipano e o Baixo São Francisco.

Se tomarmos o município como unidade de análise, Pacatuba apresenta uma situação preocupante. Segundo os dados do Censo 2010, a cada 100 domicílios particulares permanentes, 36 estão em situação de extrema pobreza. De um total de 1.283 domicílios situados abaixo da linha de pobreza, a cada 100, apenas 8 tem ligação a rede de esgoto, 13 tem coleta de lixo e 45 possuem pelo menos um banheiro de uso exclusivo.

Essas percepções podem e devem ser aprofundadas com estudos técnicos que incentivem o debate pela sociedade e auxiliem a atuação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que permitam alcançar uma melhoria efetiva da realidade social da população sergipana.

Nessa direção, visando alcançar a meta mobilizadora, que é a erradicação da extrema pobreza no Estado, o Governo de Sergipe está estabelecendo parcerias para a realização de estudos e pesquisas envolvendo a temática. A Seplag vem desenvolvendo um método de trabalho denominado Observatório de Sergipe, que tem por objetivo a implantação e consolidação de uma infraestrutura informacional sobre o Estado, abrangendo as áreas de geografia, cartografia, economia, estatística e políticas públicas, capaz de subsidiar o planejamento e a gestão governamental. Por meio do Observatório de Sergipe, a Seplag vem realizando diálogos com as demais Secretarias e órgãos da administração pública geral, com objetivo de fortalecer a Rede Estadual de Planejamento através de uma atuação integrada e transversal.

## **Eixos Estratégicos**

### **Eixo Estratégico I: Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania**

Este eixo abrange dimensões sociais essenciais que potencializam a qualidade de vida da população e o amplo exercício da cidadania, a saber: saúde, educação, segurança pública e proteção social. Contribuirá para a universalização da saúde de qualidade, com respeito ao cidadão, principalmente em um momento em que ele se encontra mais fragilizado, devido a alterações físicas e/ou mentais. Ampliará os mecanismos de gestão democrática da escola e do processo educativo, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da educação e de efetiva possibilidade de acesso aos seus serviços (transporte escolar, merenda etc.). Reforça a

opção de prover mecanismos de inserção no mercado de trabalho; e fortalecimento e ampliação de mecanismos de participação cidadã nas políticas públicas e gestão da cultura. Potencializa as ações de segurança pública, integrando sistemas, estruturas e operações, de modo a garantir uma segurança humanitária que atue na prevenção e na redução da criminalidade. Ratifica o compromisso com a proteção e inclusão social e produtiva de grupos vulneráveis, tais como mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes em situação de risco, usuários de drogas etc.

Em suma, este Eixo contempla os seguintes Macrodesafios:

- Promover a Saúde Universal, Humanizada e de Qualidade;
- Ampliar e Qualificar a Educação e a Cultura;
- Promover Segurança Pública Humanizada, Preventiva e com Enfrentamento Qualificado à Violência e à Criminalidade;
- Ampliar a Infraestrutura Social e Promover Inclusão Produtiva dos Vulneráveis e dos “Invisíveis”.

## **Eixo Estratégico II: Gestão Pública de Excelência**

Voltado à gestão pública de excelência, inovadora, orientada para o cidadão e para resultados, este eixo está centrado em multiplicar os meios, ferramentas e linguagens de comunicação do Governo com seus diversos públicos; disponibilização de serviços públicos em plataformas digitais; e ampliação da oferta e excelência na prestação de serviços. Avança na modernização da gestão fiscal; garante a participação popular nos principais instrumentos de planejamento governamental; cria meios de acompanhamento, monitoramento e verificação da ação estatal, a exemplo da Sala de Situação, que permitirá a efetiva mensuração de resultados alcançados. Desenvolve a capacidade do Governo de garantir recursos que financiem programas e ações estruturantes, por meio de áreas estratégicas de elaboração de projetos e captação de recursos. Engloba, também, a provisão de dados consolidados de fácil acesso que alimentam o sistema de planejamento e permitem o acesso de públicos de interesse a informações relevantes nas áreas econômica e social.

Este Eixo contempla o seguinte Macrodesafio:

- Promover Gestão Pública com Inovação e Qualidade

### **Eixo Estratégico III: Infraestrutura Produtiva e Logística**

O presente Eixo concentra as iniciativas voltadas à ampliação e manutenção da infraestrutura física, logística e produtiva. Permitirá a conservação e aumento das interligações viárias das diversas áreas do Estado; contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, o escoamento da produção e a desconcentração do turismo. Proverá a melhoria das condições físicas de cidades e, consequentemente, da qualidade de vida da população, por meio da urbanização e construção de equipamentos de uso comum em áreas públicas. Auxiliará na superação do déficit de moradias, principalmente para a população menos favorecida. Possibilitará a redução de desigualdades regionais e surgimento de novas perspectivas de desenvolvimento local, com a realização de obras estruturais nos territórios.

Este Eixo contempla o seguinte Macrodesafio:

- Ampliar a Integração Logística e Transformar a Infraestrutura Urbana.

### **Eixo Estratégico IV: Desenvolvimento Econômico Inclusivo**

Acreditando no desenvolvimento econômico como fator de inclusão social, este eixo compreende medidas de ampliação da capacidade produtiva dos diversos setores econômicos e aumento da competitividade da produção sergipana. Possibilita ampliar ações de qualificação do produto turístico e competitividade do turismo sergipano. Permite uma atuação mais eficaz e efetiva na área cultural, com fortalecimento e qualificação da cadeia produtiva e criativa da cultura; e melhoria da identidade visual, criação de núcleos produtivos e ampliação dos canais de comercialização do artesanato. Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, privilegia a gestão ambiental coerente e integrada, incluindo implantação de instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas e melhoria de sistemas sanitários e de fornecimento de água.

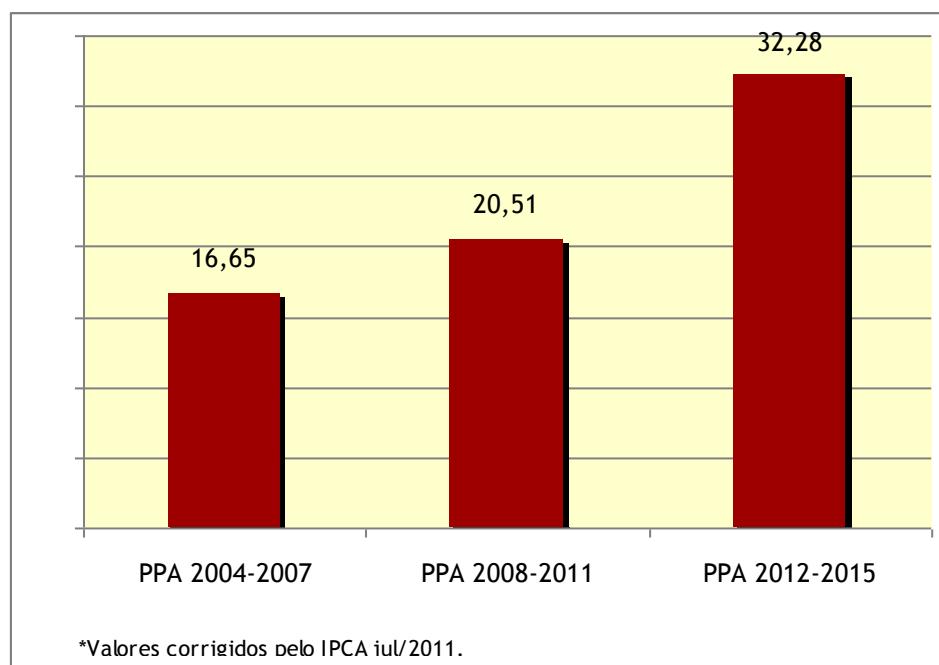
Em suma, este Eixo contempla os seguintes Macrodesafios:

- Potencializar a Competitividade da Economia Sergipana;
- Promover o Desenvolvimento com Proteção dos Recursos Naturais.

## O PPA 2012-2015 em Grandes Números

Os valor total dos dispêndios do Governo de Sergipe para o quadriênio 2012-2015, contemplados neste Plano Plurianual, estão estimados em R\$ 32,28 bilhões, representado um acréscimo de cerca de 57% em relação ao PPA anterior (2008-2011), cujo valor corrigido pelo IPCA foi de R\$ 20,51 bilhões (o valor original do PPA 2008-2011 foi de R\$ 16,47 bilhões). O gráfico a seguir compara a previsão de dispêndios dos dois últimos Planos com o Projeto de Lei do Plano atual.

**Previsão de Dispêndios dos PPA's 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015 (em R\$ bilhões)**



Elaboração: SUMAP/SEPLAG

A tabela a seguir apresenta as fontes que financiam o PPA 2012-2015, com os valores absolutos e sua participação relativa.

**PPA 2012-2015 por Fonte de Financiamento (em R\$ bilhões)**

Fonte	Valor	%
Tesouro	20,97	64,95
Convênios	3,13	9,68
Operações de Crédito	2,62	8,12
Recursos Diretamente Arrecadado	5,27	16,32
Investimento das Empresas Estatais	0,30	0,94
<b>Total</b>	<b>32,28</b>	<b>100,00</b>

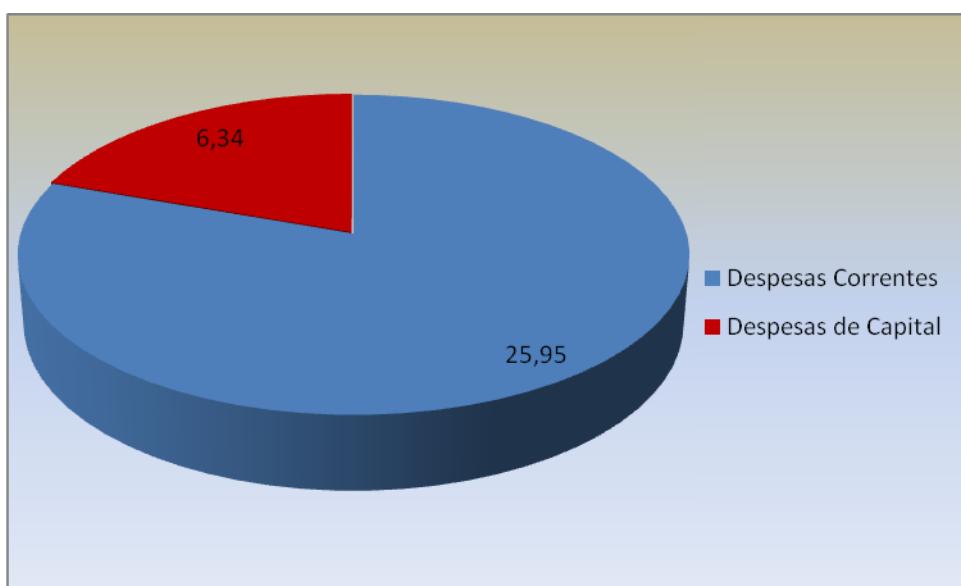
Elaboração: SPEO/ SEPLAG

Esses valores são compostos por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Tesouro, Convênios, Operações de Crédito e Recursos Diretamente Arrecadados) e do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Independentes (Banese, Deso e Segrase). Os recursos do Tesouro referem-se, basicamente, aos recursos administrados pela Secretaria da Fazenda. Os Convênios são recursos captados junto ao Governo Federal, também chamados de transferências voluntárias. As Operações de Créditos referem-se aos contratos de empréstimos com organismos financeiros nacionais e internacionais. Os recursos Diretamente Arrecadados são valores auferidos pelas entidades da Administração Indireta e pelos Fundos.

### Dispêndio por Categoria Econômica

Os dispêndios previstos no PPA 2012-2015 podem ser divididos em despesas **correntes**, aquelas destinadas ao custeio da máquina administração, incluindo o pagamento de salários e a prestação dos serviços de educação, saúde, assistência social, segurança pública, dentre outros e despesas de **capital**, relacionadas com a ampliação da estrutura do Estado, como a realização de obras e a aquisição de equipamentos. Conforme gráfico a seguir, o PPA 2012-2015 prevê um total de gastos de R\$ 25,95 bilhões com despesas correntes e R\$ 6,34 bilhões com despesas de capital, representado, respectivamente, cerca de 80% e 20% do total.

**Dispêndios do PPA 2012-2015 por Categoria Econômica (em R\$ bilhões)**



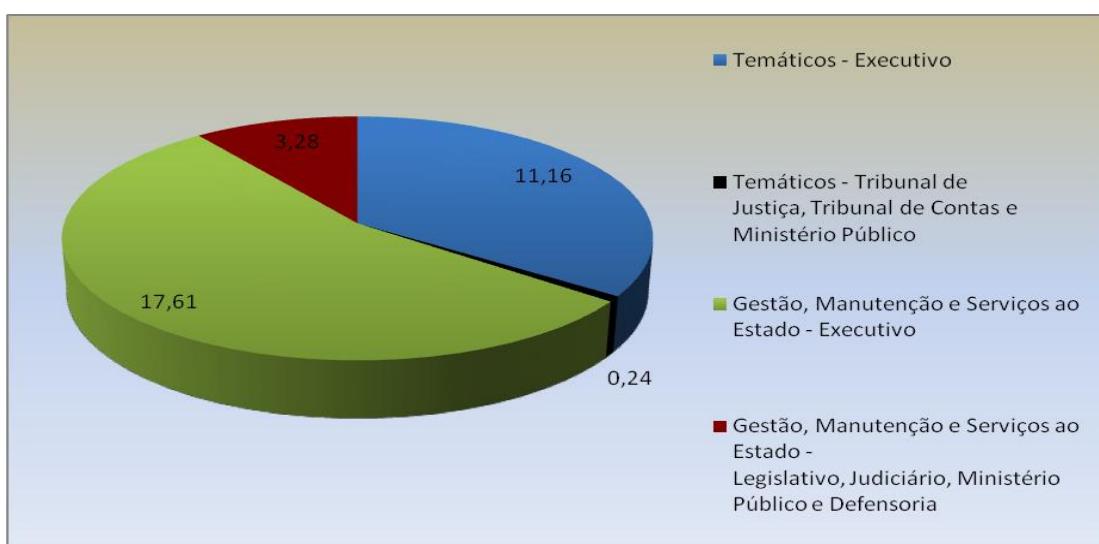
Elaboração: SPEO/SEPLAG

## Dispêndio por tipo de Programa

O PPA 2012-2015 está estruturado por Programas, classificados conforme a sua finalidade em dois tipos. Os Programas Temáticos, que retratam a agenda de governo organizada pelos temas de políticas públicas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que reúnem um conjunto de ações voltadas ao apoio e a manutenção da gestão governamental.

Do total de recursos previstos no PPA, R\$ 11,4 bilhões estão alocados em Programas Temáticos, representando 35,3% do total, sendo R\$ 11,16 bilhões do Poder Executivo e R\$ 0,24 bilhões do Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público. Já nos programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado estão alocados R\$ 20,88 bilhões, equivalentes a 64,7% do total, sendo R\$ 17,6 bilhões do Poder Executivo e R\$ 3,28 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria. O gráfico a seguir apresenta a divisão dos recursos do PPA 2012-2015 por tipo de Programa.

**Dispêndio por Tipo de Programa (em R\$ bilhões)**



Elaboração: SPEO/SEPLAG

## Dispêndio por Eixos Estratégicos

A divisão dos dispêndios por Eixos Estratégicos contempla apenas os Programas Temáticos do Poder Executivo, pois são os que figuram no Plano Estratégico do Governo de Sergipe. A tabela a seguir apresenta o montante estimado para cada um dos quatro Eixos que agregam os Programas Temáticos.

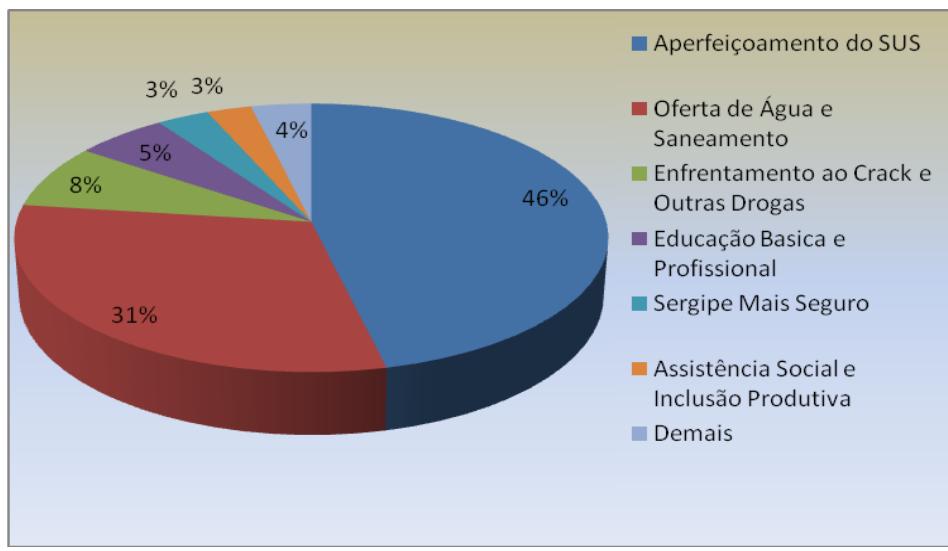
### Dispêndio por Eixo Estratégico (R\$ bilhões)

Eixo Estratégico	Quantidade de Programas Temáticos	Total	%
Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania	11	7,26	65,10
Gestão Pública de Excelência	1	0,45	4,03
Infraestrutura Produtiva e Logística	3	2,41	21,63
Desenvolvimento Econômico Inclusivo	5	1,03	9,24
<b>Total Geral</b>	<b>20</b>	<b>11,16</b>	<b>100,00</b>

Elaboração: SPEO/SEPLAG

A Área Social é a que recebe maior volume de recursos, acima dos 65% do total. Dentre os Programas desse Eixo, merecem destaque: o de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), com cerca de 46% de participação no valor total do Eixo; o Programa de Oferta de Água e Saneamento, com 31% de participação no total do Eixo. É importante destacar que os contratos com as Fundações da Saúde foram incluídos no Programa Temático de Aperfeiçoamento do SUS, contribuindo para elevação do seu valor financeiro.

#### Alocação de Recursos no Eixo Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania



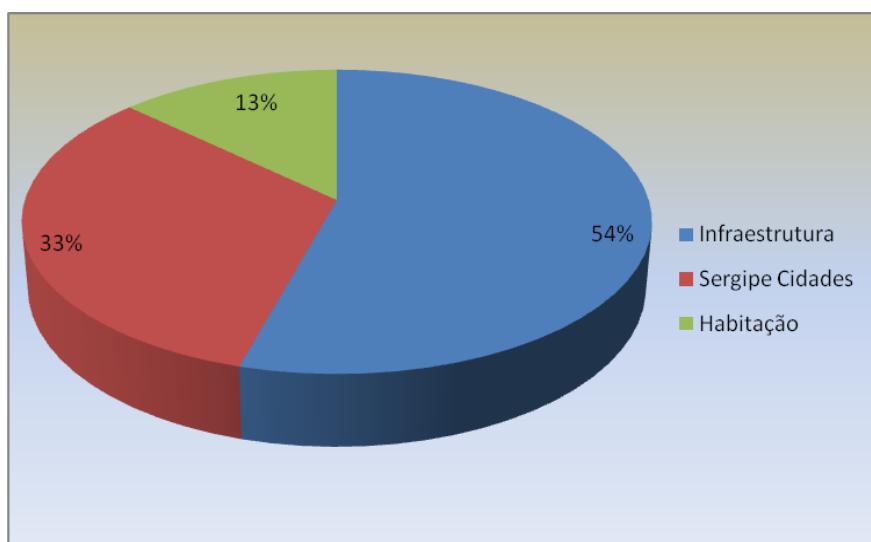
Elaboração: SPEO/SEPLAG

Para o Eixo Gestão Pública de Excelência o Programa o Planejamento e Gestão Governamental. Esse Programa absorve 100% dos recursos do Eixo, ou seja, cerca de R\$ 450 milhões. Este é o Eixo que menos recebeu recursos no PPA 2012-2015, 4,05% dos recursos previstos para os Programas Temáticos do Executivo.

A Área de Infraestrutura concentra cerca de 21,63% dos Recursos dos Programas Temáticos do Executivo, distribuídos entre os Programas Infraestrutura Urbana, Logística e Energética

(R\$ 1.311,3 milhões), Sergipe Cidades (R\$ 787,3 milhões) e Habitação (R\$ 314,5 milhões). O gráfico a seguir apresenta a participação relativa desses programas em relação ao total de recursos alocados nesse Eixo.

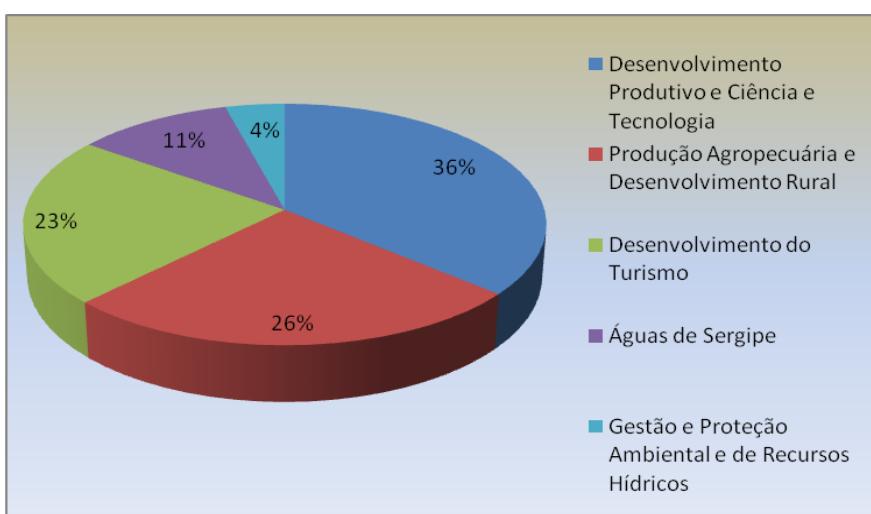
#### **Alocação de Recursos no Eixo Estratégico Infraestrutura Produtiva e Logística**



Elaboração: SPEO/SEPLAG

O Eixo do Desenvolvimento Econômico Inclusivo concentra 9,24% dos recursos dos Programas Temáticos, com destaque para os Programas Desenvolvimento Produtivo e Ciência e Tecnologia (R\$ 354,5 milhões) e Produção Agropecuária e Desenvolvimento Rural (R\$ 269 milhões). O gráfico a seguir apresenta a participação relativa desses programas em relação ao total de recursos alocados nesse Eixo.

#### **Alocação de Recursos no Eixo Estratégico Desenvolvimento Econômico Inclusivo**



Elaboração: SPEO/SEPLAG

## **2. DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS**

### **Eixo Estratégico I: Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania**

#### **Programas Temáticos:**

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Educação Básica

Educação Profissional

Promoção e Acesso à Cultura

Sergipe Mais Seguro

Direitos Humanos e Igualdade

Enfrentamento ao Crack e a Outras Drogas

Segurança Alimentar e Nutricional

Assistência Social e Inclusão Produtiva

Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Oferta de Água e Saneamento

## Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

O SUS iniciou o seu período de maioridade com importantes conquistas. Apesar das dificuldades que naturalmente enfrenta, tem se constituído como exemplo de inclusão e transformação política no Brasil, revelando-se uma das poucas experiências de política pública de saúde no mundo que assegura o acesso universal e integral, considerando as particularidades de indivíduos e populações. No entanto, também grandes são os desafios a serem suplantados, como a escassez de profissionais médicos, a fragmentação das redes de atenção e a baixa ofertas de serviços de média e alta complexidades.

O Governo de Sergipe vem concentrando esforços para superar esses desafios e oferecer uma Saúde Pública de qualidade, equânime e integral a toda a população. A Reforma Sanitária e Gerencial do SUS/SE, iniciada em 2007, representou grande marco nas políticas públicas do Estado. Essa Reforma teve como objetivo estruturar um sistema que permitisse assegurar os valores do SUS, rediscutindo os papéis de cada ente federado na gestão e colocando o Estado como indutor de políticas, coordenador do Sistema e produtor complementar de serviços.

Uma das dificuldades do Sistema era a concentração de serviços em Aracaju. A descentralização pautou-se na conformação das redes assistenciais para além dos limites territoriais dos municípios, de acordo com a capacidade de financiamento das prefeituras e do Estado. Destaca-se ainda a integralidade como o centro do processo, considerando as condições históricas e socioeconômicas de cada região e a garantia de acesso universal.

Pode-se dividir a trajetória da Reforma em duas etapas: na primeira houve o desenvolvimento de bases legais e organizativas; a política de investimentos e a aposta em um novo modelo gerencial através das fundações estatais (Fundação Hospitalar de Saúde - FHS, Fundação de Saúde Parreiras Horta – FSPH e Fundação Estadual de Saúde - FUNESA); além da Reforma Administrativa e Gerencial da própria Secretaria de Saúde. Na segunda etapa ocorreu o desenvolvimento de instrumentos operativos da governança e da governabilidade do Sistema, possibilitando a construção de uma saúde eficaz, eficiente e resolutiva.

A Reforma significou um avanço em termos de políticas públicas, mas ainda é preciso avançar mais, para alterar de forma satisfatória os indicadores de saúde do Estado. Por exemplo, as mortalidades materna e infantil são considerados indicadores de efetividade dos sistemas de saúde e são úteis na análise da situação sanitária de um território administrativo. Ambas contribuem na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento sócioeconômico da

população e servem para subsidiar processos de planejamento e avaliação de ações estratégicas voltadas para o pré-natal, parto e puerpério.

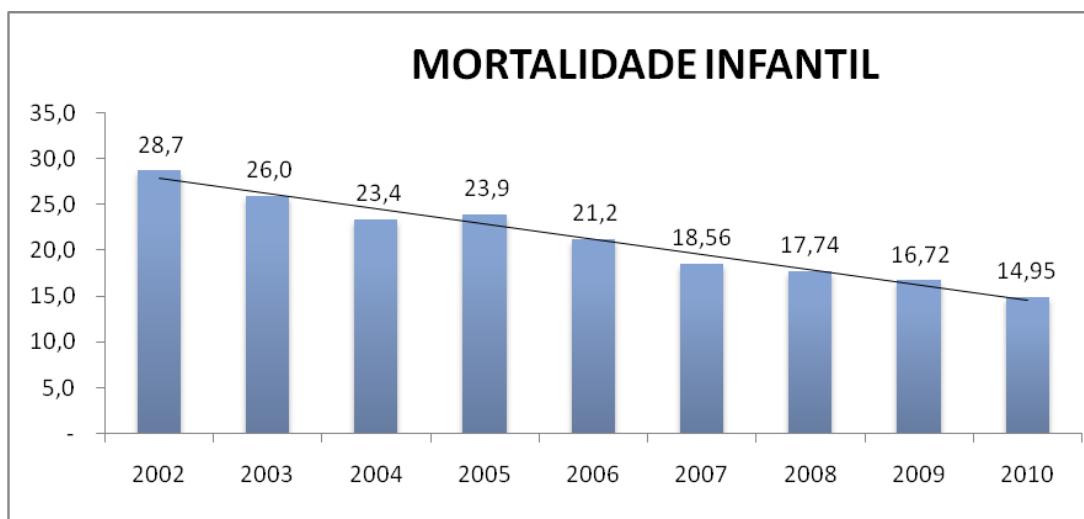
Sergipe, como outros estados da região Nordeste, apresenta resultados preocupantes nas questões da saúde materno-infantil. No entanto, no período 1985-2000 houve melhora bastante significativa na taxa de mortalidade infantil. Ainda assim, esses índices encontravam-se aquém das metas estabelecidas como “aceitáveis”. É importante destacar que Sergipe apresentava um dos melhores índices na região Nordeste, perdendo apenas para a Bahia.

**Tabela 10 - Taxa de mortalidade infantil estimada para a Região Nordeste  
Brasil - 1985-2000**

Ano	Taxa de mortalidade infantil estimada (%)								
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
1985	96,27	80,87	93,44	103,58	111,97	103,54	116,88	92,03	83,86
1986	91,11	76,52	87,74	95,97	104,88	97,41	112,77	86,34	78,77
1987	86,16	72,45	82,50	89,06	97,89	91,73	108,60	81,16	74,03
1988	81,55	68,74	77,77	83,00	91,35	86,56	104,41	76,50	69,74
1989	77,41	65,43	73,57	77,85	85,52	81,97	100,28	72,37	65,95
1990	73,79	62,55	69,93	73,57	80,53	77,94	96,25	68,73	62,67
1991	70,69	60,07	66,79	70,10	76,42	74,48	92,37	65,56	59,89
1992	68,10	57,99	64,14	67,33	73,14	71,53	88,69	62,82	57,56
1993	65,98	56,25	61,91	65,15	70,58	69,05	85,25	60,47	55,65
1994	64,26	54,82	60,06	63,45	68,62	66,99	82,05	58,46	54,08
1995	62,89	53,65	58,54	62,14	67,14	65,29	79,12	56,76	52,82
1996	61,80	52,70	57,28	61,14	66,03	63,89	76,47	55,32	51,81
1997	60,94	51,94	56,26	60,37	65,21	62,75	74,07	54,10	51,00
1998	60,27	51,33	55,43	59,79	64,61	61,82	71,94	53,08	50,36
1999	59,75	50,85	54,76	59,35	64,17	61,07	70,05	52,23	49,85
2000	59,35	50,46	54,21	59,02	63,85	60,46	68,38	51,51	49,45

Fontes: Censo demográfico 1980-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-17, 1997.

A redução da Mortalidade Infantil em nosso Estado vem seguindo uma tendência nacional, como é observado no gráfico abaixo, com uma média de diminuição de 1,72% ao ano.



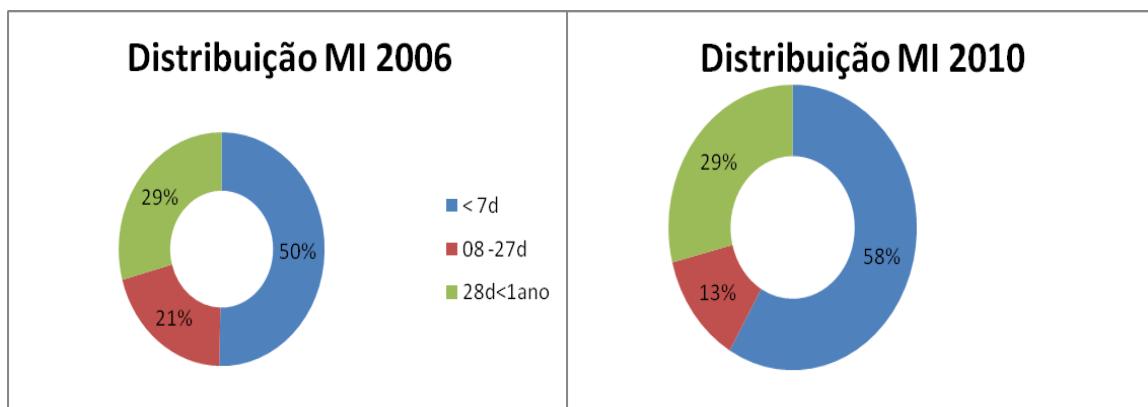
Fonte: SES

Como se pode ver, a redução ao longo da última década ocorreu progressivamente. Assim, como em outros estados, o que se espera é superar os vieses da subnotificação e gerar dados mais fidedignos, para comprovar a realidade desta redução. Isso porque, os dados obtidos pelos sistemas de informação e que geram as taxas, são informados em percentual inferior ao

aceito pelo monitoramento Federal, que é feito pelo Ministério da Saúde. Este órgão, diante de dados insuficientes, refaz o cálculo/estimativa, considerando ainda a série histórica da região e fatores de correção para as imprecisões. Desta maneira indireta, os índices oficiais situam-se em níveis muito maiores (em torno de 29%).

O componente de mortalidade pós-neonatal é o grande responsável por essa redução, cujas causas, em geral, estão relacionadas às doenças infectocontagiosas, como pneumonia e diarréia associadas à desnutrição. A partir da década de 90, em consequência, a mortalidade neonatal (0 a 27 dias de vida) passou proporcionalmente a ser o principal componente da mortalidade infantil e, diferentemente do observado na mortalidade pós-neonatal, mantém-se estabilizada em níveis elevados. O pequeno declínio observado nesse componente nas últimas décadas decorreu, basicamente, da diminuição da mortalidade neonatal tardia (7-27 dias de vida), com alteração quase nula da mortalidade neonatal precoce (0-6 dias de vida). Na atualidade, fatores de cunho perinatal são as principais causas de mortalidade infantil e, portanto, o seu enfoque torna-se prioritário para a saúde pública.

Esta é uma realidade que envolve nosso Estado como visto a seguir.



Fonte: SES MI= Mortalidade Infantil

A mortalidade perinatal é considerada um indicador sensível para a avaliação da assistência prestada à gestante e ao recém-nascido nos primeiros dias e horas de vida, como também do impacto dos programas de intervenção nessa área. A assistência perinatal envolve ações múltiplas que acompanham a gestante durante seu pré-natal, parto e puerpério, assim como o recém nascido em seu primeiro mês de vida.

Assim, tanto a atenção básica como a assistência hospitalar deverão sempre ser foco de monitoramento, avaliação e qualificação, para que este período, no qual se encontra a maior

incidência de Mortalidade Infantil em nosso país e em nosso Estado, seja alvo das ações de saúde.

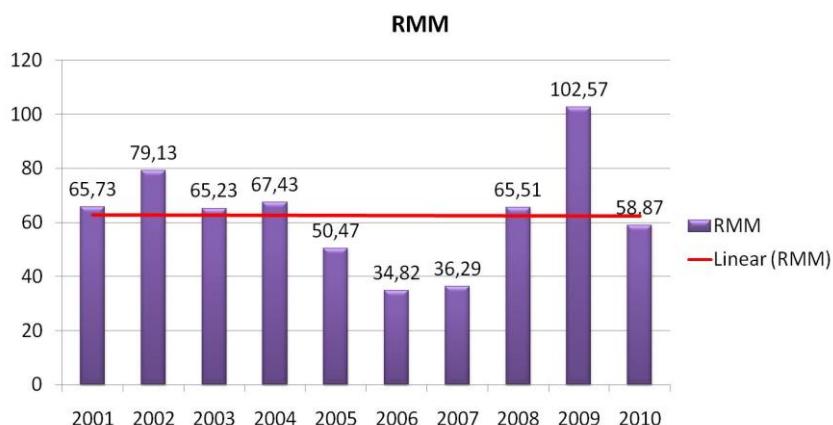
Os índices de morte materna também representam um grande desafio e dependem praticamente dos mesmos fatores citados para a mortalidade infantil. No caso deste indicador, parece ser ainda maior a subnotificação. Em todo o Brasil, apenas alguns estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm a Razão de Mortalidade Materna calculada, tão grande é a subnotificação deste item no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC).

Essa falha ocorre desde a fase de assistência, com o preenchimento das Declarações de Óbito, ou mesmo em nível administrativo, com a baixa alimentação de dados nos sistemas e não-investigação dos casos indefinidos ou encobertos. No Estado do Sergipe, por exemplo, a Vigilância Epidemiológica apurou que, das mortes de mulheres em idade fértil (MIF) no ano de 2010, apenas 63% foram investigadas. Isso reflete a insuficiência de estruturas municipais de vigilância, uma vez que, legalmente, as investigações de óbito são descentralizadas e de responsabilidade dos municípios.



Fonte: SES

Outro fator de confusão nos índices maternos do Estado é a baixa cobertura do SINASC, visto que a razão de mortalidade materna tem seu cálculo sobre o número de nascidos vivos. A soma desses problemas nos sistemas de informação acaba por deixar nebulosa a real razão de mortalidade materna no Estado e os índices apresentam variações atípicas na série histórica.



Fonte: SES    RMM= Razão de Mortalidade Materna

Diante desse quadro, faz-se necessário intensificar as ações no sentido tanto melhorar as condições da assistência materno-infantil, quanto de sensibilizar todos os atores envolvidos no monitoramento e preenchimento dos dados nos sistemas de informação.

Outra questão que merece destaque é o aumento da violência e dos acidentes, considerada um grave problema de Saúde Pública no mundo, devido, principalmente, à diminuição da expectativa e qualidade de vida e ao aumento dos custos para a saúde e para a previdência. A violência, no 1º Relatório Mundial sobre Violência e Saúde é definida como “o uso da força contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” e acidente como “evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e emocionais, no âmbito doméstico ou social como trabalho, escola, esporte e lazer” (BRASIL, 2001). As violências e acidentes são responsáveis em nosso país pela terceira causa de morte na população geral e a primeira entre na população de 1 a 39 anos (BRASIL, 2010).

Em Sergipe, a taxa de mortalidade por mortes violentas aumentou de 10,4 em 1998, para 174,8 em 2008, saindo da condição de 21º em 1998, para o 14º em 2008 no ranking nacional de taxas por homicídio (WAISELFISZ, 2011). Segundo este mesmo autor, foram observados fenômenos de “espalhamento” e “interiorização”, que significou um deslocamento da violência para locais onde a presença do Estado é menor.

As redes de Atenção e Vigilância em Saúde compreendem um conjunto de estabelecimentos, articulados de forma hierarquizada e regionalizada, que se complementam e se articulam na tarefa de garantir atenção integral, contínua e oportunidade à saúde dos cidadãos no Estado. Essas redes têm como objetivo garantir uma resposta efetiva e eficiente às demandas da população,

permitindo a continuidade assistencial, a melhoria da qualidade dos serviços, ampliação da oferta e a regulação de acesso.

Sergipe conta atualmente com 568 Equipes de Saúde da Família (ESF), que correspondem a 85,56% de cobertura de sua população (SIAB/MS/junho 2011). Além disso, possui 3.912 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 369 Equipes de Saúde Bucal (ESB) e oito Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). A Secretaria de Estado da Saúde (SES) por meio da Coordenação Estadual de Atenção Básica estimula a ampliação da estratégia com o co-financiamento. Estima-se um incremento de 10% ao ano.

Um projeto importante para a reestruturação da Rede é a construção de 102 Clinicas de Saúde da Família (CSF), em todos os municípios do Estado. Até o momento já foram entregues 55, sendo nove com salas de estabilização (CSF 24 horas), atendendo todos os requisitos estabelecidos pelas normas sanitárias com perfil assistencial para concretizar os processos de trabalho nos diversos programas que compõem a rede. O Estado terá que investir ainda na capacitação dos profissionais que compõem as equipes destas Unidades.

O grande desafio da rede de Atenção Ambulatorial Especializada é ampliar a oferta de serviços de média complexidade, de acordo com as necessidades de cada região. A SES aposta na organização na lógica de redes temáticas para superar esse desafio.

A rede hospitalar e de urgência/emergência encontra-se em processo de conformação e organização, integrada as demais redes de atenção à saúde e tem como meta prioritária ampliar as portas de entrada das urgências, instituindo o Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR) em todos os equipamentos assistenciais, humanizando a assistência, definindo protocolos técnicos assistenciais, melhorando o sistema de informação, fortalecendo a regulação e qualificando os recursos humanos. Como era esperado, tal processo está melhorando a capacidade assistencial e diminuindo a morbi-mortalidade e as taxas de internação hospitalar, por meio da promoção e prevenção realizadas na atenção primária.

Para tanto, faz-se necessário à implementação, ampliação e adequação da rede hospitalar e de urgência; a reforma e renovação do parque tecnológico dos hospitais regionais, hospitais especializados, hospitais locais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA's); construção e aquisição de equipamentos para o Hospital de Oncologia de Sergipe; implantação do serviço de remoção inter-hospitalar e transporte sanitário; além da reestruturação do componente pré-hospitalar móvel (SAMU), através da fusão dos serviços existentes no Estado; ampliação de

leitos de retaguarda; a qualificação da porta de entrada das urgências; ampliação e qualificação das equipes nas instituições de saúde do Estado.

No que se refere à Atenção Psicossocial, obteve-se significativos avanços com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas, fortalecendo a rede de serviços substitutivos. Com a elaboração, aprovação e implementação da Política Estadual de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, com ênfase no crack e oxi, espera-se garantir aos usuários do SUS o cuidado integral, humanizado e resolutivo. Os desafios para os próximos anos são: a implantação dos novos serviços para fortalecimento da rede já aprovados pelo Ministério da Saúde, como as Casas de Acolhimento Transitório (CAT) e CAPS AD (Álcool e outras Drogas) tipo III (24 horas) e a qualificação da atenção através da oferta de capacitações e de apoio institucional aos CAPS. A garantia de acesso e cuidado integral nas redes de atenção primária, urgência e emergência, além da organização da oferta de leitos psiquiátricos em hospitais regionais e em clínicas especializadas para as pessoas com transtorno mental e para as que fazem uso de drogas completam os desafios para o fortalecimento do cuidado na atenção psicossocial no Estado.

A SES atuará de forma complementar a atuação dos municípios na rede de vigilância à saúde. Cada nível assistencial público e privado, incluindo os laboratórios e consultórios particulares, deverão vigiar e notificar doenças e eventos de notificação compulsória do Regulamento Sanitário Internacional, além das vigentes no país e no Estado, para as autoridades competentes de seu território de atuação. Para o aperfeiçoamento e qualificação do Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica serão necessários investimentos para ampliação e qualificação da equipe, renovação do parque tecnológico, renovação da frota de veículos, construção de um novo Laboratório Central (LACEN), aprimoramento do Sistema Estadual de Imunobiológicos, com a estruturação das centrais regionais de rede de frios.

No que tange às vigilâncias sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador, a SES tem como metas: implantar o sistema de informação em vigilância sanitária (SIVISA); a concretização das diretrizes do Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA), a garantia na reestruturação de espaço físico, a aquisição de novos veículos, a ampliação e a qualificação das equipes de vigilância do Estado e municípios, a estruturação das VISAS e a pactuação das ações de gerenciamento do risco em 100% dos municípios, além das responsabilidades financeiras na contrapartida do Estado e dos municípios para aprimoramento das ações.

O objetivo da rede de atenção farmacêutica é atuar de forma transversal e integrada na cadeia produtiva do cuidado, assegurando em cada rede assistencial o uso racional de medicamentos, definindo critérios, parâmetros, indicadores e métodos de forma articulada e integrada, voltados à gestão da qualidade dos serviços da assistência farmacêutica.

Com o intuito de integrar e articular estas redes serão construídas as linhas de cuidado Materno-infantil (Rede Cegonha), da Atenção Oncológica, do Politraumatizado, da Atenção ao Idoso, da Atenção Cardiológica (IAM) e Acidente Vascular Encefálico (AVE). Para construção destas linhas de cuidado, a SES necessita de investimentos em ambientes, incremento do número de leitos de retaguarda, ampliação e qualificação dos recursos humanos, aplicabilidade de um gerenciamento do sistema de informação com uma inovação em tecnologia avançada capaz de identificar o percurso do usuário e suas necessidades na rede, e ainda o aumento e melhor distribuição na oferta dos serviços de média complexidade. Para efetivação das redes de atenção torna-se imperativo que o desenho destas redes contemple todas as regionais de saúde. O grande desafio da gestão é integrar as redes assistenciais como um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir que a integralidade da assistência à saúde se situe o mais próximo possível do usuário.

### **Programa: Educação Básica**

A idéia de desenvolvimento educacional vem sendo, nos últimos anos, relacionada à idéia de qualidade, e nesse sentido, tem-se presenciado inúmeras discussões e ações no campo educacional tendo como escopo a qualidade da escola pública e, consequentemente, do ensino público. Ainda que exista uma diversidade no conceito de qualidade, é consenso, no universo educacional, que a escola de qualidade é aquela que os alunos desenvolvem aprendizagens significativas, articuladas à cultura local e essenciais a sua vida na sociedade.

Nesse contexto, o Governo de Sergipe propõe um projeto para a Educação, orientado pelo desafio de Ampliar e Qualificar a Educação e o Conhecimento, onde se vislumbra um salto para o futuro com vistas à democratização e ao fortalecimento da Educação Básica. Nesse contexto, a prioridade é a democratização do acesso ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além da atenção equitativa às modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, de modo a possibilitar aos alunos o desenvolvimento dos conhecimentos

mínimos necessários para que continue avançando em seu processo educativo e prossiga, de forma consciente, para outros níveis de estudo, com vistas ao sucesso profissional e ao exercício pleno da cidadania.

Para o Governo o desenvolvimento econômico, a inclusão social, a redução das desigualdades, a erradicação da miséria e a garantia dos direitos e da cidadania, perpassam pela socialização do conhecimento e melhoria qualitativa da educação oferecida para população. No contexto da Educação Básica na rede estadual, torna-se imprescindível, priorizar a erradicação do analfabetismo, a partir de uma política de alfabetização de jovens e adultos e da garantia de continuidade dos estudos; fortalecer a educação inclusiva, propor novos critérios democráticos e participativos, promover o envolvimento de todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola; introduzir mudanças pedagógicas e de gestão que potencializem todo processo de ensino e aprendizagem, garantindo o desenvolvimento dos alunos e, acima de tudo, desenvolver ações voltadas para garantir as condições de funcionamento das escolas, a partir de um padrão de excelência no aprendizado do aluno e da valorização dos profissionais da educação como forma de assegurar o desenvolvimento social sustentável e a consequente erradicação da pobreza em nosso Estado.

Vale salientar que a educação na Rede Estadual precisa avançar e nesse sentido, é importante que se faça uma análise dos principais indicadores de atendimento e de desempenho. As tabelas abaixo retratam a matrícula, as taxas de atendimento, aprovação, reprovação, abandono escolar e a distorção idade Série na Educação Básica, no quadriênio 2007/2010.

#### **Taxas de Rendimento no Ensino Fundamental 2007/2010**

<b>Indicadores</b>	<b>2007</b>		<b>2008</b>		<b>2009</b>		<b>2010</b>	
	<b>Anos iniciais</b>	<b>Anos Finais</b>						
Aprovação	77,1	68,3	76,9	56,8	80,4	62,9	80,5	63,9
Reprovação	17,9	21,2	18,1	32,3	15,8	28,2	16,3	27,9
Abandono	5	10,5	5	10,9	3,8	8,9	3,2	8,2

Fonte: MEC/INEP/DEED

Pode-se observar que os resultados das séries iniciais do Ensino Fundamental, apresentam-se de forma mais positiva ao longo do quadriênio 2007/2010. Já nos anos finais, principalmente nos anos de 2008, 2009 e 2010 a reprovação situou-se num nível elevado. Essa mesma tendência se mostra nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(IDEB) na Rede Estadual de Ensino, onde a média de crescimento varia de 03 e 04 pontos percentuais conforme tabela abaixo:

IDEB 4º/5º Séries Iniciais do Ensino Fundamental em Sergipe											
Ideb Observado			Metas Projetadas								
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
3.0	3.4	3.7	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	
IDEB 8/9º Séries Finais do Ensino Fundamental em Sergipe											
Ideb Observado			Metas Projetadas								
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
2.9	2.9	2.7	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9	
Taxas de Distorção Idade/Série Ensino Fundamental											
Ano/Série			2006	2007	2008	2009	2010				
<b>1ª a 4ª Série /1º ao 5º Ano</b>			37,1	35	26,8	30,2	29,7				
<b>5ª a 8ª Série /6º ao 9º Ano</b>			54,3	52,1	38,9	45,9	50,9				
<b>Total</b>			46,5	44,6	33,7	39,5	42,9				

Fonte: MEC/INEP/DEED

Esses dados permitem fazer uma análise articulada, a exemplo da taxa de Distorção idade/Série: um indicador de fluxo escolar, que faz a relação (teórica) entre a série e a idade adequada para ingresso e tempo de conclusão do Ensino fundamental. Hoje no país considera-se a idade de seis anos como adequada para o ingresso e nesse sentido o aluno deverá levar em média nove anos para concluir o ensino fundamental. Essa análise permite identificar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. No caso de Sergipe, mais especificamente na rede estadual, têm-se números elevados de Distorção Idade-Série, agravados nos anos finais do Ensino Fundamental. É imprescindível avaliar, sistematicamente, o impacto qualitativo das ações de correção de fluxo escolar na Rede Estadual, como forma de ataque às causas reais da mencionada Distorção a longo e médio prazos, dentre essas, os índices de reprovação e abandono escolar.

Entende-se que o Brasil apresenta grandes problemas quando se trata da universalização e democratização da Educação Básica e tais problemas se agravam quando a discussão é o Ensino Médio. Dessa forma, deve-se implementar políticas públicas efetivas voltadas para a melhoria da qualidade da organização, gestão e práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos desse nível de ensino o alcance dos resultados desejados, principalmente àqueles relacionados à conquista da cidadania, a partir de uma participação social plena e efetiva, visto que os desafios do Ensino Médio não se resumem a aprovação no Ensino Superior e ao ingresso no Mundo do Trabalho.

Em Sergipe essa realidade não é diferente, no que concerne à democratização do Ensino Médio. Se forem considerados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2009), o atendimento da população de 15 a 17 anos é de 82,50%. Registra-se ainda que 17,50% dos jovens estão fora da escola. Nesse contexto, tem-se também o indicador de conclusão do Ensino Médio. Em 2009 apenas 32,40% dos jovens concluíram o ensino médio com 19 anos, evidenciando que o nosso desafio não é apenas garantir o acesso, mas sobretudo, garantir a permanência e a conclusão dos estudos nesse nível de ensino, prioritariamente na faixa etária ideal, que é de 17 anos.

A quantidade de jovens entre 15 e 17, em 2010, era de 125.208 (PNAD). Já a matrícula no ensino médio em todas as esferas administrativas atingiu 82.813, equivalente a 66% do total de jovens nessa faixa etária. A tabela abaixo mostra a evolução da matrícula entre 2007-2010.

#### **Matrícula do Ensino Médio por dependência administrativa 2007/2010.**

<b>Esfera</b>	<b>Matrícula</b>				<b>Desenvolvimento da Matrícula</b>		
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2007/2008</b>	<b>2008/2009</b>	<b>2009/2010</b>
Estadual	73.466	72.479	69.659	67.834	-1,34%	-3,89%	-2,62%
Federal	1.423	1.566	1.561	1.713	10,05%	-0,32%	9,74%
Municipal	1.964	1.694	792	217	-13,75%	-53,25%	-72,60%
Privada	10.153	11.059	12.713	13.049	8,92%	14,96%	2,64%
<b>Total</b>	<b>87.006</b>	<b>86.798</b>	<b>84.725</b>	<b>82.813</b>	<b>-0,24%</b>	<b>-2,39%</b>	<b>-2,26%</b>

Fonte: Censo escolar/INEP/MEC

Observa-se uma tendência de queda substancial na matrícula do Ensino Médio no Quadriênio 2007/2010. Na rede estadual, de 2009 a 2010 o desenvolvimento foi de -2,62%, o que, no contexto do atendimento, é extremamente negativo para solidificação das idéias universalização e democratização desse nível de ensino no Estado de Sergipe. Salienta-se que os dados de matrícula da tabela incluem não apenas os alunos em idade escolar adequada ao Ensino Médio, ou seja, 15 a 17 anos, mas também, aqueles com distorção idade-série. Se forem considerados os dados da Rede Estadual de Ensino, cuja matrícula foi de 67,834 alunos em 2010, chega-se a um atendimento de 54,1% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos. Entretanto, tem-se nesse universo, 60,3% de jovens com distorção idade-série em 2010, como mostram a tabela abaixo:

### Distorção Idade-Série Zona Rural e Urbana

Ano	Taxa de Distorção - Ensino Médio/Urbano					Taxa de Distorção Ensino Médio/Rural				
	1 <sup>a</sup> Série	2 <sup>a</sup> Série	3 <sup>a</sup> Série	4 <sup>a</sup> Série	Total Urbano	1 <sup>a</sup> Série	2 <sup>a</sup> Série	3 <sup>a</sup> Série	4 <sup>a</sup> Série	Total Rural
2010	61,9	57,9	58,1	73,6	60	65,8	65,5	65,7	66,1	65,7
2009	58,3	53	47,6	53	54,1	63,8	57,7	40,2	45,8	55,9
2008	54,3	42,4	42,7	45,5	47,6	60,1	36,9	34,3	27,3	46,2
2007	69,6	68,3	69,6	77,1	69,4	79,6	78,9	74,5	71,1	77,6

Fonte: MEC/INEP

A distorção entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando é considerada um dos maiores problemas da Educação Básica no Brasil. Iniciando no ensino fundamental, ela se estende e se intensifica no Ensino Médio e é agravada pela repetência e o abandono escolar.

Considerando os dados da tabela abaixo pode-se perceber que o rendimento no ensino médio também não é positivo. De 2007 a 2010 a taxa de aprovação da Rede Estadual cresceu apenas 2,1 pontos percentuais. Atrelado a esse dado a taxa de reprovação cresceu entre 6 e 5 pontos percentuais e o índice de abandono escolar não apresentou baixa substancial. Atenção especial está sendo proporcionada por parte do Estado para redução da taxa de reprovação e do índice de abandono.

### Taxes de Rendimento no Ensino Médio 2007/2010

Ano	Taxa de Aprovação por série					Taxa de Reprovação por série					Taxa de Abandono por série				
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Total	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Total	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Total
2010	56,5	70,1	77,7	88,4	<b>66,2</b>	19,9	13,6	8,6	2,8	<b>15</b>	23,6	16,3	13,7	8,8	<b>18,8</b>
2009	55	68,6	77	90,9	<b>65,1</b>	21,1	13,6	9,3	1,6	<b>15,6</b>	23,9	17,8	13,7	7,5	<b>19,3</b>
2008	49,8	64,3	72,6	90,2	<b>61,1</b>	22,1	16	13	3,3	<b>17,4</b>	28,1	19,7	14,4	6,5	<b>21,5</b>
2007	57,3	72,1	79,4	90,1	<b>68,3</b>	14,6	9	6,6	1,4	<b>10,5</b>	28,1	18,9	14	8,5	<b>21,2</b>

Fonte: MEC/INEP

Os dados apresentados se refletem nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Médio, conforme tabela a seguir:

### IDEB Ensino Médio

IDEB Observado			Metas Projetadas								
2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
2.8		2.6		2.9		2.9		3.0		3.1	
3.4		3.7		4.2		4.4		4.7			

Fonte: MEC/INEP 2011

Existe a consciência de que essas iniciativas ainda não são suficientes para solução dos problemas no Ensino Médio, mas foram propostas como forma de melhorar a qualidade nesse

nível de ensino, considerando a sua importância para que os alunos dêem continuidade ao seu processo formativo e possam desenvolver-se social e economicamente, rumo à construção de sua cidadania.

Nesse contexto, temos grandes desafios para a Educação Básica no Estado: a efetiva democratização do ensino fundamental; a expansão progressiva da educação integral; a inclusão dos alunos com necessidades especiais na Rede, nos diferentes níveis e modalidades; o atendimento prioritário a população de 15 a 17 anos e a todos que demandarem o Ensino Médio; a melhoria dos indicadores educacionais e a consequente melhoria do fluxo escolar.

Dentre os indicadores que precisam avançar, merece destaque o analfabetismo absoluto e funcional. Em Sergipe, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2009), a taxa de analfabetismo na população de 10 a 14 anos é de 4,1%. Já na população de 15 anos ou mais é de 16,30%. O analfabetismo funcional, na população de 15 anos ou mais, também apresenta índice elevado no Estado (**28,6%**). O atendimento dessa parcela da população é feito pelo Programa Sergipe Alfabetizado, desenvolvido desde 2007, em parceria com o Ministério da Educação e que até 2010, alfabetizou mais de 120 mil pessoas.

Ressalta-se, no entanto, que a Alfabetização de Jovens Adultos é o primeiro, mas não é o último caminho a ser percorrido pelos jovens e adultos. Considerando a complexidade do processo de alfabetização, entende-se que se faz necessário garantir que os egressos do Programa Sergipe Alfabetizados prossigam no seu processo formativo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem como objetivo possibilitar, enquanto direito, a continuidade dos estudos dos nossos Jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidade na idade regular, de concluir a Educação Básica.

Não se pode esquecer que todo esforço, na direção do desenvolvimento da educação no Estado, deverá surgir de uma ação conjunta, entre os entes federados, sociedade civil organizada, e instituições responsáveis pelo processo educacional. Além disso, se o foco é o aluno, suas necessidades e especificidades, seu processo formativo, seu desenvolvimento cultural e social, seu sucesso, sua autonomia e cidadania participativa, constituem-se princípios norteadores de toda e qualquer ação empreendida, tendo em vista que a educação de qualidade é um indicador de base, quando a missão é promover a erradicação da miséria e o desenvolvimento sustentável em todo o território sergipano.

Conforme o Projeto Lei do Plano Nacional de Educação (PLPNE), a qualidade e a democratização da gestão educacional implicam na garantia do direito à educação para todos/as, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas.

Democratizar a gestão educacional é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, faz-se necessário assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, com vistas ao desenvolvimento global do educando, isto é, promovendo a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, adequando às necessidades do mundo do trabalho, aos elementos materiais e à subjetividade humana.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei nº 9.394, de 1996 -, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática, de acordo com o inciso VIII do artigo 3º. Além disso, a mesma lei explicitou dois outros princípios a serem considerados no processo de gestão democrática: a participação dos/as profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes.

Uma perspectiva ampla de Democratização da Educação Básica deve considerar uma articulação efetiva entre os entes federados, sociedade organizada e as instituições educativas, de modo a garantir uma participação coletiva, que viabilize a definição de ações que se legitimem e se concretizem em cada espaço territorial e no interior de cada escola. É justamente nesse sentido que o processo de Construção da Gestão Democrática da educação sustenta-se nos princípios de autonomia, representatividade social e na efetiva formação da cidadania.

É importante ressaltar que algumas ações estratégicas já estão em andamento, como: implementação do Plano Estadual de Educação, com as discussões acerca sua elaboração já iniciadas; a implementação do Referencial Curricular da Educação Básica, que será socializado com vistas a validação pela comunidade escolar, e uma média de 20% das escolas da Rede estadual com jornada de Educação Integral. Essas e outras ações, a exemplo da elaboração de um Sistema Estadual de Avaliação Educacional e da efetivação de uma Política Estadual de Formação dos Profissionais da Educação, devem abranger os diferentes níveis de

ensino, etapas e as modalidades educativas e devem sustentar-se nos princípios de autonomia, co-participação e qualidade com vistas ao desenvolvimento social efetivo da população.

Em Sergipe, o Governo entende a importância do planejamento na construção da qualidade da educação, e se prédispõe a empreender os esforços necessários para possibilitar a melhoria do aprendizado dos alunos, vislumbrando o Plano de Ações Articuladas (PAR) como um dos instrumentos que vem ajudando o Estado a desenvolver os insumos necessários para a garantia da qualidade na educação. Além disso, entende que oferecer suportes técnico, estrutural e financeiro às unidades escolares, é condição *sine qua non* para garantir a qualidade e o efetivo funcionamento e fortalecimento das escolas.

Se forem considerados os investimentos feitos pelo Estado na educação através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Sergipe é o único Estado da Região Nordeste que não recebe complementação da União, pois apresenta um custo aluno acima da média Nacional. Além disso, vale salientar que 91,29% FUNDEB é aplicado na Valorização dos Profissionais da Educação, considerando sua destinação para remuneração do Magistério do Ensino Fundamental e Médio. A tabela abaixo traz os valores nacionais previstos do custo aluno:

**Valor por Aluno nas Ufs da Região Nordeste e a Diferença com o CAQi (2011)**

UF	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	FUNDEB: 1 <sup>a</sup> -4 <sup>a</sup>	Diferença CAQi	FUNDEB: 5 <sup>a</sup> -8 <sup>a</sup>	Diferença CAQi	FUNDEB: ensino médio	Diferença CAQi
<b>AL</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>BA</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>CE</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>MA</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>PB</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>PE</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>PI</b>	R\$ 1.722,05	R\$ 472,51	R\$ 1.894,25	R\$ 254,59	R\$ 2.066,46	R\$ 143,34
<b>RN</b>	R\$ 1.726,92	R\$ 467,64	R\$ 1.899,61	R\$ 249,23	R\$ 2.072,30	R\$ 137,50
<b>SE</b>	R\$ 1.966,53	R\$ 228,03	R\$ 2.163,18	--	R\$ 2.359,83	--

Fontes: MEC e CNE

Segundo o Ministério de Educação (MEC) o custo por aluno da Rede Pública previsto para 2011 ficou abaixo do mínimo estipulado para uma educação com qualidade em 22 estados da Federação. O valor estimado para os anos iniciais do ensino fundamental é de R\$ 2.194,56. Dos nove estados da Região Nordeste, Sergipe apresenta o valor mais próximo do estipulado, o que implica em uma diferença mínima com relação aos outros estados da Região. Nos anos

finais, o valor do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) recomendado é R\$ 2.148,84, enquanto que no Ensino Médio é de R\$ 2.209,80. Sergipe trabalha acima das médias recomendadas.

Analizando essas informações, considerando um patamar mínimo de qualidade da educação, Sergipe dispõe dos fatores indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem e que mais impactam o cálculo do CAQi:

- Infraestrutura das unidades escolares: média de 40% das escolas com bibliotecas escolares, mais de 70% das escolas com acesso a internet Banda Larga, 196 escolas com laboratórios de informática;
- Qualificação docente, 98% dos profissionais do magistério com formação de nível superior;
- Jornada dos alunos, média de horas-aula diária: Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais 4,5 e Ensino Médio 4,4 em 2010;
- Relação alunos-turma ou alunos-professor: anos iniciais do Ensino Fundamental 22,9; anos finais 32; no ensino médio 34,2, em 2010;
- Melhoria salarial dos profissionais da educação.

Além dessas condições, o Governo do Estado e o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fazem, anualmente, transferências voluntárias de caráter suplementar, para as Unidades Executoras de mais de 90% das escolas da rede. Em 2011 foram disponibilizados cerca R\$ 3 milhões para 329 escolas, através do Programa Estadual de Transferência voluntária de Recursos Financeiros (PROFIN). Em relação ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foram disponibilizados cerca de R\$ 3,4 milhões para 358 escolas. Essas transferências têm por finalidade a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Diante desse contexto, o nosso grande desafio é compreender porque, apesar de apresentar alguns dos fatores indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem, os nossos resultados, considerando os indicadores de desempenho dos alunos, não são positivos e vêm caindo ao longo do quadriênio 2007/2010. Dessa forma, é imprescindível definir-se estratégias efetivas de intervenção e de aprimoramento dos processos educacionais,

a fim de conhecer melhor a realidade e a dinâmica escolar, para que o planejamento, e articuladas a esse, as políticas educacionais, possam resultar efetivamente em sucesso e desenvolvimento social dos alunos, nos diferentes espaços e territórios do Estado de Sergipe.

Nesse sentido, além de entender esse grande desafio, o Governo corrobora com a proposta do PLPNE, que prevê a definição de parâmetros claros que estabeleçam a qualidade da educação e, em específico, o critério custo aluno/qualidade, nos diferentes níveis e modalidades da educação. Vale salientar que é imprescindível a colaboração entre os órgãos normativos dos Sistemas de Ensino, fortalecendo a cultura do relacionamento entre os Conselhos Estadual e Municipais de Educação, além dos órgãos de controle social, como os Conselhos do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dentre outros.

## **Educação Profissional**

A Educação Profissional e Tecnológica, conforme artigo 39 da LDB, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, os diferentes cursos ofertados organizam-se por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, ou seja, de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e, até mesmo, de educação profissional de graduação e pós-graduação.

O MEC reafirma e comprehende que a formação para o trabalho exige maiores níveis de formação básica, geral e propedêutica, contrariando a idéia de que o Ensino Profissional (EP) reduz à aprendizagem de habilidades técnicas. Assim, algumas ações de assistência técnica e financeira vêm sendo propostas pelo MEC, com a finalidade de ampliar a oferta da EP.

O MEC instituiu em 2007 o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à EP, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Dessa forma, o PLPDE traz em seu bojo o fomento a EP articulada ao Ensino Médio, na medida em que essa, considerando as diversas experiências, vem apresentando os melhores resultados pedagógicos.

O objetivo central é expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira desenvolvendo e reestruturando o ensino médio, de forma a combinar formação geral,

científica e cultural com a formação profissional. A idéia é fomentar uma articulação necessária entre a escola e a sociedade, expandindo a oferta de matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional, pela Rede Pública de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade à distância.

O foco é contribuir para a construção de um novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional, incentivando, prioritariamente, o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar, proporcionando a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do Ensino Médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, com a proposta do Programa de Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA). Além disso, pretende-se fomentar uma articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem.

Sendo essa uma iniciativa do PLPNE, a assistência aos estados e municípios se dá a partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso: Todos pela Educação, no sentido de desenvolver uma política pública de EP efetiva, que tenha, enquanto desafio, a superação da dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional.

Outra grande ação empreendida pelo MEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esse Programa, cujo projeto de lei encontra-se em vias de aprovação, traz como principal objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de cursos, além de programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. A idéia é apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional, além de contribuir para progressiva melhoria da qualidade do ensino médio na rede pública, por meio da articulação com a educação profissional, com vistas à ampliação de oportunidades dos trabalhadores a partir de sua qualificação profissional, inclusive pela educação de jovens e adultos, priorizando os beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

Pode-se perceber, no cenário nacional, que as políticas educacionais, nos últimos anos, indicam que há um processo de expansão da EP e, dessa forma, entende-se que as possibilidades de crescimento e desenvolvimento para a população que demanda essa modalidade de ensino são as mais variadas, na medida em que buscam uma formação capaz

de inseri-los no mundo do trabalho e de levá-los a compreender questões relativas a emprego/desemprego e aos processos econômicos e sociais em curso no mundo.

O Governo de Sergipe, articulado com a Política Nacional de Educação Profissional, traz no bojo do seu Plano Estratégico a Educação Profissional enquanto programa temático, entendendo ser esta uma necessidade permanente da população de jovens e adultos que demanda, ao longo do seu itinerário formativo, essa modalidade de ensino. Considera também as necessidades econômicas e de desenvolvimento qualitativo da base técnica do processo produtivo do Estado, com foco no desenvolvimento sustentável, na diminuição das desigualdades, na garantia da cidadania, no desenvolvimento profissional e na consequente erradicação da extrema pobreza.

A proposta da Secretaria de Estado da Educação (SEED) é alavancar o crescimento da oferta e da matrícula da Educação Profissional de Nível Técnico, articulada ao ensino médio, na medida em que, no âmbito do Estado de Sergipe, em 2010, havia apenas 3.654 alunos matriculados, sendo a maioria na forma de articulação subsequente, conforme tabela abaixo.

Ano	Matrículas na Educação Profissional Articulada com o Nível Médio 2007/2010									
	Total	Concomitante			Subsequente			Integrado		
		Federal	Estadual	Privada	Federal	Estadual	Privada	Federal	Estadual	Privada
2007	3.868	121	235	57	2.646	-	258	504	-	47
2008	3.783	230	260	86	1.550	159	284	1.143	-	71
2009	4.310	154	68	415	1.478	304	243	1.375	120	153
2010	3.654	96	61	-	1.448	184	176	1.515	63	111

Fonte: MEC/INEP/DEED

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula e os Municípios ainda não ofertam o Ensino Profissional.

Mesmo entendendo que a formação profissional específica e continuada é uma necessidade permanente dos jovens e adultos, faz-se necessário maximizar a gestão da Educação Profissional e investimentos para proporcionar o desenvolvimento qualitativo nessa área. Ao analisar a distribuição dessas matrículas por dependência administrativa, constata-se que é preciso avançar, no sentido de democratizar a Educação Profissional de nível técnico, articulado ao ensino médio na rede estadual.

Percebe-se, ao longo do Quadriênio 2007/2010, que a matrícula articulada ao Ensino Médio não apresenta um crescimento significativo. A Rede Federal de Educação tem os maiores números e cresce ao longo dos anos. É importante ressaltar toda expertise dos Institutos

Federais de Educação (IFs) ao longo de 100 anos de existência e experiência na formação profissionalizante, ainda será preciso:

- a) implementar uma política estadual de educação profissional que priorize, de forma integrada e/ou articulada o atendimento a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos e a trabalhadores que demandem, considerando os seus itinerários formativos;
- b) Promover uma discussão com a sociedade a fim de possibilitar a construção e implementação de uma proposta de Educação Profissional articulada ao Ensino Médio, considerando os diferentes arranjos sócioeconômicos e produtivos do Estado;
- c) Criar uma rede estadual de educação profissional, a partir da construção de Centros de Formação Profissional, que priorize o atendimento da população correspondente a etapa do ensino médio;
- d) Sistematizar procedimentos de avaliação da aprendizagem mediante a adoção de projetos de conclusão de curso, dentre outras medidas;
- e) Adequar os projetos Pedagógicos à política de expansão de Ensino Médio Integrado (EMI) e ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);
- f) Expandir a oferta de matrículas em cursos técnicos segundo os parâmetros propostos pelo PROEJA e no interior do Estado;
- g) Elaborar o Plano de Expansão do Ensino Médio concomitante na rede;
- h) Responsabilização por parte da SEED, a fim de garantir maior articulação com as escolas e a integração com a sociedade;
- i) Realização de pesquisas longitudinais para acompanhar as variações de indicadores.

De 2008 a 2009 foram inaugurados e disponibilizados para a sociedade sergipana os Centros de Educação Profissional Agnaldo Pacheco, em Neópolis e o José Figueiredo Barreto, em Aracaju, beneficiando 843 alunos com os cursos profissionalizantes nas áreas de Serviço de Condomínio, Redes de Computadores e Serviço de Restaurante e Bar (Unidade de Aracaju) e cursos nas áreas de Agroindústria (unidade de Neópolis).

A perspectiva de expansão da educação profissional na rede pública no Estado de Sergipe prevê a criação de oito centros profissionalizante para atender todo território Sergipano, além

da reforma e ampliação de três colégios que irão compor a rede de formação profissional no Estado, conforme segue:

- a) Implantação de três Centros de Formação Profissional, pelo Programa Sergipe Cidades, nas cidades de Carmópolis (Técnico Petróleo e Gás), Poço Redondo (Agricultura e Agroindústria) e Boquim (Técnico em Fruticultura);
- b) Implantação de cinco Centros de Formação Profissional, pelo Programa Brasil Profissionalizado, nas cidades de Nossa Senhora das Dores (Técnico em Agroindústria), Nossa Senhora do Socorro (Técnico de Automação Industrial), Carira (Técnico Alimentos e Agricultura), Umbaúba (Técnico de Modelagem e Vestuário) e Simão Dias (Técnico em Enfermagem);
- c) Reforma de três Colégios pelo Programa Brasil Profissionalizado: Colégio Estadual Joana de Freitas (Técnico de Pesca e Técnico Aqüicultura), Colégio Estadual Cleonice Fonseca (Técnico em Administração e em Manutenção de Microcomputadores) e Colégio Estadual Murilo Braga (Técnico em Móvel e em Cerâmica);
- d) Ampliação do e-Tec Brasil em mais 10 pólos com matrícula prevista para 1100 alunos nos municípios de: Aracaju, Boquim, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Itabi, Maruim, Neópolis, Simão Dias e Ribeirópolis.

Os convênios firmados junto ao Governo Federal, no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado, visam a ampliar a oferta de Educação Profissional de Nível Técnico Integrada ao Ensino Médio, a partir da assistência financeira. Sendo R\$ 10 milhões direcionados à reforma e a ampliação de Escolas de Ensino Médio para a implantação de Centros de Educação Profissional, R\$ 28 milhões para a construção de cinco novas Unidades Profissionalizantes e, cerca de R\$ 3,7 milhões, direcionados à implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional , além da aquisição de mobiliário.

O Programa e-Tec Brasil foi concebido com o propósito de expandir a oferta de Educação Profissionalizante, por meio da articulação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC e das Secretarias de Educação de Estados e Municípios. Em Sergipe, existem 1.300 alunos matriculados nos cursos de Informática, Gestão Pública, Turismo, Atividades Comerciais e Secretariado, distribuídos nos Pólos de Aracaju, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão, Propriá e Canindé do São Francisco

Vale salientar que, em Sergipe, destacam-se os cursos de educação concomitante e subsequente, além da Educação Profissional à distância. Nesse sentido, todo empenho é necessário para a ampliação do Ensino Médio (incluindo a Educação de Jovens e Adultos) Integrado a Educação Profissional, considerando a Política Nacional de Educação, prevista no Projeto Lei do Plano Nacional da Educação, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Dessa forma, entende-se que o Governo do Estado não pode perder de vista o fato de que um dos objetivos centrais da educação profissional articulada ao Ensino Médio é o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social de modo a possibilitar a população que demanda esse nível de ensino, um aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Nesse contexto, corroborando com o proposto pelo Plano Nacional da Educação, foram traçadas algumas estratégias de atuação com vistas a fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com a finalidade de democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita; institucionalizar Sistema de Avaliação da Qualidade da Educação Profissional de Nível Médio das Redes Públicas e Privadas, além de estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

### **Promoção e Acesso a Cultura**

A cultura tem como base o desenvolvimento dos povos e da cidadania. Ou seja, é consequência de uma soma de costumes, tradições e valores, cujo resultado é a formação da identidade do indivíduo numa determinada sociedade. Daí poder-se afirmar que a cultura está para o povo, assim como a alma está para a vida.

Portanto, qualquer política cultural a ser efetivada terá que levar em conta a contextualização do povo com a sua própria história, mas também colocá-lo como protagonista da produção cultural. Ademais, assume um caráter estruturante por se constituir no alicerce para o desenvolvimento sócioeconômico, na medida em que permeia todos os aspectos de atuação humana.

Assim sendo, o grande desafio das intervenções governamentais, nessa área de atuação, é viabilizar um conjunto de ações de caráter transversal, que permitam, de fato, contemplar todos os aspectos culturais.

Dessa forma, é que o Governo de Sergipe está prevendo para o próximo quadriênio políticas de incentivo e promoção da cultura, além da valorização do patrimônio cultural do Estado, com medidas de preservação e reestruturação desse patrimônio, como forma de colocá-lo como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social e integração cultural. Foi também levado em conta a promoção e o acesso à qualificação profissional dos agentes culturais, visando à formação de platéias, além da valorização e da promoção dos produtos culturais sergipanos.

Nesse contexto, a democratização da gestão cultural é um imperativo para se consolidar não só a implantação do Sistema Estadual de Cultura integrado ao Sistema Nacional de Cultura, com também a realização bienal da Conferência Estadual de Cultura, além do fortalecimento dos Fóruns Setoriais de Cultura.

Ressalta-se que essas ações foram estrategicamente planejadas para o desenvolvimento do Estado, num contexto artístico-cultural e serão direcionadas para a promoção e o acesso à cultura, bem como para a diversificação dos meios e dos recursos necessários para a população empreendedora e expectadora da cultura.

No plano específico da divulgação assume papel relevante a política editorial que vem, ao longo desses anos, norteando suas ações em busca da valorização dos escritores sergipanos e do acesso democrático da sociedade. As propostas de publicações e de produções técnicas, artísticas, culturais e didático-pedagógicas, serão analisadas e selecionadas de acordo com a sua adequação à linha editorial, à viabilidade econômica e aos demais critérios de avaliação que serão definidos.

Convém frisar que a linha adotada visando à promoção e ao acesso a cultura, tomou por base as seguintes premissas: a formação e intercâmbio cultural – conhecer para reconhecer -, a preservação cultural e patrimonial – preservar para garantir -, a valorização cultural da diversidade e promoção dos direitos culturais – para multiplicar -, a economia da cultura e seu financiamento para criação artística e cultural - fomentar para produzir - e a gestão democrática da cultura – democratizar para incluir.

Vale pontuar que, mundialmente, a Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (UNESCO) é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. No Brasil, existe o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). Portanto, é fundamental, para o Governo do Estado, inserir a figura do

Instituto de Patrimônio Cultural - ato administrativo, através do qual se poderá intervir na propriedade - o que, em tese, só é permitido de forma excepcional e nos limites estabelecidos constitucionalmente, como forma de melhor proteger os bens de cunho histórico, artístico, cultural, científico e paisagístico.

Essa medida, por certo, possibilitará de forma mais ágil e eficiente a preservação em propriedades privadas, uma vez que o Poder Público se encontra impossibilitado de aplicar recursos nesses monumentos, por falta de uma legislação que flexibilize as demandas, tendo em vista que a maioria dos proprietários de bens tombados, via de regra, não têm condições de arcar com os investimentos necessários para a recuperação dos imóveis tombados e, não raro, falta interesse para isso. Consequentemente, existem monumentos com ótima situação de conservação, a exemplos do Palácio-Museu Olímpio Campos e do Casarão dos Rollembergs e aqueles em péssima situação, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Neópolis.

Em assim sendo, nesses quatro anos o Governo do Estado deverá fortalecer os instrumentos de gestão, que passa pelo formato de Instituto de Patrimônio Cultural, modelo organizacional e administrativo preponderante nos dias atuais no Brasil, no trato do patrimônio material e imaterial. A criação desse Instituto deverá obedecer ao modelo de Fundação Pública de Direito privado ou modelo Autárquico, com a devida autonomia orçamentária para buscar recursos no Governo Federal, empresas e instituições.

Por fim, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), no desempenho de suas atribuições que lhes são afetas conta com as seguintes Unidades: Teatro Atheneu, Teatro Tobias Barreto, o Museu Histórico de Sergipe, o Museu Afro Brasileiro de Sergipe, o Museu de Arte Sacra de Sergipe, a Biblioteca Epifânio Dória, a Biblioteca Infantil Aglaé Fontes de Alencar, o Arquivo Público de Aracaju, o Centro de Criatividade, a Galeria J. Inácio, a Casa de Cultura João Ribeiro, a Casa de Cultura de Estância, o Complexo Cultural Lourival Batista, o Memorial de Lagarto, o Complexo Cultural “O Gonzagão”.

Dentre os trabalhos que a SECULT vem realizando merecem destaque: o lançamento de Editais para seleção de projetos culturais a serem apoiados, a realização do primeiro festival de teatro, a promoção do festival de dança, a capacitação dos agentes culturais por meio do ‘Birô Cultural’ nos oito territórios sergipanos, os novos fóruns culturais, além dos debates permanentes e circuitos de férias, estes ocorridos anualmente.

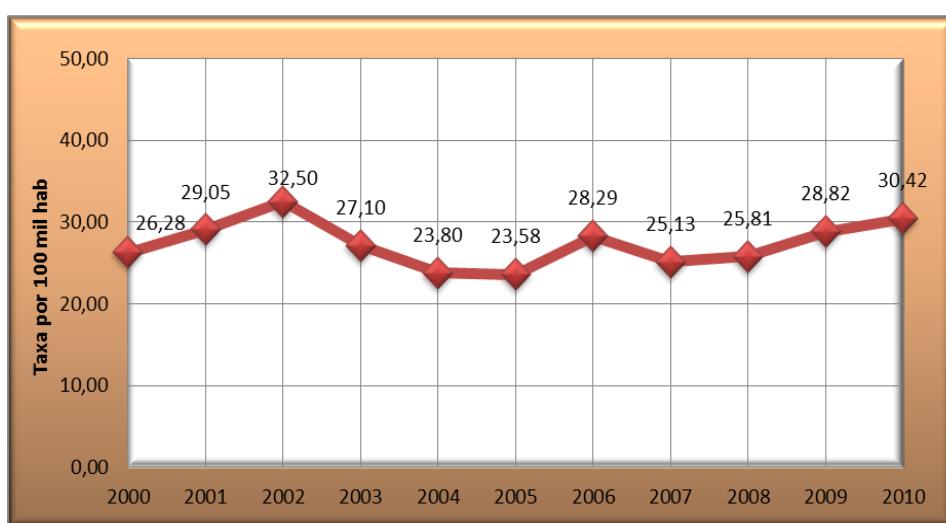
## Sergipe Mais Seguro

A violência é um elemento social existente em todos os tempos e recantos do mundo, sendo percebida pelas manifestações de agressividade do homem contra o seu semelhante e cultivada na apatia, na ausência de perspectivas, na quebra de valores e de tolerância. Tais fatores são bem acentuados no contexto de uma economia globalizada, que remete a problemática da violência urbana e da criminalidade além das fronteiras, impondo, em nível mundial, a necessidade de revisão dos sistemas de segurança pública e, por que não dizer, de organização de toda a sociedade.

O ciclo vicioso da miséria e da impunidade gira em torno do próprio eixo, aprofundando os problemas sociais e a degradação de toda a rede de interconexões socioeconômicas, propiciando desconfiança mútua entre as pessoas e entre estas e as instituições públicas.

A questão da violência e a criminalidade em Sergipe não se diferencia desse contexto, como bem demonstra a análise sobre uma série histórica (2000 a 2010) da taxa de homicídios dolosos (ver gráfico abaixo) realizada através dos dados obtidos pelo Centro de Análise Criminal (CEACRIM), tendo em vista que se evidenciou uma tendência de aumento do número de homicídios, que chegou a 30 por 100 mil habitantes. Baseando-se pelos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU) a situação é considerada como de “epidemia de assassinatos”, já que ultrapassa 10 por 100 mil habitantes.

**Evolução da Taxa de Homicídios Dolosos em Sergipe (2000-2010)**



Fonte: IML (Elaboração: CEACRIM/SSP/SE)

Observando o ranking dos estados brasileiros por taxa de homicídios dolosos por ano para cada 100.000 habitantes, verifica-se que o Estado de Sergipe ocupava, em 2008, a décima colocação entre os estados mais violentos do país. A situação é preocupante principalmente no tocante a proximidade com os três Estados mais violentos do país, os quais são: Alagoas (1º no ranking), Pernambuco (3º no ranking) e Bahia (6º no ranking).

#### **Ranking dos Estados Brasileiros por Homicídios Dolosos**

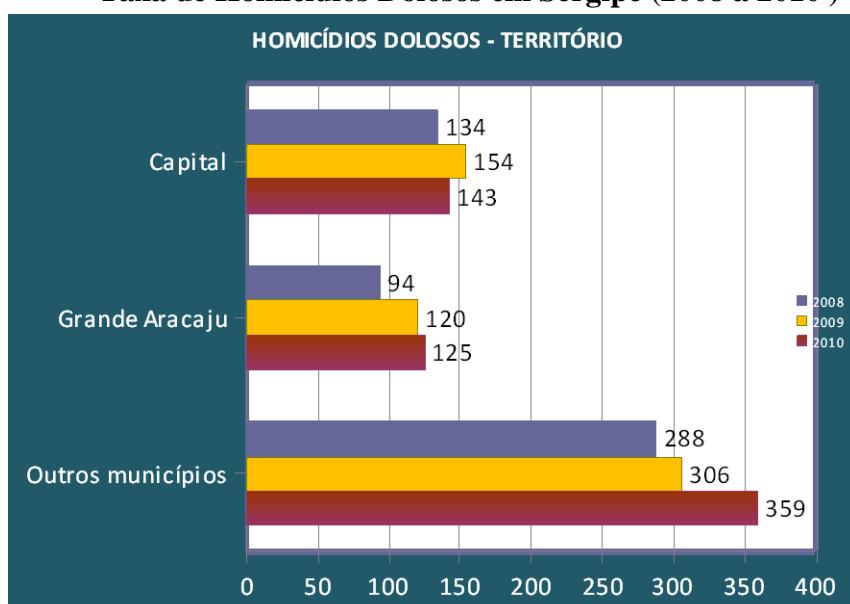
<b>Estados</b>	<b>Ano 2004</b>	<b>Posição</b>	<b>Ano 2009</b>	<b>Posição</b>
Alagoas	33,3	5	63,3	1
Espírito Santo	53,2	1	57,9	2
Pernambuco	48,4	2	42,6	3
Pará	27,2	7	36,0	4
Rondônia	34,7	4	33,4	5
Rio de Janeiro	38,3	3	33,2	6
Paraíba	19,2	16	31,2	7
Bahia	21	14	29,9	8
Mato Grosso	22,6	12	29,5	9
Paraná	(...)	27	29,2	10
Sergipe	23,8	10	28,8	11
Distrito Federal	24,8	8	26,5	12
Ceará	17,1	17	25,9	13
Mato Grosso do Sul	23,7	11	24,6	14
Amapá	28,6	6	24,3	15
Goiás	19,3	15	23,6	16
Amazonas	13,7	22	22,1	17
Rio Grande do Norte	13,4	23	20,6	18
Rio Grande de Sul	17	18	20,1	19
Tocantins	14,6	20	18,7	20
Roraima	14,4	21	13,3	21
Santa Catarina	7,3	25	11,9	22
Maranhão	9,4	24	11,2	23
São Paulo	22,3	13	11,0	24
Piauí	7,2	26	8,6	25
Minas Gerais	16,1	19	7,1	26
Acre	24,6	9	(...)	27

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pgs. 14 e 28, 2010.

(...) Informação não disponível

O estudo ainda aponta que, levando-se em consideração o tamanho territorial e a densidade populacional, a região metropolitana ainda concentra o maior o número das ocorrências dos homicídios dolosos, como pode ser verificado no gráfico a seguir. Contudo, o aumento da criminalidade no interior, de 288 ocorrências em 2008, para 359 em 2010 começa a preocupar.

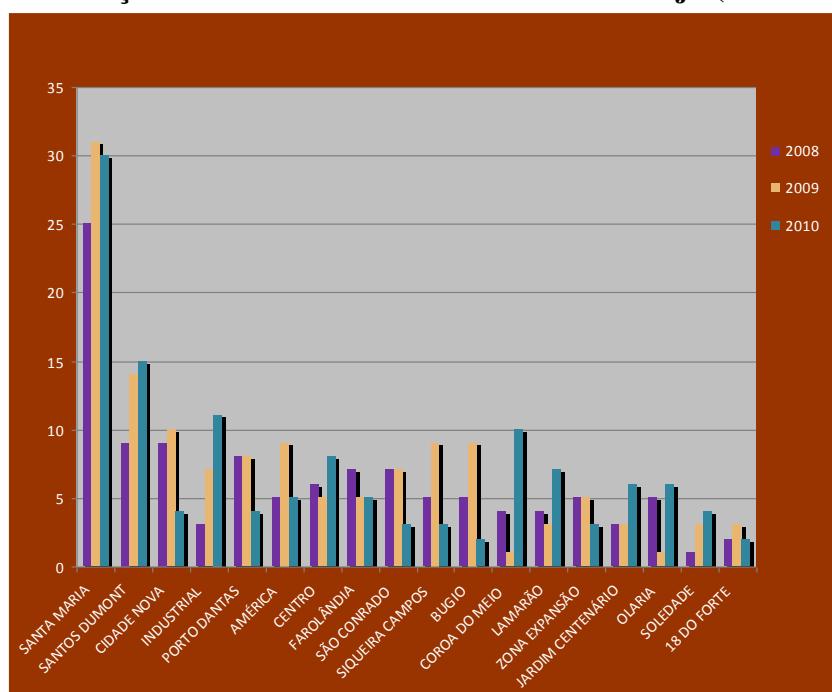
### Taxa de Homicídios Dolosos em Sergipe (2008 a 2010 )



Fonte: IML (Elaboração: CEACRIM/SSP/SE)

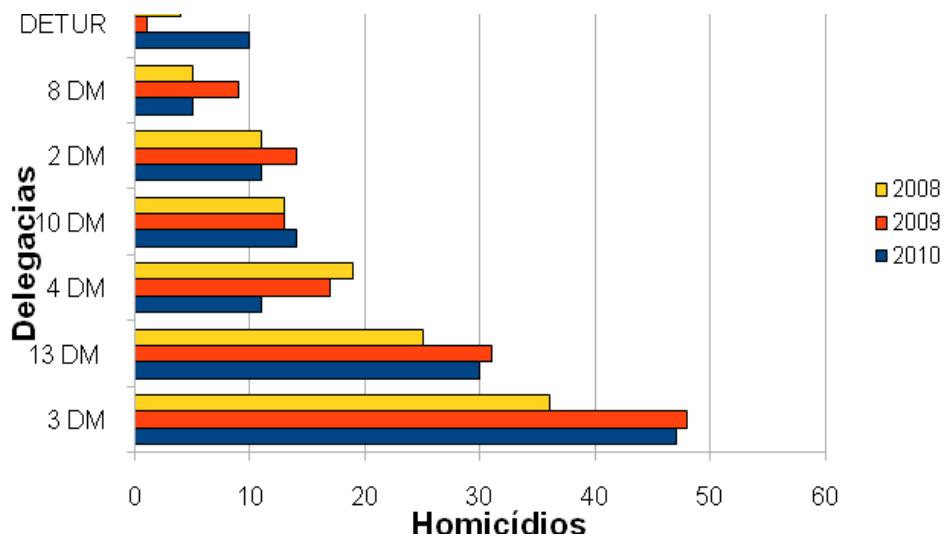
Com base nos gráficos a seguir, verifica-se que os homicídios na cidade de Aracaju concentram-se no bairro Santa Maria, chegando a 30 casos em 2010 e no território da 3<sup>a</sup> Delegacia metropolitana/DM, que compreende bairros como: Cidade Nova, Lamarão, Santos Dumont, Soledade, Industrial, Porto Dantas, 18 do Forte, Palestina e Santo Antônio.

### Concentração dos Homicídios nos Bairros de Aracaju (2008/2010)



Fonte: IML. Elaboração: CEACRIM/SSP/SE

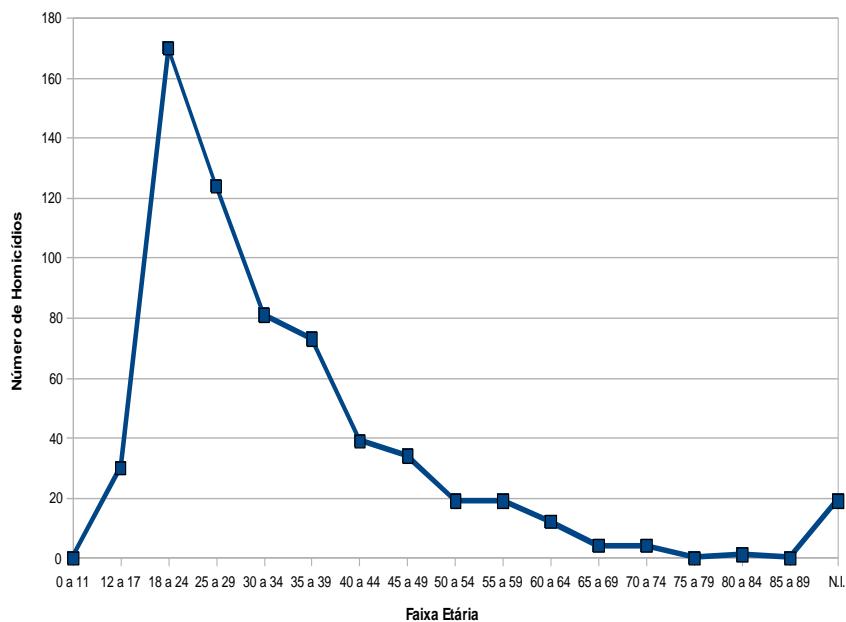
### Números de Homicídios Dolosos por Delegacia em Aracaju (2008/2010)



Fonte: IML (Elaboração: CEACRIM/SSP/SE)

Os dados demonstram ainda que os homicídios dolosos vitimam, sobretudo, os mais pobres do sexo masculino, sendo 584 homens do total de 629 mortes em 2010, e concentra-se na juventude, principalmente entre os jovens de 18 a 24 anos, conforme bem demonstra o gráfico 5, óbitos que segundo o IBGE afetam a esperança de vida. Dessa forma, proteger a juventude constitui a tarefa prioritária de uma política séria de segurança pública.

### Homicídios por Idade em Sergipe (2010)

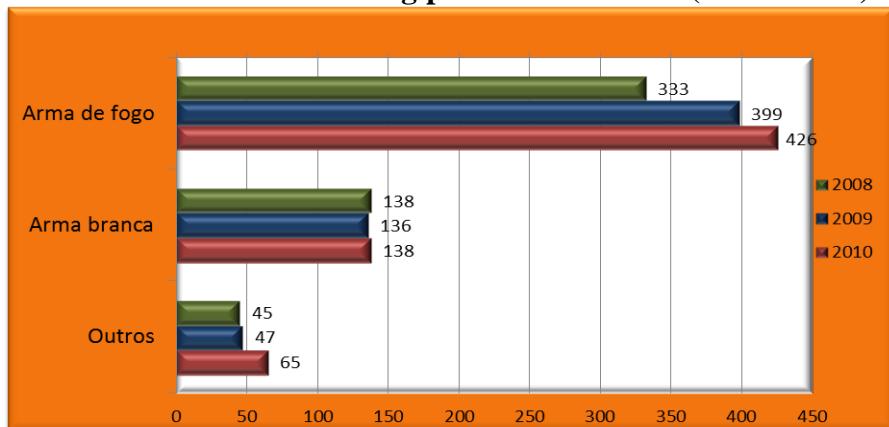


Fonte: IML (Elaboração: CEACRIM/SSP/SE)

Outro fato marcante em relação à incidência de homicídios é o alto percentual de ocorrências envolvendo o uso de arma de fogo. No ano de 2010, pouco mais de 67% dos homicídios que

ocorreram no Estado foram efetuados utilizando armas de fogo, representando, aproximadamente, 20 por 100 mil habitantes, apesar do crescimento vertiginoso das apreensões de Armas de Fogo em Sergipe, conforme gráficos a seguir.

**Homicídios Dolosos em Sergipe - Meio utilizado (2008 a 2010)**



Fonte: IML. (Elaboração: CEACRIM/SSP/SE)

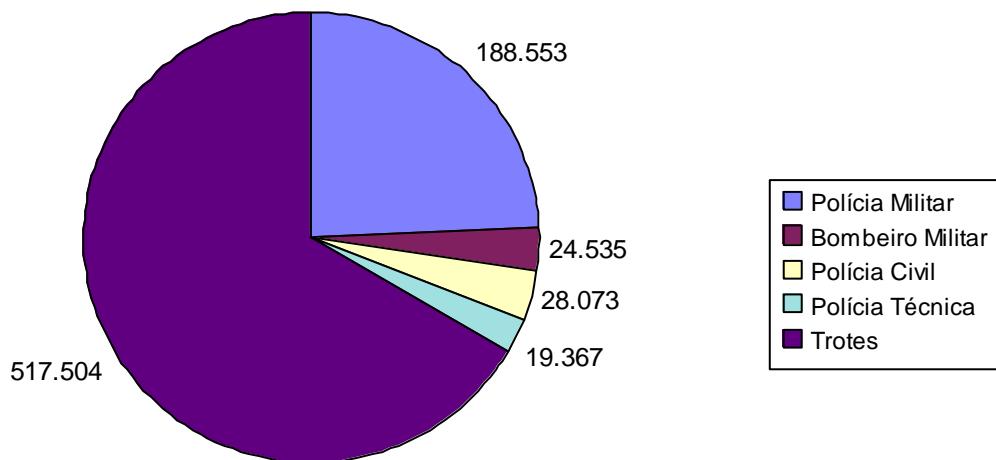
**Apreensão de Armas de Fogo em Sergipe (2008/2010)**



Fonte: Cartorária Online (Elaboração: Ceacrim-PC)

Para combater esse aumento da violência, o Governo apostou na integração entre os órgãos que compõem a Segurança Pública. Um exemplo de sucesso nesse sentido foi a criação, em 2009, do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp). O Centro integra atividades preventivas, repressivas e de atendimento emergencial, melhorando o tempo de resposta e o atendimento da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. É importante frisar a existência de procedimentos a serem aperfeiçoadas, a exemplo do combate ao trote, em virtude de seu elevado grau de ocorrência, conforme demonstra o gráfico a seguir:

### Volume de Ocorrências em 2010 (Ciosp)



Fonte: Call Center CIOSP.

Ainda com relação à integração, é importante citar a criação dos Centros Integrados em Segurança Pública (CISP's), um novo conceito de atuação conjunta da Polícia Civil e da Polícia Militar, a fim de melhorar a prestação de serviços e a proteção à população.

Dentro da política de valorização do cidadão e do servidor público, a ampliação do quadro de servidores dos Órgãos de Segurança Pública, por meio da realização de concursos, é condição “sine qua non” para o alcance da excelência dos serviços prestados. A tabela abaixo mostra as vagas já previstas em lei e não ocupadas, por órgão:

### Déficit de Operadores de Segurança Pública (maio/2011)

Efetivos	CBM*	PM	PC Agentes	PC Escrivão	PC Delegado	PT Peritos
Previsão em Lei	1194	7172	1200	220	145	250
Atual	654	5367	763	179	142	38
<b>Déficit</b>	<b>540</b>	<b>1.805</b>	<b>437</b>	<b>41</b>	<b>3</b>	<b>212</b>

Fonte: DAF/SSP

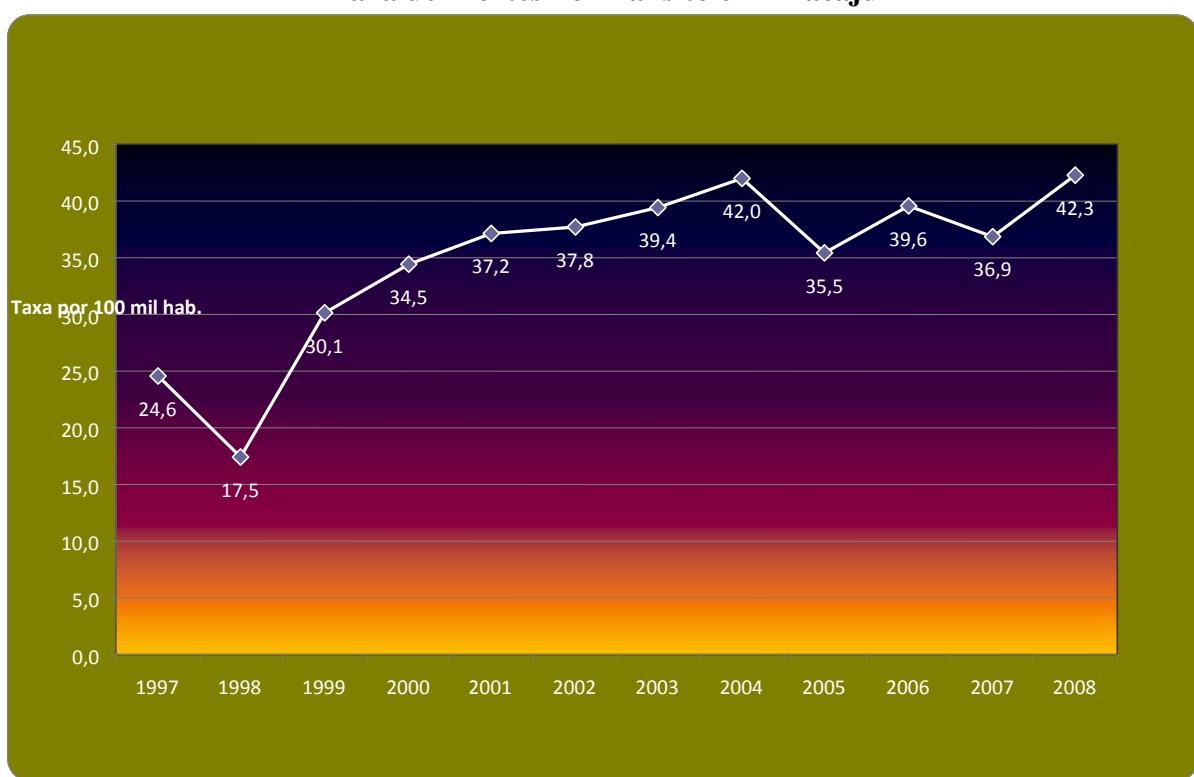
Assim, levando-se em consideração o aumento do capital humano existente, que conta com tropa bem remunerada e com baixa contaminação por corrupção, associados ao aproveitamento das tecnologias e das práticas modernas de gestão, que aliados à instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada e Operacional, tornará mais eficiente as ações dos Operadores de Segurança.

Vale mencionar que para se interromper a dinâmica da criminalidade em Sergipe é de suma importância a implantação de um Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania, a fim de se entender melhor a lógica dos tipos e das causas para tantos

conflitos, considerando, prioritariamente, a dimensão social da existência humana, para a implementação de políticas eficazes de prevenção e combate à violência e à criminalidade. Além disso, é imprescindível fomentar a implementação dos Gabinetes de Gestão Integrados Municipais, a fim de fortalecer a luta contra a criminalidade no Estado como um todo.

Dentre as mortes violentas não se pode esquecer as ocasionadas pelo trânsito, pois os dados são alarmantes, conforme enunciado no gráfico abaixo, no qual se demonstra que a cidade de Aracaju, em 2008, alcançou 42 mortes por 100 mil habitantes, sem contar as inúmeras vítimas feridas, muitas delas com sequelas irreversíveis, exigindo um esforço brutal do setor de saúde e das famílias sergipanas, que recorrem aos hospitais públicos por motivos de doenças e que ficam à espera de atendimento, tendo em vista que boa parte dos recursos é drenada para o atendimento de urgência e traumatologia, para a reabilitação e a inclusão social de acidentados de trânsito.

**Taxa de Mortes no Trânsito em Aracaju**



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IBGE.

As causas mais comuns de acidentes fatais de trânsito no Brasil são: velocidade excessiva, dirigir sob efeito de álcool, inexperiência e falta de conhecimento, distância insuficiente em relação ao veículo dianteiro, desrespeito a sinalização e dirigir sob efeitos de drogas. Ou seja, a imprudência humana é responsável por mais da metade dos acidentes registrados.

O trânsito em condições seguras é um direito de todos e um dever do Estado, cabendo a este adotar medidas necessárias através de investimentos e da participação em ações educativas de trânsito, fomentando e executando programas centrados em resultados e integrados aos aspectos da gestão do trânsito, principalmente em relação à segurança, à engenharia de tráfego e à fiscalização.

Seguindo as orientações do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária, que compreende um conjunto de medidas que visa, a curto, médio e longo prazos, reduzir os níveis atuais de mortalidade e lesões por acidentes de trânsito no país o Governo Estadual vem desenvolver ações integradas pelos órgãos afins ao tema, tais como: fiscalização e educação de trânsito, segurança veicular e viária além de investimentos para os atendimentos de urgência e emergência de acidentados, tendo como finalidade a preservação da vida.

Na medida em que as intenções de prevenção e combate à criminalidade e à violência vêm avançando nos discursos proferidos por organismos nacionais e internacionais, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, tomando por base o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) - que prevê ações de segurança pública para prevenção, controle e repressão qualificada da criminalidade - irá intensificar a sua atuação como órgão mediador de conflitos, promovendo a efetivação das funções cabíveis ao Estado em relação ao cidadão, protegendo seus direitos e proporcionando-lhe segurança e bem-estar.

Neste posicionamento, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) pretende não só desarticular qualquer tipo de violência e impunidade, como também estabelecer parcerias para uma prática educativa que produza um acompanhamento interdisciplinar, objetivando a conscientização da população quanto à prática de delitos e suas formas de enfrentamento.

A parceria com segmentos da sociedade revela-se indispensável nas decisões que buscam a segurança coletiva. Para o alcance desse objetivo a SSP reconhece a importância de uma polícia integrada (policia civil, policia militar e bombeiro militar) e comprometida com o restabelecimento da cidadania mediante processos que permitam neutralizar os mecanismos reprodutores da criminalidade.

Dessa forma, preocupada em readequar suas atividades às demandas que as transformações econômicas, sociais e políticas ocasionam, e visando atender de maneira mais eficiente e menos traumatizante aos anseios da população a SSP tende a renovar suas formas de prestação de serviços para manutenção da confiança e participação da população na prevenção do crime e aumento da sensação de segurança. A SSP tem como meta principal a

redução de mortes violentas, que se manifestam sob as diversas formas de agressão e imprudência, a fim de transformar Sergipe num Estado mais seguro para a sociedade.

Nessa linha, como não se pode deixar de reconhecer, é imprescindível habilidades ao lidar com as diversas formas de marginalidade que parece crescer em criatividade a cada dia, exigindo uma estrutura mais eficaz que passe por preparação técnica em novas metodologias, melhoria de sistemas de informações, preparo psicológico e condições adequadas de trabalho.

Destarte, o presente modelo de gestão governamental prevê políticas de segurança pública que objetivam: mudanças comportamentais, reformas estruturais e a integração operacional entre as unidades policiais do Estado, tudo apoiado em uma revolucionária modernização tecnológica e metodológica, a qual somente será efetivada com a democratização do gerenciamento e com a oferta de condições dignas de trabalho para que os operadores de segurança desenvolvam suas atribuições de modo a suprir a demanda gerada pela dinâmica social e em atenção aos direitos e garantias assegurados na Carta Magna.

No tocante ao Sistema Prisional Sergipano (SPS), em 1º de janeiro de 2007, existiam sete unidades prisionais, com capacidade total para abrigar 1.141 presos. Mas, com a desativação da Casa de Detenção de Aracaju, em fevereiro daquele ano, houve uma redução do número de vagas, em 180, ficando o SPS com uma capacidade de abrigar 961 presos.

Até dezembro de 2010 foram criadas 1.050 novas vagas no SPS, correspondentes às Obras de: Construção dos Pavilhões IV e V do Complexo Penitenciário da Grande Aracaju (COPEMCAN), em São Cristóvão (320 novas vagas); Construção da Penitenciária de São Cristóvão (476 novas vagas); Construção da Cadeia Pública de Nossa Senhora do Socorro (155 novas vagas); Construção do Presídio Feminino (99 novas vagas).

A tabela abaixo mostra a população carcerária total de 3.710 presos, distribuída nas oito unidades prisionais do Estado:

<b>Unidade Prisional</b>	<b>Nº de Presos</b>
Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto – São Cristóvão	1.933
Penitenciária Estadual de Areia Branca (Semi-Aberto e Fechado)	384
Presídio Feminino – Nossa Senhora do Socorro	203
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – Aracaju	76
Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza – Tobias Barreto	198
Cadeia Territorial De Nossa Senhora Do Socorro – Nossa Senhora do Socorro	157
Complexo Penitenciário Advogado Antonio Jacintho Filho – São Cristóvão	468
<b>Total</b>	<b>3.710</b>

Fonte: Sistema de Administração Penitenciária de Sergipe (SAP), em 02.06.2011.

Cabe destacar que ao final da execução das obras que se encontram em andamento serão criadas mais 383 novas vagas, estas correspondentes às obras de Reforma e Ampliação do Presídio de Nossa Senhora da Glória (24 novas vagas); Ampliação da Penitenciária Estadual de Areia Branca (154); Construção da Cadeia Pública Territorial de Estância (196) e Reforma e Ampliação do Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza (09); totalizando, assim, a criação de 1.433 novas vagas no atual Governo, o que perfaz um acréscimo de 149,11% no número de vagas (de 961, em fevereiro de 2007, para 2.394, em agosto de 2011).

Ressalta-se que o crescimento da população carcerária no período foi de 43,05% (janeiro/2007 (2.216) a junho de 2011 (3.170), o que denota que o crescimento do número de vagas foi significativamente maior do que o aumento da população carcerária.

Mesmo com o número expressivo de abertura de novas vagas, estas ainda não são suficientes para abrigar a população carcerária do Estado, pelo significativo número de presos provisórios (não julgados) no SPS. Todavia, é premente a necessidade de concurso público, em curto prazo, para o cargo de agente penitenciário, na tentativa de suprir a demanda atual existente, bem como para garantir a operacionalização das novas unidades que serão inauguradas e as que serão ampliadas.

Além do aumento da população carcerária masculina, em sua maioria, oriundo do crescimento desordenado do tráfico de entorpecentes, esta mesma causa está contribuindo, sobremaneira, para o crescimento vertiginoso da população carcerária feminina. No caso do Presídio Feminino de Sergipe, 84% da população carcerária cometem o crime de tráfico. Por sua vez, a masculina não foge à regra, com um percentual de, aproximadamente, 35%.

Ademais o Governo, preocupado com o aumento do número de vagas, vem trabalhando a ressocialização do preso, conforme previsto pela Lei de Execução Penal. A ressocialização está voltada à educação formal e profissionalizante. Sendo esta última realizada nas áreas de confeiteiro, padeiro, corte costura, eletricista de automóveis, carpintaria, além da construção civil: pintura, instalador hidráulico e pedreiro. Pretende-se entre 2012-2015 continuar com esta política, estendendo a outras áreas (artesanato, cabeleireiro, informática, manicure e pedicure, etc.), inclusive ampliando a profissionalização aos egressos.

A ressocialização não se restringe à profissionalização no interior dos estabelecimentos prisionais. Desde 2001 foi introduzido no Estado o Programa Pintando a Liberdade, com o propósito de confeccionar materiais esportivos, a serem distribuídos aos diversos segmentos envolvidos com projetos e programas sociais através do esporte, com utilização de mão-de-

obra dos internos do sistema prisional do Estado de Sergipe, visando à ressocialização por meio da profissionalização.

A ociosidade dos presos é um problema. Para minimizá-lo o Governo desenvolve a atividade remunerativa por meio da manutenção/limpeza no interior das Unidades Prisionais, fazendo com que os presos percebam 2/3 do salário mínimo, como preconiza o artigo 29 da Lei de Execução Penal. Ainda é fato que, muitos presos são contratados por empresas privadas, responsáveis pelo fornecimento da alimentação nas unidades prisionais.

Para se efetivar um trabalho de ressocialização dos presos e dotar de maior segurança o SPS, os agentes penitenciários devem constantemente ser capacitados. A Escola de Gestão Penitenciária (EGESP) vem realizando cursos de manuseio e utilização de armamentos não letais; provas de tiro para a aquisição do porte de arma e curso de direção defensiva. No período correspondente ao Plano Plurianual (2012-2015) será executado o convênio firmado com o Ministério da Justiça, objetivando a execução do Curso de Combate em Ambiente Confinado.

Cabe destacar, ainda, o papel do PROCON/SE na orientação e na defesa do consumidor. O PROCON/SE vem crescendo, em termos, de suas atribuições, chegando, em 2010, a realizar cerca de 11.000 atendimentos, com 70% de resolução dos casos. O PROCON/SE também conta com recursos federais, oriundos de convênios, para ampliar sua atuação e desenvolver atividades visando à conscientização e defesa do consumidor.

## **Direitos Humanos e Igualdade**

Os Direitos Humanos e a formação para a cidadania em Sergipe vêm alcançando mais espaço e relevância sob a iniciativa da sociedade civil e de proposições governamentais, visando ao fortalecimento da democracia.

Esse movimento é referendado em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, sob a inspiração da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como da Constituição Federal de 1988, que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos direcionados à materialização da defesa e à promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais e Estaduais de Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos estão presentes em quase todos os aspectos da vida pública e constituem condição para a prevalência da dignidade humana, que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil, definindo medidas e políticas que devem ser efetivadas para reconhecer e proteger os indivíduos como iguais na diferença, ou seja, valorizando a diversidade presente na população sergipana, para estabelecer acesso igualitário aos direitos fundamentais.

Uma inovação importante para o avanço da política de promoção dos direitos da pessoa humana e dos cidadãos no Estado de Sergipe foi à criação da Secretaria dos Direitos Humanos e da Cidadania (SEDHUC), por meio da Lei nº. 7.116 de 25 de março de 2011. Esta tem a missão de firmar contornos regionais para formular políticas e diretrizes voltadas para a promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso, da diversidade sexual, da igualdade racial e minorias, além da defesa das pessoas com deficiência, com vistas a sua integração a vida comunitária.

No cumprimento de suas atribuições a Secretaria irá atuar com os seguintes desafios:

- a) Promover a inserção da temática dos direitos humanos de forma transversal nas políticas públicas;
- b) Articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a promoção e proteção dos direitos humanos em âmbito estadual, tanto por organismos governamentais, quanto por organizações da sociedade;
- c) Coordenar a política estadual de direitos humanos, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos;
- d) Estabelecer Ouvidoria Estadual dos Direitos Humanos

Cabe salientar que a implantação e manutenção da universalização de direitos em um contexto de desigualdades, perpassam por vários segmentos fragilizados da sociedade sergipana. Nesse sentido, é importante buscar uma interpretação completa e objetiva da temática em cada um desses segmentos, como forma de dotar o governo dos elementos indispensáveis à adoção de medidas cabíveis para os próximos anos, a saber:

**a) Negros**

Segundo dados do censo demográfico 2010, a população sergipana é composta por 1.453.619 pessoas negras e pardas, representando cerca de 70% da população total do Estado. Diante desses números, diversas discussões têm surgido nos meios acadêmicos, nos movimentos negros, nas instituições políticas e na sociedade civil como um todo, acerca da necessidade de promover ações articuladas entre as diversas políticas públicas visando a inserir mecanismos que possam reverter o quadro de “exclusão” social, melhorando a qualidade de vida da população negra sergipana. De igual forma, existem em Sergipe 20 comunidades de Quilombos reconhecidas, em 2011, conforme a Fundação Cultural Palmares (FCP).

Nesse contexto, para enfrentar a ocorrência de violação aos direitos humanos dos afrodescendentes e coibir o processo de marginalização econômica, social e política, frutos da escravidão a que foram submetidos esses segmentos da sociedade, a atual Administração adota medidas de caráter compensatório que visem à eliminação da discriminação racial e à promoção da igualdade de oportunidades, como se constata nas metas, e iniciativas que serão levadas a efeito nos próximos anos.

**b) Pessoas com deficiência**

Historicamente o ser humano que possuía alguma deficiência sempre foi pauta de discussão e discriminação. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência. Estima-se que 200 mil pessoas com deficiência residem em Sergipe, de acordo com as informações do Censo de 2000. Esse segmento de nossa sociedade viu a ascensão de seus direitos e seu reconhecimento como cidadão acontecer nas últimas três décadas, com ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação, buscando com medidas de caráter inclusivo, promover o acesso das pessoas portadores de deficiências ou com mobilidades reduzidas aos bens e serviços comunitários e, consequentemente, o direito de ir e vir e ter acesso a informações e comunicação.

### c) Crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe de um conjunto de leis sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo a realização de seus direitos como prioritários, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos. O ECA foi instituído como dever da família, da sociedade e o Estado em assegurar à criança e o adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária em harmonia com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

A tabela abaixo mostra o percentual da população do Estado de acordo com sua faixa etária, ou seja, estima-se que aproximadamente 36,1% da população são crianças e adolescentes .

Estado Sergipe	População residente por grupos de idade (%) Homens/Mulheres				
	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
%	4,2/4,3	4,4/4,3	5,1/4,9	4,9/4,0	4,8/4,9

Fonte: IBGE, Censo/2010

Apesar das conquistas alcançadas com a implementação desse Estatuto, ainda é muito elevada a ocorrência em Sergipe da violência sexual contra crianças e adolescentes em suas diversas expressões e a violação dos seus direitos fundamentais. Dessa forma, grandes serão os desafios que se tem a enfrentar na consolidação de políticas de proteção às crianças e aos adolescentes.

### d) Idosos

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma tendência de crescimento da população idosa brasileira e Sergipe não está fora desta tendência, pois os idosos já somam cerca de 170 mil, representando 8,3% da população total do Estado. Esse aumento da expectativa da vida se deve aos avanços em várias áreas, que permite melhores condições à população com idade mais avançada de uma forma geral. Com relação à política ou programas para idosos, estes estão presentes na maioria dos municípios sergipanos, através dos trabalhos realizados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselhos Municipais de Idosos e etc.

Com o crescimento da população idosa no Estado o Governo e sociedade civil organizada devem trazer para si o papel na proteção ao idoso e uma das formas de se exercer esse dever, é através da mobilização da opinião pública, da promoção de ações que levem ao

cumprimento do Estatuto do Idoso, que tratam do enfrentamento da exclusão social e de todas as formas de violência contra esse grupo social.

**e) Pessoas ameaçadas**

A impunidade nos julgamentos de crimes de violações aos direitos humanos e a necessidade de se oferecer proteção às vítimas e testemunhas desses crimes justificam a necessidades de se promover um conjunto de medidas de proteção não só as vítimas, mas também as testemunhas e defensores que, segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, existem alguns deles sendo ameaçados de morte.

Portanto, no âmbito da defesa dos direitos humanos de tais segmentos, é fundamental criar mecanismos que possam proteger e assistir as testemunhas, crianças e adolescentes ameaçados em sua integridade física, os defensores, pessoas em situação de privação de liberdade nas diversas instituições e aquelas colocadas em situação de risco social e pessoal.

**f) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**

Embora se perceba que ao longo dos anos tenha havido um avanço em termos de uma maior compreensão da temática e dos direitos desse grupo de viver conforme a sua condição ou preferência sexual, as estatísticas vêm demonstrando que esse segmento da população continua muito vulnerável a perseguições e a qualquer sorte de violência. Dessa forma é que o movimento LGBT vem direcionado suas principais lutas ao reconhecimento dos seus direitos civis, sociais e políticos. Sergipe é o Estado que ofereceu maior risco de morte para travestis e gays em termos relativos. Registraram 11 homicídios em 2008. O Nordeste confirma ser a região mais homofóbica do País: abriga 30% da população brasileira e registrou 48% dos GLBT assassinados. Nesse sentido, o risco de um homossexual nordestino ser a próxima vítima é 84% mais elevado do que no sul/sudeste.

**g) Gênero**

Sendo o gênero uma construção social, ele não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, dependendo dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, variando, de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade.

O Governo de Sergipe ciente do compromisso com a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática, vem buscando formular políticas antidiscriminatória alicerçada na equidade de gênero, na inclusão pela renda e pelo direito.

No que tange especificamente as políticas direcionadas às mulheres, estas estão ratificadas no II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres que tomou por parâmetro as necessidades das mulheres em cada território. Representa um instrumento que garantirá permanente interlocução entre o Governo do Estado, governos municipais, organizações governamentais e não governamentais e movimentos de mulheres sergipanas, na perspectiva do diálogo permanente e transparente.

Concernente à violência contra as mulheres, constata-se que ainda representa uma das principais formas de violação dos direitos humanos. A Convenção de Belém do Pará, em 1994, definiu assim o conceito de violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento”. Nesse contexto, é que a atual Administração destaca em sua política de Combate o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Como se há de convir, diante das considerações aqui abordadas, tratar de direitos humanos e Igualdade significa percorrer uma trajetória transversal, levando o Governo a estabelecer parcerias entre suas diversas instâncias e com as organizações da sociedade civil, como forma de implementar ações que permitam enfrentar as desigualdades de gêneros, éticas, raciais, sexuais e de pessoas portadoras de deficiências.

Essa concepção de que somente o esforço conjunto do Estado e a Sociedade Civil pode lograr êxito no trato dos Direitos Humanos representa um grande avanço, uma vez que é na convergência dos compromissos que faz ampliar e fortalecer os mecanismos garantidores da defesa da dignidade humana.

Nesse sentido, os grandes desafios são:

- a) Promover a educação na área dos direitos humanos como forma de contribuir para construção de sociedade mais igualitária;
- b) Promover junto aos povos quilombolas e indígenas ações de educação e capacitação sobre os direitos humanos;

- c) Ampliar o acesso e qualificar os programas de direitos humanos, no atendimento aos grupos vulneráveis;
- d) Capacitar agentes públicos e cidadãos para identificar e notificar crimes e casos de violência contra pessoas com deficiência, idosos, mulheres, indígenas, negros, crianças, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e pessoas em situação de rua;
- e) Promover a articulação e a integração entre os órgãos públicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, visando à concretização de ações na área de enfrentamento de toda forma de violência;
- f) Implementar metodologias e sistemática de monitoramento e avaliação das ações temáticas realizadas;
- g) Garantir o funcionamento da Câmara Técnicas Estadual no Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento a Violência contra a mulher no Estado de Sergipe.

Convém ressaltar, nesse contexto, o papel do esporte e lazer como fator de inclusão social, pelos benefícios que proporciona a formação humana e cidadã. Dessa forma, foi pensado o Projeto “Sou parceiro”, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para democratização de práticas desportivas.

Este projeto incorpora três ações ou subprojetos. O primeiro chama-se “Vida Alegre”, que tem como objetivo a formação de atletas e o desenvolvimento de práticas esportivas, dentro das modalidades olímpicas em todos os municípios do Estado, tendo os municípios e as federações esportivas como parceiros. O segundo projeto é o “Buscando o Sonho”, que visa ao estabelecimento de parceiras com instituições que já desenvolvem ações esportivas em comunidades carentes, fortalecendo o trabalho que essas instituições realizam. O terceiro projeto é o “Sou Eficiente”, que desenvolve ações voltadas para o esporte para pessoas com deficiência física.

Na área da inclusão social existem ainda dois programas em convênio com o Governo Federal. O Programa Segundo Tempo, que atende dez mil crianças e jovens em 39 municípios, com atividades de iniciação esportivas, pedagógicas e sociais no contra turno escolar do aluno; o Projeto Navegar, que é realizado em um núcleo na cidade de Aracaju, atendendo a duzentos adolescentes de comunidades carentes e que utiliza as modalidades náuticas, com o objetivo da inclusão social dos alunos.

## Enfrentamento ao Crack e a Outras Drogas

De acordo com Osvaldo Coggiola o tráfico de drogas é o segundo item mais vantajoso no comércio mundial da marginalidade, perdendo apenas para o tráfico de armamento. Na base desse fenômeno está o crescimento do consumo dessas substâncias entorpecentes, que vem se alastrando em todo o mundo. Por conta disso, assiste-se ao alastramento da violência urbana, a autodestruição das pessoas e a desestruturação familiar, prejudicando, mais de perto, a juventude, por ficar condenada ao desemprego crônico e a desesperança.

Ademais, o comércio de drogas termina por provocar uma sangria nos recursos financeiros dos países, por refletir negativamente no sistema de saúde pública que, cada vez mais, precisa se aparelhar do instrumental necessário para minimizar os efeitos danosos que esse comércio vem ocasionando.

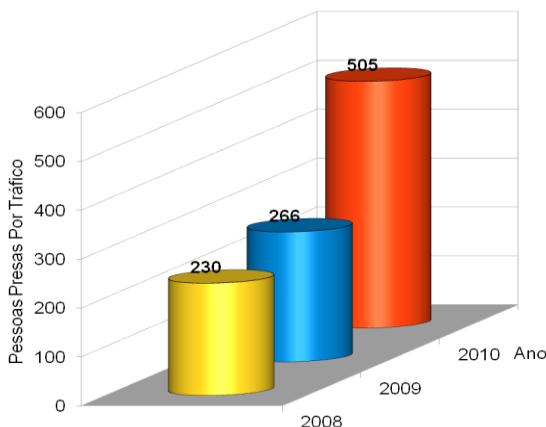
No Estado de Sergipe as estatísticas demonstram que o número de usuários de drogas ilícitas vem aumentando drasticamente, conforme gráficos a seguir, cujas consequências vem se refletindo no aumento dos índices de criminalidade, uma vez que grande parte dos crimes cometidos, atualmente, está ligada, direta ou indiretamente ao consumo e a comercialização de narcóticos, conforme gráfico a seguir:

**Drogas Apreendidas em Sergipe, 2008 a 2010**



Fonte: DENARC. (Elaboração: CEACRIM/PC)

### Pessoas Presas por tráfico em Sergipe (2008 a 2010)



Fonte: Denarc (Elaboração: Ceacrim-PC)

Em verdade, as questões emergentes relacionadas à produção, comércio e consumo de drogas ilícitas nas sociedades contemporâneas chamam atenção pelo seu caráter estrutural, requerendo, para o seu combate, políticas públicas integradas e compatíveis, tendo em vista que suas repercussões rebatem em todos os setores e aspectos da vida. Daí não ter conseguido êxito as políticas proibitivas e legalistas, implantadas em diversos países que tinham como propósito extinguir as drogas da humanidade, pois é completamente inócuo tratar essa questão de forma isolada.

Para um problema de tal proporção e complexidade é fundamental juntar esforços não somente para combater as drogas, sob o risco de se combater, também, os usuários, mas, sobretudo, buscar uma compreensão permeada de princípios étnicos e humanos, que considere a diversidade das substâncias existentes, as motivações humanas para os diversos tipos de uso e as exigências dessa nova sociedade sobre os indivíduos inseridos em contextos sócio-econômicos singulares. Nesse sentido, é necessário estimular o debate, ampliando a participação de toda a sociedade, numa questão onde todos estão implicados direta e indiretamente.

Vale reafirmar que a questão das drogas e da violência deve ser tratada, também, como um problema de saúde pública, a fim de minimizar os danos físicos e psíquicos nos seres humanos e isso, como já citado, termina por rebater nos custos da saúde e na previdência.

Dessa forma, na esfera da saúde, o Governo do Estado vem avançando com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas, fortalecendo a rede de

serviços substitutivos. Com a elaboração, aprovação e implementação da Política Estadual de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, com ênfase no Crack e Oxi, espera-se garantir aos usuários dos SUS o cuidado integral, humanizado e resolutivo.

Pode-se observar que houve ampliação do acesso dos usuários de substâncias psicoativas no Estado a serviços de saúde mental, por conta da implantação de novos Centros de Apoio Psicossocial, que passou de uma unidade em 2002 para 32 em 2011, distribuídos em todas as regiões, sendo quatro deles específicos para atendimento a pessoas que fazem uso abusivo de droga.

Outro aspecto a salientar e que tem se revelado de suma importância, foi o funcionamento, em dezembro de 2010, do projeto Escola Estadual de Redutores de Danos, numa parceria com o Ministério da Saúde. Trata-se de uma estratégia eminentemente educativa e preventiva, voltada para a saúde do usuário, conscientizando-os dos cuidados que devem ter devido aos efeitos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas. Todos os procedimentos levados a efeito se efetivam no campo e, diversamente do que comumente acontece, a estratégia é não esperar que os usuários de drogas venham até a instituição, mas chegar até a eles, por meio do trabalho especializado dos agentes redutores, que são profissionais da área da saúde.

Portanto, trata-se de uma proposta nova, pois o objetivo não é a repreensão e nem promover a abstinência às drogas, mas ensinar a cidadania, incentivando os usuários a terem cuidado com os próprios problemas de saúde que o uso abusivo de drogas ocasiona. Em suma, a proposta é ser um amigo do usuário, visando, mediante à conscientização, reduzir, gradativamente e sem imposição, o uso de álcool e outras drogas.

Para os próximos quatro anos os desafios são: implantação dos novos serviços, através das Casas de Acolhimento Transitório (CAT) e CAPS AD (álcool e outras drogas) Tipo III (24 horas); qualificação da atenção, através da oferta das capacitações e de apoio institucional; garantia do acesso e cuidado integral nas redes de atenção primária, urgência e emergência; oferta de leitos psiquiátricos em hospitais regionais e em clínicas especializadas para pessoas com transtorno mental e para as que fazem uso de drogas.

No que concerne à área de Segurança Pública, o atual Governo, vem desenvolvendo esforços para por em prática ações de caráter repressivo e preventivo, principalmente em regiões de grande vulnerabilidade à violência e ao uso do crack e outras drogas, por meio de um policiamento ostensivo e qualificado, aliado a um trabalho de investigação especializada e

ininterrupta, juntamente com o aparelhamento e treinamento das polícias, a fim de que se possa, com a cooperação de outros setores de atuação governamental, extirpar do seio da sociedade sergipana esse mal crônico.

Com o escopo de reduzir os índices alarmantes do consumo de drogas ilícitas no Estado, principalmente da substância entorpecente vulgarmente conhecida como “crack”, bem como o aumento da criminalidade, foi criado, em 2009, em Aracaju, o Departamento de Narcóticos (DENARC), que precisa se expandir para o interior do Estado, uma vez que a comercialização de drogas ilícitas é realizada por organizações criminosas, altamente equipadas e especializadas, o que exige, para seu enfrentamento, o reaparelhamento das unidades de combate ao narcotráfico, tanto na Capital, como no interior.

Assim, dentro de sua área de atuação, a SSP pontua como indispensáveis ao combate ao tráfico as seguintes medidas: fortalecimento das ações desenvolvidas pelo DENARC/SE - em consonância com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e com os Planos Integrados de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas Nacional e Estadual –; produção de conhecimento coerente e alicerçada em métodos rápidos e eficientes; aprimoramento constante do aparato tecnológico dos órgãos de investigação especializada no combate ao narcotráfico; qualificação e incremento do policiamento ostensivo que, deverá, no primeiro momento, ser realizado por tropas especializadas; investimento em sistemas de inteligência e perícia; realização de ações que permitam criar um sistema de bloqueio da dinâmica de recrutamento pelo tráfego de crianças, adolescentes e jovens, como medidas de proteção a toda população sergipana.

Considerando o panorama precário da Perícia Criminal no Estado, o que tem dificultado a produção da prova científica cabal para esclarecimento de crimes, e diante das funções constitucionais da Polícia Civil de Sergipe as quais estão embasadas em dar a resposta legal e na medida exata para as demandas sociais latentes é inevitável que seja possível o mínimo de investimentos em sistemas de inteligência e perícia, que permitam implementar as melhores práticas de prevenção, repressão, investigação e combate aos variados crimes.

Para o combate ao tráfico é fundamental identificar, de logo, o ciclo criminal de cada território, reforçar o policiamento de inteligência e instalar postos policiais nas rotas do tráfego; criar unidades especializadas de combate ao narcotráfico, integradas às unidades de

inteligência para atuarem em centros urbanos e rurais, rodovias e divisas; envolver o Poder Judiciário, o ministério Público e outros órgãos.

## **Segurança Alimentar e Nutricional**

No Brasil, desde os tempos coloniais, havia uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da população. O conceito de Segurança Alimentar veio à luz a partir da 2ª Grande Guerra onde mais da metade da Europa foi devastada, ficando sem condições de produzir o seu próprio alimento (BELIK, 2003).

Entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”, conforme Artigo 3º da Lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Dessa forma, o conceito de SAN envolve a qualidade dos alimentos, as condições ambientais para a produção, o desenvolvimento sustentável, a diversidade cultural e a qualidade de vida da população.

Promover a Segurança Alimentar e Nutricional sustentável é uma responsabilidade coletiva (governo, sociedade civil e setor empresarial), que deve buscar articular as iniciativas governamentais e não governamentais em políticas públicas capazes de garantir a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para todos.

No Brasil, a taxa de insegurança alimentar é mensurada por meio da PNAD, realizada pelo IBGE, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A PNAD investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, como educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, dentre outras. O índice de segurança alimentar da PNAD é feito por meio da classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista.

São considerados domicílios em condição de segurança alimentar aqueles onde os moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Já os domicílios com insegurança

alimentar são classificados em leve: quando detectada alguma preocupação com a quantidade de alimentos no futuro e nos quais há comprometimento com a qualidade dos alimentos; moderada: quando os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento; grave: os domicílios quando as crianças, quando havia, além dos membros adultos passaram pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome.

De acordo com a edição da PNAD de 2009, foi constatado que 30,2% dos 58,6 milhões domicílios particulares no Brasil estavam em situação de insegurança alimentar, sendo a situação mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste, 40,3% e 46,1%, respectivamente. Na classificação de insegurança alimentar em 2009, 18,7% dos domicílios foram classificados como leve, 6,5% moderada e 5,0% grave. Em 2004 essa classificação foi de 18,0%, 9,9% e, 7,0%, respectivamente. Esses números apresentam uma diminuição dos domicílios em situação de insegurança alimentar já que, em 2004, eram 34,9% dos 52 milhões de domicílios entrevistados. Além disso, mostram também, um crescimento do percentual de insegurança leve e redução dos percentuais dos graus moderado e grave.

Ao analisar os domicílios por região urbana e rural foi constatado pela PNAD que, entre 2004 e 2009, houve redução da proporção de domicílios com moradores em situação de insegurança alimentar tanto na zona urbana (de 33,3% para 29,4%) quanto na rural (de 43,6% para 35,1%). Além disso, houve queda na proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar grave e moderada tanto na área urbana quanto na rural. Em 2009, entre os domicílios da área rural em situação de insegurança alimentar, 55,8% apresentavam grau leve, já em 2004, eram 46,2% nessa categoria.

Em Sergipe, o número de domicílios com insegurança alimentar no período de 2004 a 2009 aumentou. Em 2004, 26,1% dos 533 mil domicílios particulares se encontrava em situação de insegurança alimentar (12,7% leve, 8,9% moderada, 4,5% grave). Já em 2009, esse percentual subiu para 40,3% dos 593 mil domicílios existentes (24,0% leve, 9,4% moderada, 6,9% grave).

O Governo Federal tem realizado grandes investimentos nas políticas de segurança alimentar, com o objetivo de diminuir esses índices. O ano de 2010 foi marcado pela conquista de marcos regulatórios da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no país. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 047/2003 pelo plenário da Câmara dos

Deputados, em segundo turno, incluindo explicitamente no artigo 6º a alimentação entre os direitos sociais da Constituição Federal; a assinatura do Decreto nº 7.272/2010, pelo Presidente da República, durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 25 de agosto de 2010, que regulamentou a LOSAN e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), definindo diretrizes e objetivos desta Política e dispondo sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento e monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O Estado de Sergipe, em 2011, tem avançado, juntamente com o País, na construção e implementação do SISAN. Realizou o Seminário Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, onde foi elaborado o Decreto que regulamenta a Lei Estadual nº 6.524/2008. Esta lei dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe e cria o SISAN/SE.

Nos municípios sergipanos, a política de SAN ainda é precária ou inexistente. Apenas 38,67% dos municípios apresentam Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAN) tem incentivado a criação e implementação de COMSEAN's, por meio de conferências municipais e territoriais, para o fortalecimento do SISAN.

A Câmara Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) deve ser integrada pelos Conselheiros representantes das Secretarias de Estado responsáveis pelas pastas afetas à segurança alimentar e nutricional e pelo presidente do CONSEAN. Seu objetivo é promover a articulação e integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual relacionados à segurança alimentar e nutricional.

## **Assistência Social e Inclusão Produtiva**

O Programa de Assistência Social e Inclusão Produtiva contempla três eixos, a saber: Assistência Social, Inclusão Produtiva e Defesa Civil.

A Assistência Social no Brasil trilhou um caminho bastante diverso e difuso, como demonstram algumas autoras: Iamamoto (1998), Sposati (2004), Arretche (2002), Couto (2003). Durante um longo período predominaram ações assistencialistas e fragmentadas.

Segundo essas autoras, uma das entidades de maior expressão que atuou na assistência social no Brasil por muitos anos foi a Legião Brasileira da Assistência (LBA), cujas bases estavam fundamentadas num modelo assistencialista de gestão.

Passados alguns anos, entre avanços e recuos, a Assistência Social foi reconhecida como direito social universal pela Constituição de 1988, passando a integrar o sistema de seguridade social. No início da década de 1990, essa política deu um passo firme para consolidação de sua nova concepção com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 (Lei nº 8.742/93), imprimindo-lhe princípios como seletividade e universalidade na garantia dos benefícios e serviços. A partir desse marco legal, o Estado passa a ser “o agente promotor dessas garantias e direitos, inaugurando uma nova era para a cidadania brasileira.” (CNAS, 2011). As conquistas advindas desse dispositivo impulsionaram uma mudança de rumo na Assistência que se consolidou como Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004. Na PNAS há avanços que estão em consonância com o que estava disposto na Constituição Federal e na LOAS, principalmente no que tange à concepção da universalização da assistência e entendimento de que se trata de uma política de natureza não contributiva e descentralizada e participativa na sua forma de organização político-institucional.

Com a PNAS, novas exigências e desafios para a organização e a oferta dos serviços socioassistenciais são colocados, gerando demandas mais complexas para o conjunto dos gestores, trabalhadores e conselheiros do campo da assistência social. Isso, sem dúvida, requer maior capacidade técnica, política e ética por parte desses atores aqui referenciados.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi então criado em 2005, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O sistema teve suas bases de implantação consolidadas por meio da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) a qual apresenta as competências de cada órgão federado e os eixos estruturantes da política. Segundo (TAPAJOS, 2007), o SUAS define-se como um novo modelo de gestão da política de assistência social no país. Assim, enquanto modelo sistêmico da oferta dos serviços de proteção social, o SUAS vai se consolidando e rompendo com as práticas históricas de um modelo assistencialista de gestão.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira diz respeito à Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em

situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados.

O sistema engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC e outros benefícios eventuais), prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Baseado no pacto federativo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como já mencionado, promove a gestão descentralizada e participativa, através dos serviços, programas, projetos e benefícios, com foco na atenção às famílias.

Dentro dessa nova lógica de Assistência Social, o Estado de Sergipe vem implantando o SUAS gradativamente, em que pese serem muitos os desafios.

Considerando a classificação dos municípios por porte (de acordo com o número de habitantes), conforme determina a PNAS, Sergipe apresenta dois municípios classificados de grande porte, quatro de médio porte, 21 de pequeno porte II e 48 municípios de pequeno porte I, para onde os programas, serviços e ações devem ser direcionados.

No âmbito da Proteção Social Básica, foram implantados até hoje 106 CRAS, abrangendo o conjunto dos 75 municípios sergipanos (Censo SUAS/2010).

Na oferta de serviços de Proteção Social Especial de média complexidade, o Estado possui hoje o quantitativo de 35 CREAS distribuídos em 32 municípios e um CREASPOP localizado na capital.

É importante ressaltar que, em 2010, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, o qual prevê a ampliação de recursos para a implantação dos novos CREAS. Esta iniciativa promove uma maior e melhor distribuição destes equipamentos em todo território sergipano.

Convém salientar também que, na proteção social de alta complexidade, há outros espaços no Estado que compõem a rede socioassistencial, sejam eles públicos ou privados, a exemplo das Instituições de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades e quantitativos: abrigos para Crianças e Adolescentes ( 20 equipamentos situados em 10 municípios), abrigos para

Idosos (13 equipamentos, distribuídos em 13 municípios) casa-lar (em processo de implantação) casa de passagem (01 Equipamento na capital).

Com relação aos programas de transferência de renda, Sergipe tem atualmente o quantitativo de 239.566 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, num universo de 358.808 mil famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) - ( SIBEC/março 2011).

Para medir o nível de desenvolvimento dessas famílias do CadÚnico, criou-se o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), indicador proposto pelo IPEA como medida sintética de desenvolvimento das famílias a partir de seis dimensões, obtidas a partir de dados do CadÚnico, são elas: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da família. Sergipe apresenta a marca de 0,56, atrás apenas do Rio Grande do Norte na região nordeste.

Já para avaliar a gestão do SUAS em nível estadual, o MDS criou o Índice de Gestão Descentralizado Estadual (IGD-E), que avalia a qualidade e a atualização das informações do CadÚnico e a assiduidade e integridade das informações sobre o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de educação e saúde por parte das famílias sergipanas beneficiárias do Programa. Sergipe, apesar de ter uma boa nota, 0,8, não se destaca quando comparado aos outros estados da região nordeste, mostrando que pode melhorar um pouco mais neste quesito.

Por fim, nesse processo de consolidação do SUAS no Estado é fundamental ter-se presentes os desafios a serem enfrentados, quais sejam:

- Reordenamento institucional dos órgãos que gerenciam a política no Estado e municípios;
- Potencialização da Rede Estadual de Assistência Social através de serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Valorização e qualificação da gestão do trabalho no SUAS;
- Implantação do cofinanciamento estadual;
- Gestão integrada e intersetorial;
- Busca ativa e a inserção da população que se encontra em situação de extrema pobreza (hoje 311.162 mil pessoas num total de 74.688 mil domicílios).

A Inclusão Produtiva tem por objetivo promover o acesso à renda da população em situação de risco e vulnerabilidade social. Isso porque, o ciclo de reprodução da pobreza e da dependência das famílias aos programas sociais governamentais somente se quebra quando se promovem as condições para que estas famílias adquiram autonomia para sua sobrevivência.

Essa vertente de trabalho é tão importante que é um dos principais “eixos” de trabalho do Plano Nacional de Erradicação da Miséria, “Brasil Sem Miséria” e do respectivo Plano de Sergipe para Erradicar a Miséria. Na zona rural, contempla alternativas para o aumento da produção da agricultura familiar e tem grande interface com os Programas de Agricultura e Segurança Alimentar. Nas zonas urbanas, o foco é de capacitação e intermediação de mão de obra, articulando-se com as políticas de assistência social, trabalho, educação, desenvolvimento econômico, dentre outras.

A Política de Inclusão Produtiva está focada em quatro vieses: 1) Qualificação Profissional para população de risco e vulnerabilidade social; 2) Implantação de Unidades Produtivas; 3) Apoio a Iniciativas Produtivas oriundas de Associações e/ou Cooperativas; e 4) Programa Estadual de Transferência de Renda (Mão Amiga).

O Programa Mão Amiga, criado pela Lei Nº 6.697, de 01 de outubro de 2009, tem por finalidade adotar medidas mitigadoras frente aos efeitos do desemprego sazonal decorrentes das entressafras dos cultivos da cana-de-açúcar e da laranja, que resultem em geração de renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população afetada. O Programa estabelece como meta o atendimento a 10.000 trabalhadores, sendo 5.000 trabalhadores da laranja e 5.000 da cana-de-açúcar e oferece auxílio de R\$ 190,00 mensal, durante os quatro meses das entressafras. Há a possibilidade de ampliação do Programa para outras atividades e culturas.

Os grandes desafios para a política de Inclusão Produtiva para o próximo quadriênio são:

- Constante diálogo com a iniciativa privada para alinhar as capacitações da população de baixa renda com as demandas do mercado;
- Acompanhar as famílias e associações beneficiadas durante e depois da implantação dos projetos, para fortalecer e avaliar a efetividade do Programa;
- Acompanhar as pessoas capacitadas para avaliar qualidade dos cursos oferecidos e a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

No tocante a Defesa Civil, os estudos epidemiológicos demonstram que, no último século, os desastres naturais produziram danos muito superiores aos provocados pelas guerras. Já os antropogênicos – aqueles causados pelo homem, intensificam-se a cada dia, visto que o desenvolvimento econômico e tecnológico não acompanhou os padrões de segurança exigidos pela sociedade, gerando deterioração ambiental e agravando as vulnerabilidades dos ecossistemas humanos, aumentando os níveis de insegurança aos desastres tecnológicos.

No Brasil, a crise econômica que se instalou a partir de 1970 contribuiu para deteriorar as condições de vida e o bem-estar social, intensificar as desigualdades e desequilíbrios inter e intra-regionais, intensificar os movimentos migratórios internos, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, intensificar o desenvolvimento de bolsões e cinturões de extrema pobreza, no entorno de diversas cidades.

A partir daí, observou-se um crescimento desordenado em todo o país que gerou ocupações de áreas extremamente inseguras, desemprego, especulação, fome, migrações descontroladas, incertezas, revolta, violência entre outros problemas que promovem desastres humanos relacionados com as convulsões sociais.

Apesar de ser notório o crescimento econômico do Brasil nos últimos anos, em uma rápida retrospectiva, observa-se poucos avanços alcançados na redução das vulnerabilidades da sociedade brasileira aos desastres, mesmo àqueles de natureza cíclica como o exemplo das secas no nordeste e, em especial, no Estado de Sergipe. Desta forma, torna-se imperioso que o processo de planejamento do desenvolvimento, seja qual for a esfera, nacional, estadual ou municipal, conteemple de forma clara e permanente, a prevenção dos desastres.

Na esfera federal os primeiros passos que focaram decisivamente a prevenção dos desastres foram dados por meio da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil, de 12 de dezembro de 1994, publicada na seção I do Diário Oficial da União nº 01 de 02 de janeiro de 1995, estabelecendo a Política Nacional de Defesa Civil.

A partir daí, o contexto da Defesa Civil Nacional passou a trilhar por um caminho que ruma para uma estrutura solidificada e atuante na prevenção, com o objetivo geral focado na “Redução dos Desastres”.

Assim, foram definidos como aspectos globais para a redução dos desastres a “Prevenção dos Desastres, a Preparação para Emergências e Desastres, a Resposta aos Desastres e a Reconstrução das áreas afetadas pelos desastres”.

Com isso, deu-se a organização sistêmica da defesa civil no Brasil, com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), em 16 de dezembro de 1988, reorganizado em agosto de 1993 e atualizado por intermédio do Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005 e revogado pelo Decreto nº 7.257 de 04 de agosto de 2010.

Na nova estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil, destaca-se a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil locais.

A partir do estabelecimento da Política Nacional de Defesa Civil e da organização sistêmica da Defesa Civil Nacional, alguns estados brasileiros, seguindo a tendência nacional, reorganizaram suas políticas e seus órgãos de defesa civil, transformando-os em Secretarias de Estado, a exemplo do Piauí, do Distrito Federal e de Santa Catarina. Além disso, diversos Estados brasileiros já implementaram suas Políticas Estaduais de Defesa Civil, onde as atribuições dos Órgãos estaduais e municipais de defesa civil têm suas atribuições bem definidas.

No Estado de Sergipe, a primeira estrutura embrionária de Defesa Civil foi criada em 21 de janeiro de 1972, por força do decreto nº. 2.204, que estabeleceu as normas para o funcionamento da Comissão de Defesa Civil, criada em caráter permanente.

Nos anos posteriores, a Defesa Civil do Estado passou por diversas alterações e transferências entre várias Secretarias de Estado, a exemplo da Secretaria de Estado de Assistência aos Municípios (SEAM) em 1979, da Secretaria de Articulação com os Municípios em 1987, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Municipal (SEDEM) em 1989, da Secretaria Geral de Governo em 1991, da Secretaria de Estado do Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho em 2003 e finalmente chegando a atual situação em 2007.

Apesar das diversas mudanças ao longo do tempo, nunca houve uma estruturação capaz de fazer da Defesa Civil de Sergipe um órgão que tivesse uma verdadeira estrutura organizacional para fazer cumprir, com eficácia, a missão de “Reducir Desastres” em Sergipe.

Em 1988 surgiu a primeira estrutura de órgão de Defesa Civil setorizada, contando com divisões de engenharia, de transporte e comunicações entre outras, mas nada perto do ideal, quando se propõe ao estabelecimento de uma Política Estadual de Defesa Civil.

Atualmente, a Coordenadoria Especial de Defesa Civil mantém uma estrutura funcional não regulamentada, portanto vulnerável, que conta com um Coordenador, uma Secretaria Executiva, Gerências de Engenharia, Planejamento e capacitação, Operações e Técnica.

Apesar das tentativas dos ex-coordenadores de Defesa Civil, não houve evolução nas ações de Defesa Civil do Estado de Sergipe, permanecendo o órgão atuando na reação aos eventos desastrosos, ou seja, com foco ligado apenas à resposta aos desastres, deixando de atuar efetivamente no aspecto mais importante, que é a prevenção.

Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento da Defesa Civil Estadual é propositivo, visto que tende a estabelecer a Política Estadual de Defesa Civil, seguindo as diretrizes nacionais, sistematizando as ações de Defesa Civil no Estado, atribuindo competências aos órgãos municipais, setoriais, de apoio e chamando a sociedade civil a participar de todo o processo de conscientização das ações de defesa civil. Além disso, visa, também, a estruturar o órgão estadual de defesa civil, solidificando suas ações e atendendo a uma necessidade urgente que é a formação de um efetivo próprio e preparado para realizar suas ações.

Desta forma, é urgente a organização da política de defesa civil no âmbito estadual, afinada com as diretrizes da política nacional, para redefinir as ações e implementar os projetos que irão decisivamente manter um nível aceitável de proteção civil para os cidadãos sergipanos.

Portanto, o programa visa a implementar a Política Estadual de Defesa Civil, sistematizando as ações e estruturando organizacionalmente o Órgão Estadual de Defesa Civil.

## **Promoção dos Direitos das Crianças e do Adolescente**

A Fundação Renascer do Estado de Sergipe tem por objetivo operacionalizar e executar a Política do Governo Estadual, relativa à assistência social e a proteção especial da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social, fundamentada nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

No âmbito da política pública de atendimento a criança e ao adolescente em medidas protetiva e socioeducativas, a Fundação Renascer vem implementando ações que contribuem para a continuidade da qualificação da gestão e a consequente superação dos desafios, com vistas a torná-la cada vez mais habilitada a responder as demandas da sociedade sergipana.

Por meio das medidas protetivas e socioeducativas, a Fundação vem desenvolvendo ações voltadas para o processo de reintegração de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária, realizando visitas domiciliares, promovendo a participação das famílias em eventos promovidos pela instituição, visitas semanais, grupo de atendimento familiar, garantindo o que estiver previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Conforme preceitua o artigo 53 do ECA, toda criança e adolescente tem direito garantido à educação, visando ao seu pleno desenvolvimento e o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, o acesso à educação surge com um fator de transformação social, com objetivo de combater a exclusão social, permitindo que a criança e adolescente se desenvolvam e estejam preparados para exigências da vida em sociedade, tanto quanto aos seus direitos e deveres no convívio com as pessoas como no seu trabalho.

Na área da educação formal, o processo de escolarização das crianças e adolescentes em medidas protetivas da Fundação Renascer é desenvolvido mediante a rede pública de ensino, na qual as crianças e adolescentes são matriculados. A instituição abrigadora proporciona ainda o reforço escolar, visando à complementação e o acompanhamento do processo educacional de cada criança e adolescente abrigado.

Para atender as medidas socioeducativas, a Fundação Renascer firmou convênio com a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de promover a escolarização dos adolescentes em cumprimento de medidas nas unidades socioeducativas através dos módulos de educação de jovens e adultos, garantindo, assim, a escolarização aos socioeducandos em regime de privação de liberdade.

Como consta no ECA, a educação profissionalizante é um direito garantido por lei ao adolescente. O principal objetivo da educação profissionalizante é a capacitação para o exercício profissional e preparação para o mercado formal e/ou informal de trabalho.

A Fundação Renascer operacionaliza o Projeto “Trilhando Caminhos”, o qual prepara os adolescentes em medidas protetivas para o mercado de trabalho, encaminhando-os para estágios em órgãos públicos, como também, desenvolve o Programa de Egresso das Medidas Socioeducativas (PEMSE), acompanhando e inserindo os adolescentes egressos no mercado de trabalho por meio de qualificação profissional e campos de estágios.

O Plano Nacional de Saúde da Criança e do Adolescente, segundo portaria do Ministério da Saúde nº 1426, de 14 de julho de 2004, assegura à atenção integral a saúde dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Segundo esses princípios, a Fundação Renascer realizou ações nessa área de cunho preventivo e curativo.

Em relação às atividades culturais, esportivas e de lazer, a Fundação vem desenvolvendo essas ações como instrumento de inclusão social, a fim de garantir o desenvolvimento físico, social e mental, além do fortalecimento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico racial e de gênero, garantidas e previstas na Proposta Político Pedagógica.

Nos anos de 2009 e 2010 a Fundação Renascer atendeu nas 04 unidades de medidas protetivas 365 crianças e adolescentes. Dentre eles, cinco jovens/adultos com transtornos mentais.

No trabalho desenvolvido, tendo em vista o retorno à convivência familiar e comunitária, foram reinseridos, nesses dois anos, 175 crianças e adolescentes, sejam nas famílias de origem ou em famílias substitutas. Desse quantitativo, 25 crianças e adolescentes retornaram as unidades de acolhimento institucional. Totalizando 150 desligamentos.

No que concerne às medidas socioeducativas no período de 2009 a 2010 foram atendidos 851 adolescentes. Deste quantitativo 486 retornaram ao convívio sócio-familiar, no entanto, 98 desses adolescentes reincidiram na prática de atos infracionais, acarretando seu retorno as unidades de medidas socioeducativas da Fundação Renascer. Totalizando 388 adolescentes reintegrados a sociedade. Por meio do Programa de Egresso das Medidas Socioeducativas (PEMSE) a Fundação Renascer acompanhou e inseriu 153 adolescentes no mercado de trabalho através de estágios e qualificação profissional.

A aplicação de medida socioeducativa cumulativamente com medidas protetivas, tão necessária no caso dos adolescentes autores de ato infracional e dependentes químicos, se torna comprometida quando da ausência de políticas públicas voltadas para esta problemática.

Atualmente, algumas dificuldades estão sendo enfrentadas e para que haja uma significante melhoria no atendimento, vislumbra-se a necessidade em aumentar o efetivo do quadro de funcionários; reformar, ampliar e equipar as unidades de atendimento às medidas protetivas e socioeducativas; descentralizar o atendimento socioeducativo através da construção de duas novas unidades de internação no interior do Estado; abranger o atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto para todos os municípios do Estado; ampliar a assistência prestada ao adolescente egresso e sua família; implementar novos cursos profissionalizantes e programas de estágio; criar o Sistema de Monitoramento da Política Estadual de Atenção Integral a Criança e Adolescente em situação de risco.

Há um longo caminho a ser percorrido, que exigirá muito trabalho e deverá ser protagonizado pela Fundação Renascer em parceria com todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos: Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Direitos Humanos, Prefeituras e os Órgãos Públicos Estadual, profissionais das áreas: protetiva e socioeducativa, adolescentes e jovens, pais, mães, famílias e suas comunidades, visando à melhoria da política de atendimento a criança e ao adolescente do Estado.

### **Oferta de Água e Saneamento Básico**

A Política de Saneamento estabelecido pelo Governo de Sergipe tem como objetivo a oferta de água a 88% da população sergipana e a ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para 42%, até o final de 2015.

A melhoria das condições hidrossanitárias da população acarretará em outros bons resultados sociais, como o aprimoramento dos indicadores relacionados à saúde.

A evolução dos índices vinculados ao atendimento à população será reflexo dos investimentos futuros, previstos para o quadriênio 2012-2015, em obras físicas destinadas à elevação da capacidade de produção e distribuição de água, disponibilização de redes de esgoto, conforme demonstram os números constantes nos quadros apresentados a seguir:

Abastecimento de Água			Esgotamento Sanitário		
Discriminação	Ano base 2010	Meta 2012/2015	Discriminação	Ano base 2010	Meta 2012/2015
<b>Localidades Abastecidas</b>	<b>595</b>	<b>795</b>	<b>Localidades Atendidas</b>	<b>06</b>	<b>21</b>
Sedes Municipais	71	72	Sedes Municipais	03	18
Povoados	524	723	Povoados	03	03
<b>Sistemas Operacionais</b>	<b>595</b>	<b>700</b>			
Com Tratamento Completo	503	620			
Só Desinfecção	92	80			
Sem Tratamento	0	0			
<b>População Atendida (%)</b>	<b>77,00</b>	<b>88,00</b>	<b>População Urbana Atendida (%)</b>	<b>17,07</b>	<b>42</b>
<b>Número de Ligações</b>	<b>426.153</b>	<b>520.400</b>	<b>Número de Ligações</b>	<b>68.191</b>	<b>85.341</b>
<b>Extensão de Rede (Km)</b>	<b>6.172</b>	<b>7.570</b>	<b>Extensão de Rede (Km)</b>	<b>914</b>	<b>1.639</b>
<b>Índice de Perdas (%)</b>	<b>57,00</b>	<b>35,00</b>			
<b>Índice de Hidrometração (%)</b>	<b>98,94</b>	<b>99</b>			

Fonte: DESO, 2011

Em 2010, o índice de atendimento de abastecimento de água da população no Estado de Sergipe era de 76,77%. A distribuição dessa população atendida por situação de domicílio é de 86,65% na zona urbana e 49,34% na zona rural. Das 75 sedes municipais, 71 são abastecidas pelo DESO e as demais pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE's) de Prefeituras Municipais.

O maior *déficit* de abastecimento de água está na Zona Rural, uma vez que a DESO abastece apenas 554 localidades das 2.714 situadas na zona rural (IBGE) e os SAAEs, 354. Pretende-se, até o final de 2015, atender com o abastecimento de água mais 200 localidades. Ressalte-se, também, a importância de se efetuar melhorias e ampliações em todos os sistemas de abastecimento de água que estejam com sua capacidade exaurida e/ou deficientes, decorrente do crescimento vegetativo da população e do desgaste natural dos equipamentos.

A Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) iniciou um Programa de Recuperação de Perdas, com o objetivo de atingir o índice de 35% de perdas físicas de água, até o final exercício de 2015, último ano do presente Plano.

O índice de atendimento de Esgotamento Sanitário no Estado de Sergipe é de 17,07%. Esse índice é influenciado, basicamente, pela cobertura da região metropolitana de Aracaju, que é de 35%. Para o Estado de Sergipe projeta-se um índice de 42% até 2015, com a ampliação da cobertura da Capital e inclusão de mais 14 Sedes Municipais. Ainda assim, esse índice de cobertura estará abaixo da média nacional (69,71%), conforme consta na PNAD/2009.

## **Eixo Estratégico II: Gestão Pública de Excelência**

### **Programa Temático:**

Planejamento e Gestão Governamental

## **Planejamento e Gestão Governamental**

A Constituição de 1988 elegeu o planejamento como instrumento importante para a organização das ações governamentais. De acordo com a Constituição, o planejamento governamental deve ser materializado no Plano Plurianual (PPA), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes para um período de quatro anos; na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as prioridades e outras regras para o orçamento do ano seguinte; na Lei Orçamentária Anual, que estabelece as receitas e despesas para um exercício financeiro.

A Emenda Constitucional 19 reforçou o papel do planejamento alcançando ao nível de princípio a eficiência no serviço público, imprimindo, assim, uma visão mais gerencial na condução da coisa pública e assinalando que não há mais lugar para improvisações, que só levam à dissipação dos recursos gerados pelo conjunto da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) também reforçou o papel do planejamento no setor público ao estabelecer mecanismos que visam a assegurar o equilíbrio entre receita e despesa, mediante o controle da execução orçamentária.

Em resposta a essa nova realidade, que envolve também a estabilidade da inflação e o processo de reforma da administração pública, a União procurou desenvolver um modelo de planejamento voltado para resultados. Tal modelo, implementado a partir do PPA Federal 2000-2003, coloca o programa como figura central, servindo como elemento de integração entre o Plano e o Orçamento. Os resultados dos programas seriam medidos pelos indicadores e pela execução de suas ações. Recentemente essa metodologia foi reformulada para a elaboração do PPA 2012-2015, deixando a ação como categoria exclusiva do orçamento. O Plano deixou de apresentar detalhes operacionais, privilegiando categorias mais estratégicas. Houve a introdução da categoria iniciativa e o programa poderá possuir mais de um objetivo.

Nesse contexto, o Governo de Sergipe, já no mandato anterior, assentou o planejamento das ações sócio-econômicas como uma necessidade indeclinável para se atingir os grandes objetivos. Para tanto, elaborou seu Plano Estratégico, que serviu de base para a elaboração do PPA 2008-2011, o qual de forma pioneira no Estado abriu canais de participação popular, inaugurando, assim, um modelo de democracia participativa e não meramente representativa.

Nesse segundo mandato, o Governo Estadual, além de consolidar esse modelo de gestão voltado para resultados efetivos, transparência e participação popular, vem imprimido uma maior dinamicidade ao processo de planejamento, como forma de acompanhar o ritmo das mudanças que cada período impõe aos governantes, como bem se pode constatar no atual Plano Estratégico relativo ao período 2010-2014, que elenca como meta mobilizadora a “erradicação da extrema pobreza, até 2016”. Esse Plano está estruturado em quatro eixos estratégicos: (i) desenvolvimento social e afirmação da cidadania; (ii) gestão pública de excelência; (iii) infraestrutura produtiva e logística e (iv) desenvolvimento econômico inclusivo.

Prova contundente desse compromisso com o fortalecimento do planejamento foi a junção das Secretarias do Planejamento e de Administração – duas secretarias sistêmicas – com a nova denominação de Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag). Estão sendo redesenhados novos processos de gestão de forma a oferecer um viés mais gerencial na implementação e acompanhamento das intervenções governamentais, podendo, desta forma, cumprir o seu papel de promover ações de planejamento e gestão de políticas públicas, serviços de logística integrada e administração de pessoas, contribuindo para o alcance da missão estratégica do Governo de Sergipe. Desponta como uma das principais competências desta nova Secretaria a integração do ciclo de políticas públicas: planejar → executar → verificar → corrigir.

Ademais, no âmbito da Seplag está sendo criada a Sala de Situação (instância de monitoramento e avaliação das ações do Plano Estratégico e do PPA), onde serão acompanhados, mais de perto, os projetos considerados indutores do desenvolvimento, objetivando assegurar, de fato, o alcance dos resultados pretendidos. Assim, surge como medida imperiosa a concepção de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados, de forma a indicar a necessidade de restabelecer rumos ou criar novos caminhos que garantam a efetividade dos objetivos almejados. Para tanto, é que por meio do Sistema de Gestão Pública Integrado (i-Gesp), será criado um módulo para acompanhamento das ações levadas a efeito no orçamento e, em fase de concepção, o módulo que permitirá, oportunamente, proceder à avaliação dos programas temáticos para aferir em que medida os resultados esperados estão sendo concretizados.

Merece destaque ainda o projeto do Observatório de Sergipe. Um modelo de gestão da informação atualizado e integrado aos já existentes e dotado de infraestruturas e novas

tecnologias, adequadas aos novos desafios colocados pelo plano de governo. Permitirá que gestores e técnicos das diversas Secretarias disponham de dados atualizados a fim de que possam subsidiar suas decisões. Nesse projeto, as grandes bases de dados serão integradas aos dados cartográficos do mapeamento terrestre de toda extensão territorial do Estado, permitindo o conhecimento das principais características físicas, político-administrativas e ambientais de Sergipe, de forma precisa e contínua, como também novas visões sobre a realidade socioeconômica do Estado, o que representará um avanço para a gestão pública e o fortalecimento do sistema estadual de planejamento.

Em relação ao aprimoramento da gestão das compras centralizadas foram realizadas importantes ações, tais como: Banco de Preços Referenciais, Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Contratação Centralizada, Gerenciamento da Frota de Veículos. Isso possibilitará o intercâmbio de informações e o acompanhamento do fluxo processual por todos os interessados. O grande desafio para o próximo quadriênio será a implantação das licitações sustentáveis, para a aquisição de produtos que menos agridam ao meio ambiente.

No tocante à gestão de pessoas, faz-se necessário estimular os servidores para mudança no seu estilo de vida, pela adoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças, como forma de proporcionar um maior equilíbrio entre os aspectos físicos, emocionais e profissionais. Também não se pode deixar de levar em conta a necessidade de se implantar um sistema de valorização de méritos, imprescindível para a construção de uma base legal sólida e uma estrutura que permita avaliar o desempenho dos servidores.

Visando facilitar o acesso aos serviços ofertados ao cidadão nas mais variadas áreas, o Governo de Sergipe vem expandindo esses serviços com a implantação de novos Centros de Atendimento ao Cidadão (CEAC's). Em 2001 foi inaugurado o CEAC do Shopping Riomar, em 2008 o CEAC da Rodoviária José Rolember Leite e, neste exercício, o CEAC da Rua do Turista, no Centro de Aracaju. Além desses existe ainda o CEAC Móvel que leva atendimento aos 75 municípios sergipanos. Em seu conjunto, os CEAC's realizam, em média, 747 mil atendimentos por ano.

Para modernizar, melhorar a qualidade e reduzir os custos dos serviços ofertados ao cidadão serão necessários investimentos em novos sistemas, novas tecnologias integradoras e capacitação dos servidores. Ademais, para ampliar esses serviços de forma permanente no

interior do Estado, está-se propondo a implantação das Casas de Cidadania, em parceria com os municípios sede.

No contexto previdenciário, o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS/SE) tem como sua unidade gestora o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe (Sergipeprevidência), vinculado à Seplag. A Autarquia foi pioneira na implantação da Gestão Unificada do RPPS, passando a conceder, manter e pagar todos os benefícios previdenciários de todos os poderes, tornando-se uma das referências nacionais em gestão do RPPS. Mas para conseguir a excelência na gestão, ainda são necessárias evoluções e realizações de desafios objetivando a plena satisfação dos clientes e a regularidade previdenciária do Estado.

Sendo estes os seus principais objetivos, o Sergipeprevidência tem o planejamento estratégico pautado em três macroprocessos: Pessoas, Processos e Tecnologia da Informação. Com base nestes desafios foram criadas cinco diretrizes estratégicas que norteiam as metas para os próximos anos de gestão do RPPS/SE: Sistematização da Base Cadastral; Fomento a Cultura Previdenciária; Modernização da Estrutura Organizacional e da Gestão de Pessoas; Equilíbrio Atuarial; Efetivar e Manter a Gestão Única do RPPS.

O Sergipeprevidência adotou a Segregação de Massa, optando por um regime de financiamento misto e transitório criando dois Fundos, sendo um financeiro – Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Sergipe (FINANPREV) – por Regime de Repartição Simples com segurados filiados ao RPPS/SE até 31 de dezembro de 2007 e outro previdenciário – Fundo Previdenciário do Estado de Sergipe (FUNPREV) – por Regime de Capitalização, com filiados a partir de 01 de janeiro de 2008. Nesta situação, a operacionalização dos dois fundos é uma atividade constante do órgão para manter as suas contas equilibradas e pagar em dia os benefícios previdenciários aos servidores ingressos em seus respectivos regimes.

No tocante à assistência preventiva e curativa aos servidores estaduais e seus dependentes desempenha importante papel o Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe (Ipesaúde). O Instituto conta em sua Rede Própria com sete unidades de saúde no interior e seis na capital, além de uma Rede credenciada com 277 clínicas, hospitais e laboratórios e está modernizando seus serviços por meio da: implantação do Sistema de Autogestão de Plano de Saúde (Benner) em Unidades do interior; implantação do monitor de

perícia on-line; informatização da auditoria hospitalar; implantação de novos planos assistenciais, visando atrair servidores com altos salários, como forma de melhorar os serviços prestados, em virtude do aumento de suas receitas.

Outro aspecto importante para a Gestão Governamental refere-se à Gestão Fiscal que, no âmbito da administração pública, compreende o controle, a fiscalização e a arrecadação dos valores relativos à carga tributária legalmente prevista e, por outro lado, a gerir os recursos financeiros do Estado, de forma a racionalizar e otimizar os gastos públicos.

Por conseguinte, para o adequado fortalecimento da gestão fiscal do Estado, são necessários constantes investimentos na Secretaria da Fazenda de modo a permitir que esta continue se modernizando e cumpra sua missão de prover e administrar os recursos financeiros com eficiência, eficácia, ética e transparência, viabilizando o desenvolvimento econômico e social do Estado de Sergipe.

A definição de necessidades de investimentos é norteada por uma análise de oportunidades e ameaças. Algumas situações relevantes são: o ajuste fiscal dos Estados requerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); a necessidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico das outras unidades fazendárias federativas; a implantação nacional da Nota Fiscal Eletrônica e do Sistema Público de Escrituração Digital; a possibilidade de intercâmbio e parcerias com outras instituições (Receita Federal, Ministério Público, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, etc.); o aumento do controle social quanto à aplicação dos recursos públicos; a educação fiscal; o desenvolvimento de novas tecnologias e da Internet.

No âmbito da modernização da gestão também possui papel relevante a Secretaria de Estado da Casa Civil. Suas principais atribuições estão distribuídas em três eixos: o assessoramento direto ao governador; articulação política; a coordenação e monitoramento dos programas de governo prioritários, com a implantação do Sistema Online de Acompanhamento de Resultados (SOLAR). O Sistema está sendo planejado para permitir maior acessibilidade e praticidade aos seus usuários, em especial ao Governador e demais membros da alta gestão, como os Secretários de Estado. A Casa Civil também é responsável pela administração e controle dos Palácios de Governo e estabelece a política governamental relativa à assistência aos Municípios e ao relacionamento deles com o Estado.

Cabe ressaltar ainda que para valorizar a gestão participativa e a cooperação entre os atores sociais, gerando um campo fértil para a boa governança das políticas públicas, foram criadas a

Secretaria Especial de Articulação Política e das Relações Institucionais, a Subsecretaria de Estado de Articulação com os Municípios e a Subsecretaria de Estado de Articulação com Movimentos Sociais e Sindicais.

A Secretaria de Estado Comunicação (Secom) tem procurado levar a sociedade às informações do Governo do Estado, sendo através dos canais de comunicação mais tradicionais, como televisões, rádios, revistas e jornais, sendo através dos meios mais avançados, a exemplo de sites, blogs e redes sociais.

A Secom está ampliando sua participação nas mídias tradicionais, com ênfase ao rádio que é, sem sombra de dúvida, um instrumento de comunicação muito forte em Sergipe. Para isso está implantando um núcleo específico para tratar das questões relacionadas a esse meio. Está organizando também um núcleo que disponibiliza material de vídeo com qualidade para o aproveitamento das emissoras de televisão do Estado contendo informações sobre as ações administrativas do governo, além de servir como base para um programa específico denominado “Governo em Ação” que vem sendo veiculado na Agencia Sergipe de Notícias (ASN). No ano de 2010 foram apoiados 86 projetos, por meio do Fundo Estadual de Patrocínio para Projetos Sócio-Culturais e de Comunicação Social. A Secom participa ainda do projeto Mídia Jovem, que visa à inclusão social, com a realização de oficinas na área audiovisual (fotografia, web, mídia impressa, rádio, vídeo e animação), abrangendo a discussão de temas transversais relevantes para formação da cidadania.

A Ouvidoria Geral do Estado (OGE) também está desenvolvendo importantes ações para melhoria da gestão, a exemplo da implantação do Sistema de Ouvidoria; do encontro geral de Ouvidores; da capacitação de seus servidores; da Ouvidoria Itinerante; da Ouvidoria nas Escolas, que visa a conscientizar alunos da rede pública sobre cidadania.

No que diz respeito ao controle interno, o Programa contem iniciativas para dotar a administração pública estadual de mecanismos de controle, transparência, fomento à participação popular e controle social, visando a orientar, acompanhar a gestão governamental e exercer o efetivo controle interno do patrimônio público para alcançar a efetividade das políticas, proteger a gestão estadual e assegurar a prevalência do interesse da sociedade.

A estratégia da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para deflagrar esse processo de modernização da gestão passa por uma reforma institucional e pelo desenvolvimento dos recursos humanos e da tecnologia da informação. Face às demandas cada vez mais complexas

que a sociedade enfrenta, o Estado precisa estar aparelhado com consultoria jurídica altamente especializada. A PGE pretende desenvolver um processo de aprendizagem organizacional, impulsionando a criatividade, proatividade e a capacidade de desenvolver a consciência crítica em específicos temas.

A SEGRASE - empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Governo – também vem seguindo um Projeto de Gestão que objetiva, principalmente, a atualização tecnológica em todas as suas áreas, ampliando, inclusive, os serviços oferecidos para além da produção do Diário Oficial, com a edição e a distribuição de livros, revistas e informativos.

## **Eixo Estratégico III: Infraestrutura Produtiva e Logística**

### **Programas Temáticos:**

Infraestrutura Urbana, Logística e Energética

Habitação

Sergipe Cidades

## **Infraestrutura Urbana, Logística e Energética**

Nos últimos anos, o Governo de Sergipe empreendeu esforços para fornecer aos setores da economia sergipana uma infraestrutura urbana, logística e energética capaz de alavancar a sua competitividade. Sua política recente de desenvolvimento econômico e social vem resultando em taxas contínuas de crescimento em setores importantes. Essa política, apoiada na territorialização e na interiorização do desenvolvimento, colocou em relevo as situações e os locais com maiores necessidades de investimentos em infraestrutura.

Esse processo derivou-se da identificação dos potenciais econômicos e das necessidades de rodovias e de diversas formas de energia em cada um dos oito territórios em que foi dividido o Estado. Neste sentido, o potencial do setor primário sergipano, com forte vocação para agricultura familiar, a captação de médios e grandes empreendimentos industriais e o potencial turístico, dentre outros fatores, chamaram a atenção para a realização de investimentos nestes importantes eixos da infraestrutura.

Seguramente, um dos eixos priorizados para investimentos foi a logística. O aumento da atividade econômica exige rodovias pavimentadas e em bom estado de conservação, a fim de dar competitividade, atratividade e segurança aos entes econômicos. Neste aspecto, o cenário em Sergipe em 2007 não era favorável, segundo um diagnóstico realizado pelo Departamento de Infraestrutura Rodoviária do Estado de Sergipe (DER/SE). Do total de 3.700 km de rodovias estaduais pavimentadas e não-pavimentadas, 1.720 km estavam pavimentadas, o que corresponde a 46% do total. Além disso, do total de rodovias pavimentadas, apenas 9% (154 km) estavam em boas condições e 62% (1.066km) encontravam-se em estado ruim. Este percentual apontava para a necessidade de se ampliar a malha pavimentada, apesar das limitações orçamentárias. Este cenário confirmava a necessidade de realização de investimentos para se transformar a realidade rodoviária em todos os oito territórios sergipanos.

Seguindo o Planejamento Participativo de 2007-2011, a meta do Governo foi a de pavimentar 400 km do total de 1.980 km de rodovias estaduais não-pavimentadas e recuperar/melhorar 30% do total de 62% das rodovias que embora estivessem pavimentadas, estavam em estado ruim de conservação.

A execução do Planejamento no período de janeiro de 2007 a abril de 2011 resultou no melhoramento significativo do cenário logístico rodoviário do Estado. As obras executadas e

em fase de execução de rodovias e pontes representam cerca de R\$ 610 milhões, em 915 km de malha. A estratégia do Governo foi ponderar os investimentos nos territórios a partir das necessidades e das disponibilidades orçamentárias. O resultado dos investimentos por território é apresentada no quadro abaixo.

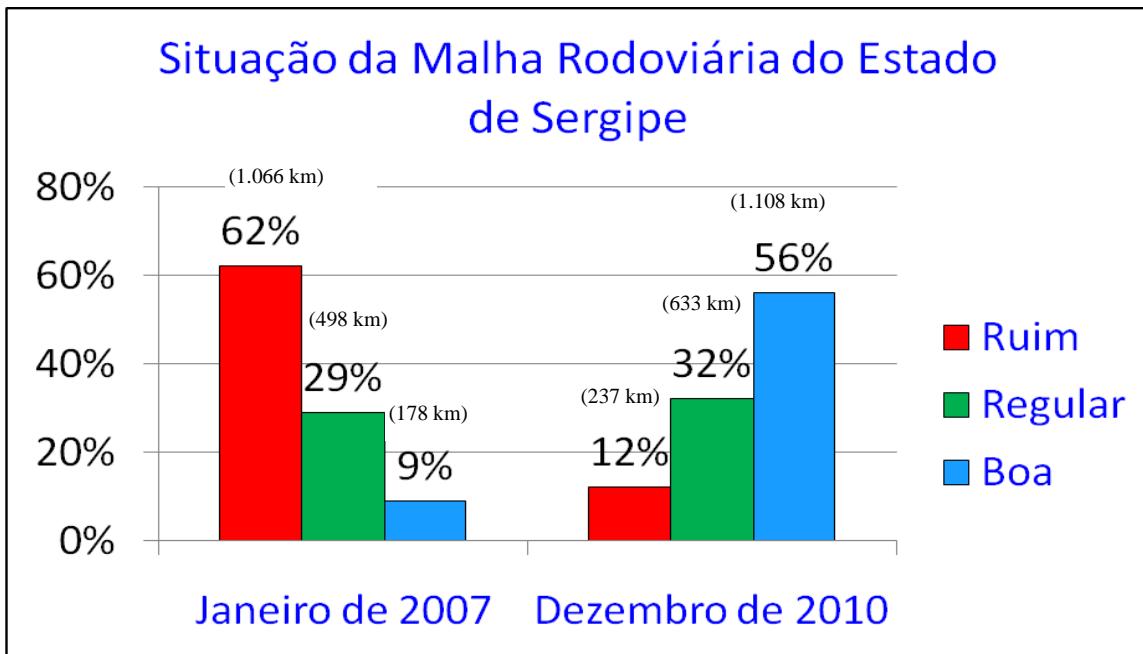
Território	Pavimentação		Restauração/melhoramentos	
	Execução (Km)	Valor (R\$ milhões)	Execução (Km)	Valor (R\$ milhões)
Alto sertão	99,85	50,39	229,37	54,72
Médio Sertão	10	9,74	65,2	30,46
Baixo São Francisco	56,3	21,62	56,84	32,23
Leste Sergipano	48	27,06	27,59	13,86
Agreste Central	40,55	19,73	18,7	5,2
Grande Aracaju	6,3	3,45	106,05	54,75
Centro Sul	17	12,63	81,3	54,41
Sul Sergipano	51,5	38,43	0,74	0,95
<b>Total</b>	<b>329,5</b>	<b>183,05</b>	<b>585,79</b>	<b>246,58</b>

Fonte: Seinfra/DER (08/2011)

No grupo de Pavimentação, os territórios Alto Sertão e Sul Sergipano foram os que receberam maiores investimentos, com 28% e 21% do total investido na modalidade, respectivamente. Pode-se destacar a construção da Rota do Sertão, no Alto Sertão, e a rodovia que interliga os municípios de Umbaúba e Indiaroba, no Sul Sergipano, que beneficiaram um grande número de famílias produtoras de bens primários e consolidou o turismo como eixo de desenvolvimento. Ainda neste Grupo, os territórios do Baixo São Francisco, Leste Sergipano e Agreste Central, receberam investimentos entre 10 a 15% cada.

Na modalidade de Restaurações, Melhoramentos e Recapeamentos os investimentos foram uniformes nos territórios Alto Sertão, Grande Aracaju e Centro-Sul, respondendo cada um por 22% dos investimentos.

O resultado da execução do planejamento 2007-2011 em infraestrutura logística foi a concreta melhoria da malha viária das rodovias estaduais. A Figura abaixo apresenta um comparativo entre a situação diagnosticada em 2007 e a situação em 2011, após a realização dos investimentos.



Fonte: DER/SE

Em 2007, de um total de 1.700 km de malha pavimentada 1.066 km (62%) foram considerados como em estado “ruim” de conservação e 498 km (29%) estavam em situação “regular”. Com o trabalho de pavimentação de 329,5 km, o percentual de rodovias pavimentadas sobre a malha total do Estado subiu de 46% para 55%. Além disso, com o trabalho de restauração/melhoramentos em 585 km, o percentual de rodovias consideradas “ruins” caiu para 12% e o percentual de rodovias consideradas em “regular” estado de conservação subiu para 32% da malha pavimentada. Essa transformação qualitativa gera oportunidades para o setor produtivo e maior segurança para a população.

Os investimentos em construções de pontes somaram R\$ 181,52 milhões e foram mais concentrados na região Sul da Costa dos Coqueirais, que integram dois territórios sergipanos, o Sul Sergipano e a Grande Aracaju. Estes investimentos fazem parte da estratégia de interligação do litoral sergipano ao litoral dos estados da Bahia, Alagoas e estendendo-se até Pernambuco, para consolidação do turismo e oportunamente apropriar-se do grande evento internacional que é a Copa do Mundo de 2014.

Para integrar esta mesma estratégia, foi construída a ponte Joel Silveira, um investimento de R\$ 67,7 milhões que interliga a capital do Estado às praias do litoral Sul. Já a Ponte Gilberto Amado representa um investimento de R\$ 105 milhões e viabilizará o acesso ao expresso ao Estado da Bahia. Estas iniciativas, somadas a outras que fazem parte da estratégia de interligação litorânea,

O desenvolvimento é constituído por ciclos de investimentos em patamares crescentes, amparado em oportunidades geradas. É nesta perspectiva que se planeja os investimentos em Infraestrutura logística para os próximos quatro anos (2012-2015). Os investimentos já realizados por este Governo constituem um primeiro patamar de Infraestrutura necessária ao desenvolvimento. O contexto econômico positivo do país, mesmo diante de um cenário de desafios da economia internacional, e as oportunidades geradas como a realização da Copa do Mundo em 2014 no Brasil, favorecem a decisão do Governo do Estado de ampliar os investimentos em infraestrutura.

O objetivo de consolidar a competitividade do Estado exige a continuação de investimentos na ampliação da malha pavimentada, na construção de novas pontes e na substituição de pontes com estrutura de madeira por pontes com estrutura de concreto. É fato que os investimentos realizados ampliaram a malha viária pavimentada de maneira notória. No entanto, ainda restam cerca de 1.600km de malha não-pavimentada. A maior parte destas rodovias é estratégica para setores importantes.

Um exemplo claro é a interligação plena do litoral sergipano aos estados vizinhos de Bahia, Alagoas e Pernambuco. Se por um lado, avanços significativos foram obtidos com a construção das Pontes no litoral Sul do Estado, é necessário investir no litoral norte, a exemplo da construção das rodovias SE - 100 Norte que interligará os municípios de Pirambu a Brejo Grande e da Nova Ponte sobre o rio São Francisco, interligando Brejo Grande ao município alagoano de Piaçabuçu. Essas iniciativas promoverão uma transformação nas dimensões econômica, social e ambiental do Estado, dado o caráter inovador destas obras que estimularão a educação ambiental e o turismo ambientalmente responsável. Portanto, integra o planejamento deste Governo a realização de investimentos significativos para a ampliação da malha viária pavimentada no Estado.

Constitui um motivo de entrave ao desenvolvimento a capacidade operacional atual do aeroporto Santa Maria, em Aracaju. As projeções de demanda projetadas pela Infraero para os anos de 2015 e 2019 apontam para a necessidade de se construir um novo Complexo Aeroportuário, com um novo Terminal de Passageiros, uma pista de pouso e decolagem ampliada e adequada às normas internacionais de segurança e uma melhor infraestrutura viária do entorno. Os estudos levam em consideração as oportunidades geradas com a Copa do Mundo no Brasil em 2014 e a projeção da nova realidade econômica do Estado a partir dos investimentos realizados.

Diante deste cenário, a estratégia do Governo do Estado é criar uma rede de infraestrutura e avançar na consolidação da parceria com a Infraero, responsável pela administração do aeroporto, a fim de concluir os estudos e projetos e realizar as obras no complexo aeroportuário. O novo aeroporto transformará a logística do Estado. A capacidade a ser instalada do Novo Terminal de Passageiros será ampliada por quatro, atraindo novos investimentos em todos os setores do Estado. A ampliação da Pista de Pouso e Decolagem e sua adequação às normas internacionais, proporcionarão ao Estado conexões diretas com a Europa e América. Essa infraestrutura logística se completará com um novo acesso viário do entorno, capaz de viabilizar o acesso seguro e inteligente ao complexo aeroportuário.

Aliada à necessidade de modernização da infraestrutura aeroportuária, o crescimento demográfico da Região Metropolitana de Aracaju trouxe consigo a necessidade de enfrentamento, pelo Governo, de gargalos existentes em suas vias estruturantes. A criação da chamada “Zona de Expansão”, na região sul e da Zona oeste da capital, a expansão do município de Barra dos Coqueiros e de Nossa Senhora do Socorro, que apresentam além de investimentos mais relevantes do setor imobiliário, a capacidade de atrair novos investimentos produtivos, caracterizam-se pela interdependência econômica típica da dinâmica demográfica. Todos estes fatores exigem iniciativas que qualifiquem a mobilidade urbana da região. A estratégia do Governo do Estado é o enfrentamento destes problemas sob a abordagem de problema metropolitano, com políticas de grandes investimentos em vias expressas e vias estruturantes.

O foco é a criação e reestruturação de avenidas de grande porte, construção de viadutos e de pontes de grande vulto, voltadas a atender fluxos de maior expressão. O objetivo é proporcionar ao usuário da Grande Aracaju, uma rede viária planejada para atender às demandas atuais e futuras da região. As vias estruturantes planejadas possuem uma característica de interligação, 'convidando' os atores econômicos e sociais a se expandirem de maneira planejada e ordenada.

O transporte de passageiros no Estado é um serviço público de cunho essencial realizado pela iniciativa privada e, extralegalmente, por agentes não regulamentados. A regulamentação da atividade, bem como sua fiscalização, caracterizam-se como ações fundamentais para uma boa prestação de serviços nessa área. Diante do grande número de veículos particulares e a reduzida oferta de veículos para o transporte coletivo, o Governo tem buscado novas

alternativas (terrestre, ferroviário, hidroviário), visando sempre à melhoria, segurança e eficiência do transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

A política de infraestrutura energética em Sergipe tem com o objetivo o combate à pobreza rural, ampliando as oportunidades do setor primário familiar e a oferta de fontes de energia de maneira a tornar o setor produtivo mais competitivo. Esta política atua em duas principais frentes. Uma delas está voltada para atender à demanda da população rural por energia elétrica. Entre 2007 e 2011, foram realizadas mais de 31 mil ligações rurais por meio do Programa Luz Para Todos, em convênio com o Governo Federal e concessionárias do setor elétrico. O cumprimento deste programa vem garantindo o acesso da população rural à energia, ampliando suas oportunidades e assegurando melhor qualidade de vida. Desta maneira, o Governo do Estado planeja efetuar, entre 2012 e 2015, mais 15 mil ligações domiciliares em ambiente rural, objetivando contribuir para a redução da pobreza pela inclusão produtiva.

A segunda frente de atuação se concentra na ampliação da oferta de Gás Natural, cuja demanda vem do setor produtivo, nas indústrias, no comércio, em veículos etc e dos consumidores, em suas residências. O principal instrumento do Governo do Estado para fazer frente a esta demanda é a Companhia Sergás, uma sociedade de economia mista que está vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável.

A demanda por Gás Natural como fonte alternativa de energia é crescente em Sergipe. A contextualização da demanda e da capacidade de oferta pode ser compreendida a partir de quatro segmentos. A indústria é o principal demandante de Gás Natural no Estado. O desafio do setor é apresentar inovação tecnológica capaz de dar competitividade ao produto energético. Isso também vem sendo alcançado por meio da ampliação da capacidade de oferta, resultado de investimentos crescentes dos investidores no setor. Em Sergipe, 71% da demanda industrial está no território da Grande Aracaju, com destaque para a Capital, que detém 38% da demanda do Estado. Destaca-se também o município de Estância, que vem respondendo por 26% da demanda industrial pelo produto.

O setor automotivo responde pelo segundo maior consumo de Gás Natural no Estado, cuja demanda ainda se concentra fortemente na Grande Aracaju, evidentemente, devido à concentração da frota estadual. O Terceiro setor, sobretudo o comércio vinculado ao turismo,

vem aumentando a sua demanda pelo produto. È desta maneira que as redes de hotéis e restaurantes vem exigindo maior agilidade na oferta do produto. Por último, o setor de construção civil vem contribuindo para o aumento do consumo do produto pelas residências, sobretudo nos condomínios residências mais novos, que apresentam como vantagem econômica aos moradores, o custo reduzido do gás natural como energia.

Para fazer face à demanda por estes setores da infraestrutura energética, estima-se que serão investidos 100 milhões de reais até 2015 para levar energia elétrica a 15 mil domicílios rurais sergipanos já cadastrados, em parceria entre os Governos Federal, Estadual e Empresas concessionárias do setor de energia. Por outro lado, os investimentos para ampliação da rede de gasodutos está estimado em mais de R\$ 32 milhões, a serem aportados pelo Governo do Estado, Petrobras e os demais partícipes, por meio da companhia Sergipe Gás (Sergas).

## **Habitação**

A distribuição espacial da população sergipana revela uma maior concentração na capital, com 27,6% do total, em função da oferta de infraestrutura, equipamentos, serviços e oportunidades de trabalho. Considerando-se a Região Metropolitana de Aracaju, amplia-se esta participação para 40,4%. O Censo 2010 do IBGE registra a população total de Sergipe em 2.068.031 habitantes.

Do total de 75 municípios, 52 (cerca de 70%) possuem menos de 20 mil habitantes; 17 possuem até 50 mil (22%), e somente seis municípios possuem mais de 50 mil habitantes, sendo que Aracaju e Nossa Senhora do Socorro possuem mais de cem mil habitantes. Em Sergipe, 63% da população concentram-se em treze municípios. Os municípios de maiores populações encontram-se no quadro a seguir.

Município	Nº de Habitantes
Aracaju	570.937
Nossa Senhora do Socorro	160.829
Lagarto	94.852
Itabaiana	86.981
São Cristóvão	78.876
Estância	64.464
Tobias Barreto	48.039
Itabaianinha	38.886
Simão Dias	38.724

Município	Nº de Habitantes
Nossa Senhora da Glória	32.514
Poço Redondo	30.877
Capela	30.769
Itaporanga D'Ajuda	30.428

Fonte: IBGE/Censo 2010

A densidade demográfica dos municípios sergipanos varia de 18 hab/km<sup>2</sup> em Gararu a 3.280 hab/km<sup>2</sup>, em Aracaju. A taxa de crescimento populacional dos municípios sergipanos, nos últimos dez anos, foi maior nos Municípios de Carmópolis, Barra dos Coqueiros e em Canindé do São Francisco que tiveram crescimento superior a 39%. Em relação à situação dos domicílios, 61% dos municípios sergipanos têm taxa de urbanização maior que 50%. Em relação à urbanização, importa esclarecer que o indicador é proveniente apenas da taxa anual de crescimento da população urbana. Não foram analisados os processos de (re)produção dos espaços urbano e rural em Sergipe, nem as articulações e sinergias entre os setores produtivos, necessários ao zoneamento ambiental e à formulação das diretrizes de usos e ocupações dos solo e das terras.

O crescimento populacional tem impulsionado a demanda habitacional tanto no espaço urbano quanto rural e desenvolvido estratégias de moradias que reflete o dinamismo e a complexidade de determinada realidade socioeconômica da população. Assim, as necessidades de moradias por déficit habitacional não são apenas diferentes para os diversos setores sociais. Também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Segundo dados do Ministério das Cidades, a Região Nordeste é a região com o segundo maior déficit habitacional do país: 2 milhões de domicílios ou 35,1% do total. A Fundação João Pinheiro publicou no ano de 2007, documento sobre o Déficit Habitacional no Brasil. Para Sergipe foi calculado um déficit da ordem de 72.547 novas unidades habitacionais. Conceitualmente o déficit habitacional é definido como a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

Assim, em 2007, diante do levantamento da referida Fundação, o Governo do Estado de Sergipe, estabeleceu para no Plurianual (PPA) 2008-2011 uma meta de resolutividade para o déficit na faixa de zero a três salários mínimos em 30% do déficit total (72.547 novas habitações), o que equivale a 22 mil unidades habitacionais. Pelo exposto, a política

habitacional adotada em Sergipe, a partir de 2007, permitiu a redução do déficit habitacional, considerando o número de unidades habitacionais contratadas, conforme quadro a seguir:

Territórios	Déficit Habitacional	Meta do PPA	Unidades Contratadas/2011*	% da Meta Alcançada
Alto Sertão	5.935	5.042	2.432	48,2
Baixo São Francisco	6.146	1.722	1.313	76,2
Médio Sertão	3.190	662	1.020	154,1
Leste Sergipano	4.660	2.475	1.153	46,6
Agreste Central	7.076	2.795	1.976	70,7
Sul Sergipano	10.900	3.409	2.330	68,3
Centro Sul	7.541	1.073	1.943	181,1
Grande Aracaju	27.099	4.822	659	13,7
<b>Total</b>	<b>72.547</b>	<b>22.000</b>	<b>12.826</b>	<b>58,3</b>

Fontes: Ministério das Cidades e SEPLAN/SE – Relatório do Casa Nova, Vida Nova - junho/2010.

\* Trata-se de unidades concluídas e em execução com recursos da FGTS/CAIXA, INCRA e Fundo de Combate a Pobreza/Seides. Destas, foram inauguradas, até 20/07/2011, o total de 2.991 unidades habitacionais. Encontram-se prontas para inaugurar o total de 1.495 unidades habitacionais.

Com o propósito de formular novas estratégias para a continuidade do enfrentamento ao Déficit habitacional em Sergipe o Programa Estadual de Habitação tem como objetivo promover a universalização do acesso à moradia, em articulação com instituições voltadas ao desenvolvimento urbano e em consonância com outras políticas públicas. A previsão é reduzir o déficit para 59.721 moradias até dezembro de 2011. Para o próximo quadriênio a meta é a construção de 21.300 novas unidades habitacionais, para famílias com renda de até 3 salários mínimos, uma vez que 95,7% da necessidade de reposição do estoque de moradias em Sergipe concentram-se nessa faixa de renda.

## Sergipe Cidades

A existência e a persistência de diferenças regionais exercem significativo efeito sobre os padrões do desenvolvimento de um Estado e sobre a qualidade de vida da sua população. A condição de desigualdade que se encontrava o Estado de Sergipe, em 2007, estimularam a proposição de uma Política Territorial. Sergipe apresentava uma concentração espacial da infraestrutura social e produtiva no Litoral; uma concentração social da renda (47% da população considerada abaixo da linha de pobreza<sup>1</sup>) em camadas sociais menos numerosas; uma concentração do PIB Industrial nas indústrias de petróleo e energia hidrelétrica (43,7%)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Mapa de Pobreza e Desigualdade (Municípios Brasileiros, IBGE, 2003)

<sup>2</sup> IBGE, Contas Regionais, 2005

Desse modo, a definição, o reconhecimento e a caracterização dos Territórios, especialmente os indicadores sociais e econômicos de cada um deles, foram as bases para o planejamento e elaboração do Plano Plurianual em 2008-2011 e continuam fundamentando o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, haja vista a necessidade da intervenção pública para a mitigação das desigualdades mencionadas. Para tanto, o uso de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios sergipanos e a taxa de urbanização são fundamentais para a definição das ações e alocação dos recursos e investimentos. O quadro a seguir apresenta uma síntese da caracterização dos oito territórios sergipanos.

	Territórios							
	Agreste Central	Alto Sertão Sergipano	Baixo São Francisco	Centro Sul Sergipano	Grande Aracaju	Leste Sergipeno	Médio Sertão Sergipano	Sul Sergipeno
Número de municípios	14	7	14	5	9	9	6	11
População (Censo 2010)	232.547	146.529	125.193	222.977	930.063	97.732	64.403	209.863
Área (km <sup>2</sup> )	3.132,0	4.908,0	1.986,3	3.551,5	2.192,0	1.474,1	1.612,6	3.193,6
Taxa de Urbanização dos Municípios (%)	77,85 em Itabaiana, e 40,16 em Pedra Mole	66,53 em Nossa Senhora da Glória, e 24,71 em Gararu	89,38 em Cedro do São João, e 20,46 em Pacatuba	67,08 em Tobias Barreto, e 25,12 em Riachão do Dantas	100,0 em Aracaju, e 39,02 em Itaporanga D'Ajuda	79,27 em Carmópolis, e 39,76 em Siriri	65,21 em Nossa Senhora das Dores, e 47,91 em Graccho Cardoso	85,0 em Estância, e 20,95 em Santa Luzia do Itanh
Municípios com Taxa de urbanização maior que 50%	Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Pinhão, Ribeirópolis e São Domingos	Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora de Lourdes	Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Cedro do São João, Ilha das Flores, Neópolis, Propriá, Santana do São Francisco e São Francisco	Lagarto, Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas	Capela, Carmópolis, General Maynard, Pirambu, Rosário do Catete e Santa Rosa de Lima	Aquidabá, Cumbe, Feira Nova, Itabi e Nossa Senhora das Dores	Boquin, Cristinápolis, Estância, Itabaianinha, Pedrinhas e Umbaúba
IDH	Itabaiana - 0,678, e Nossa Senhora Aparecida - 0,567	Nossa Senhora da Glória - 0,631, e Poço Redondo - 0,536	Cedro de São João - 0,684, e Brejo Grande 0,550	Lagarto - 0,614, e Riachão do Dantas - 0,556	Aracaju - 0,794, e Itaporanga D'Ajuda - 0,638	Carmópolis - 0,676, e Capela - 0,615	Cumbe - 0,638, e Graccho Cardoso - 0,594	Estância - 0,672, e Santa Luzia do Itanh - 0,672

Fonte: IBGE,Censo/2010 e PNUD, 2000.

A intervenção pública na forma de políticas territoriais ou regionais e de reordenamento do território por meio de mecanismos que incentivem à relocalização da infraestrutura produtiva e de serviços públicos são estratégias que permitem reduzir as desigualdades espaciais de desenvolvimento. Assim, a política territorial de Sergipe teve, em 2007, como objetivos: (i) a inclusão pelo direito, contemplando as diretrizes do acesso universal à saúde; o acesso universal ao ensino público de qualidade; a segurança aos cidadãos; a proteção e inclusão social, com ênfase à população mais vulnerável e minorias e a democratização da gestão pública, e a (ii) inclusão pela renda, orientada pelas diretrizes: reconstrução e ampliação do sistema viário; criação de infraestrutura ambiental e de recursos hídricos e o desenvolvimento territorial participativo.

Para alcançar tais objetivos, partiu-se do diagnóstico e da construção dos cenários para cada um dos oito territórios de planejamento. A análise dos problemas, das limitações e incertezas

críticas, tendências e potencialidades levantadas em cada território foi o ponto de partida para a construção do Programa Sergipe Cidade.

Considerando que o desenvolvimento proposto compreende as condições social, econômica e política, tanto o planejamento quanto a execução das ações requerem a integração das políticas e a complementaridade das ações por outros programas e a articulação das institucionalidades, para o alcance dos resultados esperados.

O Programa Sergipe Cidades tem, então, o objetivo de melhorar a infraestrutura urbana e intrarregional, por meio da execução de obras e desenvolvimento de ações voltadas para as questões básicas de infraestrutura e saneamento ambiental, do apoio a atividades geradoras de trabalho e renda, de cultura, lazer e esporte, de educação e de modernização institucional dos municípios e do Estado.

As políticas e os investimentos, realizados a partir da segunda metade dos anos sessenta, não foram acompanhados por ações urbanas significativas, deixando sem estrutura a maioria dos municípios sergipanos, especialmente aqueles com pouca participação regional. Não houve uma preocupação com a implantação de serviços essenciais ao crescimento das cidades.

A fragilidade da rede urbana do Estado de Sergipe fica mais evidente por sua configuração espacial. Altamente centralizada na capital metropolitana, apresentando graves problemas urbanos, a rede acumulou investimentos públicos e privados na capital e nos subcentros regionais, desassistindo a grande maioria da população localizada nos municípios menores.

Os equipamentos urbanos são para quase todos os municípios uma demanda essencial para sua estruturação. Para interiorizar os investimentos em infraestrutura social deverão ser construídos ou reformados ginásios poliesportivos, praças, escolas profissionalizantes, creches, centros comunitários, quadras de esportes, delegacias, destacamento do corpo de bombeiros, terminais rodoviários, cemitérios, entre outros. Soma-se a essas intervenções, a pavimentação de vias, melhorando a acessibilidade e mobilidade urbana, e a execução de obras de esgotamento sanitário e drenagem.

A ampliação desta infraestrutura no interior do Estado propiciará uma perspectiva de crescimento e bem-estar. Oferecerá orientação e apoio para a organização comunitária, permitirá melhorias nos níveis educacionais, no atendimento à infância e aos idosos,

disponibilizará espaços e bens públicos para a prática de atividades recreativas e desportivas e proporcionará melhor nível de segurança.

Para as intervenções e ações voltadas ao desenvolvimento social foram consideradas: i) as demandas levantadas no processo de Participação Democrática (conferências municipais, territoriais e estadual) realizado durante a elaboração do PPA de 2008-2011 e do PPA 2012-2015, ii) as demandas apontadas pelos gestores municipais, iii) as demandas apontadas por outros órgãos estaduais, cujas ações estejam diretamente relacionadas com o projeto a ser implementado, respeitando-se, dessa forma, todas as instâncias competentes e envolvidas com o processo.

Espera-se, com tais investimentos, reduzir os índices epidemiológicos, de ocorrência de doenças infecto-contagiosas e respiratórias e de mortalidade e, com isso, reduzir os gastos individuais e públicos com a área de saúde; aumentar a capacidade de gestão municipal; ampliar a produção e os níveis de emprego/trabalho nas localidades, e melhorar a acessibilidade aos bens de serviços públicos.

Alguns indicadores permitem o reconhecimento da concentração da infraestrutura social e produtiva no Litoral, ou, precisamente, na Região Metropolitana da Grande Aracaju, tais como: a existência de hospitais com capacidade de atendimento de alta complexidade, universidades, escolas profissionalizantes, teatro, mercado atacadista, indústrias, hotéis e outros.

Em relação à disponibilidade de centros de ensino profissionalizante e formação universitária públicos até 2007, os dois Institutos Federais de Educação e a Universidade Federal e encontravam-se na Grande Aracaju. O apoio do Estado na interiorização desses serviços e da infraestrutura produtiva não se limita apenas à edição de regras para a operacionalização, mas o estabelecimento de parcerias com vistas à efetividade das ações, inclusive no espaço e no tempo. Para a implementação das Políticas Públicas Federais e Estaduais fica evidente a necessidade de modernização institucional do Estado e dos municípios sergipanos no sentido de prepará-los para o enfrentamento dos graves problemas urbanos que se apresentam.

Os municípios, especialmente aqueles com menor população, não tiveram a possibilidade de se adequar institucionalmente às demandas crescentes. A falta de uma política de desenvolvimento urbano, bem como a falta de uma capacitação para planejamento e gestão urbana, agravam a situação de dificuldade do Estado e dos municípios em obter recursos,

contribuindo, dessa forma, para comprometer ainda mais os frágeis arranjos institucionais locais. O resultado dessa situação tem sido marcado por experiências isoladas que não conseguem atender à escala de necessidades existentes.

Mediante a elaboração de alguns instrumentos de planejamento estadual e municipal, pretende-se realizar projetos voltados para a modernização, o fortalecimento institucional e o melhoramento das atividades do Estado e dos Municípios para o planejamento e desenvolvimento de ações nas áreas de desenvolvimento urbano e regional. A Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445, de 25 de janeiro de 2007) também preconiza a elaboração do Plano de Saneamento, vinculando-o à prestação dos serviços.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001) reafirma a utilização do Plano Diretor como instrumento geral de planejamento do município; traz como uma de suas diretrizes a vinculação da aplicação de qualquer instrumento urbanístico à existência prévia de Plano Diretor e de Lei Municipal específica; considera o Plano Diretor instrumento de planejamento e controle da ocupação do solo, funcionando como valiosos instrumentos de planejamento urbano e regional, ao estabelecerem eixos e prioridades de crescimento urbano sustentável.

Na mesma linha, com a elaboração dos Planos de Transporte, de Habitação, de Saneamento Básico, pretende-se aumentar a eficiência, melhorar os serviços e otimizar os gastos públicos, pela definição das ações e alinhamento com as ações desenvolvidas pelos Programas Oferta de Água e Saneamento Básico e Infraestrutura Logística desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Para garantir a participação social no planejamento e acompanhamento das ações governamentais, deverá ser criada uma instância de controle social, cuja constituição deverá contar com 40% do Poder Público e 60% da Sociedade Civil. Conforme preconiza o Ministério das Cidades, na Resolução nº 13/2004, essa organização deverá fazer parte de um “Sistema Nacional de Política Urbana”, de forma a possibilitar a soma de iniciativas e recursos técnicos, materiais e financeiros.

O processo de concentração de terras e dos meios de produção tem como consequência, uma intensa migração dos habitantes do meio rural para os núcleos urbanos, provocando o fenômeno de favelização nas capitais, o aumento do número de ocupações irregulares em áreas sem as mínimas condições físicas e ambientais, exercendo uma forte demanda por

saneamento básico, oportunidades e serviços urbanos. A situação revela um quadro igualmente excludente, ao apresentar-se um alto índice de analfabetismo dessa camada social.

A situação dos Assentamentos Rurais existentes merece grande atenção do Estado. Apenas em 56% dos assentamentos ou Agrovilas possuem algum sistema de abastecimento de água e mais de 94% não possui pavimentação.

Visando à desconcentração e o desenvolvimento da atividade econômica no Estado, será realizado um levantamento de todos os assentamentos e povoados, dentre os quais serão selecionados, com base em critérios de antiguidade, de número de famílias beneficiadas e de potencial de produção, aqueles que receberão os investimentos estatais.

Busca-se, com isso, elevar os padrões da habitabilidade e da qualidade de vida, contribuir diretamente para a redução da incidência de doenças, apoiar iniciativas e potencialidades de geração de ocupação e renda, contribuir com a permanência das famílias no seu habitat original, evitando a sua migração para centros urbanos maiores.

Assim sendo, no contexto do Planejamento Estratégico do Governo de Sergipe, um conjunto de ações foi planejado visando a elevar a competitividade econômica, diversificar a base produtiva e distribuir melhor a renda nos territórios. Dentre estas, as intervenções municipais se caracterizam como obras complementares e de base para o processo do desenvolvimento.

## **Eixo Estratégico IV: Desenvolvimento Econômico Inclusivo**

### **Programas Temáticos:**

Política de Desenvolvimento Produtivo e de Ciência e Tecnologia

Produção Agropecuária e Desenvolvimento Rural

Desenvolvimento do Turismo

Gestão e Proteção Ambiental e dos Recursos Hídricos

Águas de Sergipe

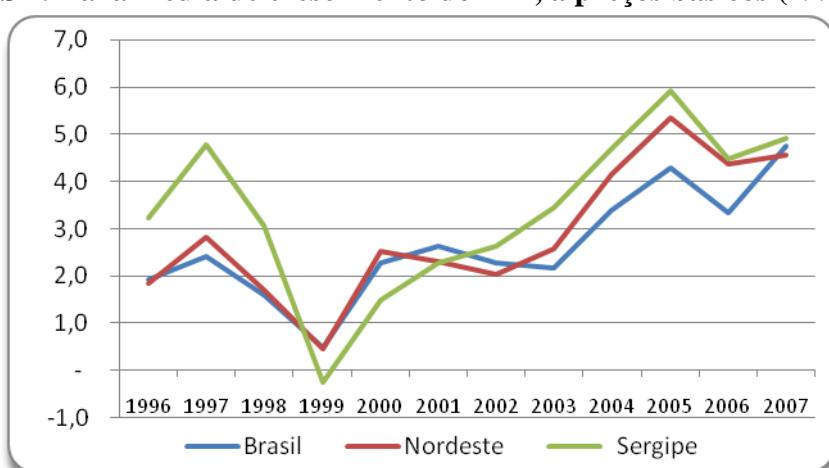
## Política de Desenvolvimento Produtivo e Ciência e Tecnologia

O crescimento de Sergipe foi impulsionado, sobretudo, a partir dos anos 60, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), momento em que houve aplicação de recursos e empenho em estudos e projetos de infraestrutura, com o intuito de estimular a modernização das indústrias da região Nordeste, o que redundou na atração de investimentos privados, tanto no setor industrial quanto no setor terciário.

Sergipe foi o estado que mais cresceu na região Nordeste durante a década de 70 e a primeira metade da década de 80. Esse desempenho está ligado aos investimentos do Sistema Petrobrás, que implantou três unidades industriais em Sergipe para extração e transformação de suas riquezas minerais. Também houve a implantação de empreendimentos privados incentivados pela SUDENE e ambos os fatores alteraram a estrutura econômica do Estado que era fundamentada em uma economia rural. Ao fim da década de 80 a economia sergipana se encontrava em um patamar cerca de três vezes maior do que no início de 1970.

As taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a preços básicos, da economia de Sergipe ao longo das décadas têm apresentado em seu curso um desempenho próximo aos índices medidos para o Brasil e para o Nordeste. Embora essa trajetória seja a mesma, destacam-se os períodos de 1996 a 1998 e a partir de 2002, em que as taxas médias de crescimento de Sergipe são maiores que as do Nordeste e as do Brasil. No período de 1996 a 2007, a taxa média de crescimento do PIB, a preços básicos no país, foi de 2,78%, no Nordeste, 3,00% e em Sergipe 3,49%.

**BR/NE/SE: Taxa média de crescimento do PIB, a preços básicos (1996-2007)<sup>3</sup>**



Fonte: Sergipe: Perfil e Perspectivas do Setor Industrial/FIES 2010

<sup>3</sup> Preços básicos correspondem à soma dos valores adicionados dos diversos setores, excluindo os impostos sobre produtos. Dados apresentados pela média móvel bienal.

O setor industrial em Sergipe, no período de 1996 a 2007, cresceu mais do que o observado Nordeste e no Brasil. A indústria sergipana também cresceu mais que outros setores da economia. Correspondia, em 2007, a 30% do PIB, sendo que, no país, essa proporção era de 27,8%.

Além do crescimento econômico, Sergipe tem alavancado seus indicadores sociais. Isso acontece, por exemplo, com o IDH, adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir a qualidade vida de regiões a partir de componentes como renda, longevidade e educação. Segundo Boletim Regional do Banco Central do Brasil, o IDH de Sergipe, em 2005, era, juntamente com o da Bahia, o melhor da região Nordeste; Sergipe também teria nas estimativas do próprio Banco, nos anos de 2006 e 2007, o melhor IDH do Nordeste.

#### **IDH Brasil, BR/NE/Estudos**

<b>Posição em 2007 (Brasil)</b>	<b>Área geográfica</b>	<b>Anos</b>		
		<b>2005<sup>1</sup></b>	<b>2006<sup>2</sup></b>	<b>2007<sup>2</sup></b>
	Brasil	<b>0,794</b>	<b>0,803</b>	<b>0,816</b>
	Nordeste	<b>0,720</b>	<b>0,733</b>	<b>0,749</b>
19	Sergipe	<b>0,742</b>	<b>0,756</b>	<b>0,770</b>
20	Bahia	0,742	0,754	0,767
21	Rio Grande do Norte	0,738	0,742	0,753
22	Paraíba	0,718	0,729	0,752
23	Ceará	0,723	0,731	0,749
24	Pernambuco	0,718	0,733	0,742
25	Piauí	0,703	0,721	0,740
26	Maranhão	0,683	0,707	0,724
27	Alagoas	0,677	0,700	0,722

Fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, jan /2009

1/ Calculados pelo PNUD.

2/ Estimativas do Banco Central.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB *per capita* de Sergipe, era, em 2002, pouco mais de 5,05 mil reais, ao tempo que em 2008 esse número saltou para mais de 9,77 mil reais, sendo inclusive, a maior renda *per capita* da região em 2008, como bem se constata a seguir:

#### **PIB *per capita* – Região Nordeste, 2008.**

<b>Posição</b>	<b>Área geográfica</b>	<b>2008</b>
1	Sergipe	9.778,96
2	Bahia	8.378,41
3	Rio Grande do Norte	8.202,81
4	Pernambuco	8.064,95

<b>Posição</b>	<b>Área geográfica</b>	<b>2008</b>
5	Ceará	7.111,85
6	Paraíba	6.865,98
7	Alagoas	6.227,50
8	Maranhão	6.103,66
9	Piauí	5.372,56

Fonte: IBGE, Contas Regionais 2004-2008

Como se depreende das considerações acima aludidas, para se conseguir manter e avançar numa política de desenvolvimento econômico é fundamental agregar medidas que levem a um crescimento constante da produção, geração de empregos e de renda, seguido pelo desenvolvimento social. Esse desenvolvimento caracteriza-se na medição do PIB da região ou do estado ou do país, bem como no número de empresas instaladas, no tempo de vida das micro e pequenas empresas e no volume de compras dessa empresas, além de fatores como a capacidade de exportação e consumo de todas as riquezas produzidas por região, estado ou país, a capacidade de gerar alternativas indutoras do desenvolvimento econômico e o potencial energético para dar suporte ao desenvolvimento.

Portanto, para assegurar o desenvolvimento econômico de Sergipe é pressuposto básico perpassar por um conjunto de ações que sejam capazes de: atrair novos empreendimentos e/ou investidores, como exemplo a Petrobrás, Vale do Rio Doce e outras. Além disso, aumentar o volume de vendas das micros e pequenas empresas para o Governo do Estado; promover melhorias da atividade de mineração, importação, turismo, exportação, agronegócio, extração, industrialização e beneficiamento.

Ademais, não se pode deixar de incluir dentre as ações, o incentivo e/ou apoio de alternativas que possibilitem a consolidação dos Arranjos Produtivos Locais, dos Centros Vocacionais de Tecnologias e a criação de centros de distribuição e implementação de políticas energéticas.

Deve ser observado, ainda, que gerar negócios de forma integrada e promotora do desenvolvimento de uma região, estado ou país, significa que é preciso assegurar um conjunto de ações que possam fortalecer a interiorização do desenvolvimento, por meio de inserções econômicas fora dos grandes centros urbanos.

No âmbito do Estado de Sergipe, o processo de geração de novos negócios, foi apoiado no Programa sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), o qual possibilitou, no período de 2007-2010, a atração de 61 investidores ou empreendimentos industriais. Assim, foi possível

ofertar 1.634.754 m<sup>2</sup> de áreas industriais, onde foram investidos em infraestrutura e galpões o montante de R\$ 7,5 milhões, contemplando os municípios dos oito territórios sergipanos.

A geração de novos negócios pressupõe, também, a formalização de micros e pequenas empresas, bem como a ampliação da Junta Comercial em territórios ainda não beneficiados. Dessa forma, em Sergipe, é preciso implantar mais três juntas, contemplando os territórios do Baixo São Francisco, na cidade de Própria, Leste Sergipano, em Carmopólis e Médio Sertão, no município de Nossa Senhora das dores.

Ressalte-se, nesse contexto, que não se pode subestimar o papel da qualificação da mão-de-obra que apresenta duas vertentes fundamentais. De um lado, beneficia o trabalhador que com maior qualificação pode galgar melhores condições profissionais e maiores remunerações. Do outro lado, apresenta-se o aspecto econômico-produtivo, tendo em vista que a qualificação dos recursos humanos são um dos fatores essenciais para o aumento da produtividade e competitividade das empresas.

Com efeito, uma maior qualificação dos trabalhadores resulta em ambiente favorável aos negócios e impulsiona o setor industrial que, a cada dia, requer competências mais elevadas e atuação focada para resultados, em um meio produtivo dinâmico e caracterizado pelo uso de tecnologias avançadas.

Outro fator que traz benefícios econômicos são as exportações por seus efeitos multiplicadores sobre as atividades do mercado interno não exportador, impactando positivamente o setor terciário da economia local, por meio da criação de demanda por serviços e, por conta disso, incrementando os níveis de renda e de emprego da população.

O Estado de Sergipe, contudo, não tem conseguido fazer uso desse instrumento para elevar seus indicadores de crescimento econômico, pois, analisando-se os dados da sua balança comercial, constata-se o quão insignificante é a presença deste nos resultados nacionais do comércio exterior. As exportações de Sergipe representaram apenas 0,056% de tudo o que foi vendido pelo Brasil para o exterior no ano de 2008, ficando muito aquém da participação do Estado no Valor Bruto de Produção brasileiro, o qual é de 0,66%. Isto demonstra a baixa representatividade do Estado no Comércio Exterior nacional, exigindo medidas que, ao longo dos anos, possam reverter essa realidade.

Uma importante ação para melhorar a situação do comércio exterior sergipano, que vem sendo implantada pela Governo é a Zona de Processamento de Exportações de Sergipe (ZPE/SE), localizada no município da Barra dos Coqueiros, próximo ao Porto de Sergipe. A meta para os próximos quatro anos é atração de pelo menos cinco empresas exportadores para a ZPE/SE.

Diante das argumentações aqui pontuadas, é fundamental, para os próximos anos, levar-se a efeito ações estruturantes, haja vista seu impacto no desenvolvimento econômico do Estado, a saber: ampliação da oferta de áreas industriais com a devida infraestrutura, incluindo galpões para instalação de novas indústrias; criação de um banco de dados, que referencie as tendências econômicas para os setores produtivos; implementação de uma forte política de divulgação de oportunidades de investimentos no Estado de Sergipe; atualização do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), em função do marco regulatório; realização de investimentos em qualificação de mão-de-obra; realização de ações que possam mudar o perfil das exportações.

Para que se possa continuar avançando no desenvolvimento econômico do Estado não se pode esquecer o papel da Ciência e Tecnologia e Inovação (C,T&I). A inovação está presente nos produtos alimentícios, nos artigos de vestuário, nos meios de transporte, dentre outros. Países e regiões que estimulam o desenvolvimento científico e tecnológico, refletido em inovação, mostram resultados mais positivos em termos de desempenho econômico.

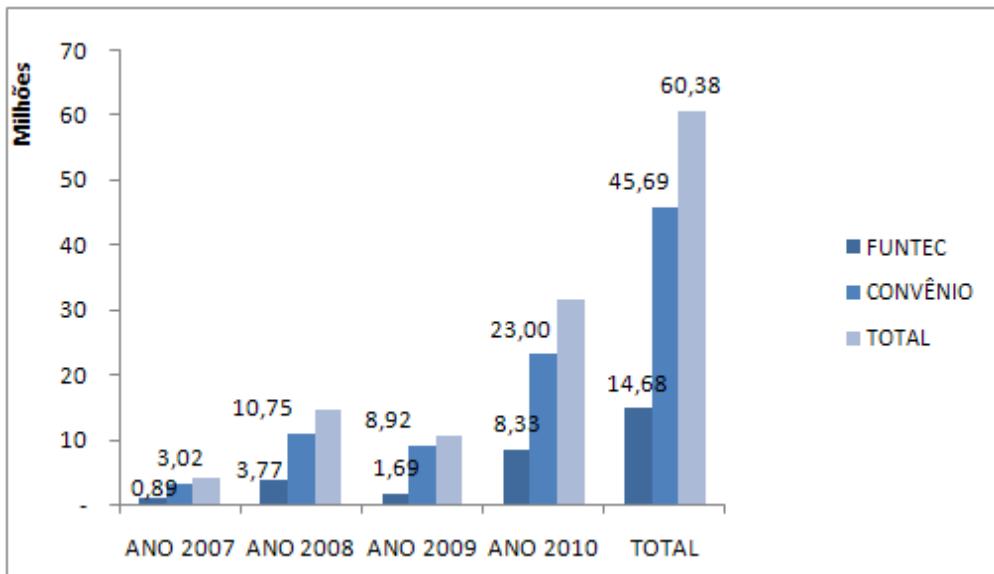
Os resultados, contudo, não surgem sem que o Sistema de C,T&I esteja preparado para atender às demandas que lhe são colocadas. Nesse sentido, é importante que o Sistema de C,T&I, sobretudo em nível estadual, tenha foco em determinadas ações, a partir de diretrizes pré-estabelecidas. Além disso, o Sistema deve funcionar com a integração dos agentes envolvidos, de forma a viabilizar soluções para os problemas levantados. Assim sendo, é fundamental que a estrutura do Estado esteja preparada para propiciar o funcionamento adequado deste Sistema, nos padrões das melhores experiências nacionais e internacionais.

Portanto, é inquestionável que tecnologia a serviço do desenvolvimento econômico deve ser colocada no centro de qualquer estratégia política dos países, na medida em que serve de estímulo a ciência e a inovação, requisitos considerados essenciais nos vários campos de atuação governamental, em busca do desenvolvimento sustentável.

A implementação de um parque tecnológico visa a atender uma demanda crescente de ambientes que propiciem o desenvolvimento econômico, o estímulo à inovação, a parceria entre o conhecimento e a iniciativa empresarial e a integração entre empresas, mercado, academia e governo.

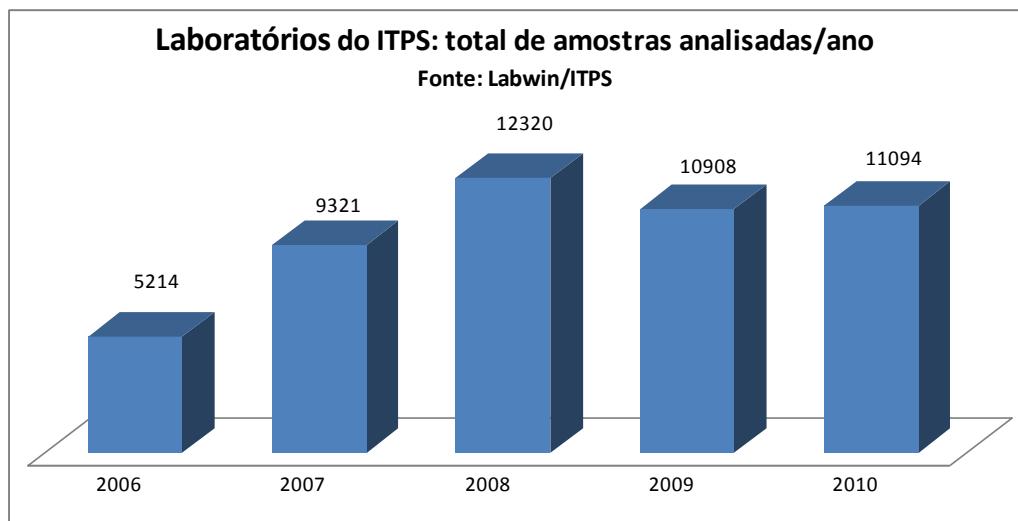
No que se refere ao Estado de Sergipe, o parque tecnológico (o Sergipetec), hora instalado, conta com 31 empresas residentes, sendo que destas, sete são empresas incubadas, as quais geram 271 empregos e aporta um volume de recursos, na forma de negócios, da ordem de R\$ 31 milhões. Há que se considerar, ainda, que o Parque Tecnológico instalado em Sergipe deve ser visualizado como um potencial gerador de novos negócios, de prestação de novos serviços e realização de parcerias em diversos segmentos.

Convém registrar que as ações de C,T&I realizadas pela Fundação de Apoio a Pesquisa e a Inovação Tecnológica de Sergipe (Fapitec) proporcionou, no período de 2007 a 2010, a concessão de 726 bolsas e 629 auxílios a projetos e aportou um volume de recursos da ordem de R\$ 60,38 milhões, sendo R\$ 14,68 milhões do Estado e 45,69 do Governo Federal (convênios), conforme gráfico a seguir:



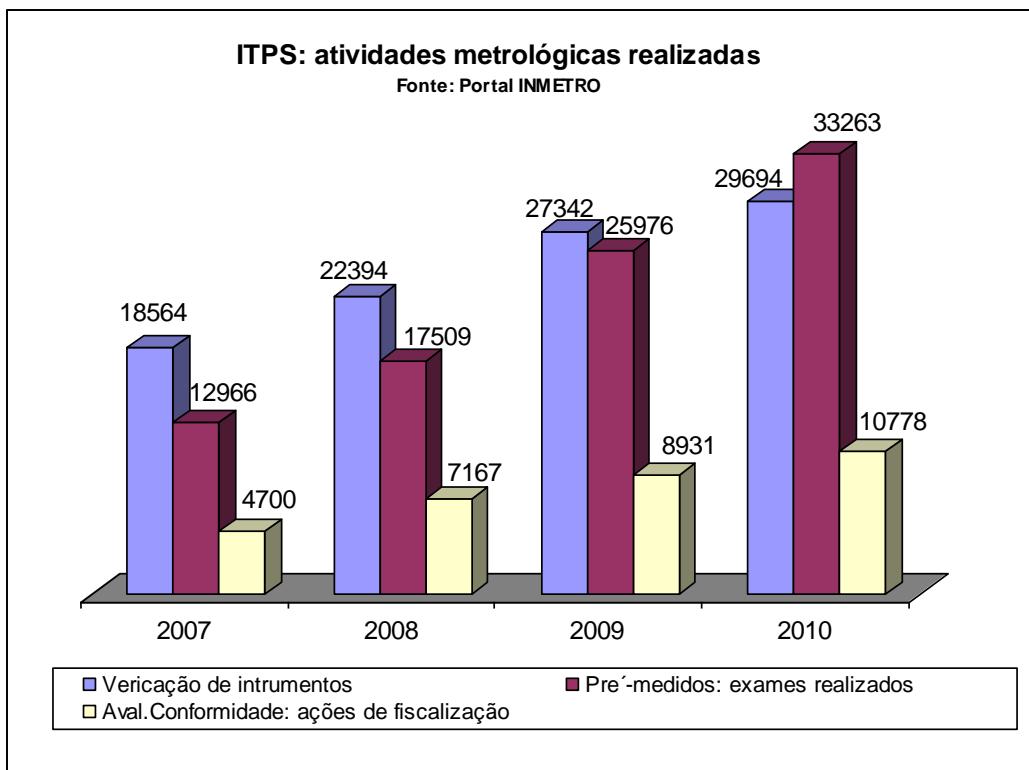
Fonte: FAPITEC

Quanto ao Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS), no período de 2007 a 2010, destaca-se a prestação de serviços de análises, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: ITPS

Como parte da Rede Brasileira de Metrologia Legal e de Qualidade o órgão se faz presente em todos os municípios do Estado, realizando verificações de instrumentos, perícia metrológica em produtos pré-medidos e avaliação da conformidade para verificação do atendimento aos critérios e normas técnicas, como se constata a seguir:



Fonte: ITPS

Como não se pode deixar de reconhecer, as ações estratégicas voltadas para fomentar o desenvolvimento econômico, à ciência, a tecnologia e a inovação, necessitam de aporte financeiro de modo a garantir o seu financiamento.

Para se assegurar os recursos financeiros necessário para o estímulo ao desenvolvimento produtivo, a ciência, a tecnologia e a inovação, faz-se necessário articulações, tanto no âmbito do Estado, como no cenário nacional, envolvendo a classe política, as agências de fomento, os bancos oficiais e o Governo Federal.

### **Promoção Agropecuária e Desenvolvimento Rural**

A estrutura agrária do Estado segue o padrão brasileiro, sendo caracterizada por elevada concentração da propriedade da terra. O total de estabelecimentos agropecuários levantados pelo Censo Agropecuário/2006, em Sergipe, era de 101.499 e ocupando uma área total de 2.044.008 hectares. As propriedades com menos de 10 hectares representavam 75% do total, mas detinham apenas 12,2 % da área total; enquanto isso propriedades com mais de 1.000 hectares, embora fossem apenas 1% das propriedades, absorviam 40% da área total. Quanto ao regime de propriedade, 87% correspondem a propriedades privadas, legalmente escrituradas; 3% ocupadas por assentamentos de reforma agrária; 6% por ocupantes e 1,5% por meeiros e arrendatário.

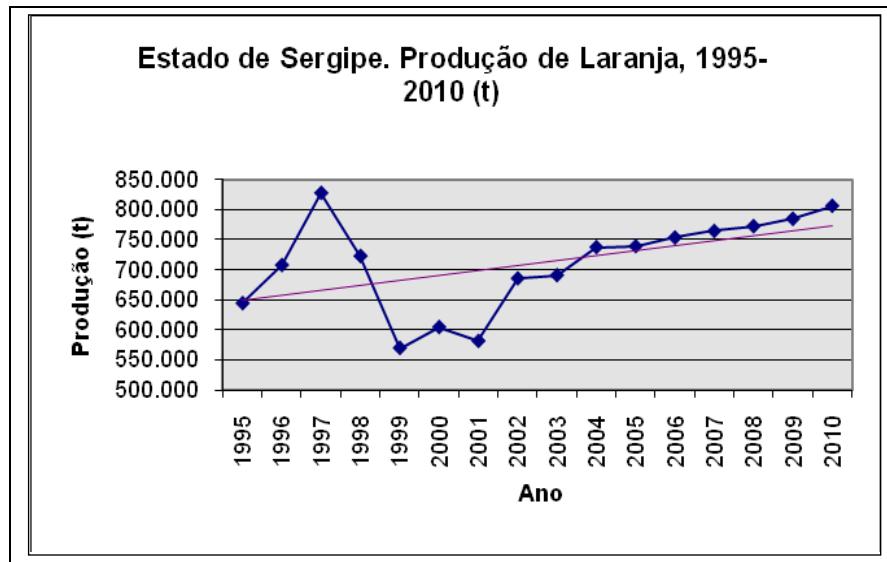
Da área total recenseada, 44,3% eram ocupados por lavouras, ao passo que as pastagens representavam 56,9% do total, tendo sido levantada a existência de 269.717 pessoas ocupadas nessas atividades. Das cerca de 95.000 unidades familiares existentes, 43.200 mil receberam serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pelo Estado.

As atividades produtivas do setor agrícola estadual guardam uma característica importante no seu conjunto, que é a predominância do seu domínio pela agricultura familiar. Tal característica define que a ação do Estado se volte predominantemente para este segmento, ao qual são destinadas as principais políticas públicas setoriais.

Dentre as lavouras, o grupo da fruticultura desponta como um dos segmentos mais importantes, embora apresente pouca diversificação. Especial relevância se reveste a **citricultura**. A atividade, que está mais presente em 14 municípios da região Centro-Sul do Estado, é predominantemente conduzida por agricultores familiares que exploram cultivos com área inferior a 10 hectares.

Essa cultura enfrentou sérios problemas nos anos 1990, em razão dos reflexos da situação negativa do mercado externo com a queda da demanda por suco concentrado e congelado. A

redução dos investimentos nos cultivos acarretou a queda na produtividade, que em 1997 chegou a 19,5 toneladas por hectare, tendo declinado para pouco mais de 11 toneladas por hectare e crescido lentamente até 14,7 toneladas por hectare em 2010. Do mesmo modo, a produção, que em 1997 foi de 827 mil toneladas, declinou até 1999, a partir daí vem se recuperando, tendo alcançado pouco mais de 805 mil toneladas em 2010, com ganhos devidos mais ao crescimento da área colhida do que da produtividade.



Fonte: IBGE

A cadeia é constituída por um conjunto complexo de elos que vão desde a produção de mudas, passando pela produção primária de frutas, serviços mecanizados, beneficiamento, transporte, revenda de insumos, além da transformação industrial. Tais segmentos, no entanto, são reconhecidamente desorganizados, razão do estabelecimento de relações assimétricas, particularmente quanto àquela prevalecente entre os citricultores e a indústria de transformação.

No tocante às demais frutíferas, a produção local é pouco expressiva. Com efeito, a oferta interna de **maracujá**, de 1995 a 2010 se situou em torno de 40 mil toneladas/ano, tendo alcançado 44,5 mil toneladas em 2010. Com relação à **banana**, a produção interna apresenta tendência de crescimento, passando de 49 mil toneladas em 1995 para 57 mil toneladas em 2010, mas ainda insuficiente para atender a demanda local. Quanto ao **abacaxi**, há, também, tendência de crescimento da oferta interna. De uma produção de 6.284 toneladas em 1995, passou-se para 21.822 toneladas em 2010.

Como medidas para reverter a problemática da citricultura o Estado tem levado a efeito um conjunto de ações, primeiramente voltadas para a recuperação da sua capacidade produtiva,

pela via do incentivo à produção de mudas de alto potencial genético e produzidas em condições controladas para evitar a propagação de pragas e doenças. Estão sendo intensificadas, também, ações com a área de Ciências e Tecnologia para a produção de mudas de abacaxi e de banana por processos biotecnológicos, na Biofábrica, objetivando ampliar a diversificação da fruticultura estadual. Tais ações vêm sendo acompanhadas, também, pela introdução de novos cultivos, a exemplo do cacau.

Merece atenção ainda a cultura da cana-de-açúcar, que em 2010, ocupou uma área de 46.665 hectares, com produção de cerca de 3 milhões de toneladas. Já cultura do coco, em 2010, ocupou um área de 41.890 hectares, com produção de 253,6 milhões de frutos.

Dentre as graníferas, merece atenção especial o **milho**. A cultura apresentou o mais notável crescimento dentre as atividades produtivas agrícolas em Sergipe. Fruto da incorporação de sistemas produtivos de uso intensivo de capital, a produção local cresceu, somente no período 2004-2010, 551%, saindo de 136,3 mil toneladas em 2004, para 750,7 mil toneladas em 2010. Tal crescimento deveu-se ao expressivo ganho de produtividade de 377% no período, muito mais do que ao crescimento da área colhida que foi de 299% no mesmo período. Tal resultado, no entanto, chama a atenção, principalmente para o impacto dos novos sistemas de produção sobre o meio ambiente. Tais sistemas são baseados na utilização de sementes hibridas e uso intensivo de máquinas e insumos, sem que ocorra a indispensável prática de rotação de cultivos, o que pode levar ao questionamento da sua sustentabilidade no médio e no longo prazos.

O **arroz** em Sergipe é cultivado sob regime de irrigação por inundação nos perímetros irrigados de Propriá, Betume e Cotinguba-Pindoba, situados no Baixo São Francisco. A sua produção vem crescendo continuamente desde 1995. No período 2001-2010, ela saltou de 14 mil para 48 mil toneladas, com picos na faixa de 58 mil toneladas em 2008 e 2009. A produtividade média em 2010, segundo o IBGE, alcançou 5.105 Kg/ha. Embora o cultivo apresente potencial para elevação da produção e produtividade, o arranjo produtivo coexiste com limitações, principalmente aquelas relacionadas à organização social dos produtores para melhoria da gestão produtiva e mercadológica. Do ponto de vista da rentabilidade, ela é extremamente baixa, já que o produto final colocado pelos produtores no mercado – arroz em casca – é destituído de qualquer agregação de valor, que é appropriada pelo segmento da cadeia produtiva representado pelos beneficiadores.

A despeito dos investimentos públicos e de mudanças na agricultura da região, pela inserção da irrigação, a população local ainda apresenta um dos mais baixos indicadores sociais e econômicos do Estado, não obstante a contribuição do produto para a economia da região. A modificação da situação vigente deverá levar em conta a necessidade de agregação de valor à produção de grãos, associando o processo produtivo agrícola ao beneficiamento e a melhoria dos processos de assistência técnica aos produtores familiares, com ênfase no melhor aproveitamento dos solos e diversificação da produção com culturas de sequeiro, a exemplo de milho e feijão.

Com relação ao **feijão**, o movimento é inverso àquele ocorrido com o milho. De 1995 a 2010, a área colhida da cultura foi reduzida à metade. No período, a produção foi passou de 55 mil toneladas em 1995 para 31 mil toneladas em 2010. Tais reduções, embora ainda não estudadas com profundidade, podem ser creditadas à substituição da cultura de feijão pela de milho.

No tocante à **mandioca**, verificou-se tendência de queda da produção entre 1995 e 2010, apesar da relativa estabilidade a partir de 2004, período em que a produção ficou em torno de 490 mil toneladas anuais, tendo alcançado 480 mil toneladas em 2010. Tal nível de produção é insuficiente para o atendimento da demanda interna atual e limita a possibilidade de implantação de unidades de processamento voltadas para a produção de produtos mais nobres que a tradicional farinha. Assim, o Estado se constitui em importador de raízes, para suprimento das suas unidades de processamento.

Estas cadeias produtivas têm em comum com a da laranja, a completa desarticulação. São várias as iniciativas de cooperativismo e outras formas de associativismo que não lograram êxito, fragilizando os agricultores familiares cada vez mais, o que dificulta, sobremaneira, sua inserção em mercados cada vez mais exigentes. Tal aspecto se faz sentir mais fortemente no segmento da comercialização, cuja consequência mais danosa se traduz no enfraquecimento da capacidade de barganha do valor da produção da matéria-prima ou da fruta de mesa.

No tocante às criações, a maior importância recai sobre a **bovinocultura**. Sergipe se destaca no cenário regional pela produção de leite. A bacia leiteira instalada na região semiárida, especialmente no Território do Alto Sertão, tem alcançado resultados bastante positivos.

O Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo, com aproximadamente 28 bilhões de litros produzidos em 2008, sendo que na região Nordeste - detentora de 14% da produção – Sergipe ocupa a quinta posição, só ultrapassado por estados de grande extensão territorial.

#### **Produção de Leite Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste, 2006-2008 (mil litros)**

Discriminação	2006	2007	2008
Brasil	25.398.219	26.133.913	27.579.383
Nordeste	3.198.039	3.335.286	3.549.205
Sergipe	242.568	251.624	259.700

Fonte: PPM (IBGE)

O Alto Sertão sergipano é responsável por 51% do leite produzido no Estado e a atividade está presente em aproximadamente 87% dos estabelecimentos agropecuários, cuja base é predominante familiar, ocupando área de até 30 hectares. Significa dizer que a produção é típica de pequenas unidades de produção que abrigam pequenos rebanhos, o que contribui para uma oferta pulverizada do leite. No território, o crescimento médio da produção de leite teve aumento expressivo, de 17 para 43 litros diários por unidade produtiva, em anos recentes.

Não obstante os ganhos de produção, a atividade se caracteriza pela baixa qualidade do produto, que é obtido a custos elevados, principalmente pelos dispêndios com alimentação concentrada, totalmente dependente de compras externas. Soma-se a isto, a debilidade da organização dos produtores, com baixo grau de escolaridade e baixa consciência ambiental e tem-se um conjunto de condicionantes que concorrem para o uso de práticas agressoras e exaustoras dos recursos naturais, com aumentado gasto energético.

A maior parte do recente aumento da produção de leite verificado nesta região é processada por duas grandes plantas industriais (Natville e Betânia) e três laticínios de médio porte, que produzem um *mix* variado de lácteos destinados a mercados regionais.

Por outro lado, o setor queijoíro, constituído por 104 queijarias no Alto Sertão, desempenha importante papel na cadeia leiteira a mais de uma década. Estima-se que dos 322 mil litros de leite produzidos no Território, 164 mil, ou seja, 51% seja processado pelas queijarias, gerando 451 empregos diretos, ainda que informais. Trata-se de um arranjo produtivo configurado por rudimentar rede horizontal, operando com baixos custos de produção, resultantes de técnicas e equipamentos artesanais e da informalidade.

Apesar da precária estrutura de fabricação de queijos nas fabriquetas e de sua questionável qualidade higiênico-sanitária, dois pontos são altamente relevantes para o setor: Primeiro, o reconhecimento regional da qualidade sensorial do queijo sergipano. Em segundo lugar, o fato de que o segmento das queijarias vem possibilitando o incremento da suinocultura como atividade subsidiária de grande importância e que utiliza o soro, rejeito da produção queijeira como base da alimentação dos suínos. Hoje são cerca de 75.000 suínos somente no Alto Sertão. O terceiro ponto, diz respeito aos aspectos ambientais: a suinocultura associada à produção de queijo, ao utilizar o soro como fonte alimentar, contribui para a minimização ou eliminação da descarga deste rejeito no ambiente, reduzindo impactos ambientais. Por fim, o segmento contribui para a desconcentração do poder de compra do setor transformador, mantendo relações comerciais mais simétricas e interdependentes junto aos pequenos produtores de leite.

De outro lado, a atividade leiteira em Sergipe deve experimentar, a médio prazo, uma demanda adicional da ordem de 250 mil litros de leite/dia, com a entrada em operação de laticínio de grande porte na região úmida do Estado, volume que só será atendido com expressivo aumento da produção na bacia leiteira sertaneja. Nesta perspectiva, a expansão da fronteira produtora do leite deverá ocorrer para além da região semiárida, abrangendo parte do agreste e de zonas mais úmidas como Centro-Sul e Litoral Sul Sergipano, além da região do Baixo São Francisco.

A cadeia produtiva do leite em Sergipe, a exemplo do ocorre em nível nacional, tem inquestionável importância sócio-econômica, vez que se constitui em uma das poucas vias de incorporação ao mercado para milhares de produtores familiares, sobretudo daqueles estabelecidos em regiões climaticamente desfavorecidas.

Ainda no segmento das criações destaca-se a **ovinocultura**. O rebanho estadual era de 147.102 cabeças, em 2007. Embora pouco expressivo do ponto de vista numérico, o rebanho ovino estadual desperta grande interesse nacional em razão da sua elevada qualidade genética. É predominantemente constituído por animais da raça Santa Inês, exportado para outras unidades da federação como reprodutores e matrizes com ganhos econômicos infinitamente superiores àqueles alcançados por animais destinados ao abate.

A **caprinocultura** é de escassa expressão. Faltam em Sergipe as condições prevalecentes em outros estados do Nordeste, onde a exploração tem caráter extensivo. Em 2007, o rebanho

estadual era de apenas 17.972 cabeças. Em Sergipe, a estrutura fundiária, altamente fragmentada em grande número de pequenas unidades de produção, não permite a reprodução de sistemas de criação de caprinos encontrados na Bahia e demais estados do Nordeste.

A modernização, a consolidação e a sustentabilidade das cadeias sob análise e de outras que não foram mencionadas, requerem a existência e operação de um serviço de assistência técnica numericamente suficiente e que objetive a melhoria na produção primária, que atenda às exigências sanitárias e à segurança alimentar dos consumidores. Ademais, este serviço deve ser capaz de articular as políticas produtivas com aquelas voltadas à comercialização da produção (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA), elementos de inserção nos mercados.

A aquicultura apresenta potencial de expansão e de fortalecimento nos diversos territórios do Estado, com grande potencial de contribuição para a produção de alimento de qualidade – proteína animal – e, de geração de renda.

Além dos cursos e regiões estuarinas, as barragens dos perímetros irrigados apresentam condições para ampliação da produção da piscicultura, dada a disponibilidade e a qualidade da água e, sobretudo, pela existência de mercados já desenvolvidos no âmbito regional para o pescado, ainda mais fortalecidos com a inserção dos mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e da alimentação escolar.

No tocante aos elos da cadeia produtiva, a oferta de alevinos de qualidade já é uma realidade; a oferta de ração é possível ser melhor solucionada, a partir da organização da produção e dos empreendedores. Um dos mais sensíveis elementos, no entanto, é a limitada abrangência da assistência técnica, decorrente de quadros técnicos insuficientes.

Em relação ao processamento do pescado, não há necessidade imediata de instalação de novas unidades. O desafio se constitui em estruturar e dinamizar a operação das existentes, dando conta dos aspectos relacionados às exigências sanitárias e de certificações e da diversificação dos produtos processados, o que possibilitará o atendimento das demandas, especialmente do mercado institucional, que requer a oferta de novos produtos que permitam a variação e diversificação dos cardápios.

A produção de pescado em viveiros escavados pode ser ampliada em praticamente todo Estado, especialmente nos municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, a exemplo do que ocorre nos perímetros irrigados do Baixo São Francisco. A

dinamização do segmento depende da superação dos gargalos da cadeia, particularmente no que se refere ao licenciamento e à comercialização do pescado. Em geral, esta é realizada por atravessadores estabelecidos na região produtora, o que retrata a falta de organização dos produtores. Assim, a sustentabilidade desta modalidade de aquicultura requer uma ação proativa da assistência técnica, dado à necessidade de melhorias no manejo produtivo e de ajustes na relação custo-benefício atualmente prevalecente.

Em relação à ostreicultura, estudos desenvolvidos sob a coordenação do Ministério da Aquicultura e Pesca confirmam o grande potencial para desenvolvimento da atividade no Estado, sobretudo nos estuários dos rios Piauí e São Francisco. Ações de apoio à criação de ostras terão elevado alcance na medida em que estejam direcionadas a segmentos sociais com maior vulnerabilidade, em relação à segurança alimentar e a geração de renda. Entretanto, a ampliação da atividade demanda, além de uma assistência técnica especializada, a disponibilidade de recursos financeiros, particularmente, para a realização de análises da qualidade de água, condição indispensável à exploração sustentável da maricultura.

Quanto à carcinicultura, é praticada no Estado por cerca de 150 empreendedores, dos quais 90% empreendedores familiares, os quais desenvolvem suas atividades nas chamadas terras baixas, aproveitando-se de antigos viveiros de peixe, salinas desativadas, praticando o manejo semi-intensivo e com menor adoção tecnológica. Em geral, obtêm baixa produtividade e rentabilidade. Trata-se, ainda, de uma atividade que está à margem do licenciamento ambiental, o que dificulta a captação de recursos junto os agentes financeiros.

Um grande esforço do Estado no tocante ao incentivo à agricultura familiar está nos perímetros de irrigação administrados pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro). Nos perímetros irrigados Poção da Ribeira, Jacarecica I e II e Piauí, situados no Agreste Central do Estado, predominam explorações de olerícolas, o que reflete uma vocação natural da região.

O perímetro Jabiberi, principalmente em razão da recente decisão do compartilhamento da água da sua reserva hídrica para abastecimento da sede do município de Tobias Barreto, sofreu radical mudança no método de irrigação adotado, que passou a ser de microaspersão, implantado como um imperativo para redução drástica do consumo de água e para a superação da salinização dos solos, que já se apresentava como um problema, em razão da inadequada condução do processo anteriormente utilizado, por infiltração. Tal medida

implicou na modificação dos sistemas produtivos, com a implantação da bovinocultura leiteira baseada na produção irrigada de forragens.

O perímetro Califórnia, situado em Canindé de São Francisco, apresenta significativa diversidade de atividades produtivas que vão de olerícolas – predominantemente o quiabo – ao milho e à fruticultura, buscando-se, ainda, a consolidação de um polo de produção de sementes.

Estes perímetros, implantados pelo Poder Público nos anos 1980, possuem características e problemas comuns. Em razão da quase nula inversão em manutenção da infraestrutura física de armazenamento, captação de água e irrigação, verifica-se sua contínua deterioração, o que passa a exigir o aporte de recursos cada vez maiores, única saída para se evitar o colapso dos sistemas produtivos bem como problemas de segurança para populações situadas a jusante dos reservatórios.

No tocante à racionalidade econômica, via de regra os sistemas produtivos são guiados pela oferta, isto é, a decisão sobre o que produzir é única e exclusivamente tomada pelo produtor irrigante, completamente descolados das aspirações do mercado consumidor. Salvo novas iniciativas, a exemplo da ênfase atual na bovinocultura leiteira, os sistemas tradicionais não propiciam sustentabilidade econômica às unidades de produção.

Por outro lado, repete-se em Sergipe o modelo de gestão comum a empreendimentos semelhantes, em que o Estado, aqui representado pela COHIDRO, além das tarefas que lhe são próprias, a exemplo de operação e manutenção dos perímetros, exerce também a sua gestão, atividade que deveria ser de responsabilidade dos produtores.

Com referência aos perímetros irrigados Jacarecica I e II e Ribeira há expectativa de reversão da situação atual com intervenções na melhoria da eficiência operacional da infraestrutura hídrica, no manejo do solo e água e nos sistemas de produção, por meio das ações previstas no Programa Águas de Sergipe, voltado para atuação na bacia hidrográfica do rio Sergipe e, particularmente, na sub-bacia do rio Jacarecica. Do ponto de vista ambiental, o Programa dará ênfase a processos de recuperação ambiental, especialmente nas áreas de reserva legal e de preservação permanente, além de intervenções relativas ao monitoramento das barragens da Ribeira, Jacarecica I e II

Um dos pontos mais importantes das intervenções previstas constitui-se na melhoria e ampliação da assistência técnica e gerencial aos produtores, como forma de assessorá-los para a obtenção de ganhos em produção, produtividade e renda, levando-os, também, a uma efetiva participação na gestão dos perímetros, diminuindo as responsabilidades do poder público e do conjunto da sociedade com a sua manutenção.

No tocante aos assentamentos de Reforma Agrária, tem sido desenvolvido um amplo esforço para a solução do problema de acesso à terra. A situação em 2010 mostra a existência de 173 assentamentos, com expectativa de assentamento de 8.030 famílias, conforme quadro abaixo:

#### **Estado de Sergipe. Acampamentos de Reforma Agrária, Segundo Territórios, 2010**

Território	Acampamentos	Famílias
Agreste Central Sergipano	1	213
Alto Sertão Sergipano	67	2.510
Baixo São Francisco Sergipano	16	573
Centro Sul Sergipano	43	2.119
Médio Sertão Sergipano	27	1.465
Leste Sergipano	19	1.150
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>8.030</b>

Fonte: INCRA

Uma das mais importantes iniciativas ora em prática em Sergipe, é a parceria entre a União, representada pelo Incra, para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária. Por meio do Convênio as partes aportaram R\$ 57,7 milhões, o que possibilitou a aquisição de 72 imóveis, no total de 29.188 hectares, nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Monte alegre, Carira e Nossa Senhora da Glória. Esta iniciativa possibilitou a criação de 30 colônias e o assentamento de 1.200 famílias.

Além das ações de Reforma Agrária, o Estado tem posto em prática outras ações de acesso à terra pela via do Crédito Fundiário e do Banco da Terra.

#### **Desenvolvimento do Turismo**

O Turismo é um poderoso instrumento de combate à pobreza e distribuição de renda, hoje o setor é responsável por 10% do PIB mundial. No Brasil o turismo representa apenas 5% do PIB. Em Sergipe, o turismo é responsável por 8.907 contratados no mercado formal,

representando 4% do total de empregos formais - bem superior à média nacional, que é de 2,8% - e, à frente de estados turísticos tradicionais como a Bahia (3,8%) e Pernambuco (3,6%), segundo dados do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA), divulgados em 12 de junho de 2011.

Sergipe, apesar do território geograficamente reduzido, é rico e diverso em produtos turísticos, indo além do tradicional programa de sol e mar. Aqui temos um dos 18 patrimônios da humanidade no Brasil, a Praça de São Francisco, em São Cristóvão, cidade que é patrimônio histórico e artístico nacional, ao lado de Laranjeiras, ambas guardando além do patrimônio material, um fabuloso acervo de patrimônio cultural imaterial. Mas o patrimônio cultural e histórico não se concentra tão somente nestas cidades coloniais, espalha-se por todo território do Estado e se junta ao patrimônio natural e paisagístico, a exemplo do Cânion do São Francisco e, perto dele, a gruta de Angico, cenário da última batalha de Lampião. E o que não dizer das serras, que apesar da baixa altitude, não desapontam em beleza sendo depositárias de uma rica fauna e flora, com espécies endêmicas, a exemplo das que ocorrem no Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

Entretanto tem-se pela frente um grande desafio que é transformar todo o nosso potencial turístico, uma vez que o cenário internacional reflete mudanças profundas nas pautas de comportamento do turista. Junto ao crescimento da demanda turística vem-se produzindo profundas alterações nas preferências e hábitos de comportamento dos turistas, que já começaram a transformar os modelos de negócio, a natureza e o comportamento dos principais mercados, e que consolidam câmbios estruturais tanto na gestão da oferta como na demanda.

O novo perfil do turista se caracteriza por encontrar-se em uma fase mais evoluída de seu ciclo de vida como consumidor, por dispor de uma maior experiência e informação sobre os destinos, o que aumenta seu grau de exigência sobre a relação valor-esforço e/ou qualidade-preço; contar com um maior nível cultural e de renda, o que reforça a demanda de qualidade ambiental e incrementa o interesse por conhecer novos elementos de identidade; e deslocar-se por motivações cada vez mais diferenciadas, o que implica um gosto crescente por uma oferta mais especializada e discriminada por novas linhas de negócios que lhe proporcionem determinados tipos de experiências.

O turismo do futuro virá, por tanto, determinado pela presença de uma demanda cada vez maior, mais sofisticada, complexa e mais segmentada, que exige a cada destino avaliar e potenciar seus elementos diferenciais e dirigir suas estratégias para aquela posição competitiva que, com critérios de Sustentabilidade, maximize a longo prazo os efeitos socioeconômicos da atividade turística por unidade de território

Estes critérios deveriam constituir-se no marco referencial para o desenvolvimento turístico de Sergipe, que como novo destino turístico há de posicionar-se de acordo aos atuais parâmetros de mercado. Desde esta nova perspectiva, deve-se potenciar as experiências turísticas e seu desfrute em um entorno mais diferenciado, equilibrado e compatível com as identidades, lazer, culturais e ambientais de cada lugar, e no que as comunidades locais elevem sua autoestima e melhorem a qualidade de vida percebida em virtude da indústria turística.

A experiência turística implica o envolvimento de uma longa cadeia produtiva, incapaz de, como modernamente apresenta a Organização Mundial do Turismo, ser completamente contabilizada. Entretanto, pode-se delimitar uma produção associada ao turismo para o consumo mais imediato, direta ou indiretamente, pelos turistas. Produção esta que vai da moda ao artesanato.

A visão de uma cadeia produtiva extensa, e que tem elos mais próximos representados os produtos associados tem significado fundamental na compreensão de que o Turismo, além de segmento estratégico, tem capacidade de adensar a cadeia produtiva antecipando ganhos e concentrando localmente os benefícios da atividade, haja vista que a oferta se encerra diretamente com a demanda final, ou seja, com a utilização do “produto” pelo turista.

O atual mundo em rede, globalizado, proporciona um amplo leque de possibilidades no nível local. Essas possibilidades podem significar oportunidades de desenvolvimento como, por outro lado, a falta de oportunidades pode implicar em riscos de marginalização ou exclusão da dinâmica geral desse novo sistema.

A eficácia para o desempenho dessas possibilidades depende de estratégias para a valorização e otimização do conhecimento coletivo (capital humano) e das formas de cooperação social (capital social), fazendo uso sustentável dos recursos locais, combinando-os com os recursos externos, para geração de oportunidades locais-regionais no conjunto de possibilidades globais.

As oportunidades regionais dependem das especificidades e da dinâmica de cada localidade e tem como pano de fundo analítico a teoria do desenvolvimento endógeno, que se detém nas questões regionais, apresentando contribuições para a problemática das desigualdades regionais e instrumentos de políticas para a correção dessas desigualdades, baseando-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. O que, traduzindo-se para a proposta de um Programa de Desenvolvimento do Turismo, significa a implantação de uma infraestrutura receptiva básica para o desenvolvimento sustentável das atividades, com a capacitação dos recursos humanos, para propiciar serviços de qualidade, garantindo a satisfação do turista, a geração, atração e manutenção de empreendimentos qualificados para o atendimento turístico. Tudo isso mantido e motivado por um fluxo constante de turistas, atraídos por uma estratégia de marketing permanente, atual e impactante.

Entretanto, ao se analisar a estrutura atual dos serviços de hospedagem, agenciamento de viagens e transporte turístico, cuja inscrição é obrigatória no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (CADASTUR), percebe-se, claramente, uma concentração de empreendimentos na Capital. Dos 92 meios de hospedagem cadastrados no Sistema 53 estão localizados em Aracaju, enquanto 39 estão distribuídos em 23 outros municípios, indicando que 51 deles não contam com qualquer meio de hospedagem registrado no CADASTUR. Isso é preocupante, na medida em que a concentração de meios de hospedagens em Aracaju estimula as excursões aos atrativos, os chamados “bate-e-volta”. Mesmo para destinos que já contam com meios de hospedagem, estes são em números insuficientes, a exemplo de Canindé de São Francisco e Estância. A situação é mais grave quando se constata a ausência de estrutura de serviços em municípios da Foz do São Francisco, como Ilha das Flores e Brejo Grande.

A diferença entre o número de empreendimentos na capital e no interior se acentua quando se verifica que das 133 agências de viagens e turismo cadastradas no Sistema Cadastur, apenas 18 estão localizadas no interior, distribuídas por 9 municípios.

Esses dados refletem a necessidade tanto de incentivar a abertura de novos empreendimentos que supram as necessidades do incremento do número de turistas, quanto da qualificação dos empreendedores que estão atuando, especialmente aqueles que estão fora do CADASTUR.

Um dos indicadores do desempenho turístico de um destino é a taxa de ocupação de suas unidades hoteleiras. Em Sergipe, nos últimos seis anos, essa taxa tem oscilado bastante, nunca tendo sido, na média, inferior a 50%. Entretanto, nos últimos dois anos, 2009 e 2010, a ocupação média foi de 54,25%, contra 59,62% da média dos quatro anos anteriores. Isso pode ser atribuído a um incremento do número de Unidades Hoteleiras (UH's) disponibilizadas, cuja média mensal saltou de 42.649 em 2007 para 57.932 em 2010.

O incremento da média da taxa de ocupação hoteleira deve ser perseguida com ações que estimulem o turista a permanecer mais tempo em Sergipe. Isto é, deve-se, oferecer uma diversidade de produtos e segmentos que atendam às necessidades do turista fazendo com que eles se sintam motivados a permanecerem em nosso Estado o tempo suficiente para usar o máximo dos nossos produtos. Nos últimos seis anos, a média de permanência tem oscilado entre 2,63 dias e 2,93 dias.

Em diversos espaços públicos destinados para a atividade turística, crianças e adolescentes ficam expostos às práticas perversas de adultos exploradores, onde a cidadania é relegada e acaba sendo contínua e gravemente renegada ou negada pelo silêncio e conivência de uma parte da sociedade que, por mais avançada que seja, ainda se cala. É nesta realidade que perpassa nossa responsabilidade individual e coletiva nos aspectos da proteção, cuidado e preservação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes.

A exploração sexual é um ato iníquo e de profunda violação de direitos, adensado por um contexto de pobreza e desigualdade, acrescida das interfaces da dominação étnica, cultural, intergeracional difundido ao longo dos anos como sendo práticas aceitáveis e que constituem fatores que expõem um grande número de crianças, adolescentes e suas famílias a uma situação de marginalidade e isolamento social, aprofundando o sentido mesmo das relações e da existência humana.

O fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescente tem chamado à atenção dos organismos internacionais relacionados à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como também dos profissionais relacionados à atividade turística. No Brasil, algumas destinações turísticas tiveram seu fluxo prejudicado devido a esse fenômeno, em especial em alguns estados da região Nordeste, que sofrem impactos no fluxo do turismo tradicional devido ao aumento do turismo com finalidade sexual, demandando por parte das autoridades locais uma postura de enfrentamento a essa problemática.

Sergipe encontra-se em situação um tanto diferenciada em relação a outros estados nordestinos, onde os dados demonstram que o maior fluxo de turistas que nos visitam tem como segmentos estabelecidos os de lazer e eventos e negócios, com grande frequência de famílias. Ainda assim, o Governo de Sergipe atua de forma preventiva para que esse problema não se instale e venha violar os direitos de nossas crianças e adolescentes, como bem preceitua a Organização Mundial do Turismo (OMT).

### **Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos**

Sérios e complexos são os desafios para a implantação de uma gestão ambiental e dos recursos hídricos comprometida com a sustentabilidade e com qualidade de vida. Historicamente a problemática ambiental vem sendo alvo de estudos que refletem na elaboração e implantação de políticas públicas com rebatimento nos padrões de produção e consumo.

O último século foi testemunho de transformações significativas em todos os ambientes. De um lado, cresce o desenvolvimento tecnológico, gerando o crescimento exponencial da utilização de recursos naturais, para atender as necessidades das populações humanas, cada vez mais crescentes e dependentes desses recursos. De outro lado, amplia-se o quadro de degradação ambiental, afetando a qualidade dos bens e serviços ambientais oriundos dos diversos ecossistemas, tais como recursos florestais, proteção da rede hídrica, provimento de ar, captação de carbono, proteção do solo, reserva de biodiversidade, polinização de espécies, reciclagem de nutrientes e estabilidade climática.

Para garantir o uso racional dos recursos naturais, um meio ambiente ecologicamente equilibrado é consagrado na Constituição Federal como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e a coletividade a responsabilidade pela sua proteção e defesa.

Nesse sentido, cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), no contexto do Programa de Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos, desenvolver ações voltadas à proteção, conservação e recuperação de recursos naturais, favorecendo condições para a produção de conhecimentos, aplicação de práticas e tecnologias

ambientalmente sustentáveis, com a participação e controle dos diversos segmentos da sociedade que utilizam desses recursos no seu dia-a-dia.

Ademais, considera-se que a gestão ambiental integra, além do arcabouço legal das políticas ambientais, o planejamento e o gerenciamento ambiental, aplicando-se instrumentos reguladores, do tipo comando e controle; econômicos, tipo subsídios, cobrança por serviços ambientais, selo verde, etc., e aqueles relacionados à informação e educação, a exemplo da capacitação de gestores públicos em gestão ambiental, fortalecimento dos fóruns democráticos e participativos como os coletivos educadores, disponibilização de material socioeducativo, bem como a implantação da política estadual de educação ambiental.

A gestão e a proteção ambiental e dos recursos hídricos exigem novas estratégias capazes de promoverem a melhoria da qualidade do ambiente com reflexos da qualidade de vida no planeta. Para tanto, disponibilizar informações, capacitar os membros dos diversos segmentos da sociedade e das próprias instâncias de governança, representa estratégias capazes de contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos na missão do Governo de Sergipe.

Desde o início, o uso e a ocupação do solo em Sergipe deram-se com a intensificação de ações transformadoras da paisagem e geradoras de impactos negativos ao meio ambiente. Como exemplo, tem-se o processo de retirada descontrolada da cobertura florestal, que vem ao longo dos tempos sendo severamente reduzida, o aumento das áreas degradadas, a quantidade de lixões, a crescente quantidade de retirada de areais de forma irregular, dentre outros. Por outro lado, nos últimos anos, o mundo tem voltado para a busca do fortalecimento do papel dos governos na adoção de novos paradigmas de desenvolvimento, considerando a sustentabilidade como um critério essencial para o futuro do planeta.

Esse cenário foi lentamente acompanhado pela mudança de comportamentos da sociedade e do próprio governo, os quais são amplamente responsabilizados por meio de diversos instrumentos legais, que vão desde a Constituição de 1988, passando pelas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e até mesmo dos órgãos estaduais e municipais de controle e gestão ambiental. Destaca-se que, apesar da evolução da melhoria da sensibilidade e conscientização ecológica e ambiental da sociedade, muito ainda tem que ser feito. É preciso sensibilizar e educar a sociedade, fortalecer os órgãos de gestão, promover a mudança nos comportamentos e nas diretrizes, que devem estar voltados para estabelecer novos limites no processo de produção, com vistas ao estabelecimento de novas rationalidades entre o

desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental, com garantia da manutenção da biodiversidade do planeta.

A gestão de recursos hídricos de forma descentralizada tem papel fundamental na gestão ambiental porque a água é um indicador que se presta a modelagens de simulação. É possível reproduzir o funcionamento hidráulico e ambiental a partir de uma base técnica: informação sobre apropriação (uso e poluição) da água e características fisiográficas da bacia e do corpo d'água.

A base técnica permite, por outro lado, acrescentar ao cenário futuro os interesses dos diversos atores envolvidos em determinada bacia. Conseqüentemente, avalia-se quem ganha e quem perde nesses cenários extrapolados. Trata-se de uma base econômico-financeira que permitirá quantificar os investimentos necessários, bem como o valor a ser cobrado para sua cobertura. A disposição do usuário em pagar pelo uso da água advém, principalmente, da certeza de que a gestão lhe dê condições quanto à necessidade do investimento para seu negócio. Quanto melhor a qualidade da gestão, menor o caráter impositivo da cobrança.

A expressão institucional do acordo de benefícios e perdas deverá ocorrer em um comitê - denominado Comitê de Bacia - que reúna os diferentes interesses. A gestão compreende, ainda, uma agência executiva que realiza as tarefas relativas ao cumprimento das decisões do comitê, bem como submete a ele outras ações. Isso conforma uma base político-administrativa cujos princípios fundamentais de gerenciamento estão perfeitamente definidos.

## **Águas de Sergipe**

O Estado de Sergipe, com uma área aproximada de 22.050 km<sup>2</sup> está inserido em seis bacias hidrográficas: São Francisco, Japaratuba, Sergipe Vaza Barris, Piauí e Real.

O território sergipano caracteriza-se por uma faixa próxima à zona costeira, com índices pluviométricos bastante razoáveis, da ordem de 1.200 mm/ano, que declinam substancialmente na medida em que se percorre o sentido oeste, caindo para cerca de 800 mm/ano na porção intermediária do Agreste, até chegar a níveis próximos a 400 mm/ano na macrorregião do Sertão, que compõe parte do semi-árido brasileiro.

De modo conjugado com esses problemas climáticos, também se verificam alterações no tipo do solo, com predomínio de rochas sedimentares e coberturas terciárias recentes, na macrorregião Litoral e em parte do Agreste, e do padrão cristalino no Sertão, dominado pela vegetação de caatinga, em virtude da sobreposição entre baixas fertilidade e pluviometria.

É reconhecido que, nesse contexto regional, os estados nordestinos apresentam problemas recorrentes relacionados à escassez de disponibilidades hídricas, agravados pela elevada variação sazonal e plurianual de períodos chuvosos, fato que demanda avanços substantivos em termos da organização técnica e institucional para gestão dos recursos hídricos, como também, inversões significativas voltadas à infraestrutura para armazenamento e transporte de águas, tendo em vista seus múltiplos usos, notadamente o abastecimento público e a irrigação de cultivos.

Sob esse quadro geral, de maiores concentrações da população e de atividades produtivas na região litorânea, com crescente dispersão no meio rural do Agreste e, sobretudo, do Sertão, constata-se que, em sentido leste-oeste, também decrescem os padrões de renda, na medida em que, no Sertão predominam a pecuária e cultivos para subsistência familiar e somente no Agreste passam a ser desenvolvidos sistemas mais extensos de irrigação, na proporção em que os cursos d'água começam a se perenizar.

Por seu turno, atividades econômicas dos setores industriais e de serviços concentram-se junto ao Litoral, onde reside a maior parcela da população nordestina e, bem assim, a sergipana, com melhoria na renda *per capita*. Todavia, percebe-se que nessa faixa costeira, os problemas de escassez acabam sendo substituídos pelo comprometimento qualitativo dos corpos hídricos, com rebatimento negativo inclusive sobre o seu elevado potencial turístico.

Em suma, o Estado de Sergipe demanda suporte financeiro e apoio institucional e técnico, tanto para enfrentar reconhecidos problemas típicos do semiárido brasileiro, quanto do quadro de comprometimento ambiental urbano que domina sua zona costeira.

Em relação ao perfil de reconhecidos problemas hídricos - de escassez, no Sertão e no Agreste e de poluição, no Litoral - o Estado tem empreendido, sobretudo em tempos mais recentes, esforços importantes no sentido de estruturar suas entidades para fins de gestão de seus recursos hídricos e ambientais, de modo a mitigar quadros críticos que rebatem especialmente sobre as populações de menor renda. Assim surgiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), com suas unidades operacionais bem definidas para cuidar

de questões muito específicas, como: áreas protegidas, biodiversidade, florestas, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e recursos hídricos.

No que diz respeito aos recursos hídricos há avanços substantivos que foram propiciados com a execução do Programa Nacional Pró-Água/Semiárido e pela coordenação e implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREH), criado no bojo da Política Estadual de Recursos Hídricos, definidos pela Lei Estadual nº 3.870, de 25 de setembro de 1997.

Esse Sistema é composto pela Semarh, como órgão gestor dos recursos hídricos no Estado, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), por comitês de bacias hidrográficas (com destaque para o da bacia do rio Sergipe, como o primeiro a ser instalado em território sergipano) e por suas respectivas agências, a serem futuramente instituídas. Tem sustentação financeira por conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH), que recebe transferências advindas do setor de geração de energia, fator que assegura, pelo menos, um apoio básico à operação do Sistema.

O processo de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (CBHSE) foi iniciado em 2001 e oficializado pelo Decreto estadual nº 20.778, de 21 de junho de 2002. O mesmo é composto por 48 membros, entre titulares e suplentes. Em sua atuação o Comitê tem promovido debates sobre projetos desenvolvidos por entidades de ensino e pesquisa no âmbito dos municípios da bacia hidrográfica, bem como sobre relevantes temas relacionados a meio ambiente e aos recursos hídricos, de interesses dos usuários e da sociedade sergipana como um todo. Em geral as reivindicações são encaminhadas para os órgãos públicos, entidades envolvidas e segmentos que fazem parte do Comitê para que haja interação com as comunidades de abrangência dos projetos, com acompanhamento dos membros.

Além do SEGREH, Sergipe conta também com o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), que tem a Semarh como órgão central, com destaque para a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), como órgão executor da política estadual de meio ambiente, com competência para emissão de licenças ambientais e controle e fiscalização ambiental de empreendimentos. Esse Sistema é composto pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) e por organismos das esferas municipais, além da Semarh e da Adema. Nessa esfera do meio ambiente há ainda a atuação específica dos Comitês Estaduais das Reservas da Biosfera da Caatinga e da Mata Atlântica de Sergipe e do Fundo de Defesa do

Meio Ambiente de Sergipe (FUNDEMA/SE), como mecanismo de apoio financeiro a atividade ambiental no Estado.

A propósito desses dois Sistemas Estaduais - SEGREH e SISEMA - deve-se enfatizar a importância de promover, como uma das metas do presente Programa, um funcionamento mais coordenado, na proporção em que problemas de recursos hídricos são freqüentemente agravados por fontes pontuais de poluição, que deveriam estar submetidas a processos de licenciamento e fiscalização ambiental, como também, pelo manejo do solo e da cobertura vegetal (vistos como recursos ambientais), particularmente de matas ciliares e de nascentes.

Em consonância com a meta mencionada, torna-se relevante incentivar maior participação dos municípios em ambos os Sistemas, uma vez que as cidades devem ser percebidas como usuárias de recursos naturais de seus territórios, na medida em que detém a titularidade sobre serviços de saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e disposição final de resíduos sólidos e drenagem), além da competência para legislar sobre uso e ocupação do solo urbano. Portanto, outra meta, a ser listada pelo Programa é a promoção de novos avanços institucionais, fortalecendo o SEGREH em termos de sua capacidade de articulação com as prefeituras sergipanas e com outros segmentos de usuários das águas de Sergipe.

Nesse aspecto, cabe destacar a importância para os recursos hídricos do papel exercido pela concessionária estadual de saneamento, a DESO, empresa de economia mista que opera, sob concessão municipal, a maioria absoluta dos sistemas de água e esgotos das cidades do Estado de Sergipe, cabendo-lhe, por consequência, a responsabilidade, tanto pela cobertura do déficit estadual no abastecimento de água potável, quanto pelo significativo passivo ambiental representado pelos esgotos domésticos não coletados e tratados. Portanto, pode-se identificar a DESO como a principal usuária dos recursos hídricos de Sergipe, em decorrência de suas captações para o abastecimento público e de seus lançamentos de efluentes.

No que tange aos setores usuários das águas sergipanas, por fim, cabe mencionar a irrigação de cultivos, com maior concentração na área do Agreste, como atividade sob a competência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Seagri), à qual são vinculadas a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) e a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro).

Este setor abrange, segundo dados do IBGE (2001), perímetros irrigados que somam 13.250 hectares. Portanto, uma demanda por vazões consultivas que pode caracterizar, em determinados açudes e em trechos de rios, conflitos potenciais entre usos múltiplos da água, particularmente nas áreas marcadas por períodos mais longos de escassez. Na maioria dos perímetros, as atividades produtivas são diversificadas, à exceção do Platô de Neópolis, especializado em fruticultura tropical, e nos perímetros Betume e Propriá, onde se concentra a produção de arroz inundado e piscicultura.

O fato relevante, em termos institucionais, é que há espaços para ampliar a inserção dos mencionados segmentos de usuários junto ao SEGREH, objetivo que deverá ser contemplado no contexto do Programa Temático Águas de Sergipe.

Isto posto, cumpre reconhecer que, dentre as bacias hidrográficas que drenam o Estado de Sergipe, a de maior relevância, tanto em termos de sua dinâmica social, quanto produtiva, é a do rio Sergipe, uma verdadeira síntese concentrada das dificuldades sergipanas relacionadas à disponibilidade quantitativa e qualitativa de água. Essa bacia, que drena 16,7% do Estado, contempla de forma integral os municípios de Laranjeiras, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santa Rosa de Lima e São Miguel do Aleixo; e, parcialmente, os municípios de Aracaju, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Carira, Divina Pastora, Feira Nova, Frei Paulo, Graccho Cardoso, Itabaiana, Itaporanga d'Ajuda, Maruim, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e Siriri, num total de 26 municípios abrangidos, envolvendo assim os Territórios Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste Central, Leste e Grande Aracaju. Seus principais afluentes, pela margem esquerda, são os rios Pomonga, Parnamirim, Ganhamoroba e Cágado e, pela margem direita, os rios Poxim, Sal, Cotinguba, Jacarecica, Morcego, Jacoca, Campanha, Lajes e Melancia. Do mesmo modo, os principais reservatórios são o Açude Marcela e as Barragens Jacarecica I e II, além de inúmeras barragens de pequeno porte construídas na região semiárida para minimizar os efeitos das secas prolongadas.

## **Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público**

### **Programas Temáticos:**

Controle Externo

Justiça

Defesa da Ordem Jurídica e Social

## **Controle Externo**

O Tribunal de Contas do Estado da Sergipe (TCE/SE), órgão autônomo e independente integrante do Poder Legislativo, desempenha um relevante papel no cenário governamental sergipano, através do controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. Sediado em Aracaju e jurisdição em todo o Estado de Sergipe, de acordo com o que estabelece o Artigo 70 da Constituição Estadual e Lei Complementar Estadual nº 205/2011 que rege o referido Tribunal.

A estrutura orgânica do Tribunal conta com os seguintes Órgãos: Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-Presidência, Ministério Público Especial, Corregedoria Geral, Coordenadorias, Auditoria, Diretoria Técnica, Diretoria de Controle Externo, Diretoria Administrativa-Financeira e demais Unidades Técnico-Administrativas que dão suporte as atividades fins do TCE/SE

Contribuir para a conformidade e o desempenho da gestão desses recursos e o efetivo resultado das ações governamentais em nível estadual e municipal, cumprindo integralmente as competências institucionais e legais que lhe foram atribuídas, atendendo às expectativas da sociedade e do Poder Legislativo em relação ao controle externo, sob sua responsabilidade, elevando os níveis de eficiência, de eficácia e efetividades das suas ações é a missão desse Tribunal.

Na perspectiva de atender aos seus compromissos junto à sociedade sergipana, acompanhando as exigências de um Estado moderno, ágil e eficiente é que o TCE definiu como visão de futuro "ser uma instituição de excelência na efetivação do controle externo, essencial à sociedade, incentivando o exercício da cidadania".

Nesse sentido e sintonizado com as diretrizes estratégicas emanadas do Planejamento Estratégico 2011-2014, este Tribunal buscou definir como diretriz prioritária para essa gestão a atuação de forma justa, célere e uniforme nos julgamentos e nas decisões, exercendo de modo efetivo suas ações. Todas elas integrantes desse Planejamento convergem para que os produtos a serem obtidos nesse quadriênio possam contribuir para a revitalização da sua função precípua, no âmbito do Estado.

As diretrizes: Modernização da estrutura organizacional, Atualização da Estrutura Legal e Normativa, Implantação de Políticas de Gestão de Pessoas e realização de Concurso Público,

foram definidas com prioritárias para o exercício de 2011. Nesse sentido foram aprovadas as Leis Complementares nº 204/2011 que estabelece a nova Estrutura Administrativa do TCE e do MP Especial, nº 205/2011 que institui a nova Lei Orgânica do TCE e a Lei Complementar nº 203/2011 que reestrutura o Quadro de Pessoal Efetivo do TCE todas datadas de 06 de julho de 2011.

O aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores do TCE, nesse contexto de transformação, torna-se uma ação de fundamental importância para que a sua missão e visão de futuro possam ser concretizadas. Assim, ações de capacitação serão realizadas no sentido de oferecer melhores condições de atuação para os profissionais que integram o quadro funcional do TCE/SE, atendendo às expectativas dos próprios servidores, do Poder Legislativo e da sociedade civil organizada.

Outro aspecto a ser destacado é o relevante papel desempenhado pelas modernas tecnologias da informação que representam, também, um importante ponto de sustentação para a modernização e agilidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, contribuindo para a reformulação dos processos de trabalho e dos produtos a serem ofertados ao Estado e à sociedade.

O TCE dispõe de Sistemas Informatizados: Sistema de Auditoria Pública (SISAP); Sistema de Controle Protocolo e Processos (SCPP); Sistema de Controle de Almoxarifado (SCA); Sistema de Controle de Patrimônio (SISPTR); Agendamento e Controle de Consultas Médicas e Odontológicas (SIS-SCM); Sistema de Matrículas da Escola de Contas (ECOJAN); Sistema de controle da biblioteca; Sistema para pagamento da folha de pessoal. Encontra-se em fase de implantação os sistemas de entrega de informes pela Internet, o Diário Oficial Eletrônico e o desenvolvimento de uma solução de Processo Eletrônico.

A modernização do TCE passa por um processo de mudanças e adaptações inseridas em um projeto integrado de desenvolvimento organizacional previsto no Planejamento Estratégico de 2011 a 2014. Nesse Plano está definida a estratégia global do TCE, representada por um conjunto de objetivos e indicadores, em que se descreve como a organização pretende cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro.

Com o objetivo de ter uma legislação moderna, que forneça suporte às ações de controle, visando a garantir a efetividade das ações do TCE, bem como prover o corpo instrutivo de elementos que possibilitem um desempenho mais atuante e abrangente, além de adequar a

estrutura de forma a garantir o aumento da eficiência e produtividade, para melhorias qualitativas do serviço prestado a sociedade, foram criadas e aprovadas, em julho do ano em curso, Leis Complementares a saber: Lei nº 205/11 Lei Orgânica do TCE , Lei nº203 que reestrutura o quadro de pessoal efetivo, Lei nº204 que estabelece a estrutura administrativa do TCE e o Ministério Público Especial.

Pretende o TCE promover uma ação efetiva no controle dos gastos, agindo com tempestividade nas fiscalizações; prevenindo erros ou desvios na realização da despesa; zelando pela legitimidade, legalidade, efetividade e eficácia da gestão pública. Entende que as organizações modernas dependem do investimento nas pessoas com a identificação, o aproveitamento e o desenvolvimento do capital intelectual, portanto implantará Políticas de Gestão de Pessoas, definidas como: Plano de Classificação de Cargos e Salários; Avaliação de Produtividade e Desempenho, Gestão por Competência, Gestão da Saúde e Plano de Capacitação Anual. Além, evidentemente, da melhora das condições objetivas de trabalho.

## **Justiça**

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), tido como referência nacional pela qualidade de sua prestação Jurisdicional, cultiva meios para que possa dar continuidade aos seus projetos, levando em consideração os interesses e a satisfação da sociedade.

No ano de 2009, foi aprovado o planejamento estratégico, através da resolução 22, considerando a necessidade de estabelecer um referencial estratégico, de forma que o Poder Judiciário possa melhor cumprir com a sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de conferir suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais.

O Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2010 a 2014, baseou-se na Resolução n.º 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário, onde, em seu Anexo II – Metas Nacionais de Nivelamento, Ano de 2009 – a Meta 1 define: “Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial”.

Desse modo, obedeceu ao contido na resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), buscando aliar o Planejamento Estratégico ao Plano Plurianual. Considerando a importância desse alinhamento para a organização, o Planejamento Estratégico deverá estar diretamente relacionado com a realização do PPA, ou seja, eles se relacionam com os objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, contribuindo com a Instituição de modo geral.

É oportuno salientar que a elaboração do PPA estabelece a estratégia diretamente como fator primordial, definindo as diretrizes e as metas para os próximos anos, nos quais as ações serão priorizadas pelas revisões do Planejamento Estratégico institucional, o que já foi feito esse ano com a aprovação da Resolução nº 10 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), anualmente.

Mediante a construção do Planejamento Estratégico, observou-se que o TJSE já evoluiu bastante, mas continua enfrentando seus maiores desafios, quais sejam: o aumento constante da demanda, que torna cada vez mais difícil continuar aumentando a produtividade, tendo em vista o aumento da escolaridade e diminuição dos níveis de pobreza da população; prosseguir buscando o alcance de sua visão de futuro, que é a redução gradativa da taxa de congestionamento.

Em que pese as dificuldades, muitos pontos positivos existem para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Justiça de Sergipe, como ser reconhecido como referência em celeridade e eficiência junto a outros Tribunais; possibilidade de ampliação das parcerias estratégicas e participação em eventos de premiação e certificação; captação de recursos financeiros e apoio político para o permanente desenvolvimento institucional; comunicação dos processos e projetos institucionais com público interno e externo; permanente controle social e a existência do CNJ.

Entre as forças estão: a Estrutura do Poder Judiciário de Sergipe (instalações, tecnologia da informação), Magistratura e servidores comprometidos e integrados; Grande parte dos servidores efetivos; Conscientização pelos servidores e Magistrados da trajetória de modernização (inovação) do Poder Judiciário de Sergipe; Eficiência da área-fim; Bom nível de qualificação dos servidores; Autonomia e Independência do Poder Judiciário de Sergipe.

Observa-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe seguirá o modelo contido nas Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Nacional, o qual

também foi utilizado pelo Governo Estadual para direcionar os seus órgãos, bem como os poderes estatais.

Em adesão as Propostas do Conjunto de Programas Temáticos constantes nas orientações mencionadas, foi escolhido como tema “Justiça”, o qual estão alinhadas as ações do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, sendo que estes dois últimos cumprem com as Funções Essenciais a Justiça em conformidade com a Constituição Federal.

### **Defesa da Ordem Jurídica e Social**

O Ministério Público do Estado de Sergipe consolidou em 2010, através da Resolução nº 017-CPJ, de 20 de outubro de 2010, do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, o seu Planejamento Estratégico Plurianual, para o período de 2011/2015, tendo como Missão “Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático, os Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis, a fim de garantir a Cidadania Plena e o Desenvolvimento Sustentável”.

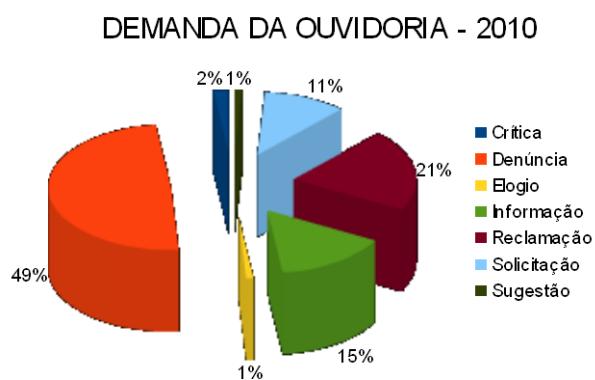
Esse trabalho tem como escopo racionalizar e agilizar a atuação do Ministério Público no Estado, visando ao aprimoramento da gestão, com ações de curto, médio e longo prazos, sobretudo do relacionamento com o público interno e a sociedade, difundindo uma cultura de qualidade e produtividade.

Com a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional deu-se início a uma importante etapa de modernização do Órgão, que começou 2011 centrando as suas ações no sentido de dotar a área de Tecnologia de Informação dos recursos necessários para fazer frente aos novos e grandes desafios estratégicos, ampliando o seu efetivo e adquirindo *softwares* e equipamentos modernos, para atender ao aumento de demandas, com a inauguração da nova Sede, prevista para o segundo semestre de 2011.

Por outro lado, a grande quantidade de ações civis públicas ou de improbidade, recursos diversos, além do expressivo número de manifestações em ações civis, penais, dentre outras, vêm gerando a necessidade de ampliar a atuação das Promotorias, obrigando o Órgão a investir em infraestrutura e tecnologia para maximizar seu potencial de atendimento, aproximando-se da sociedade pelos artifícios possibilitados pelas modernas técnicas de gestão, tendo como complicador a dificuldade de aumentar o efetivo de Membros e servidores dos serviços auxiliares, face aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atualmente, o Ministério Público de Sergipe conta com 107 Promotorias, que estão distribuídas na sede do Órgão em Aracaju, nas quatro subsedes localizadas em regiões estratégicas do Estado, bem como junto aos Fóruns Judiciais, nas Comarcas designadas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

No intuito de aproximar-se ainda mais da sociedade, foram disponibilizados instrumentos de comunicação, através da Ouvidoria, para facilitar o recebimento de denúncias e outras informações. O registro das manifestações recebidas através de *e-mail*, carta, *site*, telefone ou pessoalmente atingiu o montante de 752 no exercício de 2010, conforme gráfico abaixo:



Ao longo dos anos o Órgão Ministerial vem procurando administrar os seus gastos por meio de uma gestão pública voltada para a otimização dos recursos disponíveis e, assim, assegurar à população um atendimento qualificado e eficiente.

Ainda no intuito de propiciar um atendimento especializado à sociedade, foram criados os Centros de Apoio Operacional, localizados na sede atual do Órgão, que são responsáveis pelo desenvolvimento de programas voltados para as demandas sociais, dentro de suas respectivas áreas de atuação, a saber:

- Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública;
- Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência;
- Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária;
- Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos;
- Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes;
- Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação;
- Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde;
- Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural;

- Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor;
- Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher;
- Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais.

Para atendimento às diversas demandas na Capital dispõe o Ministério Público Estadual de oito Promotorias Especializadas em Direitos dos Cidadãos, conforme abaixo:

- 1<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa do Patrimônio Público e da previdência pública;
- 2<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa dos direitos à saúde;
- 3<sup>a</sup> Promotoria: especializada no controle externo da atividade policial, em questões agrárias e com atuação no sistema prisional;
- 4<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa do acidentado do trabalho, do idoso, do deficiente, dos direitos humanos em geral e dos direitos à assistência social, na proteção aos direitos da mulher, na fiscalização das respectivas políticas públicas, no combate à discriminação racial e apoio às vítimas de crimes;
- 5<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio social e cultural, controle e fiscalização do Terceiro Setor e serviços de relevância pública;
- 6<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa dos direitos à educação;
- 7<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa da ordem tributária;
- 8<sup>a</sup> Promotoria: especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Nada obstante os avanços acima elencados, existem ainda municípios do interior do Estado não convenientemente atendidos pelo Ministério Público (MP), seja por sua localização, seja por falta de infraestrutura. Para suprir essa lacuna, a exemplo de outros Estados, tem-se como proposta a criação do MP Itinerante, projeto que prevê a aquisição, ainda neste exercício, de um ônibus equipado com estrutura de Promotoria, com vistas a proporcionar atendimento direto às comunidades mais afastadas e à população com dificuldade de locomoção para os centros urbanos.

Outros mecanismos vêm sendo implantados pela atual Gestão, a exemplo do Censo Educacional e do Censo Social, com o objetivo de se conhecer mais de perto os anseios das comunidades carentes dos bairros da Capital e do Interior, provendo meios de solução, através de recursos do próprio Órgão, do Estado e do Banco Mundial, com previsão de se estender a medida aos Municípios de populações também carentes do Interior.

O Programa ora contextualizado, referente ao PPA 2012-2015, guarda coerência com a meta de Erradicação da Miséria, dos Governos Nacional e do Estado, considerando que toda a sua

estrutura adiante formalizada, com seus objetivos, metas e iniciativas, visa a direcionar o planejamento estratégico do Ministério Público no sentido de proporcionar condições igualitárias aos cidadãos, mediante o acesso à Justiça, em interação com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado.

Ainda nesse sentido, visando a demonstrar a efetividade do Programa Temático em questão, foram selecionados indicadores que melhor demonstrassem os resultados alcançados e sua contribuição para o Plano Estratégico do Governo, sendo utilizados os índices coletados nos programas estatísticos Proej/Apep/Control P2 do Ministério Público Estadual para mensurar a realidade da Instituição dentro dos preceitos constitucionais.

O artigo 129 da Constituição Federal define as funções institucionais do Ministério Público, elencando entre outras, a promoção de Ação Penal Pública, o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e serviços de Relevância Pública, por meio das medidas necessárias à sua garantia, a instauração de Inquérito Civil e promoção de Ação Civil Pública para proteção do Patrimônio Público e Social, do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, bem como o requerimento para realização de diligências investigatórias e instauração de Inquérito Policial.

Assim, em consonância com os referidos ditames previstos na Carta Magna, infere-se que os preceitos constitucionais encontram-se claramente representados pelos indicadores previstos para o PPA, tomando-se como base o exercício de 2010, onde são demonstrados na Área Cível, por exemplo, o quantitativo de Ações Civis Públicas promovidas pela Instituição, a fim de proteger a sociedade de eventuais danos causados ao meio ambiente, consumidor, patrimônio Público, dentre outros. São destacados, ainda, o número de Ações de Improbidade Administrativa, o número de Pareceres dos Procuradores nos processos de 2º grau, o número de pareceres dos Promotores em 1ª Instância e o número de Inquéritos Civis instaurados, que expressam, em números, o trabalho que o Órgão vem realizando em favor da sociedade.

Na Área Penal, também foram relacionados indicadores que destacam o trabalho realizado em prol da população, como o número de intervenções do Ministério Público nos Inquéritos Policiais, que são recebidos pelas diversas Promotorias do Estado, provenientes das autoridades policiais e o número de denúncias que foram oferecidas pela Instituição.

A aferição da atuação Institucional nos termos acima descritos traz à tona, de forma efetiva, o alcance do programa temático *sub óculo*, qual seja: Defesa da Ordem Jurídica e Social, na

medida em que evidencia indubitavelmente a realização da justiça, seja por meio da tutela dos direitos e garantias constitucionais, seja mediante a efetivação da persecução criminal estatal.

Cumprindo a sua destinação constitucional, o Órgão Ministerial vem desenvolvendo políticas públicas de grande abrangência social, voltadas para as comunidades carentes da Capital e do interior, conforme exemplos citados abaixo, dentre muitos outros em execução:

- Projeto Paternidade Responsável: uma garantia de assistência material e afetiva;
- Projeto Abrigos para Acolhimento de Crianças e Adolescentes;
- Projeto SALVE: combate a violência física e sexual contra crianças e adolescentes;
- Projeto Adote um Manancial: preservação das nascentes;
- Projeto Florescer: Construindo a Liberdade – Mulheres em situação de prisão no Presídio Feminino em Nossa Senhora do Socorro;
- Projeto Transformando pela Fé (Enfrentamento às drogas);
- Programa de defesa comunitária;
- Apoio à Cooperativa de Catadores (CARE);
- Censo Social;
- Censo Educacional: A luta contra a evasão escolar.

Em que pese os grandes avanços nessa área, ainda são grandes os desafios no atendimento à população, que serão tratados com prioridade no período em tela, através das iniciativas delineadas no Planejamento Estratégico Institucional, bem como de ações decorrentes da realização do Censo Social na Capital e no interior do Estado.

Identificou-se, ainda, que as diversas áreas de atuação, apesar de coordenadas pelo único Centro de Apoio Operacional existente, não dispunham de planos específicos ordenados em programas/projetos a serem realizados pelas respectivas áreas, sendo então elaborados Planos de Ação específicos, os quais deverão ser levados a efeito em sua totalidade até o encerramento do Quadriênio 2012-2015.

### **3. O MODELO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DO PPA 2012-2015**

#### **A Nova Metodologia do PPA**

O Governo Federal, no esforço de tornar o planejamento um instrumento efetivo na organização da ação governamental, como estabelece a Constituição Federal, desenvolveu um novo modelo para a elaboração do PPA 2012-2015. Esse novo modelo está sendo seguido integralmente pelo Governo de Sergipe.

A metodologia adotada procura dar uma estrutura inovadora ao PPA, à medida que reflete um planejamento fortemente influenciado pelas agendas prioritárias do Governo, como o combate a miséria, as obras estruturantes, a melhoria da educação, da saúde, dentre outras.

Uma importante inovação do novo modelo é que as ações passaram a ser atributos apenas dos orçamentos. O PPA passa a atuar nos níveis estratégico e tático. A parte operacional (ações) passa a ser detalhada exclusivamente nas leis orçamentárias anuais. No modelo anterior, o PPA era confundido com um orçamento quadrienal, devido ao seu alto grau de detalhamento, o que dificultava, até mesmo, a gestão da sua implementação.

Foram definidos dois tipos de Programas: os Temáticos, concebidos a partir de recortes aderentes das políticas públicas e mais relacionados às ações finalísticas de Governo; os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, não detalhados no PPA e que contemplam despesas destinadas ao apoio e manutenção da ação governamental. Cada Secretaria ou Órgão equiparado possui um programa dessa natureza, onde estão incluídas as despesas das suas entidades vinculadas, quando existirem.

Os Programas Temáticos são organizados em indicadores, objetivos, metas e iniciativas. Os indicadores servem para mensurar os impactos dos Programas junto a sociedade. É um importante elemento para a avaliação das políticas.

Os objetivos constituem-se em importante inovação à medida que expressam escolhas em relação a um determinado tema. Agora, um mesmo Programa pode apresentar vários objetivos. São eles que apontam o caminho a seguir. Servem de indicativo. A idéia é torná-los mais flexíveis, em virtude da dinamicidade que a realidade impõe. A cada objetivo estão associadas metas, que podem ser quantitativas ou qualitativas. As metas facilitam o diálogo

com o cidadão, pois indicam com simplicidade e transparência o que será ofertado no período do Plano.

Para que as metas possam ser atingidas, são apresentadas as iniciativas, atributo incorporado com o novo modelo, que declaram as entregas à sociedade em função da realização das ações orçamentárias. São as iniciativas que fazem a ligação entre o Plano e os Orçamentos. Entre os níveis estratégico e tático com o operacional. A figura a seguir demonstra a estrutura do PPA 2012-2015, de acordo com o novo modelo.



É importante ressaltar que esse novo modelo, ao tratar as políticas públicas em temas, favorece a integração entre os órgãos e facilita o tratamento das transversalidades. Cria condições para uma abordagem mais adequada da relação entre as políticas, especialmente, as voltadas às mulheres, crianças e adolescentes, idosos, comunidades tradicionais, pessoas com deficiências, dentre outras. Essa questão da transversalidade é muito complexa e depende, sobremaneira, do aprendizado organizacional. Entretanto, entende-se que uma coerente metodologia de planejamento ajuda nesse aprendizado.

### Oficinas e Reuniões com Gestores e Técnicos do Governo

O processo de elaboração do PPA 2012-2015 teve início no mês de março deste ano com a realização de um seminário para a definição das orientações estratégicas, que reuniu todos os Secretários de Estados, Diretores-Presidentes de entidades e assessores, com a presença do

Governador do Estado, sob a coordenação do Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O evento foi aberto com a conferência do Governador, na qual foram apresentadas as principais diretrizes e a meta mobilizadora para o quadriênio: a erradicação da miséria extrema.

A formulação das orientações estratégicas prosseguiu com o aprofundamento, em cada órgão e entidade, da reflexão acerca das ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos, bem como as linhas de ação capazes de enfrentar e potencializar, respectivamente, aspectos negativos e positivos diagnosticados.

O momento seguinte contou com uma programação de reuniões, das quais participaram secretários, planejadores e técnicos das secretarias e entidades da administração indireta. O trabalho envolveu a discussão e definição dos quatro Eixos Estratégicos, dos oito Macrodesafios e dos 20 Programas Temáticos do Poder Executivo.

Definidos os Programas Temáticos, o trabalho seguinte foi o detalhamento desses Programas. Para isso, foi realizada uma reunião com os Técnicos de Planejamento dos órgãos e entidades da Administração Estadual para repassar as orientações necessárias à construção dos Programas. Tais orientações tomaram por base a nova metodologia utilizada pela União na elaboração do PPA Federal 2012-215.

Na ocasião, foi definido um prazo para que cada órgão ou entidade apresentasse uma primeira versão da sua contribuição para a construção dos Programas Temáticos. Em seguida foram realizadas oficinas com o(s) órgão ou entidade(s) integrante(s) de cada Programa para discussão e aperfeiçoamento das propostas.

Como resultado dessas oficinas, foram definidos os Programas Temáticos com seus indicadores, objetivos, metas e iniciativas. A partir de então estavam construídas as bases para a elaboração do Orçamento 2012, que detalha esses Programas em ações, com suas metas físicas e financeiras. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, em número de 28 não possuem atributos no PPA, que apresenta apenas seus valores financeiros. Seu detalhamento acontece nos orçamentos anuais.

Aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e a Defensoria Pública foi facultada a possibilidade de construção de Programas Temáticos ou da apresentação apenas de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Tribunal de Contas, o

Tribunal de Justiça e o Ministério Públco apresentaram Programas Temáticos, fazendo com que o número desses Programas no PPA 2012-2015 chegassem a 23. Já a Assembleia Legislativa e a Defensoria Pública apresentaram somente Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

As discussões para definição dos Programas Temáticos também levaram em conta as demandas da população, colhidas com as Conferências Territoriais do Planejamento Participativo, importante instrumento de construção da cidadania.

### **Participação Social no Processo de Construção do PPA 2012-2015**

O modelo de planejamento e gestão participativo e territorializado foi instituído em 2007 e continua na atual Gestão, por meio da realização das Conferências Territoriais do Plano Plurianual Participativo (PPA-P).

Foram realizadas, neste ano de 2011, oito Conferências, uma em cada Território, a saber: Médio Sertão, no município de Aquidabã; Leste Sergipano, em Carmópolis; Agreste Central, em Ribeirópolis; Baixo São Francisco, em Neópolis; Centro Sul, em Lagarto; Sergipano, em Estância; Grande Aracaju, em N. S. do Socorro; Alto Sertão, no município de Canindé de São Francisco.

A rodada de Conferências Territoriais do PPA-P teve como objetivo prestar contas à população sobre as ações realizadas pelo Governo de Sergipe nos últimos quatro anos, e definir, conjuntamente com os sergipanos, as ações e prioridades para o próximo quadriênio. Ao todo, participaram das Conferências 826 pessoas, sendo 318 delegados do Planejamento Participativo, 333 técnicos dos órgãos entidades do Estado e 175 convidados.

Como o processo de Conferências Territoriais tornou-se um importante instrumento de Planejamento da Gestão Pública, cabe então aqui detalhá-lo.

Após a confirmação dos municípios que sediariam as Conferências, que contou com a colaboração das respectivas Prefeituras, foi realizada a mobilização dos delegados eleitos nas Conferências do Planejamento Participativo (PP) em 2009. Os delegados são representantes de seus municípios, legitimados por meio de eleição nas Conferências Municipais de 2009, sendo composto dos seguintes seguimentos: Sociedade Civil (6 representantes), Poder Público

(2 representantes) e Iniciativa Privada (2 representantes), e mais o prefeito e presidente de Câmara, constituídos como delegados natos.

A metodologia da Conferência baseou-se no Plano Estratégico, dividindo os grupos de trabalho em três grandes áreas, correspondentes aos Eixos Estratégicos finalísticos, a saber: Desenvolvimento Social, Infraestrutura e Desenvolvimento Produtivo.

Nos grupos havia um facilitador, que tinha como função coordenar os trabalhos, os Técnicos do Governo, que serviam como orientadores dos participantes, e o relator, que tinha a função de descrever as propostas para serem apresentadas na plenária.

Para estimular o desenvolvimento dos trabalhos os facilitadores aplicaram a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), levantando as seguintes questões: O que existe no território que ajuda no desenvolvimento (do tema no grupo temático)?; O que existe no território que atrapalha o desenvolvimento (do tema no grupo temático)?

O resultado deste processo foi a consolidação de um produto rico em demandas, totalizando 628, que foram entregues às diversas Secretarias de Estado para que as mesmas pudessem incorporar, na medida do possível, às suas propostas de Programas que constituem o presente Plano Plurianual.

É importante destacar que a participação popular não se esgotou com a elaboração do PPA 2012-2015, mas continuará durante a sua implementação. O Governo pretende monitorar a execução das ações oriundas das demandas territoriais para prestar contas a sociedade. Para isso, serão realizadas reuniões permanentes com os delegados do Planejamento Participativo, com o objetivo de divulgar o andamento das ações e possibilitar que os mesmos possam acompanhar a gestão do Governo e, assim, contribuir para o seu desempenho e eficácia.

## **O Monitoramento e a Avaliação do PPA 2012-2015**

Para que as políticas públicas elencadas neste Plano Plurianual tenham efetividade é imprescindível a definição de uma estratégia para a sua implementação. Neste sentido, serão elaborados Planos de Ação para o detalhamento dos indicadores de desempenho, dos objetivos, das metas e das iniciativas, contendo informações como: responsáveis pela implementação, prazos, discriminação dos recursos financeiros, dentre outros.

O acompanhamento, monitoramento e avaliação desses Planos de Ação serão realizados por uma nova estrutura de controle finalístico: **a Sala de Situação**, instalada na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

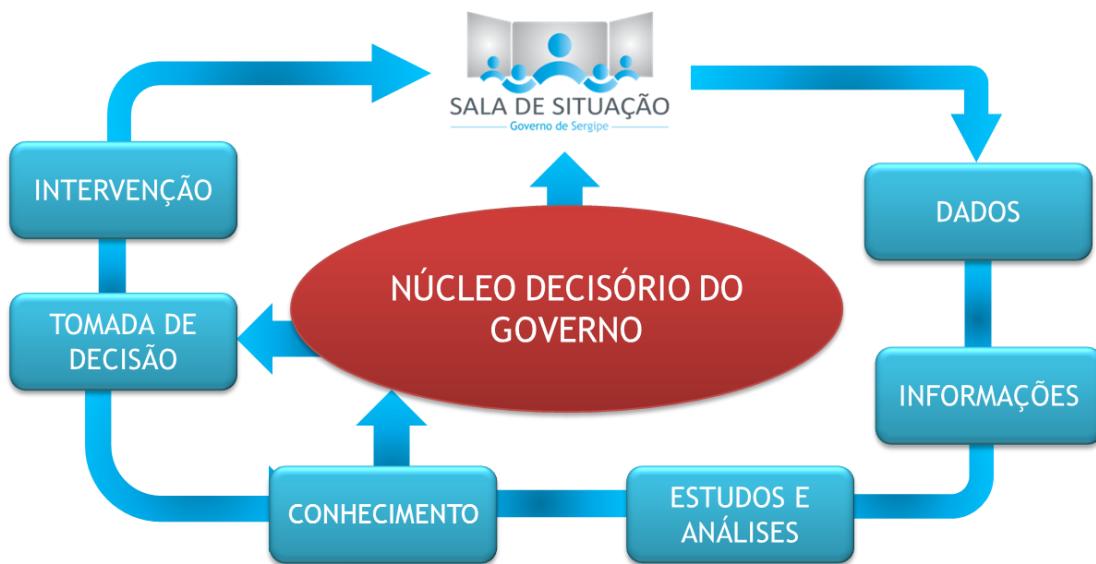
A Sala de Situação está sendo criada para permitir o ágil acompanhamento, pelas instâncias decisórias do governo, em especial o Governador do Estado, das iniciativas e metas deste Plano Plurianual, especialmente aquelas consideradas como prioritárias para a Administração.

O objetivo da Sala é validar projetos estratégicos para o Governo de Sergipe e, consequentemente, monitorar e avaliar programas e ações prioritários em execução, previstos neste Plano Plurianual, propiciando uma visão global sobre a sua implementação, bem como os resultados das políticas públicas, de modo a subsidiar a tomada de decisão pelo Núcleo Estratégico de Governo.

Para isso, a Sala de Situação é concebida como um processo contínuo de articulação de quatro tipos de atividades:

- Coleta, tabulação e processamento de dados, produzindo planilhas de indicadores e gráficos;
- Análise e comparação de dados;
- Avaliação de problemas, intervenções e tomada de decisões;
- Divulgação das informações, para retroalimentar o sistema e permitir o controle social.

O diagrama a seguir apresenta a esquematização do funcionamento e a tramitação do fluxo de informação entre as várias instâncias que interferem no desenvolvimento e implementação de políticas públicas no âmbito da administração pública estadual.



De acordo com o diagrama, o ciclo de gestão parte da geração dos dados e sua transformação em informações relevantes. A partir dessa base de informações, é possível realizar estudos e análises e produzir novo conhecimento sobre a situação real da gestão das políticas públicas. Esse processo subsidia a tomada de decisão, permitindo à equipe da alta gestão governamental promover as intervenções necessárias para o equilíbrio do sistema.

O acompanhamento e monitoramento das ações são feitos por **Núcleos de Governança** em quatro áreas estratégicas, o que permite um tratamento mais integrado e interdisciplinar de questões que perpassam as competências específicas de cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, respeitando-se o caráter transversal das temáticas social, econômica, cultural, ambiental e da gestão pública.

Os núcleos básicos de governança, conforme quadro a seguir, são: Núcleo de Gestão Pública; Núcleo de Infraestrutura; Núcleo de Desenvolvimento Socioeconômico e de Projetos Especiais; e Núcleo de Políticas Sociais.



## Perfil dos Territórios de Planejamento

Os Territórios são a base do Planejamento Participativo e suas carências e potencialidades são refletidas nas demandas da população, recolhidas durante os ciclos de Conferências. Em razão disso, faz-se necessário apresentar um breve diagnóstico desses territórios que terminam por influenciar na definição dos objetivos e metas contidos neste Plano. Esse diagnóstico tomou por base os dados do Censo 2010 e outros dados do IBGE, bem como dados do Ministério da Saúde.

### a) Território Sul Sergipano



O território Sul Sergipano é formado por 11 municípios (Arauá, Boquim, Cristinópolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Uumbaúba) e abrange uma área de 3.122,9 Km<sup>2</sup>, equivalente a 14,25% da área estadual. Sua população é de 248.587 habitantes, representando 12% da população estadual, com uma densidade demográfica de 80 habitantes por Km<sup>2</sup>. Sua taxa média de urbanização é de 57,69% e seu crescimento populacional de 2000 a 2010 foi de 0,84%. O PIB do território em 2008 foi

de R\$ 1,683 bilhões, correspondendo a 8,6% do PIB estadual e seu PIB per capita foi de R\$ 6.771,96.

De acordo o Censo 2010/Situação do Domicílio (IBGE), 61,74% dos domicílios particulares possuem fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 78,91% contam com energia elétrica, 50,36% têm seu lixo coletado e apenas 11,26% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário, sendo esta a menor cobertura dentre os territórios. 15,38% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza, com domiciliar mensal per capita inferior a R\$ 70,00.

O Sul Sergipano apresenta uma taxa de natalidade de 17,25 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,32 e de mortalidade infantil de 13,53. Sua taxa de analfabetismo é de 31% e possui um déficit habitacional de 3.409 casas.

O clima quente e sub-úmido e o elevado índice pluviométrico, associados aos terrenos assentados nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros da Planície Costeira, geram as condições ideais para a formação vegetal do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados muito presentes no território. A mata Atlântica se apresenta atualmente em seu estágio degradado, sendo encontrados remanescentes em áreas isoladas que dão abrigo a espécies da fauna típica desta vegetação. Devido à necessidade de conservação do remanescente de mata Atlântica e seus ecossistemas associados, foram criadas unidades de Conservação no território Sul Sergipano a exemplo da APA Litoral Sul e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN'S) Bom Jardim-Tapera e Marinheiro-Pedra da Urca, ambas situadas em Santa Luzia do Itanhi. Há ainda o projeto, em fase de estudo, de criação da Reserva Extrativista da Mangaba no litoral sul de Sergipe compreendendo parte do território.

Todavia, o desenvolvimento de atividades agrícolas veio ocupar as áreas antes pertencentes à mata Atlântica, provocando pressão e gerando impacto a este bioma. Primeiro foi a implantação da cultura da cana, depois a criação do gado e, atualmente, embora não seja uma cultura economicamente significativa em todos os municípios, a laranja é uma força produtiva importante. No entanto, a partir da década de 90, fatores relacionados ao mercado, condições ambientais (déficit hídrico), e gestão do negócio, contribuíram para sua estagnação. Mas ainda se mantém como a mais importante atividade agroindustrial do Estado. O território também é

produtor de abacaxi, mamão, mangaba, maracujá e coco, com importante papel para a economia local.

O efetivo bovino no território assume a 4<sup>a</sup> posição no Estado e é voltado à produção de carne, embora exista, pontualmente, rebanho com maior aptidão para a produção de leite. As pastagens em geral apresentam baixa qualidade pelo manejo inadequado. Merece destaque a existência de significativo número de estabelecimentos de ovinos-caprinocultura.

Outra atividade econômica em destaque é a carcinicultura. Atualmente em expansão no território, a carcinicultura carece de uma maior atenção no que tange à adequação à legislação ambiental já que seus tanques localizam-se em áreas de mangues e apicúns, causando impactos à fauna estuarina, principalmente, aos crustáceos.

Pertinente às culturas temporárias, constata-se que estas representam cerca de 8% do valor da produção territorial, destacando-se a mandioca, milho feijão, amendoim e fumo. O cultivo de milho e feijão não se caracteriza como uma cultura de expressão econômica no território e a mandioca é cultivada a partir de material genético de baixo potencial produtivo e os sistemas de cultivos são pouco tecnificados, o que contribui para a baixa rentabilidade da cultura.

Com relação à estrutura agrária do território, esta é relativamente bem distribuída, predominando as pequenas e médias propriedades, salientando que o território concentra vinte e cinco assentamentos de reforma agrária implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representando cerca de 17% dos assentamentos do Estado.

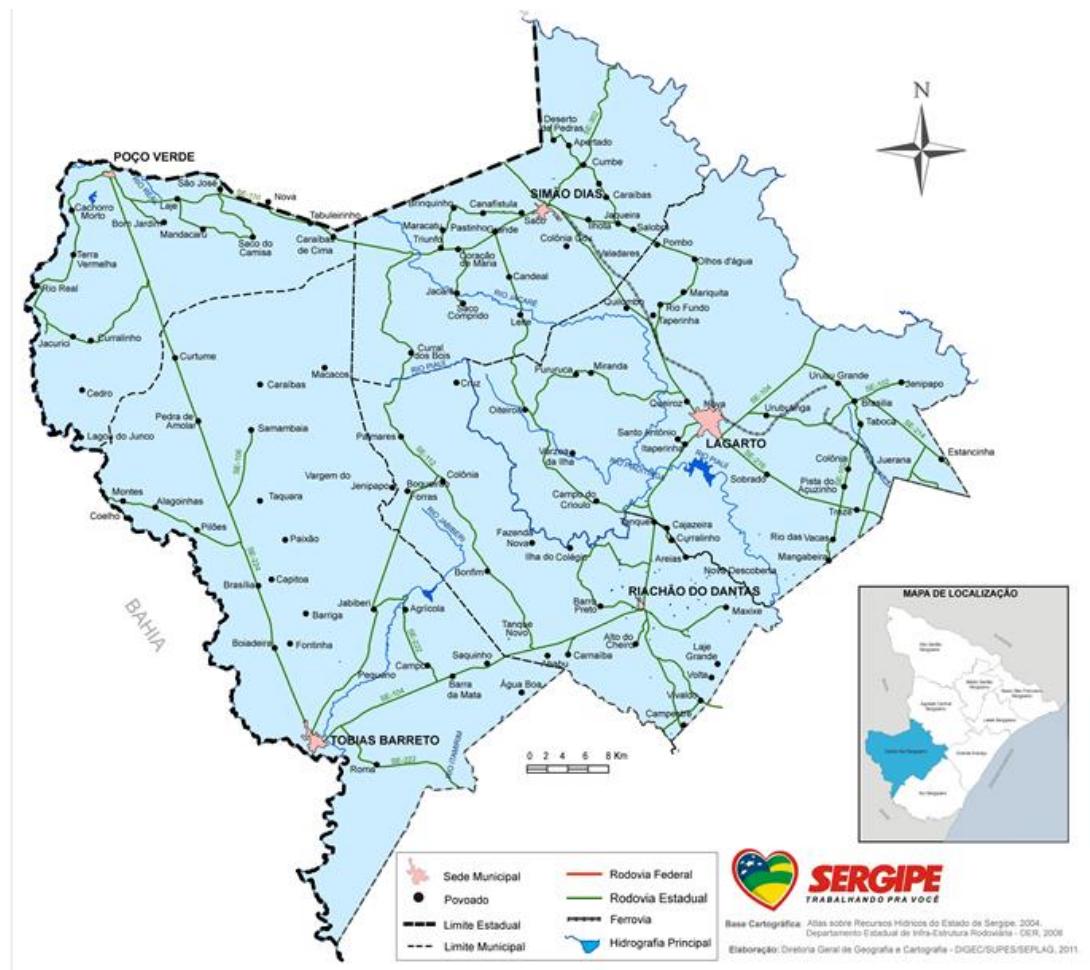
O território em 2006/2007 respondia por 3,7% do total de estabelecimentos industriais verificados no Estado. Possuía, nesse período, 131 estabelecimentos, sendo que cerca de 70% desses se encontravam nos municípios de Estância, Itabaianinha e Boquim. Sua base industrial tem como especialidade a construção civil, produtos não-metálicos (cerâmica), vestuários, acessórios, têxteis, alimentícios e bebidas.

O Sul Sergipano em 2008 participou com 14,40% do valor adicionado do setor agropecuário no Estado, com 7,77% do valor adicionado do setor industrial e com 8,72% do valor adicionado do setor de serviços no Estado. A Administração Pública respondeu por 55,3% da ocupação formal ligada ao Setor.

No turismo, os municípios costeiros de Estância e Indiaroba dispõem de atrativos naturais e gastronômicos cuja exploração tem requerido uma maior atenção, com vistas à preservação

dos atributos locais. Os locais turísticos mais requeridos são as praias do Abais e Saco, em Estância, o rio Piauí na altura do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhi, o rio Real, na altura do povoado Pontal e Terra Caída, ambos em Indiaroba, a Chácara João XXIII e o Parque Timbó, situados em Salgado.

### **b) Território Centro Sul Sergipano**



Formado por cinco municípios (Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto), o território Centro Sul abrange uma área de aproximadamente 3.527,2 Km<sup>2</sup>, correspondente a 16,10% do Estado. Sua população é de 222.977 habitantes, equivalendo a 10,8% da população estadual. A densidade demográfica é de 63 habitantes por Km<sup>2</sup>, seu crescimento populacional é de 0,97% e a taxa média de urbanização é de 53,25%. Registrhou, em 2008 um PIB de R\$ 1, 228 bilhões, correspondendo a 6,28% do PIB estadual e apresentou PIB per capita de R\$ 5.584,54.

No Centro Sul, 70,96% dos domicílios particulares possuem fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 80,51% contam com energia elétrica, 54,62% têm seu lixo coletado

e 32,67% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário. 13,58% dos domicílios particulares se encontram em situação de extrema pobreza, onde não possuem rendimento ou possui rendimento domiciliar mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70,00.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 14,43, de mortalidade de 6,13 por mil nascidos vivos e de mortalidade infantil de 10,26. A sua taxa de analfabetismo é de 32% e possui um déficit habitacional de 1.073 unidades.

Assentado na Faixa de Desdobramentos Sergipana, o território Centro Sul é drenado pelas Bacias Hidrográficas do Rio Real e do Rio Vaza Barris, apresentando também, afloramento da Formação São Sebastião no extremo sudoeste no município de Poço Verde. Solos de alta a média fertilidade natural, predominando clima quente semi-árido brando. A cobertura vegetal predominante é a Caatinga Hipoxerófila, típica de ambiente de transição entre o litoral e o Sertão por apresentar indivíduos arbóreos com troncos retorcidos e espinhentos.

O Território tem sua história de ocupação marcada pela forte especialização na pecuária, o que lhe permite concentrar o maior rebanho de mulas, eqüinos, bestas, ovinos e, ainda, situar-se como segundo maior produtor de bovinos e de caprinos.

A ovinocultura se desenvolve no território a partir da raça Santa Inês, com boa genética, especialmente, para a produção de carne, e cuja atividade está em expansão devido ao melhoramento genético de sua raça. A produção atual destina-se, prioritariamente, a vendas de material genético: reprodutores, matrizes e sêmen.

Na agricultura, dados de 2006, revelam que as culturas temporárias contribuíram com cerca de 52% do valor de produção territorial, destacando-se as culturas mais tradicionais (mandioca, feijão e milho). O cultivo do milho, notadamente no município de Poço Verde e Simão Dias, tem registrado crescente expansão, impulsionada pela demanda reprimida da cadeia produtiva da avicultura regional. A mandioca é cultivada em todos os municípios. O material genético utilizado, no entanto, é de baixo potencial produtivo e os sistemas de cultivo são pouco tecnificados, o que contribui para a baixa rentabilidade da cultura.

Ressalta-se que a cultura do fumo ainda é muito significativa no Território. A citricultura, por sua vez, restringe-se aos municípios de Lagarto e Riachão do Dantas. A principal exploração é da laranja, conduzida em regime típico da monocultura por agricultores familiares. Os plantios, em sua maioria, apresentam baixos rendimentos, em razão do estado de degradação

decorrente da avançada idade dos pomares e do deficiente manejo, em face da falta de investimentos para manutenção e renovação dos cultivos.

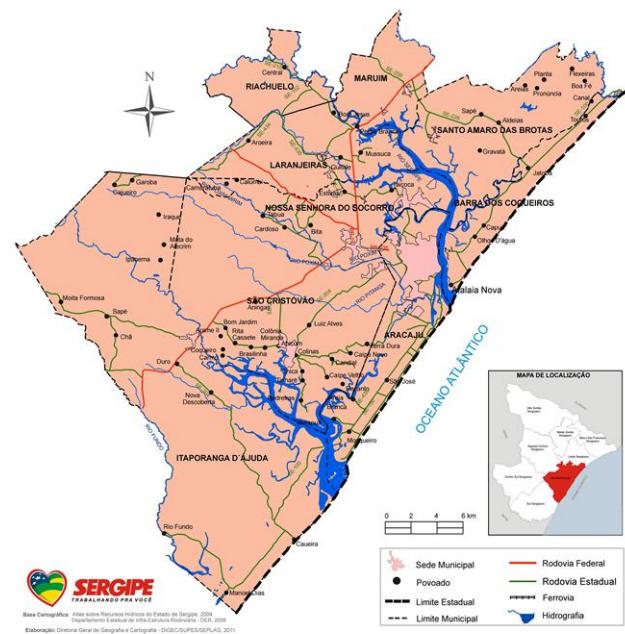
Com relação à estrutura agrária, esta é relativamente bem distribuída, pois cerca de 95% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 ha. Os perímetros de irrigação pública, por sua vez, apresentam uma infra-estrutura debilitada e sistemas de irrigação ultrapassados.

Sua base industrial é mais especializada na indústria de alimentos e de confecções. Vale ressaltar a presença da indústria da construção, bebidas, têxteis, de fabricação de móveis, de artigos de plásticos, minerais não-metálicos, de beneficiamento de fumo, produtos metalúrgicos e químicos. Entre 2006/2007, possuía 384 estabelecimentos industriais, correspondendo a quase 11% do total verificado em todo o Estado, sendo que 85% desses estabelecimentos se encontravam nos municípios de Lagarto e Tobias Barreto.

Concernente ao setor primário, o Território participou em 2008 com 16,04% do valor adicionado deste setor no Estado. Já no tocante ao setor secundário, a participação foi menor (3,23%) e no terciário foi de 7,37%. A administração Pública, à semelhança dos demais territórios, assume a liderança em termos da ocupação formal ligada ao setor, 70%.

No turismo, as paisagens vêm sendo exploradas de forma inadequada e comprometedora dos atributos locais. Atualmente, o principal destino escolhido é o município de Tobias Barreto (compras).

### **c) Território da Grande Aracaju**



Compreendendo a capital Aracaju, que dá nome ao território, é formado por nove municípios (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas). Abrange uma área de 2.175 Km<sup>2</sup>, equivalente a 9,93% do Estado. Possui 930.063 habitantes, cerca 45,0% da população estadual, destacando-se Aracaju com 61% da população territorial. A densidade demográfica é de 428 pessoas por Km<sup>2</sup>, a maior entre os territórios, seu crescimento populacional é de 2,05% e a taxa de urbanização atinge 94,14%. Registra um PIB de R\$ 10,352 bilhões, mais da metade do PIB estadual e apresenta um PIB per capita de R\$ 11.835,65.

Contempla 95,71% dos domicílios particulares com abastecimento de água, 84,59% com energia elétrica, 75,25% com coleta de lixo e 63,12% com esgotamento sanitário. 7,32% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 16,70 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,03 e de mortalidade infantil de 16,29. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 12% e possui um déficit habitacional de 4.822 unidades.

Está assentado nas unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira e possui clima semi-úmido que condicionam o recobrimento por vegetação de formações do Bioma Mata Atlântica e seus Ecossistemas associados. Todavia, com o incessante uso e ocupação do solo para o desenvolvimento de atividades agrícolas, principalmente a monocultura da cana de açúcar, o território da Grande Aracaju teve grande parte de sua formação vegetal extinta, restando somente algumas manchas que vão constituir o patrimônio natural do território em áreas de proteção a exemplo da APA Morro do Urubu em Aracaju, da Floresta Nacional do Ibura em N. S. do Socorro, e da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caju em Itaporanga d'Ajuda.

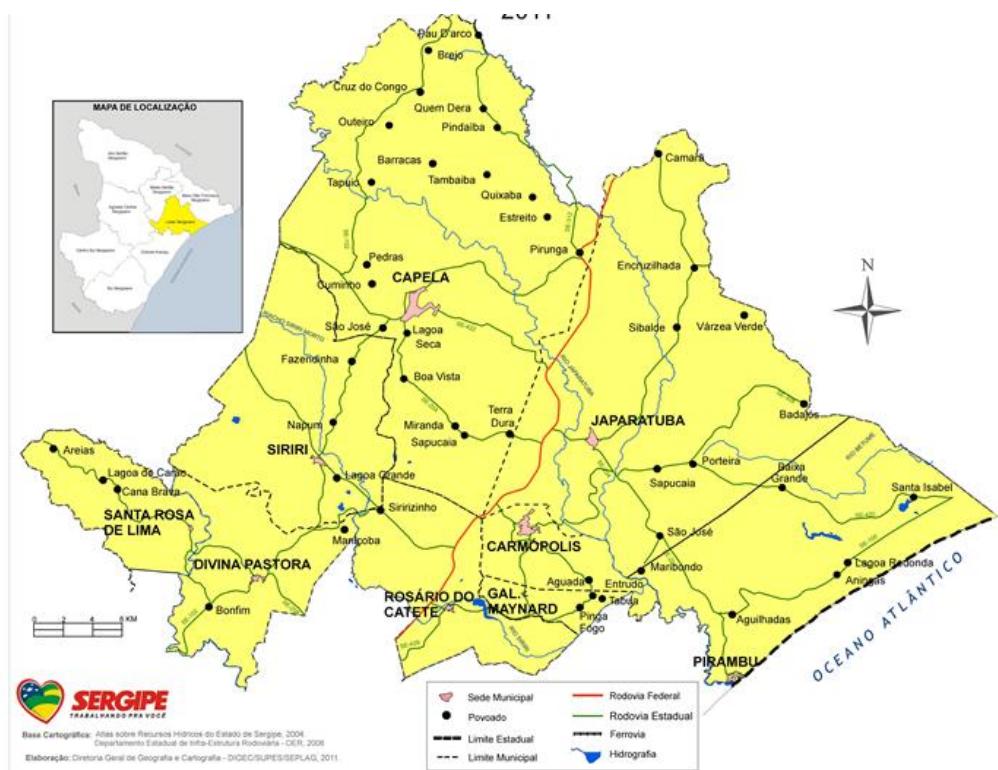
O Território tem sua ocupação marcada pela cultura da cana-de-açúcar e por abrigar a capital do Estado (São Cristóvão e Aracaju), exercendo o papel de principal pólo industrial, comercial e de serviços do E

Estado. Entre as culturas permanentes destacam-se o coco-da-Bahia, respondendo por mais de 30% da produção estadual e, entre as temporárias, sobressai a cultura da cana-de-açúcar, na bacia do Cotinguba. Apesar de concentrar o menor rebanho bovino do Estado, apresenta a maior produção de granjeiros (22,54%) e de codornas (82%) em relação aos outros territórios.

A carcinicultura é uma atividade em expansão, mas carece de uma maior atenção para a adequação à legislação ambiental.

Em relação ao setor secundário, o Território, em 2006/2007, possuía 2.066 estabelecimentos industriais, representando 60% do total de estabelecimentos do Estado. No setor agropecuário, participa com apenas 9,23% do valor adicionado deste setor no Estado. Já referente ao setor secundário e terciário, a participação foi bem maior de 42,15% e 59,00%, respectivamente, sendo o território que mais contribuiu com o valor adicionado do setor de indústria e de comércio. Cerca de 45,2% da ocupação formal de mão-de-obra ligada ao setor provém das atividades geradas pela Administração Pública. Quanto aos pontos turísticos, se constitui no principal pólo estadual. Ressalta-se que o turismo de eventos vem se apresentando como forte atrativo.

#### d) Território Leste Sergipano



Formado por nove municípios (Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri), o Leste Sergipano abrange uma área de 1.488,3 Km<sup>2</sup>, equivalente a 6,8% do Estado. Sua população é de 97.732 habitantes, representando 4,7% da população estadual e sua densidade demográfica é de 66 habitantes por Km<sup>2</sup>. A taxa média de urbanização atinge 60,4% e seu crescimento populacional é de 1,90% analisando o período de 2000 a 2010. Registra um PIB de R\$ 1,919

bilhões, correspondendo a 9,18 % do PIB estadual e possui o maior PIB per capita do Estado, R\$ 20.565,39.

Em relação aos domicílios particulares, de acordo com Censo 2010, 85,90% destes possuem fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 79,12% contam com o sistema de fornecimento de energia elétrica, 53,78% têm seu lixo coletado e 22,02% dos domicílios particulares possuem esgotamento sanitário. 14,71% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 17,27 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,41 e de mortalidade infantil de 14,81. Possui um déficit habitacional de 2.475 unidades e uma taxa de analfabetismo de 27%.

Está assentado nos afloramentos da Bacia Sedimentar, nas unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e Planície Litorânea, recoberto por espécies vegetais de ecossistemas associados ao Bioma Atlântico e abriga três Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, a Reserva Biológica de Santa Isabel entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco no município de Capela, responsável por abrigar a espécie de mamífero em extinção Macaco Guigó e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Dona Benta e seu Caboclo no município de Pirambu.

Tem sua história de ocupação marcada pela exploração dos recursos minerais e pelo complexo agroindustrial da cana-de-açúcar. Tal realidade tem se refletido na distribuição fundiária do Território, pois apresenta uma forte concentração e uma estrutura relativamente rígida. Atualmente conta com sete assentamentos do INCRA.

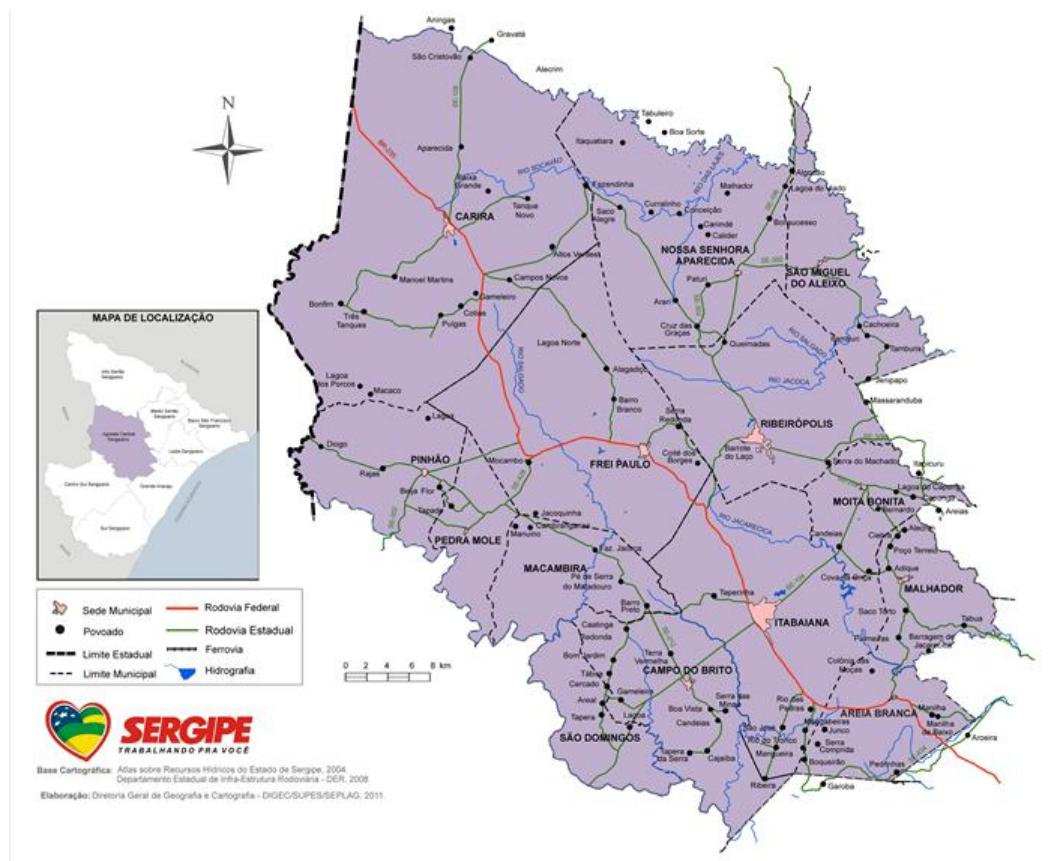
Nas pequenas propriedades observa-se uma diversificação de atividades produtivas como a criação de aves, suínos e bovinocultura leiteira para o consumo familiar. As culturas temporárias, segundo dados de 2006, respondem por 82% da produção do Território, sobressaindo-se, cana-de-açúcar, mandioca e milho. A cultura do coco é conduzida com baixo nível tecnológico. Em razão disso, os rendimentos finais são próximos aos obtidos em exploração típica do extrativismo vegetal. Em se tratando de atividades promissoras, verifica-se a apicultura, apesar de depender do Estado para sua comercialização.

No que tange ao setor secundário, constata-se a presença de grandes empreendimentos, como usinas de açúcar e álcool, de recursos minerais, como petróleo, conferindo uma expressiva

participação do valor adicionado do setor industrial no Estado, cerca de 22,57%, sendo inferior somente à participação da Grande Aracaju. No período de 2006/2007, o Território possuía 133 estabelecimentos industriais, correspondendo a 3,8% do total verificado em todo o Estado.

Com relação ao setor primário, a participação do Território é de apenas 6% no valor adicionado deste setor no Estado e do setor terciário é de 4,34%. Destaca-se a Administração Pública com 70% da ocupação formal do Território. Os principais destinos turísticos são: Divina Pastora (turismo religioso), Carmópolis e o Projeto Tamar, em Pirambu.

### e) Território do Agreste Central Sergipano



Localiza-se no centro-oeste do Estado, formado por quatorze municípios (Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mola, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo). Abrange uma área de 3.139 Km<sup>2</sup>, equivalente a 14% do Estado. Sua população é de 232.547 habitantes, representando 11,20% da população estadual, destacando-se o município de Itabaiana com 37,40% da população territorial. Sua densidade demográfica é de 74 pessoas

por Km<sup>2</sup>. Possui uma taxa média de urbanização de 61,79% e seu crescimento populacional é de 1,08%. Registra um PIB de R\$ 1,486 bilhões, equivalente a 7,6 % do estadual e apresenta PIB per capita de R\$ 6.490,89.

No território, 80,81% dos domicílios particulares possuem fornecimento de água, 82,33% contam com o sistema de fornecimento de energia elétrica, 60,61% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 30,71% possuem esgotamento sanitário. 10,05% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 16,23 por mil nascidos vivos, de mortalidade de 5,38 e de mortalidade infantil de 15,10. Apresenta uma taxa de analfabetismo de 32% e possui um déficit habitacional de 2.794 casas.

Assentado na faixa de dobramentos e drenado pela bacia do rio Sergipe, no território Agreste Central verifica a presença de serras residuais que caracterizam a paisagem do Território. A cobertura vegetal é típica de ambiente de transição entre o litoral e o sertão, fortemente degradada pelo desenvolvimento de atividades agropastoris e exploração de argila e areia, restando somente alguns remanescentes no entorno das serras residuais, sendo a mais expressiva a formação vegetal que abriga o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fonte da Bica em Areia Branca.

O Território tem sua história de ocupação fortemente marcada pela bovinocultura e pelos cultivos agrícolas. Entretanto, a olericultura, especialmente nas proximidades de Itabaiana, tem contribuído para a identidade do território. O município de Itabaiana e sua região se destacam como centro de intercâmbio de bens e serviços e o principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do Estado. Apresenta uma elevada concentração de pequenas e médias propriedades rurais e uma grande diversificação produtiva.

As culturas temporárias respondem por cerca de 84% de todo o valor da produção, destacando-se as seguintes: milho, feijão, mandioca e batata doce. Obteve, em 2006, a terceira maior produção de milho do Estado, embora tenha se observado que a produtividade média do grão foi uma das mais baixas entre os territórios sergipanos. O feijão, por sua vez, apresentou, também, a terceira maior produção do Estado, mas registrando, em contrapartida, a menor produtividade média. A mandioca tem sua produção mais destacada nos municípios de Itabaiana, Malhador, Moita Bonita e Ribeirópolis. Os níveis de rendimento são considerados baixos em função das variedades cultivadas serem susceptíveis a incidências de pragas e

doenças, principalmente a podridão das raízes. A batata doce é uma cultura muito importante para o Território. Em 2006, produziu 30.640 toneladas em uma área plantada de 2.700 hectares.

Ressalta-se que os cultivos, em sua grande maioria, são conduzidos com baixo nível tecnológico, o que contribui para perdas de produtividade, degradação dos recursos naturais, sobretudo de solo e água. O Território conta com três perímetros públicos de irrigação: Jacarecica I e Ribeira em Itabaiana, e Jacarecica II em Malhador. Além dos perímetros, cerca de 1.500 poços artesianos fornecem água para a produção de hortaliças.

A pecuária de leite é mais representativa nos municípios de Carira, Frei Paulo, Ribeirópolis, Campo do Britto e Nossa Senhora Aparecida. O efetivo bovino, em sua grande maioria, apresenta baixa aptidão genética, que, associada ao deficiente manejo alimentar e sanitário e a precariedade na gestão da atividade, não têm proporcionado rendimentos que permitam a sustentabilidade da atividade em longo prazo, mas, mesmo assim, concentra o terceiro maior rebanho estadual.

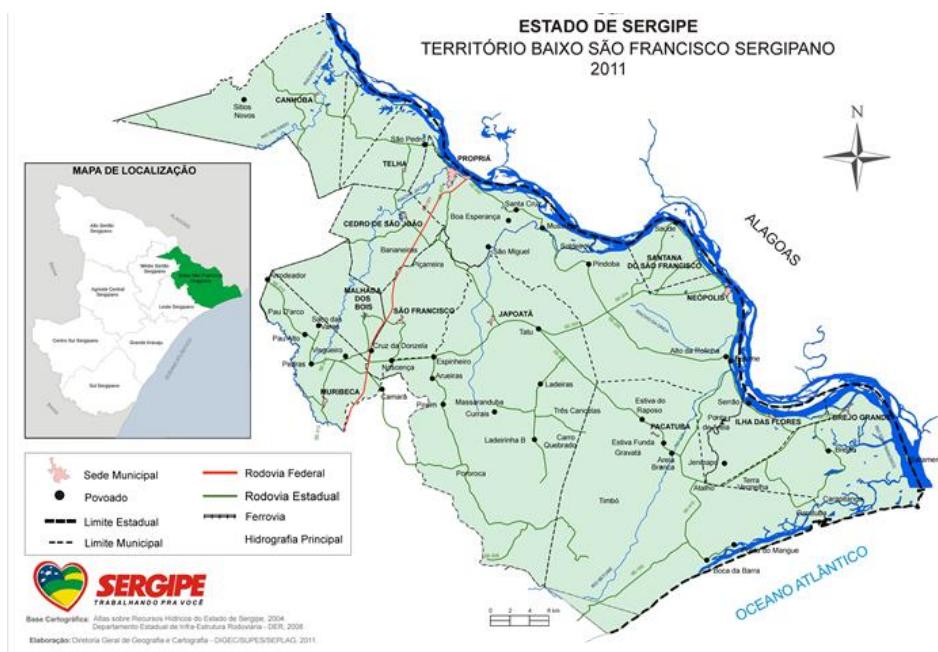
O território possui o maior efetivo de galinhas (28,81%), respondendo por grande parte da produção de ovos do Estado e é também o maior produtor de suínos (23,93%) em nível Estadual, destacando-se que a ovinocultura é uma atividade importante para o território. A apicultura constitui-se em uma atividade promissora, apesar da dependência do Estado para a comercialização dos produtos.

A presença de indústrias da construção civil, de produtos alimentícios, bebidas, minerais não-metálicos, vestuários, móveis e têxteis são as que têm maior empregabilidade. Em termos de estabelecimentos industriais, em 2006/2007, o Território respondia por 13% do total verificado no Estado, sendo que cerca de 60% deles se concentravam no município de Itabaiana.

No que tange ao setor primário, o Território participou com 20% do valor adicionado deste setor no Estado, já em relação ao secundário participou com apenas 3,39% e em relação ao setor de serviços sua contribuição foi de 9,08%. A Administração Pública contribui com 60% da ocupação formal do Setor.

Quanto à atividade turística, existem no território diferentes paisagens de grande beleza cênica como a cachoeira de Macambira, a Porção Ribeira, a feira de Itabaiana e outros atrativos que vêm sendo explorados de forma inadequada, comprometendo seus atributos naturais.

#### f) Território do Baixo São Francisco Sergipano



Formado por 14 municípios (Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha), abrange uma área de 1.972 Km<sup>2</sup>, equivalente a 9% do Estado. Possui 125.193 habitantes, 6,1% da população estadual, com uma densidade demográfica de 63 pessoas por km<sup>2</sup>. Possui uma taxa média de urbanização de 58,04% e seu crescimento populacional é de 0,50%. O seu PIB é de R\$ 793,126 milhões, correspondendo a 4,1 % do PIB estadual e seu PIB per capita é de R\$ 6.236,59.

Do total de domicílios particulares, 82,13% possuem o fornecimento de água ligada a rede geral de distribuição, 80,31% possuem energia elétrica, 51,24% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 25,74% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. 17,82% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 15,70, de mortalidade de 6,05 e de mortalidade infantil de 12,21 por mil nascidos vivos. A sua taxa de analfabetismo é de 30% e apresenta um déficit habitacional de 1.722 casas.

Possui uma paisagem diversificada: entre os municípios de Canhoba e Propriá o relevo se apresenta colinoso, com altitudes modestas, associadas ao clima semi-árido brando com chuvas distribuídas irregularmente, resultando em solos pouco profundos e pedregosos, bastante utilizado para agricultura temporária e pastagem; ao centro, o relevo apresenta-se também colinoso, recoberto por vegetação do Bioma Mata Atlântica; no litoral a paisagem apresenta-se em largas planícies e formações de até 90 metros de altura. Abriga duas Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte e a Reserva Biológica de Santa Isabel.

O Território tem sua história de ocupação fortemente marcada pela presença do Rio São Francisco. Possui quatro perímetros públicos irrigados: Propriá, Cotinguba/Pindoba, Betume e o Platô de Neópolis, que necessitam ser reabilitados.

A principal base econômica é o arroz irrigado. Seu cultivo não tem proporcionado renda satisfatória para a promoção econômica e social dos produtores, em razão de: baixa escala de produção por produtor; baixa competitividade; alto grau de desorganização dos produtores; endividamento e inadimplência crescentes. Ainda assim, segundo o PAM de 2006 apresentou uma produção de 52.249 toneladas, em uma área de 12.810 hectares, sendo a quarta maior produção entre os estados nordestinos. O rendimento médio dessa cultura nos perímetros irrigados é uma das maiores do país, 4.563 kg por hectare.

No que tange às culturas do milho e do feijão, segundo dados do IBGE de 2006, registrou a segunda menor produção de milho do Estado, ficando sua produtividade média abaixo da observada em nível estadual e na região nordeste (10.006 kg por ha.). A cultura do feijão representou, no ano em foco, apenas 2% da produção total do Estado, apesar de sua produtividade média (503 kg/há) ter se situado próxima da registrada em nível estadual. A cultura do coco, por sua vez, é conduzida com baixo nível tecnológico.

Pertinente à aquicultura, esta tem baixa rentabilidade tendo em vista que os produtores apresentam alto grau de endividamento e estão desarticulados nos mercados. A frágil organização dos pescadores e o baixo estoque pesqueiro, decorrente da construção de grandes barragens, para fins energéticos, ao longo da calha principal do Rio São Francisco, tem sido uma ameaça à sustentabilidade da atividade no território. A apicultura constitui-se uma atividade em expansão no Território com foco na produção de mel e pólen, apesar da dependência do Estado em termos de comercialização do produto.

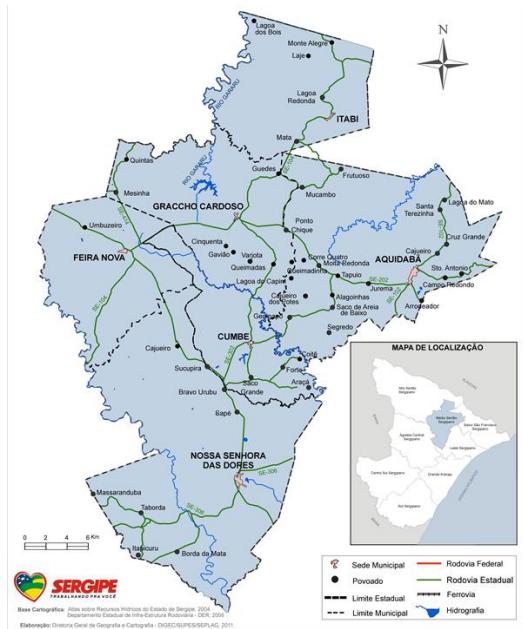
O artesanato é pouco diversificado e sem qualidade final para atender as demandas do mercado. Ademais, o bordado e a confecção de peças do cotidiano doméstico, embora consolidado como atividade de grande aceitação no mercado pela diversidade, necessitam de melhoramento na qualidade e acabamento para a necessária competitividade.

Do total de estabelecimentos industriais verificados no Estado, o Território responde por 4,8%. A indústria de transformação (setor têxtil), fabricação de produtos alimentícios, minerais não-metálicos, vestuário e acessórios são as atividades preponderantes.

Concernente ao setor agropecuário, o Território contribui com 10,88% do valor adicionado deste setor no Estado, já em relação ao secundário participa com apenas 2,44% e em relação ao setor terciário sua contribuição é de 4,19%. A Administração Pública responde por 59% da ocupação formal do Território.

O turismo apresenta elevado potencial pela alta diversidade. A importância e beleza da Foz do Rio São Francisco e de suas ilhas, praias fluviais, a navegabilidade do rio, as praias como Ponta dos Mangues e outras, o Pantanal de Pacatuba e o artesanato, conferem a região um bom potencial.

### **g) Território do Médio Sertão Sergipano**



Localiza-se no meio-norte sergipano, sendo formado por seis municípios (Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabí e Nossa Senhora das Dores). Abrange uma área de 1.582 Km<sup>2</sup>, equivalente a 7,22% do estadual. Sua população é de 64.403 habitantes, correspondendo

a 3,1% da população estadual, com uma densidade demográfica de 41 habitantes por Km<sup>2</sup>. A taxa média de urbanização é de 60,25% e seu crescimento populacional é de 0,72%. Contabiliza um PIB de R\$ 320,676 milhões, o que equivale a 1,6 % do PIB estadual e apresenta PIB per capita de R\$ 4.969,63.

No Médio Sertão, 84,27% dos domicílios particulares possuem o fornecimento de água, 74,85% possuem energia elétrica, 47,73% têm seu lixo coletado e 16,27% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. 14,40% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

A sua taxa de natalidade é de 13,96, de mortalidade é de 5,62 e de mortalidade infantil de 13,35 por mil nascidos vivos. Apresenta também uma taxa de analfabetismo de 34% e registra um déficit habitacional de 662 casas.

Compreendido na faixa de transição climática entre o agreste e o sertão, apresenta uma grande diversidade na sua paisagem, na sua parte leste apresenta características de transição da zona da mata e na parte oeste características de caatinga. A cobertura vegetal é formada por espécies arbóreas e herbáceas, sendo grande parte desta substituída por pastagens.

Tem sua história de ocupação influenciada pela bovinocultura e culturas de subsistências, que permanecem como bases econômicas locais. Tal fato é herança de uma origem marcada pela relação de poder com o latifúndio, destacando, nesse sentido, os municípios de Nossa Senhora das Dores e Craccho Cardoso.

Possui a maior parcela das terras destinadas às pastagens - 85% das terras úteis. Por apresentar uma estrutura fundiária fortemente concentrada, os estabelecimentos de menos de 10 ha ocupam apenas de 6% das terras totais. A pressão social por acesso a terra não é tão forte quanto no Alto Sertão, pois observa-se apenas seis assentamentos de reforma agrária.

A agricultura é mais diversificada do que no Alto Sertão. Além dos cultivos de milho, feijão e mandioca são importantes ainda as culturas temporárias de cana-de-açúcar e do abacaxi. Entre as culturas permanentes destacam-se a banana e a manga. Concentra o quinto maior rebanho bovino do Estado (129.526 cabeças de gado). A produção de leite é a segunda maior do Estado. Ressalta-se, no entanto que sua produção é conduzida pelo uso de práticas higiênico-sanitárias que necessitam de adequadas normas sanitárias.

Concernente ao setor secundário, é um dos territórios menos industrializados de Sergipe, contribuindo apenas com 0,40% do valor adicionado deste setor no Estado e com 0,9% do total de estabelecimentos verificados em Sergipe. Entre 2006/2007, possuía apenas 32 desses estabelecimentos, sendo que cerca de 70% encontravam-se nos municípios de Aquidabã e Nossa Senhora das Dores.

Em relação ao setor primário, o Território participou com 6,87% do valor adicionado deste setor e com apenas 2,04% para o valor adicionado do setor de serviços. Destacando-se a Administração Pública por contribuir com cerca de 72% da ocupação formal ligadas ao Setor. Quanto aos pontos turísticos, constata-se como principais destinos: os açudes, barragens e lagoas, com destaque especial para o açude Três Barras, em Graccho Cardoso.

#### **h) Território do Alto Sertão Sergipano**



Localizado à noroeste do Estado, é formado por sete municípios (Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha), o território do Alto Sertão abrange uma área de 4.911,6 Km<sup>2</sup>, equivalente a 22,42% do Estado. Sua população é de 146.529 habitantes, 7% da população estadual. A densidade demográfica é de 30 pessoas por Km<sup>2</sup>. Sua taxa média de urbanização atinge 46,63% e seu crescimento populacional é de 1,58% analisando o período compreendido entre

2000 e 2010. Registra um PIB de R\$ 1,769 bilhões, correspondente a 9,0 % do estadual e apresenta PIB per capita de R\$ 12.440,34.

No Alto Sertão Sergipano, 82,12% dos domicílios particulares possuem o fornecimento de água, 74,83% possuem energia elétrica, 43,29% têm seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza e 29,43% possuem esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. 20,54% dos domicílios particulares vivem em situação de extrema pobreza.

O Território apresenta uma taxa de natalidade de 18,11, de mortalidade de 4,26 e de mortalidade infantil de 17,72 por mil nascidos vivos. A sua taxa de analfabetismo de 37% e possui um déficit habitacional de 5.042 casas.

Apresenta solos rasos, pedregosos e secos em decorrência do déficit hídrico. A cobertura vegetal é formada por espécies arbóreas e herbáceas do bioma Caatinga que ao longo de décadas foi sendo substituída por pastagens. Para proteger o remanescente de bioma, abriga três unidades de Conservação: o Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio, o Monumento Natural do rio São Francisco em Canindé, o Monumento Natural Grotas do Angico entre Canindé e Poço Redondo.

Tem sua história de ocupação influenciada pela bovinocultura e culturas de subsistências, que permanecem como bases econômicas locais. O Alto Sertão é considerado a bacia Leiteira do Estado, respondendo por 46% de toda produção e é o território que apresenta o maior rebanho bovino (19,09%) e caprino (35,30%) é o segundo maior produtor dos rebanhos equino, bubalino, ovino e suíno. A produção do leite necessita de práticas higiênicas-sanitárias adequadas. As grandes propriedades com bovinocultura de corte em regime extensivo são predominantes, embora com baixo nível tecnológico. O suprimento alimentar dos rebanhos é a base de forrageiras produzidas no período chuvoso, sendo precário ainda o uso de práticas de armazenamento (silagem) e conservação das forrageiras. Conseqüentemente, a oferta de alimentos no período de estiagem é baixa, impondo a compra de alimentos no mercado regional. Há no Território também expressivo rebanho de ovinos em relação ao de caprinos para a produção de couro.

Em termos de agricultura familiar, predomina os cultivos de milho, feijão e pequenos cultivos de mandioca associados à bovinocultura leiteira e, em menor escala, as explorações de ovinos, caprinos, notadamente nos assentamentos rurais. O território abriga dois perímetros irrigados:

o da Califórnia, em operação, e do Jacaré-Curituba (em fase de conclusão), em áreas dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo.

Com relação à posse da terra, observa-se que há no Território forte pressão social. Atualmente existe o maior número de assentamentos de reforma agrária do Estado, com noventa e dois assentamentos e mais de 3.000 famílias assentadas.

Referente ao setor secundário, o Alto Sertão participa com 18,06% do valor adicionado deste setor no Estado. Esta representatividade é influenciada pela Usina Hidrelétrica de Xingó. Ressalta-se que apesar dessa elevada participação do setor no valor adicionado, em termos de estabelecimentos industriais, o Alto Sertão responde por apenas 3,4% do total verificado no Estado. Em 2006/2007, possuía 118 estabelecimentos, sendo constatado uma grande concentração no município de Nossa Senhora da Glória (44%).

A participação do Território no valor adicionado do setor agropecuário também é elevada (16,58), já em relação ao setor de serviços a participação é menor (4,88%). A Administração Pública responde por cerca de 83% da ocupação formal ligada ao setor. Quanto ao turismo, foi detectado que há um grande potencial para o ecoturismo, que se constitui, atualmente, na principal demanda dos visitantes.

# *Anexo I*

## *Programas Temáticos*

**PROGRAMA: 0002 - Controle Externo**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Tempo médio de tramitação, análise e julgamento de processos. <b>Fonte:</b> TCE	Dias	2009	1.435
Fiscalizações preventivas e concomitantes. <b>Fonte:</b> TCE	Unidade	07/2011	2
Índice de ações realizadas previstas no planejamento. <b>Fonte:</b> TCE	Percentual	07/2011	0
Equipamentos de TI adquiridos. <b>Fonte:</b> TCE	Unidade	07/2011	890
Número de Políticas de gestão de pessoas implantadas. <b>Fonte:</b> TCE	Unidade	07/2010	0
Número de auditores do TCE. <b>Fonte:</b> TCE	Unidade	07/2011	3

Valor Global	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>3.455</b>	<b>12.580</b>
Despesas Correntes	270	983
Despesas de Capital	3.185	11.597
<b>Valores Globais</b>	<b>16.035</b>	

**Objetivo:** 0001. Fortalecer o Sistema do Controle Externo como instrumento de Cidadania.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

- Reduzir em 5% o tempo de apreciação e julgamento dos processos
- Realizar, pelo menos, 2 fiscalizações preventivas e concomitantes
- Realizar 80% das ações previstas Planejamento Estratégico do TCE/SE
- Modernizar e ampliar em 20% o parque Tecnológico do TCE
- Implantar pelo menos 03 Políticas de Gestão de Pessoas
- Manter o quadro do TCE com 5 Auditores

---

**Iniciativas:**

- 0001 - Modernizar o Tribunal de Contas
- 0002 - Implantar a Coordenadoria de Auditoria Operacional
- 0003 - Elaborar e aprovar no Pleno, o Plano de Diretrizes Anual (PDA) e o respectivo Plano Operativo Anual (POA) do Planejamento Estratégico do TCE/SE
- 0004 - Implantar as ações previstas nos PDA e POA
- 0005 - Efetivar o uso de Tecnologia de Informação no TCE
- 0006 - Implantar o Plano de Capacitação
- 0007 - Reestruturar o Plano de Cargos e Salários
- 0008 - Promover a qualidade de vida no trabalho
- 0009 - Realizar concurso público

**PROGRAMA: 0003 - Justiça**

Indicadores (Denominação)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	Percentual	07/2011	30
Produtividade do Magistrado dos Juizados	Percentual	07/2011	10
Facilitar o acesso à Justiça	Percentual	07/2011	100
Taxa de congestionamento do 1º Grau na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	4,8
Taxa de congestionamento do 2º Grau na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	6,8
Taxa de congestionamento dos Juizados na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	8
Taxa de congest. da Turma Recursal na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	4
Produtividade do Magistrado do 1º Grau na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	12
Produtividade do Magistrado do 2º Grau na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	12
Produtividade do Magistrado dos Juizados na fase de conhecimento	Percentual	07/2011	12
Produtividade do Magistrado da Turma Recursal fase de conhecimento	Percentual	07/2011	14,4
Índice de Virtualização dos Processos	Percentual	07/2011	35
Índice de agilidade na tramitação de processos de bens e serviços	Percentual	07/2011	60
Índice de parcerias estratégicas	Percentual	07/2011	20
Eficiência Operacional	Percentual	07/2011	2
Redução do consumo de papel	Percentual	07/2011	8
Redução do consumo de água	Percentual	07/2011	4
Redução do consumo de energia	Percentual	07/2011	4
Índice de capacitação nas competências estratégicas dos servidores da área-fim	Percentual	07/2011	45
Índice de alcance das metas	Percentual	07/2011	50
Índice de satisfação com as instalações físicas	Percentual	07/2011	70
Índice de disponibilidade de sistemas de Tecnologia da Informação	Percentual	07/2011	93
Índice de execução do orçamento disponibilizado	Percentual	07/2011	99,2
Índice de orçamento estratégico	Percentual	07/2011	8

**Fonte** (para todos os indicadores): TJ/SE

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	<b>42.170</b>	<b>153.541</b>
Despesas Correntes	32.880	119.716
Despesas de Capital	9.290	33.825
<b>Valores Globais</b>		<b>195.711</b>

**Objetivo:** 0002. Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**


---

- Manter 100% do conteúdo integral dos processos judiciais

- Disponibilizar 100% as informações orçamentárias e financeiras
- Aumentar de 40% para 100% o número de inserções institucionais na mídia
- Obter 80% de inserções institucionais positivas na mídia (Linha de base: 66,2%)
- Aumentar de 40% para 100% o número de ações de marketing institucional

---

**Iniciativas:**

- 0010 - Programa de Comunicação Institucional  
0011 - Programas Sociais da Coordenadoria da Infância e Juventude  
0012 - Memorial do Poder Judiciário: construindo a memória e a cidadania no Estado  
0013 - Programa de Parcerias Estratégicas  
0014 - Projeto de Criação da TV interna do Judiciário  
0015 - Projeto de criação de agência de notícias na Internet

**Objetivo:** 0003. Promover a cidadania.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Meta 2012-2015:**

- Aumentar de 30% para 75% o número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.

---

**Iniciativas:**

- 0016 - Programa de Comunicação e Marketing Institucional  
0017 - Programas Sociais da Coordenadoria da Infância e Juventude  
0012 - Memorial do Poder Judiciário: Construindo a Memória e Cidadania em Sergipe  
0018 - Projeto de Acessibilidade

**Objetivo:** 0004. Promover a efetividade no cumprimento das decisões.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

- Reduzir em 9% a taxa de congestionamento do 1º Grau na fase de execução
- Reduzir em **10%** a taxa de congestionamento dos Juizados na fase de execução
- Aumentar de 10% para **25%** a produtividade do magistrado de 1º grau na fase de execução
- Aumentar de 10% para 25% a produtividade do magistrado dos Juizados na fase de execução

---

**Iniciativas:**

---

0019 - Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial (Procedimentos e Virtualização)

0020 - Projeto de Adequação do Quadro de Servidores à Demanda.

0021 - Programa de Tratamento de Conflitos de Interesses por Métodos Consensuais de Solução na Esfera Judicial (Conciliação).

**Objetivo:** 0005. Facilitar o acesso a Justiça.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Manter em 100% o número de municípios atendidos pela Justiça
- 

**Iniciativas:**

---

0012 - Memorial do Poder Judiciário:Construindo a Memória e Cidadania em Sergipe

0019 - Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial (Procedimentos e Virtualização)

0021 - Programa de Tratamento de Conflitos de Interesses por Métodos Consensuais de Solução na Esfera Judicial (Conciliação)

0022 - Programa de Virtualização e Gestão de Processo de Trabalho da Área Administrativa

0023 - Programa de Construção, Ampliação e Modernização dos Fóruns

0010 - Programa de Comunicação Institucional

0011 - Programas Sociais da Coordenadoria da Infância e Juventude

**Objetivo:** 0006. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Reduzir em 12% a taxa de congestionamento do 1º Grau na fase de conhecimento
- Reduzir em 17% a taxa de congestionamento do 2º Grau
- Reduzir em 20% a taxa de congestionamento dos Juizados na fase de conhecimento
- Reduzir em 10% a taxa de congestionamento da Turma Recursal
- Aumentar de 12% para 30% a produtividade do Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento
- Aumentar de 12% para 30% a produtividade do Magistrado de 2º Grau na fase de conhecimento

- Aumentar de 12% para 30% a produtividade do Magistrado dos Juizados na fase de conhecimento
- Aumentar de 14,4% para 36% a produtividade do Magistrado da Turma Recursal na fase de conhecimento
- Aumentar de 1,6% para 4% o índice de atendimento à demanda do 1º Grau
- Aumentar de 1,6% para 4% o índice de atendimento à demanda do 2º Grau
- Aumentar de 1,6% para 4% o índice de atendimento à demanda dos Juizados
- Aumentar de 3,2% para 8% o índice de atendimento à demanda da Turma Recursal
- Baixar para 5% o índice de processos antigos do 1º Grau
- Baixar para 0% o índice de processos antigos do 2º Grau
- Baixar para 0% o índice de processos antigos dos Juizados
- Baixar para 0% o índice de processos antigos da Turma Recursal
- Aumentar para % o índice de virtualização dos processos novos, em todas as instâncias

---

#### **Iniciativas:**

---

0024 - Programa de Gestão Estratégica

0025 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores

0019 - Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial (Procedimentos e Virtualização)

0021 - Programa de Tratamento de Conflitos de Interesses por Métodos Consensuais de Solução na Esfera Judicial (Conciliação)

0022- Programa de Virtualização e Gestão de Processo de Trabalho da Área Administrativa

0026 - Projeto de Adequação do Quadro de Servidores à Demanda

0027 - Programa de Ampliação de Infraestrutura de TIC

0028 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados

0029 - Projeto de Ampliação da Premiação da Área-fim

0030 - Projeto Controle Interno como Ferramenta de Gestão

0031 - Projeto de Cumprimento dos Prazos Legais nos Processos de Aquisição

0032 - Projeto de Implantação da Premiação da Área-Meio Alinhada à Estratégia

0033 - Unidade de Gerenciamento de Projetos

0034 - Programa de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

0013 - Programa de Parcerias Estratégicas

0035 - Projeto de Ensino à Distância (EAD)

0036 - Gestão Efetiva de Comarcas e Varas Judiciais

0037 - Gestão Documental do Poder Judiciário de Sergipe

**Objetivo:** 0007. Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Reduzir em 5% o valor da despesa por processo
  - Reduzir em 20% o consumo de papel
  - Reduzir em 10% o consumo de água
  - Reduzir em 10% o consumo de energia
- 

**Iniciativas:**

---

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica  
0025 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores  
0022 - Programa de Virtualização e Gestão de Processo de Trabalho da Área Administrativa  
0026 - Projeto de Adequação do Quadro de Servidores à Demanda  
0027 - Programa de Ampliação de Infraestrutura de TIC  
0029 - Projeto de Ampliação da Premiação da Área-fim  
0039 - Gestão Orçamentária e Financeira Voltada para Resultados Estratégicos  
0030 - Projeto Controle Interno como Ferramenta de Gestão  
0023 - Programa de Construção, Ampliação e Modernização dos Fóruns  
0031 - Projeto de Cumprimento dos Prazos Legais nos Processos de Aquisição  
0032 - Projeto de Implantação da Premiação da Área-meio Alinhada à Estratégia  
0033 - Unidade de Gerenciamento de Projetos  
0034 - Programa de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação  
0035 - Projeto de Ensino à Distância (EAD)  
0040 - Projeto Conscientizar para Economizar (SPAC)  
0041 - Programa de Responsabilidade Ambiental  
0037 - Gestão Documental do Poder Judiciário de Sergipe

**Objetivo:** 0008. Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Aumentar de 20% para 50% o índice de parcerias estratégicas

**Iniciativas:**

- 0019 - Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial (Procedimentos e Virtualização)
- 0042 - Implantação do Programa de Comunicação Institucional
- 0013 - Programa de Parcerias Estratégicas
- 0021 - Programa de Tratamento de Conflitos de Interesses por Métodos Consensuais de Solução na Esfera Judicial (Conciliação)

**Objetivo:** 0009. Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Tribunal de Justiça de Sergipe.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

- Realizar no prazo, no mínimo, uma reunião de acompanhamento de execução da estratégia por trimestre, com o comitê de gestão estratégica, por ano
- Obter 100% de sucesso na execução de projetos estratégicos

**Iniciativas:**

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica
- 0025 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores
- 0022 - Programa de Virtualização e Gestão de Processo de Trabalho da Área Administrativa
- 0026 - Projeto de Adequação do Quadro de Servidores à Demanda
- 0028 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados
- 0029 - Projeto de Ampliação da Premiação da Área-fim
- 0039 - Gestão Orçamentária e Financeira Voltada para Resultados Estratégicos
- 0023 - Programa de Construção, Ampliação e Modernização dos Fóruns
- 0032 - Projeto de Implantação da Premiação da Área-méio Alinhada à Estratégia
- 0033 - Unidade de Gerenciamento de Projetos
- 0035 - Projeto de Ensino à Distância (EAD)
- 0040 - Projeto Conscientizar para Economizar (SPAC)
- 0037 - Gestão Documental do Poder Judiciário de Sergipe
- 0036 - Gestão Efetiva de Comarcas e Varas Judiciais

**Objetivo:** 0010. Desenvolver competências dos magistrados e servidores para os objetivos estratégicos.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

### **Metas 2012-2015:**

---

- Aumentar de 45% para 100% o índice de capacitação nas competências estratégicas dos Magistrados
- Aumentar de 70% para 100% o índice de capacitação nas competências estratégicas dos servidores da área-meio
- Aumentar de 45% para 100% o índice de capacitação nas competências estratégicas dos servidores da área-fim
- Aplicar 0,18% do valor do orçamento executado em capacitação e aperfeiçoamento

---

### **Iniciativas:**

---

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica  
0025 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores  
0028 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados  
0033 - Unidade de Gerenciamento de Projetos  
0044 - Projeto de Valorização das Carreiras Judiciárias  
0035 - Projeto de Ensino à Distância (EAD)

**Objetivo:** 0011. Motivar e comprometer magistrados e servidores com as metas e com os objetivos estratégicos.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

### **Metas 2012-2015:**

---

- Alcançar 80% das metas
- Aumentar de 55% para 70% o índice de avaliações positivas (favorabilidade) do clima organizacional

---

### **Iniciativas:**

---

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica  
0025 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores  
0028 - Programa Permanente de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados  
0029 - Projeto de Ampliação da Premiação da Área-fim  
0032 - Projeto de Implantação da Premiação da Área-meio Alinhada à Estratégia  
0043 - Projeto de Valorização das Carreiras Judiciárias  
0036 - Gestão Efetiva de Comarca e Varas Judiciais  
0044 - Programa de Qualidade de Vida

**Objetivo:** 0012. Garantir a infraestrutura adequada às atividades administrativas e judiciais.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras
- Atender 100% dos padrões mínimos de TI

---

**Iniciativas:**

---

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica  
0020 - Projeto de Adequação do Quadro de Servidores à Demanda  
0027 - Programa de Ampliação de Infraestrutura de TIC  
0039 - Gestão Orçamentária e Financeira voltada para resultados estratégicos  
0046 - Projeto de Melhoria dos Processos Administrativos  
0023 - Programa de Construção, Ampliação e Modernização dos Fóruns  
0031 - Projeto de Cumprimento dos Prazos Legais nos Processos de Aquisição  
0034 - Programa de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação  
0013 - Programa de Parcerias Estratégicas  
0044 - Programa de Qualidade de Vida  
0046 - Projeto de Acessibilidade  
0047 - Plano Anual de Segurança

**Objetivo:** 0013. Garantir a disponibilidade de sistemas eficazes de tecnologia da informação e comunicação.

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Aumentar de 93% para 100% o índice de disponibilidade dos sistemas
- Aumentar de 93% para 100% o índice de disponibilidade dos sistemas
- Aumentar de 63% para 80% o índice de avaliações positivas sobre sistemas

---

**Iniciativas:**

---

- 0024 - Programa de Gestão Estratégica  
0039 - Gestão Orçamentária e Financeira Voltada para Resultados Estratégicos  
0030 - Projeto Controle Interno como Ferramenta de Gestão  
0040 - Projeto Conscientizar para Economizar (SPAC)  
0041 - Programa de Responsabilidade Ambiental

**0004. Defesa da Ordem Jurídica e Social**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência Data</b>	<b>Índice</b>
Número de Ações Civis Públicas (ACP). <b>Fonte:</b> Proej/MPSE	Unidade	2010	322
Número de Ações de Improbidade Administrativas (AIA). <b>Fonte:</b> Proej MPSE	Unidade	2010	67
Número de pareceres dos Procuradores. <b>Fonte:</b> P2/MPSE	Unidade	2010	10.610
Número de pareceres. <b>Fonte:</b> 1ª Instância/Área Cível/MPSE	Unidade	2010	60.090
Número de Inquéritos Civis Instaurados. <b>Fonte:</b> Proej/MPSE)	Unidade	2010	302
Número de intervenções em Inquéritos Policiais. <b>Fonte:</b> Apep/MPSE	Unidade	2010	6.341
Número de Denúncias oferecidas em Inquéritos Policiais <b>Fonte:</b> Apep/MPSE	Unidade	2010	2.629

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>5.764</b>	<b>20.987</b>
Despesas Correntes	2.582	9.401
Despesas de Capital	3.182	11.586
<b>Valores Globais</b>	<b>26.751</b>	

**Objetivo:** 0014. Cumprir a destinação constitucional.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

### **Metas 2012-2015**

- Cumprir 100% dos programas elaborados por cada área de atuação
- Elaborar 100% dos Manuais de Rotinas

---

### **Iniciativas**

0048 - Elaborar programas de ação nas áreas de cidadania, proteção do patrimônio público, artístico, cultural, defesa do meio ambiente, proteção ao idoso, à pessoa com deficiência, à criança/adolescente, segurança pública, controle externo da atividade policial, fiscalização do sistema prisional e das entidades do Terceiro Setor, educação, saúde, urbanismo, consumidor, questões agrárias, de gênero e direitos humanos em geral

0049 - Avaliar a execução dos programas de ação

0050 - Elaborar manuais de rotinas de cada área

**Objetivo:** 0015. Desenvolver comunicação ágil e eficaz.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

### **Metas 2012-2015**

---

- Lançar uma revista anual
  - Disponibilizar, por meio eletrônico, 100% das informações orçamentárias e financeiras
  - Publicar um informativo impresso mensal
- 

### **Iniciativas:**

0051 - Aprimorar a comunicação do Ministério Público junto à sociedade, dotando a assessoria de comunicação social dos recursos materiais e humanos necessários ao desempenho dessa atividade;

0052 - Divulgar e tornar acessíveis os dados e informações relativas às atividades desenvolvidas pelo MP/SE, através dos sistemas de informática e dos meios de comunicação em geral;

0053 - Criar campanhas de divulgação e marketing da atuação do MP/SE, especialmente em relação às atividades extrajudiciais, nos diversos meios de comunicação (televisão, rádio, outdoors, etc.);

0054 - Criar cartilhas, periódicos, boletins informativos, inclusive com conteúdo direcionado à comunidade onde o Promotor atua, bem como viabilizar espaços em programas de rádio e televisão (a exemplo da TV Alese e TV Aperipê) para a divulgação dos trabalhos do MP/SE junto à sociedade;

0055 - Incentivar a participação dos membros do MP/SE em atividades que aproxímem a instituição da sociedade (palestras em escolas e associações, visitas e inspeções a órgãos e entidades responsáveis pela execução de políticas e serviços públicos, participação em discussões com entidades da sociedade civil organizada);

0056 - Implementar plano estratégico de aproximação da sociedade civil em geral aprovado pela Instituição;

0057 - Publicar informativo impresso mensal sobre a atuação Ministerial, compilando as melhores matérias publicadas no *site* do MP (inserir em jornal de grande circulação como Tabloide).

**Objetivo:** 0016. Aprimorar e integrar continuamente os processos de trabalho.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

### **Metas 2012-2015**

---

- Atingir 100% de devolução de processos judiciais nos prazos legais
- Reduzir para 0% o índice de procedimentos extrajudiciais com mais de 30 dias sem intervenção Ministerial
- Implementar 100% dos Manuais de Rotina do Órgão

## Iniciativas

---

0058 - Aperfeiçoar o atendimento às demandas sociais

0059 - Promover, periodicamente, reuniões de trabalho objetivando, assegurada a independência funcional, a elaboração de enunciados de uniformização de entendimento

0060 - Utilizar dados do Proj/Apep na tomada de decisões administrativas, inclusive no dimensionamento da política de Recursos Humanos

0061 - Utilizar critérios que promovam a distribuição equitativa de atividades entre as Promotorias de Justiça

0062 - Uniformizar rotinas para orientar e encaminhar o cidadão para o órgão competente, através de expediente assinado pelo Órgão de Execução, nas hipóteses em que a atribuição não for afeta ao Ministério Público

**Objetivo 0017.** Aprimorar os relacionamentos e parcerias entre as Instituições.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

## Metas 2012-2015

---

- Elevar em 50% o índice de celebração de termos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas

## Iniciativas

---

0063 - Estabelecer controle de requisições direcionadas a outros órgãos e viabilizar a celebração de convênios para facilitar o acesso às informações necessárias à atuação do MP/SE. (a exemplo do acesso direto ao SISAP/TCE e dos bancos de dados das concessionárias de serviços públicos)

0064 - Viabilizar a celebração de termos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas para facilitar a solução das demandas apresentadas ao MP/SE

0065 - Articular conjuntamente com outros Órgãos e Secretarias de Estado ações que promovam a ressocialização de presos e egressos do sistema prisional de Sergipe

**Objetivo:** 0018 - Recrutar recursos humanos e desenvolver competências.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

## Metas 2012-201

---

- Preencher 100% do quadro de Membros e Servidores do MP/SE
- Promover um encontro científico anual
- Elaborar e cumprir 100% do plano de desenvolvimento de pessoal

## Iniciativas

---

0066 - Reestruturar a Escola Superior do MP

0067 - Contratar e qualificar servidores, inclusive na área gerencial, planejamento e informática

0068 - Reativar os grupos de estudo para discussões sobre matérias práticas e de interesse institucional, coordenados pela Escola Superior do MP

0069 - Capacitar de maneira continuada os Membros e servidores do Ministério Público

**Objetivo:** 0019. Aprimorar a gestão de pessoal.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

#### **Metas 2012-2015**

---

- Apurar 100% das denúncias/reclamações recebidas pela Ouvidoria
- Implantação do banco de horas em 100% das unidades do MP

---

#### **Iniciativas**

---

0070 - Conferir autonomia aos Promotores na gestão dos servidores diretamente a ele vinculados, inclusive com criação de banco de horas

0071 - Intervir individualmente nas atuações irregulares através da Corregedoria

**Objetivo:** 0020. Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

#### **Meta 2012-2015**

---

- Reformar e adequar 45% das Promotorias

#### **Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Total</b>
Agreste Central Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma das Promotorias de Carira, Frei Paulo, Campo do Brito, Ribeirópolis e Itabaiana</li></ul>
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma das Promotorias de Canindé, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora da Glória</li></ul>
Baixo São Francisco Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma das Promotorias de Cedro de São João, Propriá, Neópolis e Pacatuba</li></ul>
Centro Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma das Promotorias de Poço Verde, Simão Dias, Lagarto e Tobias Barreto</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma das Promotorias de Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Barra dos Coqueiros, Riachuelo e Nossa Senhora do Socorro</li></ul>

Território	Total
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>Reforma das Promotorias de Capela, Japaratuba e Carmópolis</li></ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>Reforma das Promotorias de Aquidabã e Nossa Senhora das Dores</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>Reforma das Promotorias de Boquim, Estâncio, Arauá, Itabaianinha, Cristinápolis e Umbaúba</li></ul>

---

**Iniciativas:**

0072 - Viabilizar recursos orçamentários suficientes para proporcionar investimentos e manutenção programada da estrutura física das Promotorias

0073 - Ampliar o número de Sub-Sedes

0074 - Reformar e adequar a estrutura física das Promotorias

**Objetivo 0021.** Garantir sistemas de Tecnologia de Informação que suportem o crescimento.

**Órgão Responsável:** Procuradoria Geral de Justiça

---

**Metas 2012-2015**

- Implantar trâmite eletrônico de 100% dos Processos do Conselho Superior do MP
- Implementar 100 % da rede de dados
- Sistematizar 100% dos processos do MP/SE
- Disponibilizar 100% das peças em banco de dados de cada Centro Operacional
- Padronizar e integrar 100% da base de dados de processos do MP com o TJ-SE

---

**Iniciativas:**

0075 - Investir em tecnologia da informação através de convênios ou de recursos próprios

0076 - Dotar o Ministério Público de servidor próprio de e-mail

0077 - Implantar a rede de dados própria da *intranet* do Ministério Público, interligando todo o Estado

0078 - Integrar a base de dados com outros órgãos, principalmente o Tribunal de Justiça

0079 - Aperfeiçoar os sistemas e banco de dados existentes, inclusive com implementação de informações estatísticas

0080 - Criar bancos de dados específicos vinculados aos Centros de Apoio Operacional para compartilhar peças e experiências

0081 - Criar mecanismos de comunicação *on-line* entre os membros do Ministério Público

0082 - Padronizar e integrar a base de dados do MP com a do TJ-SE

## PROGRAMA: 0006 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de mortalidade infantil. <b>Fonte:</b> MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	1/1000	2010	14,95
Razão entre exames citopatológicos do colo do útero na faixa etária de 25 a 59 anos e a população alvo em Sergipe. <b>Fonte:</b> MS/DATASUS - Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero - SISCOLO	Razão	2010	0,09
Razão entre mamografias realizadas nas mulheres de 50 a 69 anos e a população feminina nesta faixa etária, em determinado local e ano. <b>Fonte:</b> MS/DATASUS Sistema de Informação do Câncer e Mamas-SISMAMA	Razão	2010	0,04
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil e maternos investigados.	Percentual	2010	75,03
<b>Fonte:</b> MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM			
Taxa de incidência de AIDS em menores de 5 anos de idade. <b>Fonte:</b> MS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN NET	1/100.000	2010	1,96
Taxa de letalidade das formas graves de dengue (febre hemorrágica da dengue-FHD / síndrome do choque – SCD / dengue com complicações – DCC. <b>Fonte:</b> Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN	Percentual	2010	0,00
Taxa de internações por diabetes mellitus e suas complicações. <b>Fonte:</b> Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS	1/10.000	2010	3,01
Taxa de Internações por acidente vascular cerebral (AVC). <b>Fonte:</b> MS/ SIH/SUS – Sistema de Informações Hospitalares – SIH/SUS	1/10.000	2010	2,32
Cobertura vacinal da vacina tetravalente (DTP+HIB) em menores de um ano. <b>Fonte:</b> Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização	Percentual	2010	94,11

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>725.865</b>	<b>2.642.875</b>
Despesas Correntes	642.544	2.339.503
Despesas de Capital	83.321	303.372
<b>Valores Globais</b>		<b>3.368.740</b>

**Objetivo:** 0022. Estruturar a Rede de Atenção e Vigilância em Saúde, de forma a garantir à saúde como direito e a consolidação do SUS como política pública de Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Saúde

### **Metas 2012-2015:**

- Implementar as redes de atenção prioritárias em 100% das regiões de saúde
- Estruturação do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador
- Estruturação do Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica

---

**Iniciativas:**

- 0083 - Garantir ações de Fortalecimento de Atenção Primária à Saúde
- 0084 - Implantação de Clínicas de Saúde da Família
- 0085 - Co-Financiamento da Estratégia Saúde da Família
- 0086 - Fortalecimento da Política de Promoção à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente e Materno infantil
- 0087 - Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Bucal
- 0088 - Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)
- 0089 - Ampliação da Oferta de Serviços do SUS/SE em Todos os Níveis de Complexidade
- 0090 - Ampliação da Oferta Regional de Procedimentos Especializados
- 0091 - Ampliação da Política de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência SAMU/SE
- 0092 - Implantar o Serviço de Remoção Inter-Hospitalar e Transporte Sanitário
- 0093 - Implantação do Hospital de Oncologia de Sergipe
- 0093 - Adequação do Hospital de Urgências de Sergipe (HUSE)
- 0094 - Adequação dos Hospitais Locais, Regionais Públicos e Filantrópicos
- 0095 - Implantação de Centros de Referência para Pessoas com Deficiência
- 0096 - Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial
- 0097 - Promoção da Política de Assistência Farmacêutica e Insumos Especiais aos Usuários do SUS
- 0098 - Ampliação das Farmácias Popular do Brasil
- 0099 - Financiamento da Rede Contratada de Prestadores de Serviços do SUS
- 0100 - Contrato Estatal de Serviços da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS)
- 0101 - Contrato Estatal da Fundação de Saúde Parreiras Horta (FSPH)
- 0102 - Contrato Estatal da Fundação Estadual de Saúde (FUNESA)
- 0103 - Implantação a Política Estadual de Humanização da Atenção e Gestão do SUS/SE
- 0104 - Fortalecer o Sistema Estadual de Regulação
- 0105 - Promoção de Acesso aos Serviços Interestaduais (TFD)

**Objetivo:** 0023. Promover a Organização do Sistema Estadual de Saúde observando diretrizes da política estadual de forma a garantir a disponibilização de um conjunto de ações e serviços que atenda às necessidades de saúde da população de Sergipe, em tempo oportuno.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Saúde

---

**Metas 2012-2015:**

- Implementação das políticas públicas em 100% dos municípios
- Potencialização dos Colegiados Interfederativos

- Fortalecimento do controle social

#### **Iniciativas:**

- 0106 - Promoção da integração ensino/serviços em Saúde  
 0107 - Ampliação e fortalecimento do Programa de Residência na Área de Saúde  
 0108 - Fortalecimento da Gestão Estratégica e Participativa no SUS  
 0109 - Fortalecimento da Comunicação Social do Sistema Único de Saúde  
 0110 - Fortalecimento da Gestão da Política de Saúde  
 0111 - Gestão Estratégica e Participativa

#### **PROGRAMA: 0007 - Educação Básica**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Percentual de Escolas com Jornada de Tempo Integral. <b>Fonte:</b> DED/ME	Percentual	05/2011	20
Taxa de Abandono Escolar No Ensino Médio. <b>Fonte:</b> INEP/Censo escolar	Percentual	2010	18,8
Taxa de Distorção Idade Série no Ensino Médio. <b>Fonte:</b> INEP/Censo escolar	Percentual	2010	60,3
Taxa de Abandono Escolar No Ensino Fundamental. <b>Fonte:</b> INEP/Censo escolar	Percentual	2010	6,3
Taxa de Distorção Idade Série no Ensino Fundamental. <b>Fonte:</b> INEP/Censo escolar	Percentual	2010	42,9
Taxa de Analfabetismo entre jovens e adultos de 15 anos ou mais. <b>Fonte:</b> IBGE/PNAD	Percentual	2009	16,30
Taxa de Analfabetismo Funcional entre jovens e adultos de 15 anos ou mais. <b>Fonte:</b> IBGE/PNAD	Percentual	2009	28,6
Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental. <b>Fonte:</b> INEP/Censo Escolar	Percentual	2010	70,2
Taxa de Aprovação no Ensino Médio. <b>Fonte:</b> INEP/Censo Escolar	Percentual	2010	66,2
IDEB do Ensino Fundamental /séries iniciais. <b>Fonte:</b> MEC/INEP	Percentual	05/2010	3,7
IDEB do Ensino Fundamental /séries Finais. <b>Fonte:</b> MEC/INEP	Percentual	05/2010	2,7
IDEB do Ensino Médio. <b>Fonte:</b> MEC/INEP	Percentual	05/2010	2,9

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>72.029</b>	<b>262.258</b>
Despesas Correntes	56.655	206.278
Despesas de Capital	15.374	55.980
<b>Valores Globais</b>		<b>334.287</b>

**Objetivo:** 0024. Democratizar a Gestão da Educação, a partir da efetivação de políticas e práticas educacionais que reforcem a caracterização das escolas, enquanto gestora de suas disposições, considerando os princípios da qualidade e autonomia.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Educação

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Educação
- Fortalecer 100% das unidades escolares, a partir da implantação da Gestão Democrática
- Expandir de 20 % para 50% das unidades escolares, a Jornada Escolar em Tempo Integral

---

**Iniciativas:**

---

- 0112 - Elaborar e implementar o Plano Estadual de Educação
- 0113 - Elaborar e implementar o referencial curricular da educação básica
- 0114 - Implantar a gestão democrática nas escolas da rede pública estadual
- 0115 - Definir e implementar Sistema Estadual de Avaliação educacional
- 0116 - Estender, progressivamente, a jornada escolar, mediante oferta de educação básica em tempo integral
- 0117 - Implantar política estadual de formação continuada para os profissionais da educação

**Objetivo:** 0025. Democratizar o acesso, a permanência e o sucesso escolar, nos diferentes níveis e modalidades, com base na qualidade da aprendizagem dos alunos da educação básica e da constante melhoria dos indicadores educacionais.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Educação

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Democratizar o Ensino Fundamental para 100% alunos da Rede Pública Estadual, de 6 a 14 anos, incluindo as populações de comunidades específicas
- Alfabetizar 120 mil Jovens de 15 anos ou mais
- Encaminhar para EJA no mínimo 40% dos Jovens, adultos e idosos egressos do Programa de Alfabetização e ampliar em 10% a matrícula na modalidade EJA
- Democratizar para população de 6 a 17 anos o atendimento escolar para estudantes com NEE's e ampliar em 20% a matrícula inclusiva na Rede Estadual
- Atingir as Médias Estaduais da Educação Básica, previstas no IDEB
- Democratizar o atendimento escolar para 100% dos estudantes de 15 a 17 anos, incluindo as populações de comunidades específicas e elevar em 10% a taxa líquida de matrículas no ensino médio da Rede

---

**Iniciativas:**

---

- 0119 - Aperfeiçoar o processo pedagógico das escolas, com base nas avaliações externas (IDEB/ Prova Brasil/SAEB)
- 0120 - Elaborar e implementar sistema estadual de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola

- 0121 - Alfabetizar todas as crianças até oito anos matriculadas na rede Estadual
- 0122 - Consolidar o ensino fundamental de nove anos, com foco no ciclo de alfabetização
- 0123 - Ampliar e consolidar, na Rede Estadual de Ensino, o Programa Nacional de Ampliação da Jornada Escolar (Mais Educação)
- 0124 - Promover ações para redução da defasagem idade/série na rede estadual de ensino
- 0125 - Ampliar e implementar progressivamente a proposta do Ensino Médio Inovador (MEC) na rede Estadual de Ensino
- 0126 - Ampliar a participação dos alunos da rede estadual de ensino no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
- 0127 - Ampliar o número de vagas do Pré-Universitário
- 0128 - Alfabetizar a população de 15 anos ou mais (Sergipe Alfabetizado)
- 0129 - Garantir a continuidade da escolarização básica dos alunos de 15 anos ou mais na Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual (EJA)
- 0130 - Ampliar a educação de jovens e adultos com qualificação social e profissional, para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 29 anos (Projovem Urbano e Campo)
- 0131 - Ampliar o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas da Rede Pública Estadual
- 0132 - Ampliar a oferta de vagas no Ensino Médio
- 0133 - Reformar e ampliar escolas estaduais de ensino fundamental e de ensino médio
- 0134 - Ampliar as ações de construção e/ou reestruturação de quadras poliesportivas, auditórios, bibliotecas, cozinhas e refeitórios
- 0135 - Ampliar o acesso de alunos com necessidades especiais na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino
- 0136 - Promover ações educativas de valorização e respeito à diversidade e cidadania voltadas para as populações do campo, indígena, quilombola, dentre outra

**Objetivo:** 0026. Possibilitar o aporte técnico estrutural e financeiro às unidades escolares, de modo a viabilizar uma gestão de qualidade e o efetivo funcionamento das escolas.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Educação

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Oferecer, em parceria com os municípios, Transporte Escolar para 100% dos estudantes do campo da rede pública e a todos que demandarem
- Elaborar e executar o Plano de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento a 100% das estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar
- Democratizar para 100% dos estudantes da rede o Programa de Alimentação Escolar, e ampliar de 30% para no mínimo 40% a participação de itens da agricultura familiar no referido programa

- Ampliar em 50% o valor de repasse do Programa Estadual de transferência de Transferência Voluntária de Recursos Financeiros (PROFIN), associado ao desenvolvimento do ensino com a finalidade potencializar as ações de acesso e permanência na escola

---

**Iniciativas:**

---

- 0137 - Garantir o acesso ao transporte escolar a todos os alunos da rede pública estadual
- 0138 - Ampliar o Programa Estadual de Transferência voluntária de Recursos Financeiros (PROFIN), para as escolas da rede estadual de ensino
- 0139 - Garantir a entrega do livro didático a todos os alunos da rede estadual de ensino, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
- 0140 - Implementar política de estruturação de bibliotecas escolares da rede pública de ensino
- 0141 - Fortalecer os processos de implementação, monitoramento e avaliação do PAR
- 0142 - Reelaborar e implementar a Estrutura organizacional da SEED

**PROGRAMA: 0008. Educação Profissional**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Numero matrículas de ensino médio integrado à educação profissional. <b>Fonte:</b> Censo Escolar/INEP	Unidade	2010	63
Numero de centros de ensino profissionalizante implantados. <b>Fonte:</b> Seed	Unidade	08/2011	3
Índice de Evasão dos Cursos Profissionalizante. <b>Fonte:</b> Censo Escolar/INEP	Percentual	2010	23,3
Numero de alunos concluintes do Ensino Profissionalizante. <b>Fonte:</b> Censo Escolar/INEP	Unidade	2010	537

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	<b>16.460</b>	<b>59.933</b>
Despesas Correntes	2.770	10.087
Despesas de Capital	13.690	49.846
<b>Valores Globais</b>		<b>76.393</b>

**Objetivo:** 0027. Implementar a política de educação profissional e tecnológica, com vistas à formação humana e cidadã, articulada com a formação para o trabalho.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Educação

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Ampliar em 50% matrícula da educação profissional técnica de nível médio, Na rede pública Estadual assegurando a qualidade da oferta

- Expandir para 20% das Unidades escolares que oferta a EJA, o Programa de Educação Profissional de nível técnico articulado a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)

**Iniciativas:**

- 0143 - Expandir as matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, com a implantação de centros de ensino profissionalizante
- 0144 - Elaborar e implementar projeto de estágio para os estudantes da educação profissional técnica de nível médio
- 0145 - Implantar proposta de Educação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA)
- 0146 - Elaborar e implementar expectativas de aprendizagem e parâmetros curriculares estaduais de educação profissional
- 0147 - Buscar e consolidar parcerias com empresas locais, com vistas à absorção dos alunos em período de estágio e/ou egressos das escolas profissionalizantes da Rede Estadual
- 0148 - Definir perfil do Professor de Educação Profissional para a Rede Estadual de Ensino
- 0149 - Fomentar implementação de um Projeto Político Pedagógico integrado nas Escolas Profissionalizantes

**PROGRAMA: 0009. Promoção e Acesso a Cultura**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de visitantes nos museus. <b>Fonte:</b> Secult	Unidade	2010	19.683
Ações promocionais da música sergipana em eventos nacionais. <b>Fonte:</b> Secult	Unidade	2010	3
Número de bens materiais tombados. <b>Fonte:</b> Subpac	Unidade	2008	71
Número de bens imateriais tombados. <b>Fonte:</b> Subpac	Unidade	2008	00

Valor global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>19.860</b>	<b>72.310</b>
Despesas Correntes	16.884	61.475
Despesas de Capital	2.976	10.835
<b>Orçamento de Investimento das Empresas Estatais</b>	<b>256</b>	<b>932</b>
<b>Valores Globais</b>	<b>20.116</b>	<b>73.242</b>
		<b>93.358</b>

**Objetivo:** 0027. Promover o acesso, a formação e a qualificação profissional

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Cultura

**Metas 2012-2015:**

- Capacitar 240 agentes culturais nos oito territórios sergipanos na área de elaboração de projetos por ano

- Realizar 19 edições de programação cultural periódica na Orla de Atalaia por ano
- Realizar 16 edições de formação de programação cultural periódica nos oito territórios sergipanos por ano
- Capacitar 120 técnicos da cadeia produtiva de música por ano
- Realizar 01 Festival de Teatro Sergipano por ano
- Realizar 01 projeto Temporadas no Lourival Batista por ano
- Realizar 01 oficina de qualificação nas áreas de Circo, Teatro e Dança por ano
- Realizar 01 Semana Sergipana de Dança por ano
- Realizar 01 Festival de Circo por ano
- Realizar 01 Projeto Sergipe Exporta Som por ano
- Realizar 01 Seminário Nacional de Museus por ano
- Realizar 14 edições do projeto ‘Pra ver a banda tocar’ por ano
- Qualificar 120 profissionais de museologia por ano

#### Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados
Médio Sertão Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados
Agreste Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados
Baixo São Francisco	• 30 agentes culturais capacitados
Leste Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados
Grande Aracaju	• 30 agentes culturais capacitados • 120 profissionais de museologia qualificados • 120 técnicos capacitados da cadeia produtiva de música
Centro-Sul Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados
Sul Sergipano	• 30 agentes culturais capacitados

---

#### Iniciativas:

- 0150 - Promover a capacitação e a qualificação de agentes culturais na área de elaboração de projetos culturais nos territórios sergipanos
- 0151 - Realizar programação cultural periódica na Orla de Atalaia
- 0152 - Realizar programação cultural periódica nos territórios sergipanos
- 0153 - Promover a realização de oficinas técnicas na área de música
- 0154 - Coordenar ações nas áreas de capacitação, incentivo à circulação, produção de artes cênicas
- 0155 - Realizar apresentações de bandas filarmônicas na Praça Fausto Cardoso
- 0156 - Realizar oficinas de museologia, em parceria com o IBRAM

0157 - Promover ações de promoção da música sergipana em eventos, feiras e produção de coletâneas e outros materiais eletrônicos que contribuam para a difusão da produção atual.

**Objetivo:** 0029. Valorizar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio cultural de Sergipe, reconhecendo-o como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social, e a integração cultural e a construção da cidadania.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Cultura

---

#### **Metas 2012-2015:**

---

- Recuperar, digitalizar e acondicionar 100% dos documentos do Arquivo Público do Estado de Sergipe em quatro anos.
- Inventariar o patrimônio dos três museus vinculados à Secult
- Restaurar e reativar o Memorial de Lagarto até o final de 2012
- Restaurar, até o final do segundo semestre de 2012, todo o acervo de Horácio Hora no Museu Histórico de Sergipe
- Reestruturar, até o final do segundo semestre de 2012, toda a reserva técnica do Museu Histórico de Sergipe

---

#### **Iniciativas:**

---

0158 - Aquisição de mobiliário e recursos humanos para digitalização e preservação do acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe

0159 - Inventariar os acervos dos museus vinculados à Secult

0160 - Reabrir o Memorial de Lagarto

0161 - Restaurar o acervo de Horácio Hora

0162 - Reestruturar a reserva técnica do Museu Histórico de Sergipe

**Objetivo:** 0030. Valorizar a diversidade cultural, promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização e valorização da cultura local e garantir acesso dos cidadãos aos bens, direitos e serviços culturais.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Cultura

---

#### **Metas 2012-2015:**

---

- Realizar quatro exposições itinerantes no período de um ano e meio em Aracaju e nas cidades de Poço Verde, Poço Redondo, Itabaianinha e Divina Pastora
- Realizar uma oficina de elaboração de projetos por ano em quatro municípios: Laranjeiras, São Cristóvão, Poço Verde e Canindé
- Realizar um Festival de novas composições de forró por ano
- Criação de uma orquestra jovem de Sergipe

- Coordenar uma edição do Verão Sergipe por ano, com shows na Atalaia Nova, Laranjeiras e Cauêira
  - Coordenar uma edição do Arraiá do Povo por ano, com programação 100% sergipana
- 

#### **Iniciativas:**

0163 - Realizar exposições itinerantes com a divulgação do trabalho de quatro comunidades tradicionais sergipanas assistidas pela Promoart, do Centro Nacional do Folclore

0164 - Promover oficinas de qualificação específicas para grupos detentores de saberes tradicionais na área de elaboração de projetos

0165 - Criação de uma orquestra jovem de Sergipe com jovens inseridos em comunidades de baixa renda

0166 - Realização de um festival para estimular a produção de novas composições de forró

0167 - Realizar o Verão Sergipe, evento de porte turístico que acontece nos meses de janeiro e fevereiro em municípios do litoral sergipano com atrações nacionais e locais

0168 - Realizar o Arraiá do Povo, evento que acontece em junho na Orla de Atalaia

**Objetivo:** 0031. Dinamizar as expressões artísticas e culturais através do apoio à sua criação, produção e difusão, através da promoção e fomento às diversas áreas culturais em articulação com setores da economia e turismo.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Cultura

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Realizar, através de carta consulta do BNDES, uma intervenção nas cidades de Laranjeiras e São Cristóvão a fim de trabalhar o desenvolvimento da cultura nestes municípios por ano
- Realizar uma capacitação com grupos específicos de artistas, em diversas linguagens, nas áreas de incentivo à produção, qualificação de mercado e promoção da cultura por ano
- Promover uma Arena Multicultural em cada município do Verão Sergipe, contemplando, no mínimo 15 artistas/grupos sergipanos por ano
- Contemplar cinco projetos de R\$ 20 mil por ano (produção e filmagem do curta-metragem)
- Contemplar sete projetos circenses com prêmios de R\$ 10.000,00 por ano
- Contemplar sete projetos de dança com prêmios de R\$ 10.000,00 por ano
- Contemplar doze projetos de teatro com prêmios de R\$ 10.000,00 por ano
- Contemplar dez jovens escritores com publicação de obras literárias inéditas por ano
- Contemplar dez projetos de revitalização de grupos folclóricos com prêmios de R\$ 10 mil (a exemplo do prêmio Culturas Populares) por ano

#### **Territorialização da Meta:**

<b>Território</b>	<b>Meta total</b>
Grande Aracaju	• 03 Eventos Realizados

---

**Iniciativas:**

0169 - Promover capacitação, revitalização e preservação, incentivo à circulação e outras atividades culturais que estimulem a cultura em seus aspectos econômica nos municípios de Laranjeiras e São Cristóvão

0170 - Promover capacitação e promoção da cultura sergipana, contribuindo para o desenvolvimento do mercado cultural em Sergipe

0171 - Atuar dentro do Verão Sergipe que promove uma programação 100% sergipana com artistas contemplados via edital

0172 - Criação de edital para financiar produções de curtas-metragens sergipanos

0173 - Criação de edital para financiar projetos de catálogos para exposições de artes visuais

0174 - Criação de edital para financiar apresentações de espetáculos circenses em municípios do interior sergipano

0175 - Criação de edital para financiar apresentações de espetáculos de dança em municípios do interior sergipano

0176 - Criação de edital para financiar apresentações de espetáculos teatrais em municípios do interior de Sergipe

0177 - Revitalização de grupos folclóricos através do estímulo à circulação desses grupos pelo interior do Estado. A ação segue os moldes do projeto Culturas Popular

0178 - Criação de edital para financiar passagens aéreas e hospedagens para projetos de circulação fora do Estado de Sergipe

**Objetivo:** 0032. Modernizar e democratizar a gestão cultural de Sergipe, implantado um Sistema Estadual de cultura, promovendo a participação dos diversos segmentos culturais e reestruturação das unidades culturais e valorização dos servidores.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Cultura

---

---

**Metas 2012-2015:**

- Realizar a implantação de um Sistema Estadual de Museus e a institucionalização do Fórum de Museus
- Modernizar duas bibliotecas públicas, uma em Santo Amaro outra em Arauá
- Reformar o espaço cultural Gonzagão no conjunto Augusto Franco
- Realizar oito seminários com oficinas, sendo um em cada território sergipano, com a presença de representantes do Ministério da Cultura e secretarias municipais a fim de dar agilidade ao processo de implementação do Sistema Estadual de Cultura
- Reformar e modernizar o Centro de Criatividade
- Reformar e modernizar o Teatro Tobias Barreto
- Reformar e modernizar o Centro Cultural Lourival Batista

### Territorialização das Metas:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reformar e Modernizar 04 Unidades Culturais</li><li>• Modernizar 01 biblioteca pública</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Modernizar 01 biblioteca pública</li></ul>

---

### Iniciativas:

- 0179 - Implantação do sistema estadual de museus  
0180 - Modernizar o Teatro Atheneu com a aquisição de equipamento cênico  
0181 - Modernizar as bibliotecas públicas de Arauá e Santo Amaro através de emendas parlamentares  
0182 - Reformar o espaço Cultural Gonzagão  
0183 - Adquirir acervo para a biblioteca pública Epiphônio Dórea  
0184 - Realização de seminários territoriais para discutir a implementação do sistema Nacional de Cultura e sistemas estaduais e municipais  
0185 - Reformar e modernizar o mobiliário e equipamentos do Centro de Criatividade  
0186 - Reformar e modernizar o mobiliário e equipamentos do Teatro Tobias Barreto  
0187 - Reformar e modernizar o Centro Cultural Lourival Batista  
0188 - Aprovação de projetos de lei que regulamentam a legislação cultural do Estado de Sergipe e oferecem subsídios para o desenvolvimento da cultura sergipana

**Objetivo:** 0033. Preservar e promover o Palácio-Museu Olímpio Campos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Casa Civil

---

### Meta 2012-2015:

- Manter o Palácio Museu Olímpio Campos (PMOC) preservado e elevá-lo ao nível de excelência em museus.

---

### Iniciativas:

- 0189 - Promover para os colaboradores cursos em gestão de Qualidade Total, relação pessoal e técnicas práticas em conservação de acervos, objetivando criar uma harmonia de satisfação profissional  
0190 - Desenvolver um planejamento de atividades museológicas, com o objetivo de garantirmos programações constantes para o PMOC, tornando-o excelência em museus;  
0191 - Tornar o PMOC mais conhecido, proporcionando o aumento das visitações  
0192 - Criar reserva técnica do PMOC em área independente do Museu  
0193 - Desenvolver um trabalho social, proporcionando meios às comunidades dos bairros da periferia para que tenham oportunidade de conhecerem o Museu

**Objetivo:** 0034. Realizar ações no sentido de promover a conservação e divulgação do Patrimônio Cultural de Sergipe

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Casa Civil

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Alcançar 100% de tombamento dos bens materiais que apresentem valor cultural e realizar cadastro dos bens imateriais que representem valor para a sergipanidade
- 

**Iniciativas:**

---

0194 - Implantação do Instituto do Patrimônio Cultural de Sergipe

0195 - Realizar campanha permanente de conscientização sobre a importância da Chancela da Praça São Francisco, Patrimônio da Humanidade, em São Cristóvão

0196 - Realizar mapeamento, inventário e inspeções técnicas sobre os bens materiais e imateriais passíveis de receberem proteção especial, inclusive para fins de tombamento, tendo em vista a sua importância histórico-cultural para o Estado

0197 - Fiscalizar e acompanhar projetos e ações de restauração de bens tombados ou de interesse cultural

0198 - Difundir a história de Sergipe através de projetos e ações de educação patrimonial e identidade cultural, bem como de publicações de catálogos e outros documentos produzidos

0199 - Promover a revisão da legislação referente ao Patrimônio Cultural

**Objetivo:** 0035. Expandir a publicação de livros por meio da Editora Diário Oficial, valorizando os escritores sergipanos e possibilitando o acesso democrático da sociedade a obras literárias do nosso Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Governo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Publicação de 06 obras literárias por ano
- 

**Iniciativa:**

---

0200 - Ampliação da produção de obras literárias da Editora Diário Oficial

### **PROGRAMA: 0010 - Sergipe Mais Seguro**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Taxa Anual de Homicídios. <b>Fonte:</b> CEACrim/CIOSP	1/100.000 habitantes	2010	30,42
Taxa Anual de Roubos. <b>Fonte:</b> CEACrim/CIOSP	1/100.000 habitantes	2010	327,31
Taxa Anual de Furtos. <b>Fonte:</b> CEACrim/CIOSP	1/100.000 habitantes	2010	768,12
Mortes no trânsito em Sergipe. <b>Fonte:</b> SIM/SVS/MS (Mapa da Criminalidade)	1/100.000 habitantes	2008	23,8
Mortes no trânsito em Aracaju. <b>Fonte:</b> SIM/SVS/MS	1/100.000 habitantes	2008	42,3
Ocorrência de Fugas do Sistema Prisional Sergipano (SPS). <b>Fonte:</b> SAP/DESIPE	Unidade	2010	33
Índice de reincidência no SPS. <b>Fonte:</b> SAP/DESIPE	Percentual	2010	64
Ocorrência de agressões graves e mortes entre os internos do Sistema Prisional. <b>Fonte:</b> SAP/DESIPE	Unidade	2010	08
Percentual de atendimentos com resolução no PROCON. <b>Fonte:</b> PROCON/SE	Unidade	2010	70

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>50.328</b>	<b>183.244</b>
Despesas Correntes	11.357	41.351
Despesas de Capital	38.971	141.893
<b>Valores Globais</b>	<b>233.572</b>	

**Objetivo:** 0036. Integrar as Unidades Policiais e do Corpo de Bombeiros para o desenvolvimento de ações direcionadas a alvos específicos nos territórios de planejamento.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Efetuar doze Reuniões de Avaliação de Resultados pelo Gabinete de Gestão Integrada
- Efetuar vinte e quatro Reuniões de Monitoramento das Ações pelo Gabinete de Gestão Operacional
- Efetivar a compatibilização das áreas de atuação policial
- Realizar dez operações policiais integradas
- Criação e funcionamento do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania/NAPSEC
- Realizar concursos para preenchimentos das vagas em cada cargo

**Territorialização das Metas:**

Território	Meta Total
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do Gabinete de Integração do Sistema Estadual de Segurança Pública (Polícias Civil, Militar e Técnica-Científica) e do Corpo de Bombeiro Militar;</li> <li>• Implementação do Gabinete de Operacional do Sistema Estadual de Segurança Pública (Polícias Civil, Militar e Técnica-Científica) e do Corpo de Bombeiro Militar;</li> <li>• Criação do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania/NAPSEC.</li> </ul>

**Iniciativas:**

0201 - Implementação dos Gabinetes de Integração e Operação do Sistema Estadual de Segurança Pública (Polícias Civil, Militar e Técnica-Científica) e do Corpo de Bombeiro Militar para o Monitoramento e Avaliação de Ações de Prevenção e Repressão da Criminalidade

0202 - Viabilizar a compatibilização das áreas de atuação das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiro Militar

0203 - Realizar campanhas de conscientização contra os trotes

0204 - Integração das corregedorias e ouvidorias do Sistema Estadual de Segurança Pública (Polícias Civil, Militar e Técnica-Científica) e Corpo de Bombeiro Militar

0205 - Implantação do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania/NAPSEC (Observatório de Segurança)

0206 - Implantação do Escritório de Projetos

0207 - Realização de concursos públicos para os cargos de Agente Policial Civil, Peritos, Policiais Militares e Bombeiros Militares

0208 - Fomentar a implementação dos Gabinetes de Gestão Integrados Municipais

**Objetivo:** 0037. Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos servidores para viabilizar a execução da estratégia.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

**Metas 2012-2015:**

- Capacitação de oitocentos servidores nas competências estratégicas da área-fim
- Capacitação de vinte e cinco servidores da área-meio nas competências estratégicas
- Realizar uma reunião de acompanhamento de execução da estratégia por trimestre, com o Gabinete de Gestão Integrada, por ano
- Promover três campanhas de proteção à integridade física e mental dos operadores de segurança

- Viabilizar e projetar um Centro Integrado de Treinamento, Suprimento e Manutenção de Material Bélico
- Adquirir um helicóptero para o Grupamento Tático Aéreo (GTA)
- Adquirir quatro veículos Auto-Bomba

#### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entrega do Centro Integrado de Treinamento, Suprimento e Manutenção de Material Bélico;</li><li>• Aquisição do helicóptero para o GTA;</li><li>• Aquisição de 2 veículos Auto-bomba.</li></ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aquisição de 1 veículo Auto-bomba.</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aquisição de 1 veículo Auto-bomba.</li></ul>

---

#### Iniciativas:

0209 - Modernização das Práticas de Gestão e Aplicação de Novas Metodologias de Ação Operacional

0210 - Fortalecimento dos núcleos de apoio psicossocial, promovendo à proteção à integridade física e mental dos operadores de segurança (Projeto Qualidade de Vida)

0211 - Construção do Centro Integrado de Treinamento, Suprimento e Manutenção de Material Bélico

0212 - Capacitação dos Operadores de Segurança Alinhada ao Alcance das Metas Estabelecidas

0213 - Equipar os Operadores de Segurança com Ferramentas inerentes ao serviço policial para o Alcance da Excelência na Prestação de Serviços

0214 - Reaparelhamento do Grupamento Tático Aéreo (GTA)

0215 - Reaparelhamento das Polícias Civil e Militar, Perícias e Corpo de Bombeiros Militar

0216 - Premiação aos Operadores de Segurança Alinhada ao Alcance das Metas Estabelecidas

0217 - Interface Direta da Segurança Pública com o Sistema Judiciário (Inquérito virtual)

**Objetivo:** 0038. Aproximar a sociedade da Segurança Pública, propiciando melhor atendimento, confiança e bem estar social.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

---

#### Metas 2012-2015:

- Avaliar a atuação dos Conselhos Comunitários através de reuniões e deliberações sobre demandas de Segurança registradas em atas
- Criar uma Central de Mediação de Conflitos

- Adquirir seis bases móveis da Polícia Comunitária
- Implementar o Registro de Identificação Civil
- Entregar a nova sede do IML equipada
- Participar de duas ações conjuntas sociais
- Viabilizar e projetar três unidades policiais
- Viabilizar e projetar uma unidade do CBM

### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar a Central de Mediação de Conflitos</li> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> <li>• Entregar a nova sede do IML</li> <li>• Construir 1 unidade policial</li> <li>• Construir 1 unidade do CBM</li> </ul>
Agreste Central	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregar 1 base móvel da Polícia Comunitária</li> <li>• Construir 1 unidade policial</li> </ul>

---

### Iniciativas:

- 0218 - Implantação de Postos Comunitários de Segurança Itinerante
- 0219 - Implantação de uma Central de Mediação de conflitos (Projeto Mediar)
- 0220 - Implantação do Projeto de Registro de Identidade Civil (RIC)
- 0221 - Construção e aparelhamento da nova sede do Instituto Médico Legal (IML)
- 0222 - Promover ações de Segurança Pública em conjunto com ações sociais, promovidas por Órgãos/Entidades Governamentais e por Agências da Sociedade Civil (Projeto Agregar)
- 0223 - Fortalecimento dos Centros de Referência de Atendimentos aos grupos Vulneráveis (Projeto Acesso Igualitário aos Serviços de Segurança Pública)
- 0224 - Construção e recuperação de unidades policiais
- 0225 - Construção e recuperação de Unidades do Corpo de Bombeiros
- 0226 - Fomentar a criação e pleno funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança

**Objetivo:** 0039. Melhorar a efetividade da ação policial, especialmente em comunidades subjugadas pelos altos índices de homicídios.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

### **Metas 2012-2015:**

---

- Realizar vinte Blitzes Móveis em conjunto com as Diversas Operações Policiais
- Produzir duas campanhas de desarmamento
- Divulgar duas mil cartilhas de paz nas escolas
- Realizar 50 palestras de combate a criminalidade nas escolas
- Implantação de 9 divisões de DHPP em Sergipe

### **Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	• Entregar 1 Divisão do DHPP
Baixo São Francisco	• Entregar 1 Divisão do DHPP
Grande Aracaju	• Entregar 4 Divisão do DHPP
Agreste Central	• Entregar 1 Divisão do DHPP
Centro-Sul	• Entregar 1 Divisão do DHPP
Sul Sergipano	• Entregar 1 Divisão do DHPP

---

### **Iniciativas:**

0227 - Expansão de Divisões do Departamento de Homicídio e Proteção a Pessoa (DHPP) para o Interior

0228 - Intensificar os Trabalhos do "Programa: Cidadania e Paz nas Escolas", do "Projeto: Amiguinhos da PMSE", do "Projeto: Bombeiro Mirim" e do "Projeto Golfinho do CBMSE"

0229 - Expandir as operações conjuntas nos territórios de maior incidência de homicídios (Projeto Operação Homicídio)

0230 - Realização de Blitz Móveis em Conjunto com as Diversas Operações Policiais

0231 - Intensificação das Ações de Desarmamento

**Objetivo:** 0040. Integrar, estruturar e ampliar a rede de atendimentos, fiscalização e educação dos órgãos afins no socorro e planejamento das ações de trânsito.

**Órgãos Responsáveis:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

---

### **Metas 2012-2015:**

- Implementar o Projeto “Trânsito na Escola” em todas as escolas da rede pública estadual do ensino fundamental dos setenta e cinco municípios sergipanos
- Implantar em 100% os programas educativos elaborados e fornecidos anualmente pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)
- Realizar aproximadamente 7.900 campanhas educativas permanentes em todo o Estado

- Realizar aproximadamente 1.380 palestras em diversas instituições de ensino, em empresas, em eventos estaduais e municipais do Estado
- Reformular, por intermédio do DENATRAN, um sistema eficaz de estatística de acidentes de trânsito, com vítimas, fatais e não fatais, e sem vítimas
- Fiscalizar 80% da frota do Estado quanto às condições físicas e documentais do veículo em circulação, bem como a habilitação dos respectivos condutores e, quando for o caso, exigir os cursos especializados
- Capacitação de vinte e cinco agentes de trânsito e de saúde em simulação de catástrofes
- Adquirir cinco ambulâncias de pronto atendimento para o CBM

### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Agreste Sergipano	• Aquisição de 1 ambulância para o CBM
Baixo São Francisco	• Aquisição de 1 ambulância para o CBM
Grande Aracaju	• Aquisição de 2 ambulância para o CBM
Sul Sergipano	• Aquisição de 1 ambulância para o CBM

---

### Iniciativas:

- 0232 - Aumentar o número de ambulâncias com equipes médicas do SAMU e do Resgate do Corpo de Bombeiros
- 0233 - Equipar os agentes de trânsito com ferramentas para atuar na fiscalização
- 0234 - Manter uma ambulância compondo o trem de socorro
- 0235 - Manter ininterruptamente o funcionamento do serviço Atendimento Pré-hospitalar
- 0236 - Ampliar o socorro aéreo para conduzir a equipe médica ao local do acidente
- 0237 - Capacitar os agentes de trânsito e saúde em simulação de catástrofes
- 0238 - Criar protocolos de atendimento entre os órgãos de trânsito, Bombeiros e SAMU, via CIOSP
- 0239 - Promover campanhas educativas junto às escolas regulares de ensino e à comunidade organizada
- 0240 - Executar em parceria com os órgãos de trânsito municipais e estaduais bem como com a Secretaria de Estado da Educação os programas e projetos elaborados pelo DENATRAN
- 0241 - Fomentar a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar sobre segurança de trânsito, além de conteúdos curriculares relativos à educação para o trânsito na formação para o magistério e na capacitação de professores e multiplicadores
- 0242 - Promover a melhoria contínua do processo de formação para habilitação de condutores
- 0243 - Promover cursos especializados e campanhas educativas específicas de conscientização para condutores de motocicletas
- 0244 - Intensificar a difusão na mídia de campanhas educativas relacionadas à segurança no trânsito

0245 - Fomentar a coleta de dados sobre acidentes de trânsito, a fim de obter estatísticas próximas à realidade, objetivando o planejamento para a busca de soluções preventivas

0246 - Intensificar a fiscalização dos veículos, retirando da circulação aqueles que não estejam em condições de transitar com segurança

0047. Manter e intensificar a fiscalização de trânsito constante, enfatizando o transporte escolar, de carga, de emergência e o coletivo

0248 - Cumprir a legislação quanto à obrigatoriedade dos cursos especializados para habilitação de condutores de transporte coletivo de passageiros, transporte escolar e de emergência

0249 - Provocar a municipalização de trânsito e apoiar os municípios sergipanos a fim de criarem e operarem uma rede estrutural de trânsito de pedestres e ciclistas, desenvolvendo políticas e critérios para assegurar-lhes acessibilidade nas vias públicas

0250 - Estimular, em parceria com os municípios, o debate e a pesquisa sobre as políticas de desenvolvimento urbano, de transporte e de trânsito

0251 - Fomentar, em conjunto com o Departamento de Infraestrutura Rodoviária do Estado de Sergipe (DER/SE), um programa de segurança viária, visando melhorias das vias públicas e da sinalização de trânsito a fim de evitar acidentes

0252 - Promover junto à sociedade organizada movimentos em prol da segurança no trânsito

0253 - Implantação do Sistema de Biometria para o processo de habilitação de condutores

0254 - Produzir cartilhas de educação de trânsito voltadas para a rede de ensino destinada à educação de adultos, condutores ou não, trabalhadores, família e comunidades em geral, a fim de estimular a divulgação de boas práticas

0255 - Integrar, estruturar e ampliar a rede de atendimentos, fiscalização e educação dos órgãos afins no socorro e planejamento das ações de trânsito

**Objetivo:** 0041. Prestar assistência ao preso e egresso, dotar de maior segurança o sistema prisional do Estado, ressocializar o preso, humanizar os estabelecimentos prisionais (melhorias na infra-estrutura e capacitação dos servidores).

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

---

#### **Metas 2012-2015:**

---

- Construir 04 Cadeias Públicas Territoriais, sendo que cada abrigará cerca de 200 presos
- Construir 01 Penitenciária para Jovens e Adultos, para abrigar 456 presos
- Reformar e Ampliar em 09 vagas o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
- Reformar e Ampliar em 24 vagas o Presídio de Nossa Senhora da Glória
- Ampliar em 154 novas vagas o Presídio de Areia Branca, no Agreste Central Sergipano
- Reformar e Ampliar em 09 vagas o Presídio de Tobias Barreto, no Centro Sul Sergipano
- Construir a Cadeia Pública Territorial de Estância, para abrigar 196 presos
- Capacitar 400 Servidores da SEJUC (administrativo e operacional)

- Aquisição de Equipamentos de Segurança para as unidades prisionais: 06 carros tipo cela; 04 Circuitos Internos de TV, 20 detectores de metais portáteis e 06 detectores tipo Portal, 50 armas, 100 coletes e 60 rádios transmissores
- Profissionalizar 400 presos
- Profissionalizar 100 egressos
- Ressocializar 500 presos no Programa Pintando a Liberdade

### **Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma e Ampliação de uma Unidade Prisional</li> <li>• Construção de uma Cadeia Pública Territorial</li> </ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação de uma Unidade Prisional</li> <li>• Construção de uma Cadeia Pública Territorial</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de uma Cadeia Pública Territorial</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção uma Penitenciária para Jovens e Adultos</li> <li>• Reforma e Ampliação de uma Unidade Prisional</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma e Ampliação de uma Unidade Prisional</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de uma Cadeia Pública Territorial</li> </ul>

---

### **Iniciativas:**

- 0256 - Construção de Cadeia Pública Territorial  
 0257 - Construção da Penitenciária para Jovens e Adultos  
 0258 - Reforma e Ampliação do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico  
 0259 - Reforma e Ampliação do Presídio de Nossa Senhora da Glória  
 0260 - Ampliação do Presídio de Areia Branca  
 0261 - Reforma e Ampliação do Presídio de Tobias Barreto  
 0262 - Construção da Cadeia Pública Territorial de Estância  
 0263 - Capacitação de Servidores da SEJUC (administrativo e operacional)  
 0264 - Aquisição de Equipamentos de Segurança para as unidades prisionais  
 0265 - Profissionalização de presos  
 0266 - Profissionalização de egressos  
 0267 - Programa Pintando a Liberdade  
 0268 - Manutenção das Unidades Prisionais

**Objetivo:** 0042. Estimular ações voltadas à orientação e a defesa do consumidor.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

---

**Meta 2012-2015:**

- Aumentar o percentual de atendimentos com resolução de 70% a 85% dos consumidores, por meio do PROCON/SE
- 

**Iniciativas:**

0269 - Realização de Campanhas de conscientização e esclarecimentos dos direitos do consumidor (PROCON)

0270 - Implementação do Canal Comunidade, relacionada à defesa do consumidor, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)

0271 - Educar criticamente e conscientizar o consumidor desde a sua fase de criança até a sua adolescência, a fim de que haja mudança de comportamento com relação às escolhas e aquisições dos produtos comercializados

**PROGRAMA: 0011 - Direitos Humanos e Igualdade**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Denúncias por violência contra pessoas pertencentes a grupos vulneráveis. <b>Fonte:</b> SSP/SE	Unidade	2011	2.917
Registro de Ocorrências contra Mulheres. <b>Fonte:</b> DAGV/SSP	Unidade	1º Sem/2011	1.343

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>16.613</b>	<b>60.488</b>
Despesas Correntes	6.535	23.794
Despesas de Capital	10.078	36.694
<b>Valores Globais</b>	<b>77.101</b>	

**Objetivo:** 0043. Reordenar a estrutura organizacional e de gestão do órgão estadual de Direitos Humanos e da Cidadania, em consonância com as diretrizes da PNDH-3 (2009) e com as melhores práticas de administração pública.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Meta 2012-2015:**

- Aprovar lei de estruturação da Sedhuc, em acordo com as diretrizes e princípios do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH)
  - Elaborar Manual de processos da Secretaria
  - Realizar de Prêmio de boas práticas de políticas de direitos humanos
- 

**Iniciativas:**

0272 - Adequar a estrutura organizacional da Secretaria, por meio da regulamentação da Lei

- 0273 - Implantar toda estrutura física e humana de trabalho
- 0274 - Levantamento das necessidades de recursos humanos da Secretaria, com ênfase nos eixos temáticos do PNDH-3
- 0275 - Padronizar e desburocratizar os serviços internos
- 0276 - Elaborar Manual de processos da Secretaria
- 0277 - Realizar de Prêmio de boas práticas de políticas de direitos humanos
- 0278 - Monitorar e avaliar programas e projetos da Secretaria
- 0279 - Elaborar regimento interno e proposta de regulamento
- 0280 - Implementar programa de incentivo a boas práticas de gestão
- 0281 - Fortalecer a elaboração de projetos e a captação de recursos
- 0282 - Incentivar os mecanismos de transparência e de acesso à informação
- 0283 - Acompanhar a implementação do Plano Estratégico
- 0284 - Fortalecer a gestão das organizações da sociedade civil e consolidar a rede de Política de Direitos Humanos de Sergipe

**Objetivo:** 0044. Atuar na construção de mecanismos institucionais com vistas a garantir os direitos de cidadania.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Implantar 4 centros integrados de cidadania (Balcões de Cidadania) próximos às comunidades carentes e periferias para atendimento ao cidadão
- Implantar programa de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas (PROVITA-SE)
- Elaborar Manual de Cidadania da Secretaria
- Realizar Prêmio de Boas Práticas de Cidadania

---

**Iniciativas:**

---

- 0285 - Articular a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH)
- 0286 - Implantar centros integrados de cidadania
- 0287 - Apoiar grupos vulneráveis
- 0288 - Elaborar Manual de Cidadania da Secretaria
- 0289 - Realizar Prêmio de Boas Práticas de Cidadania
- 0290 - Apoiar projetos para implantação e manutenção de Balcões de Direitos
- 0291 - Promover ações de universalização do acesso ao Registro Civil de Nascimento
- 0292 - Articular ações para ampliar o acesso à documentação civil básica
- 0293 - Realizar campanhas de conscientização pública, buscando promover o respeito pela garantia dos Direitos Humanos

0294 - Contribuir para erradicação do trabalho escravo, articulando iniciativas com outras políticas sociais

0295 - Proteger testemunhas e defensores de Direitos Humanos ameaçados

**Objetivo:** 0045. Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica e política para a promoção dos direitos da criança e adolescente.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Elaborar Plano Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- Implantar 4 Unidades de Atendimento e Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes
- Implantar Sistema de monitoramento para política estadual de atenção a criança e o adolescente em situação de risco implantado
- Diagnóstico de sobre a situação do trabalho infantil no Estado de Sergipe realizado e publicado

---

**Iniciativas:**

---

0296 - Elaborar Plano Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e de Adolescentes

0297 - Implantar Unidades de Atendimento a crianças e a adolescentes

0298 - Implantar sistema de monitoramento da política para a criança e o adolescente em situação de risco

0299 - Realizar diagnóstico de sobre a situação do trabalho infantil no Estado

0300 - Promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente

0301 - Combater todas as formas de violência, especialmente a violência sexual, contra crianças e adolescentes

0302 - Combater o trabalho infantil

0303 - Organizar e coordenar o sistema de registro e tratamento de informações sobre a promoção e defesa dos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente

**Objetivo:** 0046. Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para a sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Elaborar Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Deficientes

- Implantar 4 Unidades de Atendimento e Enfrentamento à Discriminação aos Deficientes
- Implantar Sistema de monitoramento para política estadual de atenção ao deficiente
- Realizar diagnóstico sobre a situação do deficiente no Estado
- Implantar Programa de acessibilidade às pessoas com deficiências

---

**Iniciativas:**

- 0304 - Elaborar Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Deficientes
- 0305 - Implantar Unidades de Atendimento e Enfrentamento à Discriminação aos Deficientes
- 0306 - Implantar Sistema de monitoramento para política estadual de atenção ao deficiente
- 0307 - Realizar diagnóstico de sobre a situação do deficiente no Estado de Sergipe realizado e publicado
- 0308 - Articular e coordenar a promoção, defesa e garantia das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência
- 0309 - Promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
- 0310 - Coordenar a implantação do Programa Nacional de Acessibilidade em Sergipe
- 0311 - Coordenar as ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência
- 0312 - Promover ações de inserção no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência
- 0313 - Coordenar a produção e difusão das informações relativas à pessoa com deficiência

**Objetivo:** 0047. Assegurar os direitos da pessoa idosa

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Meta 2012-2015:**

- Implantar 4 Centros de Atendimento a Idosos
- Implantar o serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-idoso)
- Elaborar a Cartilha do Idoso
- Realizar o Prêmio de Boas Práticas ao Idoso

---

**Iniciativas:**

- 0314 - Implantar Centros de Atendimento a Idosos
- 0315 - Implantar o serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-idoso)
- 0316 - Elaborar a Cartilha do Idoso
- 0317 - Realizar o Prêmio de Boas Práticas ao Idoso

0318 - Articular e coordenar a promoção, defesa e garantia das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas

0319 - Promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento do Estatuto do idoso

0320 - Coordenar Plano para o enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa

0321 - Coordenar a produção e difusão das informações relativas à pessoa idosa

0322 - Articular a defesa e a garantia das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas

**Objetivo:** 0048. Promoção dos direitos à igualdade racial

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Implantar 4 Centros de Atendimento a Afrodescendentes

- Implantar serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-discriminação)

- Elaborar Cartilha do Afrodescendente

---

**Iniciativas:**

0323 - Implantar Centros de Atendimento a Afrodescendentes

0324 - Implantar serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-discriminação)

0325 - Elaborar Cartilha do Afrodescendente

0326 - Promover, estimular e zelar pelo cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial

0327 - Apoiar medidas destinadas à remoção de grileiros e intrusos das terras já tituladas das comunidades de quilombos

0328 - Expandir o atendimento do programa Brasil Quilombola em Sergipe

0329 - Promover a redução das desigualdades raciais em Sergipe

0330 - Planejar e coordenar a execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas em Sergipe

0331 - Coordenar a produção, sistematização e difusão das informações relativas à população negra de Sergipe

**Objetivo:** 0049. Promover políticas voltadas para a diversidade sexual e gênero.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Implantar 4 Centros de Atendimento voltados para diversidade sexual e gênero

- Implantar serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-denúncia)

- Elaborar Cartilha da Diversidade Sexual e Gênero

---

**Iniciativas:**

---

- 0332 - Implantar Centros de Atendimento voltados para diversidade sexual e gênero
- 0333 - Implantar serviço telefônico de informação, orientação e de denúncias (disque-denúncia)
- 0334 - Elaborar Cartilha da Diversidade Sexual e Gênero
- 0335 - Planejar e coordenar a execução e avaliação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- 0336 - Fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia
- 0337 - Promover ações de inserção no mercado de trabalho de pessoas LGBT
- 0338 - Coordenar a produção e difusão de informações relativas à comunidade LGBT de Sergipe
- 0339 - Promover campanha junto aos profissionais da saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados à comunidade GLBT
- 0340 - Apoiar programas voltados para a defesa dos direitos de profissionais do sexo
- 0341 - Estimular a articulação entre os diferentes serviços de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no âmbito estadual e municipal, enfatizando a ampliação de atendimento à mulher vitimizada pela violência
- 0342 - Apoiar as políticas estaduais e municipais para a prevenção da violência doméstica e sexual contra as mulheres e pessoas LGBT

**Objetivo:** 0050. Articular e mobilizar órgãos governamentais, organizações sociais, setor privado e sociedade geral, na promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Realizar 1 programa de rádio e de TV
- Realizar 1 campanha/ano e debates na mídia voltados à disseminação dos direitos humanos
- Capacitar 90% dos agentes públicos em direitos humanos
- Implantar 6 núcleos de Direitos Humanos
- Integrar 100% das entidades de Direitos Humanos
- Realizar 5 cinco conferências estaduais
- Realizar 4 seminários estaduais
- Realizar Prêmio Estadual dos Direitos Humanos
- Elaborar do Manual de Direitos Humanos

---

**Iniciativas:**

- 0343 - Realizar programa de rádio e de TV
- 0344 - Realizar campanhas e debates na mídia voltados à disseminação dos direitos humanos
- 0345 - Capacitar 90% dos agentes públicos em direitos humanos
- 0346 - Implantar 6 núcleos de Direitos Humanos
- 0347 - Articular a implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Estado
- 0348 - Fomentar a produção de publicações sobre Educação em Direitos Humanos
- 0349 - Inserir o tema dos Direitos Humanos como conteúdo curricular na formação de agentes sociais públicos e privados
- 0350 - Realizar conferências, seminários, estudos e pesquisas que ajudem na promoção da temática dos Direitos Humanos
- 0351 - Organizar a entrega do prêmio Estadual dos Direitos Humanos
- 0352 - Promover a inserção da temática dos Direitos Humanos, de forma transversal, nas políticas públicas do Estado de Sergipe
- 0353 - Desenvolver articulações com instituições governamentais, não-governamentais e com associações representativas de grupos vulneráveis, visando à implementação da política de promoção e defesa dos Direitos Humanos

**Objetivo:** 0051. Efetivar as políticas para a implementação e o monitoramento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Casa Civil

---

**Meta 2012-2015:**

- Implementar 8 Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência nas cidades pólos dos territórios sergipanos.
- Implementar Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres em pelo menos 70% dos municípios (51)
- Criar 1 Observatório da Lei Maria da Penha

**Territorialização da Meta:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li></ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li></ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li><li>• Criar 1 Observatório da Lei Maria da Penha</li></ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1 Centro de Referência da Mulher</li></ul>

**Iniciativas:**

- 0354 - Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social  
 0355 - Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres  
 0356 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

**Objetivo:** 0052. Ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer

**Meta 2012-2015:**

- Construir oito novos espaços esportivos, sendo um em cada território sergipano

**Iniciativas:**

- 0357 - Construção de espaços esportivos e de lazer  
 0358 - Realização de eventos esportivos  
 0359 - Realização do Programa Segundo Tempo e do Projeto Navegar  
 0360 - Formação de atletas em modalidades olímpicas (Projeto Vida Alegre)  
 0361 - Fortalecimento de instituição que trabalham com esporte em comunidades carentes (Projeto Buscando o Sonho)  
 0362 - Incentivo ao esporte para pessoas com deficiência (Projeto Sou Eficiente)  
 0363 - Apoio a instituições ligadas ao esporte

**PROGRAMA: 0012 - Enfrentamento ao Crack e a Outras Drogas**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de pessoas presas por tráfico. <b>Fonte:</b> DENARC/SSP	Unidade	2010	505
Número de Apreensões de Drogas. <b>Fonte:</b> DENARC/SSP	Grama	2010	582.856

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>120.071</b>	<b>437.179</b>
Despesas Correntes	119.540	435.246
Despesas de Capital	531	1.933
<b>Valores Globais</b>	<b>557.250</b>	

**Objetivo:** 0053. Intensificar o trabalho de combate ao tráfico e prevenção ao consumo de substâncias entorpecentes no Estado de Sergipe.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Segurança Pública

### **Metas 2012-2015:**

- Entregar 1 Laboratório Integrado de Investigação, Toxicologia e Perícia Forense Computacional
- Reaparelhar o DENARC e as nove divisões de combate a drogas do interior do Estado
- Realizar 15 Campanhas sobre Drogas

### **Territorialização das Metas:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	• Reaparelhar 1 Divisão do DENARC
Agreste Sergipano	• Reaparelhar 1 Divisão do DENARC
Baixo São Francisco	• Reaparelhar 1 Divisão do DENARC
Grande Aracaju	• Reaparelhar DENARC e suas 4 Divisões • Entregar 1 Laboratório Integrado de Investigação e Perícia
Centro-Sul Sergipano	• Reaparelhar 1 Divisão do DENARC
Sul Sergipano	• Reaparelhar 1 Divisão do DENARC

---

### **Iniciativas:**

0364 - Ampliar operações especiais voltadas à descontinuação da rede de narcotráfico, com ênfase nos territórios mais vulneráveis

0365 - Divulgar e fortalecer uma central de atendimento telefônico para denúncias anônimas de pontos de vendas e tráfico de drogas

0366 - Bloquear a dinâmica de recrutamento pelo tráfico de crianças, adolescentes e jovens (Projeto Atenção aos Jovens)

0367 - Implantação de Laboratório Integrado de Investigação, toxicologia e Perícia Forense Computacional

0368 - Reaparelhamento do Departamento de Combate ao Narcotráfico (DENARC) e das Divisões de Combate as Drogas do interior do Estado

0369 - Ampliação das instalações e do plantel de cães do BPCHOQUE com efetivação do quadro de trabalho integrado do DENARC/BPCHOQUE/CANIL

0370 - Fomentar junto aos municípios, investimentos na criação de espaços públicos atrativos

0371 - Realizar campanhas educativas sobre drogadização

0372 - Intensificar os trabalhos do Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência (PROERD)

0373 - Combater e controlar organizações criminosas

**Objetivo:** 0054. ampliar o acesso à prevenção e à reabilitação aos usuários de Crack e Outras Drogas

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Saúde

**Meta 2012-2015:**

- Articular ações intersetoriais e ampliar o acesso à prevenção e reabilitação psicossocial para 100% dos municípios

**Iniciativas:**

- 0374 - Ampliação de acesso do usuário crack, álcool e outras drogas aos cuidados de saúde  
 0375 - Implantação do Programa de Redução de Danos  
 0376 - Promoção da Educação Permanente  
 0377 - Fortalecimento do Apoio Institucional  
 0378 - Implantação de CAPS ad III  
 0379 - Implantação de Casas de Acolhimento Transitório (CAT)  
 0380 - Implantação de leitos de psiquiatria em hospitais gerais regionais  
 0381 - Formação de redutores de danos através da Escola de Redução de Danos  
 0382 - Formação de supervisores de rede psicossocial através da Escola de Supervisores Clínico Institucionais  
 0383 - Oferta de educação permanente para profissionais de saúde (CAPS, Programa saúde da família, SAMU, hospitalais gerais, etc)  
 0384 - Realização de campanhas de rua para prevenção e orientação sobre redução de danos do abuso de drogas  
 0385 - Ampliação da oferta de vagas de proteção social em comunidades terapêuticas  
 0386 - Qualificação da assistência em CAPS através do apoio institucional  
 0387 - Garantia de uma política de co-financiamento estadual

**PROGRAMA: 0013 - Segurança Alimentar e Nutricional**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Índice de Domicílios com algum tipo de Insegurança Alimentar e Nutricional. <b>Fonte:</b> IBGE	Percentual	2009	40,3

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>15.850</b>	<b>57.710</b>
Despesas Correntes	15.850	57.710
Despesas de Capital	0	0
<b>Valores Globais</b>	<b>75.560</b>	

**Objetivo:** 0055. Implementar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) do Estado de Sergipe

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Regulamentação da Lei nº 6.524 de 05 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe)
  - Aprovação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
  - Incentivar a criação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) Municipal nos 08 Territórios de Sergipanos
- 

**Iniciativas:**

---

0388 - Incentivar a criação de SISAN Municipais

0389 - Apoio a estruturação e manutenção dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Estadual e Municipais)

0390 - Criar a Câmara Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/SE)

0391 - Elaborar o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

0392 - Formular o Sistema de Monitoramento e Avaliação do SISAN

**Objetivo:** 0056. Implementar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Capacitação de 1.500 Gestores, Técnicos, conselheiros, operadores da rede de SAN e beneficiários dos programas
- Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (compra direta, com doação simultânea), funcionando em 40 municípios
- Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos – Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (PAA-Leite), funcionando em 62 Municípios
- Implantação de 16 Unidades de Produção (Agricultura Urbana e Periurbana), nos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão
- Implantação de 78 hortas comunitárias nos 08 Territórios de Sergipe
- Implantação de duas cozinhas comunitárias

**Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• 7 municípios atendidos com o PAA – Leite e com o PAA – Compra direta com doação</li><li>• Implantação de 7 hortas comunitárias</li></ul>

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 municípios atendidos com o PAA – Leite e com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 6 hortas comunitárias</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 municípios atendidos no PAA – Leite e 5 com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 14 hortas comunitárias</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 municípios atendidos com o PAA – Leite e 3 com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 9 hortas comunitárias</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 municípios atendidos com o PAA – Leite e 3 com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 9 hortas comunitárias</li> <li>• Implantação de 2 cozinhas comunitárias</li> <li>• Implantação de 16 unidades de produção</li> </ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 municípios atendidos com o PAA – Leite e com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 14 hortas comunitárias</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 municípios atendidos com o PAA – Leite e 3 com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 5 hortas comunitárias</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11 municípios atendidos com o PAA – Leite e 5 com o PAA – Compra direta com doação</li> <li>• Implantação de 14 hortas comunitárias</li> </ul>

**Iniciativas:**

0393 - Implementar processos continuados de capacitação e formação no âmbito da segurança alimentar e nutricional

0394 - Implantação e manutenção de Hortas comunitárias

0395 - Implantação e manutenção de Cozinhas Comunitárias

0396 - Ampliação e manutenção de Restaurantes Populares

0397 - Implantação e manutenção de Hortas Comunitárias nos Municípios

0398 - Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos, nas modalidades Leite e Compra Direta com Doação Simultânea, através da inclusão de novos municípios

0399 - Implantação de Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com a Inclusão Produtiva, em comunidades identificadas com maiores índices de Insegurança Alimentar e Nutricional

## PROGRAMA: 0014. Assistência Social e Inclusão Produtiva

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Desenvolvimento Humano. <b>Fonte:</b> PNUD	0-1	2000	0,68
Índice de Desenvolvimento Familiar. <b>Fonte:</b> MDS/SENARC	0-1	2010	0,56
Índice de Gestão Descentralizada Estadual. <b>Fonte:</b> SENARC/MDS	0-1	2010	0,80
Famílias em Situação de Extrema Pobreza. <b>Fonte:</b> IBGE	Percentual	2010	15,7
Domicílios particulares permanentes com rendimento mensal de até ¼ do salário mínimo. <b>Fonte:</b> IBGE/CENSO 2010	Percentual	2010	18,6
Número de Famílias no Bolsa família. <b>Fonte:</b> (CadÚnico)	Percentual	2010	65,5

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	<b>42.833</b>	<b>155.955</b>
Despesas Correntes	33.753	122.895
Despesas de Capital	9.080	33.060
<b>Valores Globais</b>		<b>198.788</b>

**Objetivo:** 0057. Reordenar a estrutura organizacional e de gestão do órgão estadual da Assistência Social (SEIDES) em consonância com as diretrizes da PNAS (2004) e com as melhores práticas de administração pública.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

### **Metas 2012-2015:**

- Aprovação de lei de reestruturação da Seides para atender as diretrizes e princípios do SUAS
- Realização de Concurso Público, em conformidade com a NOB
- Elaboração do Manual de processos da Secretaria
- Realização do Prêmio de boas práticas de políticas sociais

### **Iniciativas:**

- 0400 - Adequar a estrutura organizacional da Secretaria através da regulamentação da Lei  
 0401 - Levantar as necessidades de recursos humanos da Seides, com ênfase nas carreiras dos trabalhadores do SUAS e preparação de concurso público  
 0402 - Padronizar e desburocratizar os serviços internos  
 0403 - Monitorar e avaliar os programas e projetos da Secretaria  
 0404 - Implementar programa de incentivo a boas práticas de gestão  
 0405 - Fortalecer a elaboração de projetos e a captação de recursos  
 0406 - Melhorar estrutura física de trabalho

0407 - Incentivar os mecanismos de transparência e de acesso à informação

0408 - Acompanhar a implementação do Plano Estratégico

0409 - Fortalecer a gestão das organizações da sociedade civil e consolidar a rede de assistência e políticas sociais de Sergipe

**Objetivo:** 0058. Consolidar a Política e a Gestão do Sistema Único de Assistência Social no Estado de Sergipe

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

### **Metas 2012-2015:**

- Efetivar o cofinanciamento para os 75 municípios que executam os serviços da Proteção Social Básica (PSB)
- Efetivar o cofinanciamento para os 75 municípios que executam os serviços da Proteção Social Básica Especial (PSE)
- Implantar 09 Casas-Lares, sendo 05 municipais e 04 territoriais para crianças e adolescentes
- Ampliar a cobertura dos serviços por meio da construção de 40 CRAS e 20 CREAS
- Capacitar 100% dos Gestores, Trabalhadores do SUAS, do Programa Bolsa Família e CadÚnico e Conselheiros da Assistência Social e outros operadores da rede socioassistencial

### **Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 7 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivados</li> <li>• 1 casa lar regional</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivados</li> <li>• 1 casa lar regional</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivados</li> <li>• 2 casa lar implantada, sendo uma regional</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 9 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivado</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 9 municípios com cofinanciamento de PSB efetivado</li> <li>• 7 municípios com cofinanciamento de PSE efetivado</li> <li>• 2 casas lares implantadas</li> </ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 14 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivado</li> <li>• 1 casa lar regional</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivado</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11 municípios com cofinanciamento de PSB e PSE efetivado</li> <li>• 2 casas lares implantadas</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

0410 - Repasse de recursos estaduais de forma regular e automática para os Fundos Municipais da Assistência Social para Proteção Social Básica (PSB)

0411 - Repasse de recursos estaduais de forma regular e automática para os Fundos Municipais da Assistência Social para Proteção Social Especial (PSE)

0412 - Implantar serviços de 09 Casas-Lares, sendo 05 municipais e 4 territoriais de forma regular e automática para os Fundos Municipais da Assistência Social

0413 - Formalizar convênios para repasse de recursos com o objetivo de construir os equipamentos (CRAS e CREAS)

0414 - Elaborar instrumentos de planejamento norteadores da política de assistência social

0415 - Implantar o Sistema de Monitoramento e Avaliação do SUAS em Sergipe

0416 - Implantar o Plano Estadual de Formação/Capacitação Continuada dos Gestores, Trabalhadores do SUAS, do Programa Bolsa Família e CadÚnico e Conselheiros da Assistência Social e outros operadores da rede socioassistencial

0417 - Apoio à execução de serviços de Proteção Social Especial (PSE)

0418 - Apoio à Gestão do SUAS

**Objetivo:** 0059. Fortalecimento das instâncias de Controle Social do SUAS em nível estadual e municipal.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Meta 2012-2015:**

- 100% dos Conselhos de Assistência Social equipados

---

**Iniciativas:**

0419 - Garantir a estruturação e manutenção dos Conselhos de Assistência Social (Estadual e Municipais)

0420 - Inclusão dos Conselhos no Plano Estadual de Capacitação do SUAS

**Objetivo:** 0060. Criar oportunidade de geração de renda para população em situação de vulnerabilidade e risco social

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

- Implantar 15 centros de serviços

- Qualificar 12.000 pessoas em vulnerabilidade e risco social (3.000 pessoas/ano em média)
- Apoiar 100 projetos de arranjos produtivos locais
- Implantar Feiras da Agricultura Familiar em 13 municípios
- Implantação de uma padaria escola e uma cozinha escola

### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 2 Feiras da Agricultura Familiar implantadas
Agreste Sergipano	• 1 Feira da Agricultura Familiar implantadas
Baixo São Francisco	• 3 Feiras da Agricultura Familiar implantadas
Grande Aracaju	• 2 Feiras da Agricultura Familiar implantadas • 1 padaria escola e 1 cozinha escola implantadas
Centro-Sul Sergipano	• 2 Feiras da Agricultura Familiar implantadas
Sul Sergipano	• 3 Feiras da Agricultura Familiar implantadas

---

#### Iniciativas:

- 0421 - Implantar centros de serviços
- 0422 - Promover cursos de qualificação profissional
- 0423 - Apoiar arranjos produtivos de baixa renda
- 0424 - Apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar
- 0425 - Implantação de Unidades Produtivas
- 0426 - Apoio a Grupos Produtivos de Famílias em Situação de Vulnerabilidade

**Objetivo:** 0061. Programa estadual de complementação de renda para famílias que sofrem dos efeitos da interrupção de renda ocasionados por culturas e atividades sazonais, bem como famílias que ajudam a preservar áreas de preservação ambiental

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

#### Meta 2012-2015:

- Atender anualmente 10 mil trabalhadores

---

#### Iniciativa:

- 0427 - Operacionalizar o Programa Estadual de Complementação de Renda (Mão Amiga)

**Objetivo:** 0062. Implementar a Política Estadual de Defesa Civil

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

### **Metas 2012-2015:**

- Mapeamento das áreas com riscos de desastres em Sergipe realizado
- Planos de Contingências para áreas com os riscos mais elevados elaborados
- 100% dos municípios com Coordenadorias de Defesa Civil implantadas

### **Iniciativas:**

- 0428 - Implantar o Sistema Estadual de defesa civil  
 0429 - Regulamentar a estrutura organizacional do órgão estadual de defesa civil  
 0430 - Implantar ações de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres (SPPED)  
 0431 - Implantar ações de Resposta e Reconstrução em Desastres (SRRD)  
 0432 - Instituir Fundo Estadual para calamidades  
 0433 - Apoio à implantação das Coordenadorias e Fundos de Defesa Civil em nível municipal  
 0434 - Implantar Projeto de Avaliação e Mapeamento de Áreas Riscos de Desastres  
 0435 - Colaborar com projetos de redução das vulnerabilidades às secas e às estiagens  
 0436 - Implantar Projetos de Redução das Vulnerabilidades às Inundações e aos Escorregamentos em Áreas Urbanas

### **PROGRAMA: 0015 - Promoção dos Direitos das Crianças e do Adolescente**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Atendimento em Medidas Protetivas. <b>Fonte:</b> Renascer	Unidade	2010	365
Taxa de Reincidentes em Medidas Protetivas. <b>Fonte:</b> Renascer	Percentual	2010	7
Taxa Re inseridos ao Convívio Social em Medidas Protetivas. <b>Fonte:</b> Renascer	Percentual	2010	48
Atendimento em Medidas Socioeducativas. <b>Fonte:</b> Renascer	Unidade	2010	851
Taxa de Reincidentes em Medidas Protetivas. <b>Fonte:</b> Renascer	Percentual	2010	11
Taxa de Re inseridos ao Convívio Social em Medidas Protetivas. <b>Fonte:</b> Renascer	Percentual	2010	57

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>4.814</b>	<b>17.528</b>
Despesas Correntes	3.414	12.430
Despesas de Capital	1.400	5.098
<b>Valores Globais</b>		<b>22.342</b>

**Objetivo:** 0063. Coordenar a Política Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Elaboração do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
  - Ampliação e reforma de quatro Unidades de atendimento as medidas protetivas
  - Implantação do Sistema de monitoramento de medidas protetivas
- 

**Iniciativas:**

---

0437 - Elaborar e implementar o Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

0438 - Apoio técnico e financeiro aos municípios para fortalecimento da política estadual de convivência familiar e comunitária

0439 - Acolher provisoriamente a criança e o adolescente nas unidades estaduais vinculadas à Fundação Renascer

0440 - Reformar e ampliar as unidades de atendimento às medidas protetivas da Renascer

0441 - Monitorar e avaliar Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

0442 - Monitorar e avaliar a políticas de medidas protetivas da Fundação Renascer

0443 - Prestar assistência as famílias das crianças e adolescente atendidos pela Fundação Renascer

0444 - Capacitar todos os adolescentes atendidos pela Fundação Renascer

0445 - Encaminhar todos os adolescentes habilitados para estágio

**Objetivo:** 0064. Coordenar e implementar o Sistema Socioeducativo do Estado de Sergipe.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Ampliação e reforma de cinco unidades de atendimento às medidas socioeducativas
  - Construção de duas unidades de atendimento às medidas socioeducativas
  - Implantação de sistema de monitoramento para a política estadual de atenção à criança e o adolescente em situação de risco
- 

**Iniciativas:**

---

0446 - Reformar e ampliar as unidades do sistema de atendimento socioeducativo

0447 - Construir unidades socioeducativas de atendimento no interior do Estado

0448 - Criar o Sistema de Monitorar a Política Estadual de atenção à criança e o adolescente em situação de risco

0449 - Implementar cursos profissionalizante e programas de estágios para adolescente

0450 - Prestar assistência as famílias e adolescente egresso

0451 - Fomentar as medidas socioeducativas de meio aberto em todos os municípios

0452 - Prestar assistência às famílias e adolescentes egressos

**Territorialização da Meta:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	• Construir 1 unidade de atendimento às medidas socioeducativas
Centro-Sul Sergipano	• Construir 1 unidade de atendimento às medidas socioeducativas

**Objetivo:** 0065. Fortalecer a rede estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Implementação de um Plano de Capacitação Continuada
- Implantação do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (SIPIA)

---

**Iniciativas:**

---

0453 - Implantar um Plano de Capacitação Continuada para sensibilizar e capacitar gestores, técnicos e conselheiros tutelares e de direitos, da rede estadual de proteção à infância e a adolescência

0454 - Promover capacitação e assessoramento para implantação e funcionamento do SIPIA em todos os municípios Sergipanos, para o efetivo registro dos casos de violência sexual

0455 - Fortalecer o Colegiado Gestor responsável pela coordenação da rede estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

0456 - Monitorar a implementação do Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração contra Crianças e Adolescentes (SALVE) nos equipamentos de assistência social

0457 - Realizar avaliação continuada do fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

0458 - Realizar campanhas preventivas com foco no abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, divulgação do disque denúncia

0459 - Realizar estudos das causas/fatores de vulnerabilidade e modalidade de violência sexual contra crianças e adolescentes

0460 - Atendimento no serviço de referência de violência sexual da saúde (Maternidade Nossa Senhora de Lourdes)

0461 - Elaborar lei para regulamentar o serviço pericial às vítimas de exploração sexual

**Objetivo:** 0066. Fomentar a erradicação do trabalho infantil

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

**Metas 2012-2015:**

- Realização de diagnóstico sobre a situação do Trabalho Infantil no Estado
- Realização de quatro encontros culturais e artísticos das crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal

**Iniciativas:**

0462 - Coordenar PETI no âmbito estadual, prestar assessoria aos municípios e realizar capacitações para os técnicos da área

0463 - Apoiar e participar do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil

0464 - Realizar anualmente encontro cultural e artístico das crianças atendidas pelo PETI

0465 - Realizar pesquisa e diagnóstico sobre a situação do Trabalho Infantil em Sergipe

**PROGRAMA: 0016 - Oferta de Água e Saneamento Básico**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Índice de Atendimento de Água (total). <b>Fonte:</b> DESO	Percentual	2010	78,00
Índice de Atendimento de Esgoto (urbano). <b>Fonte:</b> DESO	Percentual	2010	17,07
Índice de Perdas Físicas de Água. <b>Fonte:</b> DESO	Percentual	2010	57,00

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>456.732</b>	<b>1.662.962</b>
Despesas Correntes	10.000	36.410
Despesas de Capital	446.732	1.626.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	<b>23.641</b>	<b>86.076</b>
<b>Valores Globais</b>	<b>480.373</b>	<b>1.749.038</b>
		<b>2.229.411</b>

**Objetivo:** 0067. Melhorar e Ampliar os Sistemas de Abastecimento de Água no Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

**Metas 2012-2015:**

- Ampliar em 200 localidades, principalmente na área rural, o atendimento do abastecimento de água
- Fortalecer os Sistemas Integrados de abastecimento de água de Itabaianinha e da adutora do Alto Sertão

- Ampliar o número de domicílios particulares permanentes com serviço de rede geral de abastecimento de água
- Melhorar os Sistemas de abastecimento de Água existentes nos 71 Municípios Operados pela DESO

### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de abastecimento de água em 45 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 7 municípios</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 30 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 7 municípios</li> </ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 30 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 14 municípios</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 10 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 14 municípios</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 15 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 7 municípios</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 5 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 8 municípios</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 31 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 5 municípios</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Abastecimento de Água em 34 localidades</li> <li>• Melhorar abastecimento de água em 10 municípios</li> </ul>

### Iniciativas:

- 0466 - Elaborar Projetos Executivos para Sistemas de Abastecimento de Água
- 0467 - Melhorar os Sistemas de Abastecimento de Água, em Sedes e Povoados
- 0468 - Duplicação da Adutora Sertaneja - trecho Povoado da Mata/Aquidabã
- 0469 - Conclusão da 1ª Etapa das obras da Barragem do Poxim-Açú.
- 0470 - Implantação da 2ª etapa da Barragem do Poxim-Açú, com a construção de Adutoras e Reservatórios
- 0471 - Ampliar o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Itabaianinha, Umbaúba e Tomar do Geru
- 0472 - Ampliar o Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Adutora Alto Sertão, Nossa Senhora da Glória, Moita Bonita e Povoados
- 0473 - Ampliar o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana do São Francisco, no Povoado Brejo da Conceição
- 0474 - Ampliar o Sistema de Abastecimento de Água de diversos municípios (FUNASA)
- 0475 - Conclusão da 2ª Etapa das obras da Adutora do São Francisco

**Objetivo:** 0068. Implantar e Ampliar Sistemas de Esgotamento Sanitário em Sedes Municipais no Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

**Meta 2012-2015:**

- Atingir o índice de 42% de atendimento à população de Sergipe com esgotamento sanitário
- Atender 15 sedes municipais no interior do Estado com sistema de esgotamento sanitário implantado e operando

**Territorialização da Meta**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Médio Sertão	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Baixo São Francisco	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Leste Sergipano	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Grande Aracaju	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Agreste	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Centro-Sul	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 2 municípios
Sul Sergipano	• Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário em 1 município

**Iniciativas:**

- 0476 - Elaborar Projetos Executivos para Sistemas de Esgotamento Sanitário  
 0477 - Implantar sistema de esgoto sanitário em municípios (PAC/CODEVASF/FUNASA)  
 0478 - Ampliar sistemas de esgotamento sanitário na Grande Aracaju  
 0479 - Ampliar o número de domicílios particulares permanentes com rede coletora de esgoto

**PROGRAMA: 0017 - Planejamento e Gestão Governamental**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Tempo médio para instrução de Aposentadoria. <b>Fonte:</b> Sergipeprevideência	Mês	2010	4
Tempo médio para a concessão da Aposentadoria. <b>Fonte:</b> Sergipeprevideência	Semana	2010	8
Quantidade de Beneficiários Contribuintes Estaduais do Ipesaúde. <b>Fonte:</b> Ipesaúde/Sistema Benner	Unidade	06/2011	50.667
Percentual de órgão/entidade com contas regulares. <b>Fonte:</b> CGE	Percentual	05/2011	90

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>96.704</b>	<b>352.099</b>
Despesas Correntes	75.792	275.959
Despesas de Capital	20.912	76.140
<b>Orçamento de Investimento das Empresas Estatais</b>	<b>168</b>	<b>612</b>
<b>Valores Globais</b>	<b>96.872</b>	<b>352.711</b>
		<b>449.583</b>

**Objetivo:** 0069. Modernizar o sistema de gestão das compras governamentais, obedecendo aos princípios da economicidade e da legalidade, contribuindo para melhorar a competitividade da economia sergipana.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Banco de dados de processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade e contratos implantado
- Emissão de 100% dos Certificados de Registro Cadastral de fornecedores de forma eletrônica
- Sistema de gestão de suprimentos e compras instalado e em pleno funcionamento
- 50% dos processos da SGCC tramitando no e-Doc e no sistema de gestão de suprimentos e compras, sem utilização de papel
- Diagnóstico de impacto ambiental em licitações concluído
- 50% das licitações, dispensas e contratações da SGCC realizadas com adoção de critérios ambientais

---

**Iniciativas:**

---

0480 - Implantar sistema integrado de gestão de suprimentos e compras centralizadas

0481 - Gerenciar e manter atualizadas as informações no Sistema

0482 - Desenvolver o banco de dados dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades

0483 - Levantamento do impacto ambiental nas licitações, bens e serviços contratados pelo Estado de Sergipe

0484 - Institucionalizar critérios ambientais para regular as licitações e contratações sustentáveis pelo Estado de Sergipe

0485 - Direcionar e monitorar os processos de licitações para o desenvolvimento sustentável

0486 - Aquisição de equipamentos de informática

**Objetivo:** 0070. Promover a gestão eficiente das pessoas e valorização do servidor por meio do incentivo à meritocracia, disseminando valores éticos, priorizando a gestão por competências, estimulando as boas práticas de conduta, visando à melhoria da prestação do Serviço Público.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Realizar diagnóstico em 100% dos ambientes de trabalho dos órgãos/entidades da administração direta em relação aos padrões e normas vigentes;
- Reduzir em 25% o número de licenças para tratamento da própria saúde;
- Realizar pesquisa de satisfação em relação aos servidores/serviços públicos em dois anos;

- Realizar avaliação de desempenho em 100% dos servidores públicos estaduais em estágio probatório;
- Realizar avaliação de desempenho em 70% dos servidores públicos estaduais efetivos em três anos

---

**Iniciativas:**

0487 - Elaborar um Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) dos órgãos da Administração Direta e Indireta, sugerindo adequações do ambiente de trabalho, quando necessário

0488 - Divulgação de normas para adequação do Ambiente de Trabalho de modo a diminuir os impactos dos serviços insalubres e perigosos

0489 - Realizar eventos de estímulo às atividades culturais e esportivas

0490 - Implantar Centro de Saúde Ocupacional

0491 - Promover palestras de prevenção e Tratamento de Tabagismo e Alcoolismo

0492 - Implantar módulo gerencial no sistema de Perícia Médica para identificação das principais causas de afastamento

0493 - Estabelecer rotina de Avaliação de Desempenho (continuada e de estágio probatório)

Estabelecer metodologia e rotinas para o Controle Disciplinar e disseminação de boas práticas

0494 - Padronizar rotinas de Recursos Humanos

0495 - Divulgar manual de procedimentos das rotinas de Recursos Humanos

0496 - Elaborar Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para Servidores da Administração Geral

0497 - Realizar Concursos Públicos

0498 - Realizar Pesquisa de Satisfação em relação aos servidores/serviços públicos

0499 - Implantar Portal do Servidor

0500 - Implantar procedimentos de Auditoria, Conformidade e Controle das despesas de Recursos Humanos

**Objetivo:** 0071. Implantar e consolidar uma infraestrutura informacional de estudos e pesquisas sobre o Estado, através do Observatório de Sergipe, organizando e produzindo dados e informações estatísticas, geográficas, cartográficas e econômicas, com modernização tecnológica, para subsidiar a gestão e o planejamento governamental e democratizar o acesso à informação pela sociedade em geral.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

- Implantar o Observatório de Sergipe
- Revisar 100% dos limites políticos administrativos de Sergipe e encaminhar lei para a Assembléia Legislativa

- Disponibilizar 100% dos dados coletados e informações geradas pela Superintendência de Estudos e Pesquisas, através de Sistemas Informacionais disponibilizados via web
- Concluir 100% do mapeamento de todo o território sergipano em escala de alta precisão

---

**Iniciativas:**

---

0501 - Realizar o Projeto Arquivo Gráfico Municipal (AGM), revisando todos os limites municipais de Sergipe

0502 - Realizar Projeto Base Cartográfica de Sergipe, mapeando toda superfície terrestre do Estado em escalas de alta precisão

0503 - Realizar estudos e pesquisas socioeconômicas para o Estado contemplando os eixos de economia, estatísticas, geografia e políticas públicas

0504 - Desenvolver, implantar e reestruturar Sistemas de Informações Geoeconômicas e Estatísticas para o Estado de Sergipe

**Objetivo:** 0072. Melhorar a gestão do patrimônio móvel e imóvel e implantar a Política Arquivística do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

---

- 100% do patrimônio móvel e imóvel do Estado de Sergipe cadastrado e devidamente gerenciado de forma centralizada
- Criação de Política Arquivística do Estado estabelecida por meio de legislação própria

---

**Iniciativas:**

---

0505 - Cadastrar e gerenciar, por meio de sistema informatizado de gestão, todo o Patrimônio Imóvel e Móvel do Estado

0506 - Estabelecer as bases legais para a elaboração da Política Arquivística do Estado, elaborando normas, diretrizes, instruções e boas práticas arquivísticas para que sejam adotadas em todos os Órgãos do Estado

0507 - Definir a melhor localização e estrutura necessária para o funcionamento do Arquivo Geral do Estado e do Memorial da Gestão Pública do Estado de Sergipe

0508 - Identificar, nos arquivos do Estado, documentos de valor cultural, científico e memorialístico para compor o acervo do Memorial

0509 - Disponibilizar e divulgar nova forma de acesso à história da gestão pública do Estado de Sergipe

**Objetivo:** 0073. Fortalecer o Planejamento Estadual.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Avaliar anualmente o cumprimento das metas estratégica deste Plano Plurianual
- Monitorar os programas temáticos do Poder Executivo Estadual
- Monitorar 100% dos contratos de financiamento e convênios

---

**Iniciativas:**

---

0510 - Implantar ferramentas gerenciais de monitoramento e avaliação de programas e ações estratégicas;

0511 - Estimular a participação popular na definição das políticas públicas de governo (PPA-Participativo)

0512 - Desenvolver módulos no Sistema i-Gesp de elaboração e monitoramento do PPA

0513 - Elaboração de Manual de Prospecção de Recursos e Monitoramento dos Contratos e Convênios

0514 - Realização de estudos necessários a captação de recursos

**Objetivo:** 0074. Promover a melhoria dos Serviços Ofertados ao Cidadão através do uso de novas tecnologias para ampliação da plataforma e da capilaridade das unidades de atendimento.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Instalação de 32 "Casas de Cidadania"
- Implantação do "Portal do Cidadão" com funcionalidades da tecnologia mobile gov
- Capacitar 1600 servidores dos Centros de Atendimento ao Cidadão
- Implantar o Projeto de Cidades Digitais em 24 municípios do interior sergipano

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>

Território	Meta Total
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 Casas da Cidadania instaladas</li> <li>• 3 Cidades Digitais implantadas</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

0515 - Promover a Ampliação das ações de atendimento ao cidadão, com vistas a proporcionar maior cobertura nos municípios Sergipanos

0516 - Fortalecer o a disponibilidade de serviços ao cidadão via Governo Eletrônico (Portal Multiserviço do Governo) tendo como premissa básica a melhoria da qualidade dos serviços ao cidadão, através de acessos via Web, Plataforma Mobile e Redes Sociais

0517 - Promover a melhoria da formação continuada e da capacitação técnica dos servidores da rede de atendimento ao cidadão com o foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados

0518 - Elaboração e gestão compartilhada dos projetos de implantação do Programa de “Cidades Digitais” nos municípios do interior com o objetivo de desburocratizar a gestão e melhorar a qualidade dos serviços ofertados ao cidadão

**Objetivo:** 0075. Promover atualização tecnológica da gestão governamental com foco sistêmico nos resultados estratégicos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

- Normatizar e Implantar ações de Governança Eletrônica em 50% dos órgãos da Administração Direta
- Ampliar o uso da tramitação eletrônica de documentos e processos para 50% dos processos corporativos com escopo interfuncional nas Secretarias do Governo
- Atualização de no mínimo 10% do parque tecnológico de TIC do Estado anualmente
- Ampliar o uso do modelo de gestão estratégica com foco em resultados e gestão por processos para 30% das Secretarias de Governo
- Capacitar anualmente no mínimo 10% do quadro de servidores ativos da administração pública estadual
- Conclusão da 1ª Fase do Programa PNAGE no Estado de Sergipe, aplicando 100% dos recursos previstos

---

**Iniciativas:**

0519 - Implementação do Programa PNAGE no Estado de Sergipe

0520 - Elaboração e implantação de ações de Governança Eletrônica nas áreas de padronização de processos de TIC, segurança da informação e melhoria da disponibilidade, da contingência e da continuidade dos sistemas de informação do Estado

0521 - Fortalecimento do uso de Sistemas Integrados no âmbito Corporativo (e-DOC, i-Gesp e Intranet) de toda a Administração Pública Estadual, como ferramenta potencializadora da celeridade e da transparência

0522 - Atualização do parque tecnológico de TIC (hardware, software e procedimentos) nos órgãos da administração direta e indireta e Implantação da Rede Multimeios do Governo de Sergipe

0523 - Elaboração e implantação do modelo de Inovação da Gestão com foco na gestão estratégica de resultados e de processos de negócio da administração pública estadual

0524 - Promover a melhoria da formação profissional dos servidores com foco em resultados da modernização da gestão e no cumprimento do planejamento estratégico do Governo

**Objetivo:** 0076. Gerenciar o RPPS/SE para garantir a sustentabilidade da gestão pública previdenciária do Estado de Sergipe, e assim atender com eficácia os seus beneficiários.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Implantação de 05 centros de auto-atendimento
- Realizar 10 palestras anualmente
- Construir sede própria
- Implantar Sistema jurídico e Sistema de compensação previdenciária
- Reestruturar e Manualizar as rotinas de trabalho
- Modernização documental (digitalização e sistematizar acervo)
- Estruturação de Ouvidoria e Call Center
- Implantação do novo plano da Regulamentação de Cargos e Atribuições
- Capacitar os servidores do órgão conforme as novas estruturações administrativas
- Estruturar intranet e reestruturar site do órgão
- Adequação de computadores, equipamentos e tecnologias às novas estruturas
- Elaboração e distribuição de cartilhas, informativos e folders
- Diagnosticar quantitativos de aposentadorias

**Iniciativas:**

---

0525 - Implantação do Projeto ‘Fácil Atendimento

0526 - Construção da Sede Própria

0527 - Aquisição de Sistemas e Equipamentos Tecnológicos

- 0528 - Efetivação do Plano de Comunicação do SERGIPEPREVIDÊNCIA
- 0529 - Manutenção e Adequação do Sistema de Gestão Previdenciária (SISPREV)
- 0530 - Efetivação da Política de Capacitação dos Servidores do SERGIPEPREVIDÊNCIA
- 0531 - Redesenhar os Processos Internos
- 0532 - Organização e Melhoria do Arquivo
- 0533 - Reestruturação Organizacional do SERGIPEPREVIDÊNCIA
- 0534 - Internalização da Compensação Previdenciária (COMPREV)

**Objetivo:** 0077. Implantar e qualificar programas de Promoção e Educação em Saúde para os servidores públicos do Estado de Sergipe, com eficácia e eficiência, melhorando a qualidade de vida e reduzindo a sinistralidade na assistência à saúde.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Atendimento a 20.000 beneficiários dos programas de promoção à saúde
- 01 Centro de Promoção à SaúdeImplantado

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• 01 Centro de Promoção à SaúdeImplantado

**Iniciativa:**

---

0535 - Promoção e Melhoria da Qualidade de Vida dos Servidores Públicos

**Objetivo:** 0078. Prestar assistência médico-odontológica de qualidade aos servidores públicos estaduais, ampliando o acesso aos serviços no interior do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

---

**Meta 2012-2015:**

---

- 100% de informatização da auditoria hospitalar
- 100% dos peritos realizando análise de autorizações on-line
- 100% das Unidades de Atendimento do Ipesaúde pesquisadas
- 100% de informatização das Unidades do Ipesaúde

**Iniciativas:**

---

0536 - Ampliação de Produtos de Assistência à Saúde e Market Share

0537 - Pesquisa de Satisfação

0538 - Contratação de Consultoria em Cálculo Atuarial

0539 - Desenvolvimento e implantação de Protocolos de Atendimento à Saúde

0540 - Automatização da auditoria Hospitalar Concorrente

0541 - Redimensionamento e qualificação do Processo de Contratação da Rede de Serviços Credenciados

**Objetivo:** 0079. Promover a otimização das receitas do Estado e o equilíbrio das finanças públicas, aprimorando os mecanismos gerenciais, normativos, operacionais e tecnológicos, em busca do aperfeiçoamento dos sistemas de administração tributária, financeira e contábil.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Fazenda

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Incrementar em 1% a arrecadação anual de ICMS, descontado o crescimento vegetativo
- 100% dos contribuintes sergipanos enquadrados na Legislação, utilizando Nota Fiscal Eletrônica
- 100% dos contribuintes sergipanos enquadrados na Legislação utilizando o SPED (escrituração digital)
- Formar 4.500 capacitandos
- Formar 2.000 agentes de Educação Fiscal

---

#### **Iniciativas:**

0542 - Operacionalizar o Fundo de Aval, de modo a oferecer garantias nas operações de crédito do BANESE junto aos trabalhadores de baixa-renda, desempregados e micro e pequenos empresários, no âmbito do Programa de Política de Desenvolvimento Produtivo

0543 - Implementar ações de educação fiscal, visando à sensibilização e capacitação de cidadãos, nos aspectos relativos à arrecadação de tributos e ao gasto público, incluindo ações que estimulem os cidadãos quanto à exigência do documento fiscal (Nota Fiscal Cidadã)

0544 - Implementar ações e ferramentas de modernização na Administração Pública Estadual (e-DOC, i-Gesp, web conference, entre outras)

0545 - Consolidar a nota fiscal eletrônica e o sistema público de escrituração digital

0546 - Ampliar, aperfeiçoar e aferir os serviços de atendimento ao contribuinte

0547 - Modernizar a infraestrutura física e de logística da Sefaz, por meio da construção, ampliação e reforma das unidades fazendárias, bem como da aquisição dos equipamentos, mobiliários e veículos necessários para seu adequado funcionamento

0548 - Modernizar a gestão tecnológica da SEFAZ, através de ações que permitam saltos qualitativos no uso de tecnologias/sistemas de informação, hardwares e softwares

0549 - Aperfeiçoar a gestão de Recursos Humanos, de modo a incentivar, desenvolver e capacitar os servidores fazendários

0550 - Otimizar a recuperação do crédito tributário atuando em 2 vertentes: combatendo a sonegação fiscal e implantando cadastros de contribuintes inadimplentes através das inscrições dos mesmos no SERASA e no Cadin Estadual - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados com o Estado de Sergipe

0551 - Implementar o Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe (PROMOFAZ), no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)

0552 - Implementar o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE)

**Objetivo:** 0080. Subsidiar a gestão das políticas públicas do Governo do Estado com o fornecimento de informações atualizadas sobre a execução dos programas e ações governamentais prioritários e sobre o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Casa Civil

---

**Meta 2012-2015:**

- Fornecimento de informações gerenciais qualificadas e atualizadas sobre a execução das ações e programas governamentais prioritários bem como sobre o desempenho dos indicadores de desenvolvimento sociais e econômicos do Estado de Sergipe, com o objetivo de facilitar o processo de tomada de decisão do Governador do Estado no tocante ao alcance dos resultados das políticas públicas

---

**Iniciativa:**

0553 - Implantar e gerenciar sistema de acompanhamento de resultados da política pública estadual prioritária

**Objetivo:** 0081. Fortalecer a rede de cooperação entre os atores sociais no intuito de criar campo fértil para uma boa governança das políticas públicas e proporcionar mudança na realidade social em Sergipe e suas localidades, através da articulação política entre poderes estaduais, municipais, esferas administrativas e movimentos sociais e sindicais e das relações institucionais.

**Órgãos Responsáveis:** Secretaria de Estado da Casa Civil

---

**Meta 2012-2015:**

- Aperfeiçoamento do Sistema de Negociação Permanente no âmbito das Relações Sociais e Sindicais

---

**Iniciativas:**

0554 - Promover, em articulação com as diversas esferas de Governo, a Assembléia Legislativa, organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicais, prefeituras, setor privado e outros atores, ações que potencializem os resultados das políticas públicas

0555 - Celebrar Protocolos de Adesão com as entidades representativas dos Movimentos Sociais Sindicais sediadas nos 39 Municípios integrantes dos Territórios Grande Aracaju, Centro Sul, Agreste Sergipano e Sul Sergipano, instituindo a Mesa de Negociação Permanente como instrumento de negociação e tratamento de conflitos e demandas

0556 - Desenvolvimento de política de interlocução permanente com os movimentos sociais e sindicais visando à implantação, manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Negociação Permanente no âmbito das Relações Sociais e Sindicais

**Objetivo:** 0082. Solidificar, entre os sergipanos, os meios de comunicação e a administração pública do Estado, uma parceria através das práticas e dos meios comunicativos, dando conhecimento e transparência aos atos do governo e potencializando a comunicação enquanto ferramenta também de inclusão social

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Comunicação Social

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Apoiar 240 projetos culturais e de comunicação social no Estado de Sergipe
- Atender a 400 jovens e adolescentes com idade entre 14 e 25 anos, de baixa renda que estudem ou tenham estudado na rede pública.

#### **Territorialização das Metas:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 25 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 11 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 34 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 34 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 17 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 73 projetos culturais e de comunicação</li><li>• Atender 400 jovens no projeto Mídia Jovem</li></ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 23 projetos culturais e de comunicação</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a 23 projetos culturais e de comunicação</li></ul>

---

#### **Iniciativas:**

0557 - Implementar e avaliar a política de Comunicação Social do Governo de Sergipe

0558 - Construir a imagem corporativa do Governo de Sergipe

0559 - Diversificar e expandir os canais de interlocução do Governo com a Sociedade

0560 - Coordenar, supervisionar e promover a relação do Governo com as redes Sociais

0561 - Promover a disseminação de informações de interesse público e as ações, projetos e políticas de administração estadual

0562 - Coordenar, supervisionar e controlar a publicidade e eventos da administração pública

0563 - Promover e avaliar levantamentos e pesquisas de opinião pública e de comunicação

0564 - Fomentar uma comunicação social que estimule a auto-estima e a participação de jovens e adolescentes sergipanos, promovendo o conhecimento técnico relacionado à produção de mídias alternativas

0565 - Apoiar as ações sócio-culturais e de comunicação através de repasse financeiro com implementação descentralizada

**Objetivo:** 0083 - Dotar a administração pública estadual de mecanismos de gestão de controle, transparência, fomento à participação popular e controle social, visando orientar, acompanhar a gestão governamental e exercer o efetivo controle interno do patrimônio público para proteger a gestão estadual e assegurar a prevalência do interesse da Sociedade.

**Órgão Responsável:** Controladoria Geral do Estado

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Promover a melhoria contínua do Portal da Transparência com o objetivo de atender as exigências legais e ampliar o volume de informações do Governo de Sergipe ao acesso da sociedade
- Realizar a 1ª Conferência sobre Transparência e Controle Social do Estado de Sergipe – 1ª Consocial/SE, conforme disposições do Decreto Estadual nº 27.849/2011
- Implementar ações de prevenção para mitigar as pendências do Estado de Sergipe no CAUC/STN
- Promover a integração da Contabilidade da Administração Pública Estadual às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)
- Aperfeiçoar a sistemática de prestação de contas anuais do Poder Executivo Estadual, por meio do i-Gesp
- Implantar mecanismos de acompanhamento dos programas e ações do Governo de Sergipe

---

#### **Iniciativas:**

0566 - Proporcionar a adequada orientação aos gestores e técnicos da Administração pública estadual quanto aos procedimentos e rotinas necessárias ao bom uso do patrimônio público

0567 - Acompanhar as ações promovidas pelos órgãos e entidades do poder executivo estadual vinculadas aos programas temáticos, para identificar tempestivamente necessidades de intervenções corretivas

0568 - Acompanhar a regularidade fiscal do Estado e fiscalizar as ações promovidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, para o cumprimento e manutenção das exigências do CAUC/STN para fins de recebimento de recursos de transferências voluntárias

0569 - Avaliar o desempenho dos programas e iniciativas da administração pública estadual para aperfeiçoar a consecução dos seus objetivos, bem como levantar informações para subsidiar a tomada de decisão

0570 - Averiguar a conformidade e a efetividade dos atos e fatos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pelos órgãos e entidades do poder executivo estadual;

0571 - Apurar responsabilidades por irregularidades praticadas no âmbito do poder executivo estadual

0572 - Incrementar a transparéncia e fomentar a participação popular e o controle social no planejamento, execução e resultados das políticas públicas, prevenir e combater à corrupção e à impunidade, para fortalecer a democracia e o estado democrático de direito

0573 - Incrementar princípios e critérios de gestão sócio-ambiental nas atividades rotineiras

**Objetivo:** 0084. Modernização Administrativa da PGE

**Órgão Responsável:** Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe

---

**Metas 2012-2015:**

---

- 100% da Reforma e instalação projetada para a nova Sede da PGE concluída
- 60 % dos servidores efetivos da PGE capacitados (40 horas aula)
- Centro de Estudos Jurídicos reestruturado
- Centro de Digitalização de Documentos implantado
- Unidade de Gerenciamento de Projetos implantada
- Carreira de atividade-meio da PGE criada
- Realização de 02 mutirões de recuperação fiscal
- Processo de implementação da assunção do Gerenciamento da Dívida Ativa concluído
- 80% dos processos administrativos finalizados no tempo padrão normatizado
- Plano de Comunicação Institucional da PGE implantado

**Iniciativas:**

---

0574 - Reforma e instalações da nova Sede da PGE

0575 - Ampliação do quadro de Procuradores

0576 - Criação da carreira de atividade-meio da PGE

0577 - Ampliação de competências para atendimento da Administração Indireta

0578 - Capacitação profissional

0579 - Criação de Grupos de Estudos Setoriais

0580 - Identificação de ações proativas

0581 - Criação da Unidade de Gerenciamento de Projetos

0582 - Implantação do Centro de Digitalização de Documentos

0583 - Desenvolvimento da Infraestrutura de TI

0584 - Acompanhamento de indicadores estabelecidos no PPA

0585 - Redução do consumo de Insumos

0586 - Formatação de parcerias para captação de recursos

- 0587 - Criação do Fundo da PGE  
0588 - Assunção do Gerenciamento da Dívida Ativa Estadual  
0589 - Priorizar ações relativas a grandes devedores  
0590 - Adoção de Medidas Restritivas  
0591 - Execução de créditos tributáveis e não tributáveis  
0592 - Virtualização de processos judiciais – Execução Fiscal e ações conexas  
0593 - Realização de Mutirões Fiscais  
0594 - Roteirização e padronização de peças processuais  
0595 - Implementação de ações que visem reduzir o tempo de permanência do processo  
0596 - Normatização do tempo padrão de atendimento em consultoria  
0597 - Mensuração da agilidade nos processos de consultoria  
0598 - Uniformização das Normas  
0599 - Atuar proativamente junto aos maiores conselentes  
0600 - Consolidar a Procuradoria Itinerante  
0601 - Consolidação da Ouvidoria da PGE  
0602 - Inserções na mídia  
0603 - Publicações de periódicos, revistas e livros  
0604 - Promoção da Cultura Sergipana  
0605 - Promover seminários, Fóruns, Debates e Palestras

**Objetivo:** 0085. Ampliar o acesso da sociedade a informações de ordem pública através do Diário Oficial (impressa e eletrônica) e aumentar o número de impressões de serviços gráficos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Governo

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Aquisição de 02 novas máquinas gráficas por ano
- Aquisição de 01 software para produção do Diário Oficial de forma online
- Aquisição de 06 licenças de uso de software de edição de imagem

---

**Iniciativas:**

---

- 0606 - Produção do Diário Oficial de forma online  
0607 - Implantação de Projeto para Divulgação do Diário Oficial  
0608 - Ampliação da produção de obras literárias da Editora Diário Oficial  
0609 - Ampliação da produção dos serviços gráficos

**PROGRAMA: 0018 - Infraestrutura Urbana, Logística e Energética**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Rodovias estaduais pavimentadas. <b>Fonte:</b> Seinfra/DER	Km	2010	2.029,5
Rodovias estaduais em bom estado de conservação. <b>Fonte:</b> Seinfra/DER	Percentual	2010	56,00
Rodovias Estaduais em estado de conservação Regular. <b>Fonte:</b> Seinfra/DER	Percentual	2010	32,00
Infrações Emitidas para o Transporte Intermunicipal de Passageiros. <b>Fonte:</b> Didurb/Sedurb	Unidade	2010	2.441
Veículos de Transporte Intermunicipal Registrados. <b>Fonte:</b> Didurb/Sedurb	Unidade	2010	813
Ligações elétricas em domicílios rurais no Programa Luz para Todos. <b>Fonte:</b> Seinfra/DER	Unidade	2010	61.000

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	<b>282.556</b>	<b>1.028.786</b>
Despesas Correntes	13.470	49.046
Despesas de Capital	269.086	979.740
<b>Valores Globais</b>	<b>1.311.342</b>	

**Objetivo:** 0086. Pavimentar, restaurar e manter a rede viária estadual.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

---

**Metas 2012-2015:**

- Pavimentar 250 km de rodovias estaduais
- Recuperar, adequar e manter 280 quilômetros de rodovias estaduais
- Construir 1 Ponte sobre o rio São Francisco
- Construir 20 Pontes de concreto, substituindo as pontes existentes de madeira

**Territorialização das Metas:**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 02 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 25 km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 03 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 25 km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 03 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 25 km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>

Território	Meta Total
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 01 nova ponte sobre o rio São Francisco</li> <li>• Construir 03 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 50 km de Rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 03 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 50 km de Rodovia</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentar 25 Km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 03 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 25 km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35km de rodovias</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 02 pontes de concreto</li> <li>• Pavimentar 25 km de rodovias</li> <li>• Recuperar 35 km de rodovias</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

0610 - Planejar e Implantar a interligação litorânea de Sergipe com os Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia

0611 - Ampliar a rede estadual de rodovias pavimentadas

0612 - Adequar, restaurar e manter as rodovias e pontes estaduais

0613 - Substituir, por estruturas de concreto, as pontes e pontilhões de madeira das rodovias estaduais não pavimentadas

0614 - Elaborar projetos de manutenção da sinalização horizontal e vertical das rodovias estaduais

0615 - Melhorar as vias urbanas

0616 - Construir uma nova ponte sobre o Rio São Francisco

**Objetivo:** 0087. Implantar a infraestrutura de entorno e projetar a ampliação do Complexo Aeroportuário a ser realizada pelo Governo Federal.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

---

**Meta 2012-2015:**

- Elaborar o projeto do complexo aeroportuário de Aracaju e implantar a infraestrutura rodoviária do entorno do sítio aeroportuário

---

**Iniciativas:**

0617 - Elaborar Projetos para a construção do Terminal de Passageiros

0618 - Implantar um novo acesso viário do entorno do aeroporto (nova rodovia Alexandre Alcino, duplicar as rodovias OBA I, OBA II e José Prudente e construir novo traçado das rodovias Julio Cesar Leite e Ildete Falcão)

0619 - Retirar interferências externas ao sítio aeroportuário (Desmontar parcialmente o morro da Piçarra e Remanejar o reservatório R-5 da DESO)

**Objetivo:** 0088. Atender à demanda efetiva por novas vias estruturantes da Região Metropolitana de Aracaju (RMA)

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

---

**Meta 2012-2015:**

- Construir 03 Vias estruturantes e 02 viadutos na Região Metropolitana de Aracaju

**Iniciativas:**

0620 - Implantar a interligação da Região Metropolitana de Aracaju por meio de uma Avenida Perimetral Linha Vermelha com 25 Km de extensão

0621 - Implantar/duplicar viadutos localizados em vias estruturantes de Aracaju

0622 - Construir /Ampliar as Vias estruturantes na Região Metropolitana de Aracaju

**Objetivo:** 0089. Universalizar o acesso à energia elétrica na área rural e atender à demanda por Gás Natural dos setores produtivo e residencial

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável

---

**Metas 2012-2015:**

- Efetuar 15.000 ligações em domicílios rurais
- Implantar 43.752 metros de rede para Gás Natural

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 2.644 ligações domiciliares rurais</li></ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1.038 ligações domiciliares rurais</li></ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 2.170 ligações domiciliares Rurais</li></ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 2.405 ligações domiciliares rurais</li></ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1.311 ligações domiciliares rurais</li><li>• Expandir em 13.066m a rede de Gasoduto</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1.492 ligações domiciliares rurais</li><li>• Expandir em 25.753m a rede de gasoduto</li></ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 2.114 ligações domiciliares rurais</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantar 1.826 ligações domiciliares rurais</li><li>• Expandir em 5.413 m a rede de gasoduto</li></ul>

---

**Iniciativas:**

---

0623 - Realizar ligações de energia elétrica em domicílios rurais

0624 - Implantar a expansão da rede de gasodutos na região litorânea

**Objetivo:** 0090. Dotar Sergipe de Infraestrutura Urbana e Comunitária de modo a lastrear as políticas de desenvolvimento do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético sustentável

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Construir, reformar e recuperar 17 prédios públicos
- Construir, ampliar e recuperar 26 equipamentos Urbanos e Comunitários
- Construir 01 obra de proteção costeira
- Construir 01 obra de macro-drenagem/drenagem

---

**Iniciativas:**

---

0625 - Construção, reforma e recuperação de Prédios Públicos

0626 - Construção, ampliação e recuperação de equipamentos Urbanos e Comunitários

0627 - Construção e Infraestrutura em Núcleos Habitacionais

0628 - Infraestrutura para Proteção e Recuperação de Regiões Costeiras e Fluviais

0629 - Construção de Aterros Sanitários

0630 - Urbanização de Praças Públicas

0631 - Implantação do Programa Monumenta em São Cristóvão e em Laranjeiras

0632 - Desapropriação e Aquisição de áreas de Utilidade Pública

0633 - Realização de Estudos e Projetos

0634 - Construção de Macro-drenagens e drenagens em áreas urbanas

0635 - Serviços de transporte

**Objetivo:** 0091. Reduzir a informalidade do transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de Sergipe.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Reduzir em 60% as infrações de transporte coletivo intermunicipal de passageiros

- Aumentar em 20% o número de blitz realizadas, passando das atuais 480 para 576 ao ano

---

**Iniciativas:**

---

- 0636 - Celebrar convênios com as Prefeituras, a Companhia de Polícia Rodoviária Estadual (CPRV) e o Departamento de Policia Rodoviário Federal (DPRF)
- 0637 - Aumentar o efetivo e a frota para fiscalização
- 0638 - Realizar campanhas educativas de conscientização
- 0639 - Implantar a ouvidoria e criar canais de comunicação com os usuários de transporte coletivo
- 0640 - Implantar tecnologia de geoprocessamento para o planejamento, supervisão e monitoramento do transporte coletivo intermunicipal

**Objetivo:** 0092. Implantar alternativas para o melhoramento do sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

**Meta 2012-2015:**

- Ampliar a oferta de transporte coletivo intermunicipal de passageiros

---

**Iniciativas:**

---

- 0641 - Planejar e implantar alternativas de modalidades de transporte coletivo de passageiros
- 0642 - Construir, reformar e ampliar terminais rodoviários intermunicipais

---

**PROGRAMA: 0019 – Habitação**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Déficit Habitacional em Sergipe. (Fontes: MCidades/Fundação João Pinheiro, IBGE - PNAD)	Unidade	2007	72.547

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013- 2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>67.766</b>	<b>246.736</b>
Despesas Correntes	2.316	8.433
Despesas de Capital	65.450	238.303
<b>Valores Globais</b>	<b>314.502</b>	

**Objetivo:** 0093. Reduzir o déficit habitacional no Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

**Meta 2012-2015:**

- Construção de 21.300 casas, para famílias com renda de até 03 salários mínimos.

**Territorialização da Meta:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão Sergipano	• Construção de 1.600 Unidades Habitacionais
Médio Sertão Sergipano	• Construção de 1.100 Unidades Habitacionais
Agreste Sergipano	• Construção de 2.300 Unidades Habitacionais
Baixo São Francisco	• Construção de 2.200 Unidades Habitacionais
Leste Sergipano	• Construção de 1.600 Unidades Habitacionais
Grande Aracaju	• Construção de 6.300 Unidades Habitacionais
Centro-Sul Sergipano	• Construção de 2.400 Unidades Habitacionais
Sul Sergipano	• Construção de 3.800 Unidades Habitacionais

**Iniciativas:**

0643 - Produção de núcleos habitacionais para reassentamento de famílias residentes em áreas de risco ou de degradação ambiental

0644 - Implantação de infraestrutura para novos núcleos habitacionais e em agrupamentos de habitações já consolidados, oriundos do Programa Operações Coletivas com base na Resolução nº 518/FGTS e do INCRA

0645 - Produção de unidades habitacionais, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Fundo de Combate a Pobreza, em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) ou de outras fontes de recursos disponíveis no âmbito estadual ou federal

0646 - Produção e reestruturação de núcleos habitacionais para assentamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

0647 - Produção de núcleos habitacionais para atender as demandas de moradia dos funcionários públicos

0648 - Implementação de instrumentos da regularização fundiária de áreas públicas destinadas a habitação de interesse social

0649 - Planejamento e implementação de novos projetos para atendimento de futuras demandas habitacionais

**PROGRAMA: 0020 - Sergipe Cidades**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Taxa de matrículas no ensino profissional no interior em relação ao total de matrículas no ensino profissional. <b>Fonte:</b> MEC/SEED	Percentual	2008	32
Estabelecimentos industriais em Tobias Barreto. <b>Fonte:</b> FIES	Unidade	2007	101
Estabelecimentos industriais em Itabaianinha. <b>Fonte:</b> FIES	Unidade	2007	30
Pessoas com empregos formais em Tobias Barreto. <b>Fonte:</b> MTE – RAIS/CAGED	Unidade	2009	3.215
Pessoas com empregos formais em Itabaianinha. <b>Fonte:</b> MTE – RAIS/CAGED	Unidade	2009	2.674
Municípios com Plano Diretor aprovado. <b>Fonte:</b> Sedurb	Unidade	07/2011	29

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	<b>169.660</b>	<b>617.732</b>
Despesas Correntes	150	546
Despesas de Capital	169.510	617.186
<b>Valores Globais</b>		<b>787.392</b>

**Objetivo:** 0094. Promover o desenvolvimento territorial sustentável do Estado de Sergipe, interiorizando os investimentos em infraestrutura social.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

#### **Metas 2012-2015:**

---

- Construção de um terminal rodoviário
- Construção de uma creche
- Construção de quatro centros comunitários
- Construção de treze quadras de esportes
- Construção de cinco campos de futebol
- Construção de dois Ginásios de Esportes
- Urbanização de cinco praças
- Construção de centro cultural em Laranjeiras
- Construção de um Destacamento de Bombeiros Militar
- Construção de um cemitério
- Urbanização turística de duas áreas
- Construção de dez delegacias
- Construção de cinco escolas profissionalizantes
- Redução das perdas do sistema de abastecimento de água em Lagarto para 35%
- Implantação de Sistema de Abastecimento de água de Pedra Branca, em Laranjeiras
- Execução de drenagem e pavimentação da Avenida 1, no Bairro Santa Maria, em Aracaju
- Execução de drenagem e pavimentação no Loteamento Beira Rio, na Barra dos Coqueiros
- Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários nas Comunidades Ponta da Asa I e II, em Aracaju
- Ampliação de redes de esgoto em Própria
- Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários no Bairro Mutirão, em Rosário do Catete

## Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Terminal Rodoviário de Poço Redondo</li> <li>• Construção de 1 Centro Comunitário em Poço Redondo</li> <li>• Construção de 1 Delegacia de Pequeno Porte em N. Sra de Lourdes</li> <li>• Construção de 1 quadra de esportes em Monte Alegre de Sergipe</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Escola Profissionalizante</li> <li>• Construção de 2 quadras de esportes</li> </ul>
Agreste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Ginásio de esportes em Itabaiana</li> <li>• Construção de 1 Cemitério em Ribeirópolis</li> <li>• Urbanização turística em Moita Bonita</li> <li>• Urbanizada de 1 praça em Carira</li> <li>• Construção de 1 Escola Profissionalizante</li> <li>• Construção de 1 Delegacia de pequeno porte em Pinhão</li> <li>• Construção de 1 quadra de esportes em Malhador</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanização de 2 Praças</li> <li>• Construção de 4 delegacias</li> <li>• Ligação de 90% dos domicílios da sede de Propriá ligados a sistema de esgotamento sanitário</li> <li>• Construção de 1 creche em Brejo Grande</li> <li>• Construção 4 campos de futebol em Propriá</li> <li>• Construção 3 Quadras de esportes construídas</li> <li>• Construção de 1 Centro Comunitário em Brejo Grande</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 2 delegacias</li> <li>• Construção de 2 Centros Comunitários</li> <li>• AGinásio de esportes adaptado em Carmópolis</li> <li>• Quadra de esportes construída em Japaratuba</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de infraestrutura turística</li> <li>• 100% dos domicílios do povoado Pedra Branca ligados à rede de água</li> <li>• Pavimentação da Avenida 1 no Bairro Santa Maria</li> <li>• Implantação do sistema de esgoto das comunidades Ponta da Asa I e II</li> <li>• Construção de 2 delegacias</li> <li>• Pavimentação de ruas no Loteamento Beira Rio</li> <li>• Urbanização de 1 Praça em Laranjeiras</li> <li>• Construção de 1 Centro Cultural em Laranjeiras</li> <li>• Construção de quadra de esportes em Laranjeiras</li> <li>• Construção de 1 Escola Profissionalizante em N. Sra. do Socorro</li> <li>• Construção de rede de esgoto no Bairro Mutirão, em Rosário do Catete</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Escola Profissionalizante</li> <li>• Construção de 1 Destacamento de Bombeiros Militar</li> <li>• Construção de 2 quadras de esportes</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 2 quadras de esportes</li> <li>• Construção de 1 campo de futebol em Pedrinhas</li> <li>• Urbanização de 1 Praça em Estância</li> <li>• Construção de 1 Escola Profissionalizante em Indiaroba</li> <li>• Construção de 2 Delegacias</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

- 0650 - Implantação de infraestrutura urbana e mobilidade mediante pavimentação de ruas, urbanização de praças, urbanizações turísticas, construção e reforma de terminais rodoviários
- 0651 - Construção e reforma de equipamentos públicos (creches, centros comunitários, delegacias, destaqueamento de corpo de bombeiros, ginásios de esportes e quadras de esportes)
- 0652 - Ampliação de redes de esgoto em Propriá e melhorias nos sistemas de abastecimento de água em Lagarto e Laranjeiras
- 0653 - Execução de obras de terraplenagem e pavimentação da Avenida 1, no Bairro Santa Maria, no Município de Aracaju (FRD)
- 0654 - Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários nas Comunidades Ponta da Asa I e II, no Município de Aracaju (FRD)
- 0655 - Execução de obras de drenagem e pavimentação em ruas localizadas no Loteamento Beira Rio, no município de Barra dos Coqueiros (FRD)
- 0656 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Mutirão, no Município de Rosário do Catete (FRD)

**Objetivo:** 0095. Promover o desenvolvimento territorial sustentável do Estado de Sergipe, interiorizando os investimentos em infraestrutura produtiva.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

**Metas 2012-2015:**

- Construção de um entreposto de pesca
- Construção de seis mercados municipais
- Construção de cinco mercados territoriais
- Construção da Vila do Artesão
- Construção de quatro Complexos Empresariais Integrados (CEI's)
- Construção de dois Centros Vocacionais Tecnológicos

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Mercado Municipal em Porto da Folha</li> <li>• Construção de 1 Mercado Territorial do Alto Sertão</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Mercado Territorial em N. Sra. das Dores</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Mercado Municipal em Brejo Grande</li> <li>• Construção de 1 Mercado Territorial em Própria</li> <li>• Construção de 1 Vila do Artesão em Santana do São Francisco</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 entreposto de pesca em Pirambu</li> <li>• Construção de 1 Mercado Municipal</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Complexo Empresarial Integrado em São Cristóvão</li> <li>• Construção de 1 Mercado Territorial</li> <li>• Construção de 1 Mercado Municipal em Laranjeiras</li> </ul>

Território	Meta Total
Agreste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Complexo Empresarial Integrado, em Itabaiana</li> <li>• Construção de 1 Mercado Territorial, em Itabaiana</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Complexo Empresarial Integrado e 1 Centro Vocacional Tecnológico, em Tobias Barreto</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 1 Complexo Empresarial Integrado e 1 Centro Vocacional Tecnológico</li> <li>• Construção de 2 Mercados Municipais (Umbaúba e de Indiaroba)</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

0657 - Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica para mercados territoriais, entreposto pesqueiro, Vila do Artesão

0658 - Elaboração dos Estudos Ambientais para entreposto pesqueiro de Pirambu

0659 - Construção e reforma do entreposto de pesca no município de Pirambu

0660 - Implantação de complexos empresariais integrados, mercados territoriais, centros vocacionais tecnológicos

0661 - Desenvolvimento de ações educativas e sociais junto à população visando estimular à sua efetiva participação e acompanhamento social nos programas e/ou projetos desenvolvidos

**Objetivo:** 0096. Melhorar a eficiência na gestão pública estadual e municipal por meio da implementação de instrumentos da política urbana, de saneamento e de transporte.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

---

**Metas 2012-2015:**

- Criação e gerenciamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano
- Estruturação da Rede Estadual de Planejamento (capacitação de técnicos)
- Elaboração de 01 Plano de Transporte Rodoviário Intermunicipal
- Elaboração de 01 Plano de Saneamento Regional e 05 municipais
- Elaboração de 01 Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
- Elaboração de 46 Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano

---

**Iniciativas:**

0662 - Modernização do planejamento e da gestão pública mediante a formação de consórcios intermunicipais e elaboração dos seguintes estudos: Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, com base na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto das Cidades); Planos Diretores de Saneamento Básico; Planos Regionais e Municipais de Saneamento Básico; Plano Estadual de Habitação de Interesse Social; Plano de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

0663 - Criação e gerenciamento de uma instância de controle social (Conselho)

0664 - Capacitação dos técnicos municipais, representantes de organizações sociais e delegados do processo de Planejamento Participativo em elaboração de projetos

**Objetivo:** 0097. Propiciar aos povoados e assentamentos agrícolas melhores condições de habitabilidade e incentivar a geração de novas oportunidades de emprego e renda.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

### Metas 2012-2015:

- Implantação de 31 projetos de sistemas de abastecimento de água
- Implantação de 42 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação (paralelepípedo e empiçarramento)
- Implantação de 21 equipamentos urbanos
- Implantação de 19 projetos produtivos

### Territorialização da Meta

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 8 sistemas de abastecimento de água em Assentamentos e Povoados</li> <li>• Conclusão de 11 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 2 equipamentos urbanos</li> <li>• Implantação de 10 projetos produtivos</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão de 2 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 3 sistemas de abastecimento de água em Assentamentos e Povoados</li> <li>• Implantação de 2 projetos produtivos</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 3 Sistemas de abastecimento de água em Assentamentos e Povoados</li> <li>• Conclusão de 2 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 1 equipamento urbano</li> <li>• Implantação de 1 projeto produtivo</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 2 sistemas de abastecimento de água em Assentamentos e Povoados</li> <li>• Conclusão de 2 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 1 equipamento urbano</li> <li>• Implantação de 1 projeto produtivo</li> </ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 3 projetos produtivos</li> <li>• Conclusão de 3 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão de 10 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 5 sistemas de abastecimento de água em Assentamentos e Povoados</li> <li>• Construção de 9 equipamentos urbanos</li> <li>• Implantação de 1 projeto produtivo</li> </ul>

Território	Meta Total
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 10 sistemas de abastecimento d'água em Assentamentos</li> <li>• Conclusão de 12 projetos de sistemas de drenagem, manejos das águas pluviais e pavimentação</li> <li>• Construção de 8 equipamentos urbanos em Assentamentos</li> <li>• Implantação de 4 projetos produtivos</li> </ul>

**Iniciativas:**

0665 - Elaboração de estudos e implantação de projetos (pavimentação, abastecimento de água, equipamentos urbanos e projetos produtivos)

0666 - Implantação de infraestrutura social (sistemas de abastecimento de água, pavimentação ou revestimento primário de vias, equipamentos urbanos destinados ao lazer e/ou às atividades produtivas locais)

0667 - Implantação de Projetos Produtivos

0668 - Realizações de capacitações breves a partir das demandas e potencialidades identificadas nas comunidades que visem à autonomia financeira e a possibilidade de melhoria de renda das famílias e seus membros

**PROGRAMA: 0021 - Política de Desenvolvimento Produtivo e Ciência e Tecnologia**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Período	Indicador
Empregos gerados. <b>Fonte:</b> MTE/RAIS	Unidade	2010	23.788
Número de Trabalhadores(as) Colocados(as) no Mercado de trabalho pelos NATs / SINEs. <b>Fonte:</b> Setrab	Unidade	2010	4.213
Número de Artesãos Sergipanos habilitados. <b>Fonte:</b> Setrab	Unidade	2010	3.068
Empregos gerados na Indústria. <b>Fonte:</b> MTE/RAIS	Unidade	2010	4.759
Salário médio mensal na indústria. <b>Fonte:</b> MTE/RAIS	R\$	2010	1.597,40
Valor de Transformação Industrial. <b>Fonte:</b> IBGE/PIA-Empresa	R\$ mil	2008	3.457.391
Produtividade científica. <b>Fonte:</b> CNPq/Plataf. Carlos Chagas	Unidade	2008	4,3
Dispêndio governamental em C&T sobre o PIB. <b>Fonte:</b> MCT	%	2008	0,09
Participação do Interior (todos os municípios exceto Aracaju) no PIB do Estado. <b>Fonte:</b> IBGE/Contas Regionais	%	2008	64,5
Participação das MPEs nas Compras Governamentais. <b>Fonte:</b> PDI/SE e SEPLAG	%	2009	56
Participação das exportações sergipanas nas exportações nordestinas. <b>Fonte:</b> MDIC/SECEX	%	2010	0,48
Participação da produção industrial sergipana na produção industrial nordestina. <b>Fonte:</b> IBGE/PIA-Empresa	%	2008	4,2

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013- 2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>39.706</b>	<b>144.570</b>
Despesas Correntes	23.294	84.813
Despesas de Capital	57.412	209.037
<b>Orçamento de Investimento das Empresas Estatais</b>	<b>41.000</b>	<b>149.281</b>
<b>Valores Globais</b>	<b>80.706</b>	<b>293.851</b>
		<b>374.557</b>

**Objetivo:** 0098. Assegurar o estabelecimento e a implementação de ações estratégicas, voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Assegurar uma Participação do PIB Sergipano no PIB Nacional de no mínimo 0,75%
- Garantir a Participação da produção industrial sergipana na produção industrial do Nordeste de no mínimo 5,0%
- Atrair para a ZPE um número de empresas exportadoras no mínimo de 5 empresas
- Assegurar a consolidação de 10 APLs
- Assegurar que a taxa de Mortalidade das MPEs de Sergipe, de até 5,0%
- Garantir a Participação das MPEs nas compras públicas do Estado de no mínimo 70,0%
- Assegurar a criação de uma Política Energética para o Estado de Sergipe
- Criar 01 espaço do empreendedor da JUCESE

---

#### **Iniciativas:**

- 0669 - Consolidação dos Arranjos Produtivos
- 0670 - Apoio as MPEs
- 0671 - Política Energética do Estado Elaborada
- 0672 - Espaço do empreendedor Construído

**Objetivo:** 0099. Fomentar a geração de negócios e fortalecer as potencialidades do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

---

#### **Metas 2012-2015:**

- Construção de 60 galpões industriais
- Aquisição de 160.000 m<sup>2</sup> de novas áreas industriais

- Gerar negócios, captando 80 novos empreendimentos
- Gerar 12.500 postos de trabalho
- Atualizar o Marco Regulatório de Incentivos até dezembro de 2012
- Criar 7 novos escritórios regionais da JUCESE

**Territorialização da Meta:**

Território	Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 04 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 15.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 03 novos empreendimentos</li> <li>▪ Geração de 500 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 04 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 10.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 01 novo empreendimento</li> <li>▪ Geração de 250 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Agreste Central Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 04 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 30.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 07 novos empreendimentos</li> <li>▪ Geração de 1.000 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 04 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 10.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 01 novo empreendimento</li> <li>▪ Geração de 250 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 04 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 35.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 01 novo empreendimento</li> <li>▪ Geração de 250 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 26 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 15.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 27 novos empreendimentos</li> <li>▪ Geração de 4.000 empregos</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 07 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 30.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 24 novos empreendimentos</li> <li>▪ Geração de 500 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 07 Galpões Construídos</li> <li>▪ Aquisição de 15.000 m<sup>2</sup></li> <li>▪ 16 novos empreendimentos</li> <li>▪ Geração de 3.750 empregos</li> <li>• 01 Escritório Regional da Jucese implantado</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

- 0673 - Construção de Galpões
- 0674 - Aquisição de Áreas para implantação de núcleos industriais
- 0675 - Implantação de infraestrutura em áreas industriais
- 0676 - Implantação de empreendimento
- 0677 - Geração de empregos
- 0678 - Formação de empreendedores
- 0679 - Expansão dos serviços oferecidos pela Jucese
- 0680 - Definição de novo marco regulatório

**Objetivo:** 0100. Assegurar a Implantação e o desenvolvimento do Parque Tecnológico.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

---

**Metas 2012-2015:**

- Construir um parque tecnológico com 130.000 m<sup>2</sup>
- Gerar 1.550 empregos diretos
- Captar R\$ 25 milhões
- Investir R\$ 19,1 milhões (já captados) até 2013
- Formalizar parceria estratégica com o ITPS/INMETRO viabilizando o funcionamento do Parque de Verificação Metrológica
- Capacitar 3.230 pessoas
- Gerir 20 empreendimentos inovadores

---

**Iniciativas:**

- 0681 - Construção e implantação do Parque Tecnológico
- 0682 - Construção e implantação Centro Vocacional Tecnológico (CVT)
- 0683 - Implantação do Parque de Verificação Metrológica (ITPS/INMETRO) no Anexo I do SergipeTec na Av. Maranhão
- 0684 - Gerenciamento de projetos inovadores

**Objetivo:** 0101. Assegurar ações voltadas para a promoção do desenvolvimento do Estado no que se refere à ciência, pesquisa, tecnologia e inovação.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

**Metas 2012-2015:**

- Implantar 338 Projetos de Pesquisa Científica
- Implantar 38 Projetos de Pesquisa Tecnológica
- Implantar 384 Bolsas de Mestrado e Doutorado
- Implantar 1.216 Bolsas de Estudo de nível fundamental, médio e técnico
- Implantar 585 Auxílios para ações de divulgação de Ciência e Tecnologia
- Aprovar 03 novas leis (FUNTEC, FAPITEC e CONCIT), sobre o marco legal do sistema de financiamento a ações de ciência e tecnologia (C&T)
- Criação da carreira de Pesquisador até 2012, realização do concurso público em 2012 e contratação de 05 Pesquisadores doutores para o quadro efetivo do ITPS
- Realização de 10 Projetos de pesquisa com os pesquisadores
- Realização de 44.000 amostras analisadas
- Realização de 120.000 Verificações de instrumentos
- Realização de 124.000 exames realizados em produtos pré-medidos
- Realização de 36.000 fiscalizações de conformidade em produtos regulamentados
- Implantação do Parque de Verificação Metrológico
- Implantação do Laboratório de Controle de Qualidade de Biocombustíveis

**Territorialização das Metas:**

<b>Território</b>	<b>Total</b>
Alto Sertão Sergipano (MAX)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 03 projetos de pesquisa científica e tecnológica</li> <li>• Implantar 10 bolsas de estudo</li> <li>• Implantar 05 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 02 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Agreste Central Sergipano (UFS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 20 projetos de pesquisa científica e tecnológica</li> <li>• Implantar 30 bolsas de estudo</li> <li>• Implantar 15 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Baixo São Francisco (UNIT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 02 projetos de pesquisa científica e tecnológica</li> <li>• Implantar 02 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 02 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 520 projetos de pesquisa científica e tecnológica</li> <li>• Implantar 1.550 bolsas de estudo</li> <li>• Implantar 549 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> <li>▪ Implantar Parque de Verificação Metrológico</li> <li>▪ Implantar Laboratório de Controle de Qual. de Biocombustíveis</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano (UFS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 05 projetos de pesquisa científica e tecnológica</li> <li>• Implantar 10 bolsas de estudo</li> <li>• Implantar 05 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>
Sul Sergipano (UNIT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 05 auxílios para divulgação de ciência e tecnologia</li> </ul>

---

**Iniciativas:**

- 0685 - Ampliação dos projetos de pesquisas científicas e tecnológicas
- 0686 - Expansão da oferta de bolsas de estudos científicos e de inovação
- 0687 - Ampliação dos projetos de divulgação científica e de inovação
- 0688 - Implantação de novo marco legal no fomento a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I)
- 0689 - Implantação de novo marco legal no financiamento de projetos de inovação
- 0690 - Realização de pesquisas tecnológicas, principalmente para Micro e Pequenas Empresas
- 0691 - Análises de solos e águas, para a concessão de crédito agrícola e gestão de recursos hídricos
- 0692 - Ensaios tecnológicos com qualidade a fim de atender as demandas do setor produtivo
- 0693 - Acreditação de Laboratórios de ITPS
- 0694 - Implantação do Laboratório de Controle de Qualidade de Biocombustíveis
- 0695 - Implantação do Parque de Verificação Metrológico, em parceria com o INMETRO e com SERGIPETEC

**Objetivo:** 0102. Aumentar a disponibilidade financeira para atender a política de desenvolvimento econômico, à ciência, tecnologia e inovação.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia

---

**Metas 2012-2015:**

- Assegurar um incremento no volume de recursos captados, através de termos de parcerias, da ordem de 5%, com base no período de 2007-2010
- Formalizar junto à esfera privada no mínimo 05 parcerias estratégicas

---

**Iniciativas:**

- 0696 - Melhorar a estrutura e a estratégia de captação de recursos
- 0697 - Aumentar o volume de recursos destinados ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico

**Objetivo:** 0103. Ampliar o atendimento ao trabalhador que busca uma colocação a partir de programas gratuitos oferecidos pelo Núcleo de Apoio ao Trabalho (SINE/NAT), contribuindo para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, a redução do desemprego e a sua inclusão no mundo do trabalho.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Trabalho

---

### **Metas 2012-2015:**

---

- Aumento de 60% do número de trabalhadores(as) qualificados(as)
  - Aumento de 40% do número de trabalhadores(as) colocados(as) no mercado de trabalho por meio dos NATs/SINEs
  - Aumento de 60% do número de trabalhadores(as) jovens qualificados(as) inseridos(as) no mercado de trabalho
  - Manutenção da Política de Operacionalização do Sistema de Emprego, Trabalho e Renda (Cadastro do Trabalhador, Seguro Desemprego, CTPS e Intermediação de Mão-de-obra)
  - Construção do Centro de Atendimento ao Trabalhador (CEAT)
- 

### **Iniciativas:**

---

0698 - Qualificação Social e Profissional

0699 - Operacionalização da Rede de Unidades do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – NAT/SINE (Cadastro do Trabalhador, Seguro Desemprego, CTPS)

0700 - Execução de Pesquisa (Emprego e Desemprego no Estado de Sergipe)

0701 - Construção do Centro de Atendimento ao Trabalho (CEAT)

**Objetivo:** 0104. Incentivar a profissionalização dos trabalhadores que produzem artesanato, buscando a qualidade do produto artesanal e a abertura de espaços para a comercialização da produção artesanal, contribuindo para a geração de ocupação ou complementaridade de renda, bem como preservar a tradição artística e cultural locais.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Trabalho

---

### **Metas 2012-2015:**

---

- Aumento de 73% do número de artesãos cadastrados no Estado
- Realização do Fórum para Discussão, Identificação, Validação e Divulgação da identidade do artesanato sergipano
- Adoção da política de qualificação, capacitação e formação de multiplicadores para o artesanato sergipano
- Aprimoramento na Gestão dos funcionários da Gerencia de Artesanato
- Ampliar Participação dos Artesãos em Feiras e Eventos Estaduais, Nacionais e Internacionais
- Elaboração de projetos que criem possibilidades de visibilidade, divulgação e comercialização dos produtos confeccionados pelos artesãos
- Motivar os artesãos a se agregarem as Associações e/ou Cooperativa e o empreendedorismo

**Iniciativas:**

- 0702 - Fomento à Gestão da Produção do Artesanato  
 0703 - Cadastro e Habilitação de Artesãos  
 0704 - Criação de Identidade Visual da Sergipanidade Artesanal  
 0705 - Capacitação dos Artesãos e Formação de Multiplicadores para Qualificação de Mao-de-Obra auxiliar  
 0706 - Participação dos Artesãos em Feiras e Eventos Estaduais, Nacionais e Internacionais  
 0707 - Comercialização de Produtos de Empreendimento Formais e Informais

**Objetivo:** 0105. Manter atualizado o parque tecnológico do Banese, bem como expandir a sua rede de atendimento.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Meta 2012-2015:**

- Disponibilizar R\$ 80 milhões em crédito para o desenvolvimento produtivo

**Iniciativas:**

- 0708 - Atualização do parque tecnológico  
 0709 - Expansão da rede de atendimento  
 0710 - Disponibilização de crédito para o desenvolvimento

**PROGRAMA: 0022- Produção Agropecuária e Desenvolvimento Rural**

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de atendimento a agricultores familiares com assistência técnica estatal. <b>Fonte:</b> IBGE/Emdagro	Percentual	2010	48
Taxa de áreas com cultivos irrigados nos perímetros públicos de Sergipe, exceto o Platô de Neópolis. <b>Fonte:</b> Cohidro	Percentual	05/2011	49
Taxa de formalização fiscal e sanitária das queijarias existentes no Estado. <b>Fonte:</b> Seagri/Emdagro	Percentual	05/2011	0
Taxa de animais livres de febre aftosa com vacinação. <b>Fonte:</b> Emdagro	Percentual	05/2011	100

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>57.975</b>	<b>211.087</b>
Despesas Correntes	25.236	91.884
Despesas de Capital	32.739	119.203
<b>Valores Globais</b>		<b>269.062</b>

**Objetivo:** 0106. Ampliar e diversificar a capacidade produtiva mediante expansão da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), fortalecimento, expansão e consolidação de cadeias produtivas e intensificação de parcerias institucionais para articulação da agricultura familiar com o mercado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Promover o fortalecimento da bovinocultura no Estado, por meio da introdução de 10.000 novilhas geneticamente melhoradas para a produção de leite
- Expandir a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estatal a 76.200 famílias
- Reativar o plantio do algodão, introduzindo o cultivo de 2.000 hectares

**Territorialização das Metas:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 3.000 novilhas</li><li>• Atender 20.000 famílias com ATER</li><li>• Introdução do cultivo de de Algodão em 700 hectares</li></ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.000 novilhas</li><li>• Atender 6.600 famílias com ATER</li></ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.000 novilhas</li><li>• Atender 6.900 famílias com ATER</li></ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.000 novilhas</li><li>• Atender 4.600 famílias com ATER</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 500 novilhas</li><li>• Atender 3.000 famílias com ATER</li><li>• Introdução do cultivo de de Algodão em 700 hectares</li></ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.000 novilhas</li><li>• Atender 8.900 famílias com ATER</li></ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.500 novilhas</li><li>• Atender 9.900 famílias com ATER</li><li>• Introdução do cultivo de de Algodão em 600 hectares</li></ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução de 1.000 novilhas</li><li>• Atender 16.300 famílias com ATER</li></ul>

---

**Iniciativas:**

---

- 0711 - Ampliação da força de trabalho da ATER com formação agronômica e social
- 0712 - Fortalecimento da cadeia produtiva da bovinocultura leiteira
- 0713 - Fortalecimento das cadeias produtivas de aquicultura e pesca
- 0714 - Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura
- 0715 - Fortalecimento da rizicultura com ênfase na agregação de valor
- 0716 - Reinserção da cultura do algodão

- 0717 - Fortalecimento de cadeias produtivas de grãos e tubérculos  
0718 - Fortalecimento da cadeia produtiva de olerícolas  
0719 - Assistência à cadeia produtiva da citricultura  
0720 - Estruturação de bancos de sementes, aquisição e distribuição de sementes à agricultura familiar  
0721 - Produção, aquisição e distribuição de mudas para diversificação da fruticultura  
0722 - Diversificação de explorações agropecuárias, com ênfase na fruticultura  
0723 - Produção de Bioenergia  
0724 - Intensificação de parcerias com mercados institucionais e mercado em geral para absorção da produção da agricultura familiar  
0725 - Qualificação da gestão de agroindústrias familiares  
0726 - Combate à desertificação no Semiárido  
0727 - Defesa sanitária animal e vegetal  
0728 - Criação da Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Sergipe

**Objetivo:** 0107. Expandir a área irrigada do Estado, modernizar sistemas de irrigação existentes, modernizar sistemas de gestão de perímetros irrigados, fortalecer cadeias produtivas e consolidar a atividade produtiva irrigada para garantir o incremento da produção e geração de emprego e renda.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Efetuar revitalização e modernização de infraestruturas em 6 perímetros irrigados
- Efetuar manutenção de 7 perímetros Irrigados

**Territorialização das Metas**

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção e modernização do perímetro Califórnia e manutenção do Jacaré-Curituba</li></ul>
Agreste	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção e modernização dos perímetros Ribeira, Jacarecica I e II</li></ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção e modernização dos perímetros Jabiberi e Piauí</li></ul>

---

**Iniciativas:**

---

- 0729 - Manutenção de perímetros irrigados  
0730 - Revitalização e modernização de perímetros irrigados  
0731 - Recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal de perímetros irrigados  
0732 - Recuperação de infraestrutura de irrigação, abastecimento d'água em comunidades rurais e educação sanitária ambiental – Águas de Sergipe

0733 - Emancipação dos perímetros irrigados

0734 - Capacitação de produtores irrigantes

0735 - Assistência técnica a perímetros e áreas privadas de irrigação

0736 - Implantação do Canal Xingó

**Objetivo:** 0108. Apoiar a melhoria da sustentabilidade da produção da agricultura familiar, mediante a difusão de ações de caráter ambiental, promoção do acesso à água e a moradia digna, suporte a projetos de combate à pobreza rural, mediante implementação de subprojetos comunitários e de superação de prejuízos em razão de perdas da produção agrícola visando à inclusão social.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

---

#### **Metas 2012-2015:**

---

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 40.000 beneficiários do Programa da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Atendimento a 9.500 famílias beneficiárias do Programa de Combate à Pobreza Rural em Sergipe (PCPR)
- Assistência a 15.000 famílias em ações produtivas agrícolas e não agrícolas por meio do Projeto Dom Távora (Governo de Sergipe/FIDA)
- Perfuração de 250 poços artesianos
- Manutenção de 500 poços artesianos

#### **Territorialização das Metas:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Beneficiar 6.000 famílias do PRONAF com ATER</li><li>• Atender 1.600 famílias por meio do PCPR</li><li>• Perfurar 80 poços e manter 160</li></ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Beneficiar 3.000 famílias do PRONAF com ATER</li><li>• Atender 700 famílias por meio do PCPR</li><li>• Perfurar 20 poços e manter 40</li></ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"><li>• Beneficiar 6.000 famílias do PRONAF com ATER</li><li>• Atender 1.800 famílias por meio do PCPR</li><li>• Assistir a 7.000 famílias por meio do projeto Dom Távora</li><li>• Perfurar 10 poços e manter 20</li></ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Beneficiar 5.000 famílias do PRONAF com ATER</li><li>• Atender 1.000 famílias por meio do PCPR</li><li>• Perfurar 20 poços e manter 40</li></ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>• Beneficiar 3.000 famílias do PRONAF com ATER</li><li>• Atender 1.000 famílias por meio do PCPR</li><li>• Perfurar 20 poços e manter 40</li></ul>

Território	Meta Total
Agreste Central	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiar 5.000 famílias do PRONAF com ATER</li> <li>• Atender 1.200 famílias por meio do PCPR</li> <li>• Assistir a 4.000 famílias por meio do projeto Dom Távora</li> <li>• Perfurar 60 poços e manter 120</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiar 6.000 famílias do PRONAF com ATER</li> <li>• Atender 1.200 famílias por meio do PCPR</li> <li>• Assistir a 4.000 famílias por meio do projeto Dom Távora</li> <li>• Perfurar 20 poços e manter 40</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiar 6.000 famílias do PRONAF com ATER</li> <li>• Atender 1.000 famílias por meio do PCPR</li> <li>• Perfurar 20 poços e manter 40</li> </ul>

**Iniciativas:**

- 0737 - Implementação do Programa Nacional de Garantia-Safra  
 0738 - ATER à Agricultura Familiar (PRONAF) e outros Programas  
 0739 - Implementação do Projeto Dom Távora  
 0740 - Implementação do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)  
 0741 - Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)  
 0742 - Agricultura familiar (Sergipe sem Miséria)  
 0743 - Assessoria técnica à agricultura familiar em tecnologia, infraestrutura, máquinas e equipamentos e distribuição de insumos  
 0744 - Construção, recuperação e manutenção de poços, cisternas, aguadas e barragens (acesso à água)  
 0745 - Capacitação de produtores  
 0746 - Incentivo à realização de feiras livres da agricultura familiar e feiras agroecológicas

**Objetivo:** 0109. Promover o acesso a terra para o público alvo do Plano Nacional de Reforma Agrária e de outras linhas de ação de programas fundiários, diretamente pelo Estado e ou em articulação com Programas Federais, prestar assistência técnica, ambiental e social à agricultores assentados, bem como regularizar a ocupação das terras do Estado para garantir segurança jurídica de posse do imóvel aos agricultores familiares.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**Metas 2012-2015:**

- Expandir a ação de Reforma Agrária no Estado por meio da aquisição de 50.000 hectares de terras para assentamento de agricultores sem terra
- Assistir a 26.000 famílias da agricultura familiar em ações de regularização fundiária
- Assentar 800 famílias por meio do Crédito Fundiário

### Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 9.000 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assistir a 6.500 famílias com regularização fundiária</li> <li>• Assentar 60 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 2.000 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assentar 60 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 5.000 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assentar 240 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 8.500 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assentar 120 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assentar 120 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Agreste Central	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 6.000 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assistir a 6.500 famílias com regularização fundiária</li> <li>• Assentar 60 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 8.000 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assistir a 6.500 famílias com regularização fundiária</li> <li>• Assentar 80 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 11.500 hectares de terras para reforma agrária</li> <li>• Assistir a 6.500 famílias com regularização fundiária</li> <li>• Assentar 60 famílias por meio do Crédito Fundiário</li> </ul>

---

### Iniciativas:

0747 - Aquisição de imóveis rurais para assentamento de agricultores sem terra (PNRA)

0748 - Regularização fundiária de imóveis rurais

0749 - Implementação do Programa de Crédito Fundiário

0750 - Implementação da Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES)

0751 - ATER a assentamentos rurais

**Objetivo:** 0110. Promover a qualificação continuada dos recursos humanos, a modernização dos sistemas de informação, reestruturação organizacional e operacional, reforma e manutenção de unidades operativas das organizações setoriais, para melhoria do desempenho funcional e operacional do setor público agrícola

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

---

### Metas 2012-2015:

- Realizar 52 exposições agropecuárias (13 a cada ano), para proporcionar o intercâmbio de inovações tecnológicas para agricultores, técnicos e outros interessados
- Realizar capacitação dos servidores técnicos e administrativos

## Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 16 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 25 servidores</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar 25 servidores</li> </ul>
Baixo São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar 25 servidores</li> </ul>
JLeste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 4 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 25 servidores</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 16 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 300 servidores</li> </ul>
Agreste Central	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 4 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 30 servidores</li> </ul>
Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 8 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 35 servidores</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar 4 exposições agropecuárias</li> <li>• Capacitar 35 servidores</li> </ul>

---

### Iniciativas:

- 0752 - Ampliação, qualificação e requalificação de quadros técnicos para fortalecimento da assistência técnica e extensão rural
- 0753 - Capacitação de recursos humanos
- 0754 - Fortalecimento da pesquisa agropecuária
- 0755 - Estudos agronômicos e sociais
- 0756 - Incentivo à realização de eventos técnico-científicos para intercâmbio e expansão de inovações tecnológicas
- 0757 - Monitoramento e avaliação das políticas públicas do setor agropecuário
- 0758 - Reestruturação da tecnologia da informação
- 0759 - Aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliário
- 0760 - Renovação da frota de veículos
- 0761 - Construção, reforma e manutenção de escritórios
- 0762 - Exposições agropecuárias
- 0763 - Comunicação rural, social e marketing

**Objetivo:** 0111. Implantar, recuperar e modernizar instalações e equipamentos de infraestrutura agropecuária e de suporte a iniciativas de cunho associativo, mediante a elaboração e execução de projetos de economia solidária

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

---

### Metas 2012-2015:

- Implantação de 1 central de abastecimento

- Instalação de 3 frigoríficos regionais em parceria com a iniciativa privada
- Implantação do Terminal Pesqueiro de Aracaju

#### Territorialização das Metas

Território	Meta Total
Alto Sertão	• Implantar 1 Frigorífico em Nossa Senhora da Glória
Grande Aracaju	• Implantar 1 Terminal Pesqueiro em Aracaju
Agreste Central	• Implantar 1 Central de Abastecimento em Itabaiana • Implantar 1 Frigorífico em Itabaiana
Sul Sergipano	• Implantar 1 Frigorífico em Estância

#### Iniciativas:

- 0764 - Implantação de central de abastecimento e mercados municipais  
 0765 - Instalação de frigoríficos regionais em parceria com a iniciativa privada  
 0766 - Recuperação de parques de exposição agropecuária  
 0767 - Implantação do Terminal Pesqueiro de Aracaju  
 0768 - Recuperação e operacionalização do Centro de Vocações Tecnológicas (CVT) e Centro de Difusão Tecnológica (CDT)  
 0769 - Reforma e recuperação de matadouros

#### PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento do Turismo

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Passageiros no Aeroporto Santa Maria. <b>Fonte:</b> INFRAERO	Unidade	2010	940.389
Taxa de ocupação média anual hoteleira. <b>Fonte:</b> Setur	Percentual	2010	60,00
Empregos Formais nas atividades características do turismo. <b>Fonte:</b> Sistema Integrado de Informações s/ o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT/IPEA)	Percentual	2010	4,00

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>50.246</b>	<b>182.946</b>
Despesas Correntes	21.262	77.415
Despesas de Capital	28.984	105.531
<b>Valores Globais</b>		<b>233.192</b>

**Objetivo:** 0112. Aperfeiçoar a gestão dos equipamentos turísticos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

#### Meta 2012-2015:

- Elaboração de Plano de Gestão de Equipamentos Turísticos

---

**Iniciativas:**

0770 - Elaborar e executar plano de gestão de equipamentos turísticos próprios

0771 - Realizar manutenção preventiva

**Objetivo:** 0113. Ampliar a participação de empresários de negócios turísticos em feiras e eventos do setor.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

- Contar com a participação de 40 distintos empreendimentos nas diferentes feiras e eventos

---

**Iniciativas:**

0772 - Publicar antecipadamente o calendário de feiras e eventos que o Estado participará

0773 - Subsidiar o custo de aluguel do espaço no stand da feira ou evento

**Objetivo:** 0114. Fomentar o acesso de investidores do setor turístico aos incentivos financeiros, locacionais, fiscais e logísticos

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

- 300 empreendimentos turísticos criados, ampliadas ou renovados

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Alto Sertão	• 20 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Médio Sertão	• 2 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Baixo São Francisco	• 10 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Leste Sergipano	• 20 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Grande Aracaju	• 228 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados
Agreste	• 5 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Centro-Sul	• 5 empreendimentos turísticos criados ou renovados
Sul Sergipano	• 10 empreendimentos turísticos criados, ampliados ou renovados

---

**Iniciativas:**

0774 - Elaborar Guia do Investidor Turístico

0775 - Realizar oficinas sobre investimentos turísticos em Sergipe

0776 - Criação, ampliação ou renovação de empreendimentos turísticos

**Objetivo:** 0115. Realizar ações estratégicas de divulgação do produto turístico sergipano

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Realização de 608 distintas promoções do destino Sergipe
- 

**Iniciativas:**

---

0777 - Realizar eventos de familiarização com o Destino Sergipe, voltados para a imprensa (Presstrip) e agentes de viagens (Famtour)

0778 - Formatar e executar Plano de Comunicação e Marketing do Destino Sergipe

**Objetivo:** 0116. Ampliar a participação dos produtos de outros setores econômicos locais (gastronomia, artesanato, moda, higiene, etc.) na cadeia produtiva do turismo.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- 100% dos Alojamentos cadastrados e estabelecimentos de alimentação utilizando produtos sergipanos em seus serviços
- 

**Iniciativas:**

---

0779 - Realizar o mapeamento da cadeia produtiva associada ao turismo

0780 - Facilitar o acesso aos produtos associados ao turismo

**Objetivo:** 0117. Desenvolver ações estratégicas de prevenção ao turismo sexual

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Realizar 36 eventos educativos para a prevenção do turismo com finalidades sexuais

**Territorialização da Meta**

Território	Meta Total
Alto Sertão	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Médio Sertão	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Baixo São Francisco	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Leste Sergipano	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Grande Aracaju	• 8 eventos para a prevenção do turismo sexual
Agreste	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Centro-Sul	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual
Sul Sergipano	• 4 eventos para a prevenção do turismo sexual

**Iniciativas:**

---

- 0781 - Realizar seminários para pessoas envolvidas direta e indiretamente com a cadeia produtiva do turismo
- 0782 - Realização de campanhas educativas para o enfrentamento ao turismo sexual
- 0783 - Realizar capacitações com os trabalhadores das atividades características do turismo

**Objetivo:** 0118. Promover a qualificação dos produtos e serviços turísticos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- 200 estabelecimentos cadastrados no Cadastur participando de eventos de qualificação

**Iniciativas:**

---

- 0784 - Ampliar a adesão ao sistema de classificação hoteleira
- 0785 - Ampliar a adesão ao CADASTUR
- 0786 - Estimular a participação no Selo de Qualidade Turística do Ministério do Turismo
- 0787 - Realizar eventos de qualificação para o turismo

**Objetivo:** 0119. Ampliar a infraestrutura turística.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Realizar 40 obras estruturantes

**Iniciativas:**

---

- 0788 - Realizar obras de reforma, restauração e revitalização de patrimônios culturais de interesse turístico
- 0789 - Implantar projeto de sinalização turística e interpretativa de unidades museais
- 0790 - Construir obras de infraestrutura viária
- 0791 - Construir infraestruturas de apoio ao turismo náutico
- 0792 - Elaborar e executar projetos de infraestrutura turística litorânea de Aracaju
- 0793 - Construir novo Centro de Exposições e Eventos
- 0794 - Criar e implantar novos equipamentos turísticos/culturais (Praça da Ponta do Saco, museu do Cangaço e Cidade Cenográfica)
- 0795 - Implementar e complementar sinalização turística

**Objetivo:** 0120. Apoiar a realização de eventos geradores de fluxo turístico.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Apoiar a realização de 360 eventos

**Iniciativas:**

07196 - Definir um Calendário de Eventos Turísticos

0797 - Desenvolver mecanismos de Apoio a Eventos Turísticos

0798 - Estimular a captação de eventos geradores de fluxo turístico

0799 - Realizar eventos apoiados através de emendas parlamentares ao Orçamento da União

**Objetivo:** 0121. Desenvolvimento de novos produtos e segmentos

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Turismo

---

**Meta 2012-2015:**

---

- Criação de 10 segmentos e produtos turísticos

**Iniciativas:**

0800 - Realizar inventário turístico

0801 - Criar novos produtos

0802 - Ampliar e diversificar os segmentos turísticos (elaborar e implantar roteiros)

**PROGRAMA: 0024 - Gestão e Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Instrumentos legais e normativos elaborados. <b>Fonte:</b> SEMARH	Unidade	12/2010	16,0
Áreas protegidas como percentagem da área total do Estado. Fonte: SEMARH	Percentual	12/2010	12,06
Pessoas capacitadas no processo de gestão ambiental. <b>Fonte:</b> SEMARH	Unidade	12/2010	3.846
Pessoas envolvidas com atividades de educação ambiental. <b>Fonte:</b> SEMARH	Unidade	12/2010	30.858
Equipamentos para gestão e controle ambiental e de recursos hídricos. <b>Fonte:</b> SEMARH	Unidade	12/2010	40,0

Indicadores (Denominação e Fonte)	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Ações de controle e fiscalização ambiental:			5.155
• Autorizações de direito de uso da água		12/2010	3.195
• Monitoramento ambiental (amostras de água)	Unidade		453
• Licenciamento ambiental			6.015
Fiscalização ambiental. <b>Fonte:</b> ADEMA e SEMARH			

Valor Global do Programa	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013- 2015 (mil R\$)
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>9.165</b>	<b>33.370</b>
Despesas Correntes	6.082	22.145
Despesas de Capital	3.083	11.225
<b>Valores Globais</b>	<b>42.535</b>	

**Objetivo:** 0122. Proteger ecossistemas representativos dos biomas Mata Atlântica e Caatinga, garantindo a oferta de bens e serviços ambientais para a população, conciliando a proteção ambiental com o desenvolvimento sustentável.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

#### **Metas 2012-2015:**

- Criar oito Unidades de Conservação da Natureza no Estado e Consolidar o Sistema de Gestão em doze Unidades de Conservação
- Elaborar quatro Planos de Manejo para Unidades de Conservação da Natureza
- Implantar Sistema de Abastecimento em uma Unidade de Conservação da Natureza
- Elaborar um inventário florestal abrangendo todo o Estado de Sergipe
- Produzir dois livros vermelhos da fauna e flora ameaçadas de Sergipe
- Implementar um Plano Estadual de Florestas no território sergipano
- Elaborar um anteprojeto de lei para pagamento por serviços ecossistêmicos
- Recuperar áreas de preservação permanente em quatro sub-bacias hidrográficas

#### **Territorialização das Metas:**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	• 01 UC criada (Serra da Guia)
Médio Sertão Sergipano	• 01 UC criada e 01 Plano de Manejo (Mata do Cipó)
Leste Sergipano/ Macrorregião do Litoral	• 01 sub-bacia recuperada (Siriri Vivo) • 01 Plano de Manejo (APA Norte)
Grande Aracaju	• 02 UC's criadas (Mata do Pratinha e estuário do rio Vaza Barris)

Território	Meta Total
Agreste Central Sergipano/ Macrorregião do Agreste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 sub-bacia recuperada (Cajueiro dos Veados)</li> <li>• 01 UC criada e 01 Plano de Manejo elaborado (Serra da Miaba)</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 UC criada (Serra dos Macacos)</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 UC criada e 01 Plano de Manejo (Guigó)</li> </ul>

#### **Iniciativas:**

- 0803 - Criação de Unidades de Conservação da Natureza
- 0804 - Elaboração de Planos de Manejo para Unidades de Conservação da Natureza
- 0805 - Consolidação do Sistema de Gestão das Unidades de Conservação da Natureza
- 0806 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no MONA Grota do Angico
- 0807 - Elaboração do Inventário Florestal do Estado
- 0808 - Produção e Impressão de Livros Vermelhos da Fauna e Flora Ameaçadas de Sergipe
- 0809 - Implementação do Plano Estadual de Florestas
- 0810 - Elaboração de Anteprojeto de Lei para Pagamento por Serviços Ecossistêmicos
- 0811 - Recuperação de Áreas de Preservação Permanente em Sub-bacias Hidrográficas

**Objetivo:** 0123. Contribuir para a melhoria do nível de consciência ambiental da população sergipana, de modo a minimizar o uso indevido dos recursos naturais e a deficiência do planejamento territorial e da aplicação dos instrumentos de gestão ambiental, fortalecimento o Sistema Estadual de Meio Ambiente, da Consciência Ecológica e da Gestão Ambiental.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

#### **Metas 2012-2015:**

- Elaborar 01 Plano Estadual de Educação Ambiental
- Implantar 05 Coletivos Educadores e Fortalecer os existentes
- Realizar 20 Eventos para a Construção da Cidadania Ambiental
- Capacitar 1.000 pessoas para a gestão ambiental sustentável
- Realizar sensibilização para a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 22 órgãos estaduais

#### **Territorialização da Meta:**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 70 pessoas.</li> </ul>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 60 pessoas</li> </ul>

Território	Meta Total
Baixo São Francisco Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 140 pessoas</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 140 pessoas</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 90 pessoas</li> </ul>
Agreste Central Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 90 pessoas</li> </ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 50 pessoas</li> </ul>
Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer 01 coletivo educador</li> <li>• Realizar 01 evento</li> <li>• Capacitar 110 pessoas</li> </ul>

**Iniciativas:**

- 0812 - Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental  
 0813 - Implantação e Fortalecimento de Coletivos Educadores  
 0814 - Realização de Eventos para Construção da Cidadania Ambiental  
 0815 - Capacitação Continuada para a Gestão Ambiental Sustentável  
 0816 - Realização de Sensibilizações para a A3P em Órgãos da Administração Estadual

**Objetivo:** 0124. Implementar instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental com vistas à melhoria do processo de uso e ocupação do solo rural e urbano, com reflexo na qualidade ambiental do Estado.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

**Metas 2012-2015:**

- Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado
- Revisar 07 planos de gestão integrada de orla marítima
- Elaborar 01 Plano Estadual de Meio Ambiente
- Formular 01 Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
- Implantar 01 Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

### Territorialização da Meta:

Território	Meta Total
Alto Sertão /Macrorregião do Sertão	• 1 Plano Estadual de Combate à Desertificação e a Seca
Baixo São Francisco Sergipano	• 2 planos de gestão integrada de orla marítima
Leste Sergipano	• 1 plano de gestão integrada de orla marítima
Grande Aracaju	• 3 planos de gestão integrada de orla marítima
Sul Sergipano	• 1 plano de gestão integrada de orla marítima

---

### Iniciativas:

0817 - Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado

0818 - Revisão de Planos de Gestão Integrada de Orla Marítima

0819 - Elaboração do Plano Estadual de Meio Ambiente

0820 - Formulação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro

0821 - Implantação do Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

**Objetivo:** 0125. Fortalecer a gestão regionalizada e integrada dos resíduos sólidos no Estado de Sergipe com vistas à extinção dos lixões e a implementação da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

### Metas 2012-2015:

- Criação de 01 consórcio público de saneamento básico e fortalecimento de outros quatro
- Criação de 01 Sistema Estadual de Dados e Informações sobre Resíduos Sólidos
- Elaboração de 02 Planos Estaduais, de Gestão de Resíduos Sólidos e de Coleta Seletiva e de quatro Regionais de Gestão de Resíduos Sólidos

### Territorialização da Meta:

Território	Meta Total
Grande Aracaju	• 01 Consórcio criado

---

### Iniciativas:

0822 - Criação e Fortalecimento de Consórcios Públicos

0823 - Criação de Sistema Estadual de Dados e Informações sobre Resíduos Sólidos

0824 - Elaboração de Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos

0825 - Elaboração de Planos Regionais de Gestão de Resíduos Sólidos

0826 - Elaboração de Plano Estadual de Coleta Seletiva

**Objetivo:** 0126: Suprir o órgão gestor de recursos hídricos do Estado de instrumentos capazes de promover a gestão eficiente e eficaz da água nas suas bacias hidrográficas.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Ampliar e manter em operação a Rede Hidrométrica e de Qualidade das Águas de Sergipe, com 68 estações fluviométricas e 77 pontos de monitoramento da qualidade das águas
- Ampliar em 18 estações a Rede Meteorológica de Sergipe e manter 27 em operação
- Aquisição de 40 equipamentos de informática para o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (*nobreak*, impressora, provedor, *notebook* e *desktop*)
- Aquisição e instalação de 01 radar meteorológico
- Concessão de 400 autorizações de direito de uso de recursos hídricos
- Fiscalização de 600 usuários de recursos hídricos
- Elaboração de 04 Planos de Recursos Hídricos
- Elaboração de 01 estudo de potencialidade dos Aquíferos Marituba/Cotinguiba

**Iniciativas:**

---

- 0827 - Implantação da Rede Hidrométrica  
0828 - Operação e manutenção da Rede Hidrométrica  
0829 - Ampliação da Rede Meteorológica  
0830 - Operação e Manutenção da Rede Meteorológica  
0831 - Operação e Manutenção da Rede de Qualidade de Água  
0832 - Aquisição de Equipamentos de Informática para o Sistema de Informações de Recursos Hídricos  
0833 - Aquisição e Instalação de Radar Meteorológico  
0834 - Autorização de Direito de Uso dos Recursos Hídricos  
0835 - Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos  
0836 - Elaboração de Planos Diretores das Bacias Hidrográficas dos Rios Japaratuba, Piauí e Sergipe  
0837 - Elaboração de Estudos da Potencialidade dos Aquíferos Marituba/Cotinguiba  
0838 - Elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água do Semi-Árido Sergipano

**Objetivo:** 0127. Viabilizar a gestão participativa dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Estado com o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Meta 2012-2015:**

- Implantação de 02 Comitês de Bacias Hidrográficas e apoio à manutenção de 05

**Iniciativas:**

0839 - Implantação de Comitês de Bacias Hidrográficas

0840 - Apoio à Manutenção de Comitês de Bacias Hidrográficas

**Objetivo:** 0128. Ampliar a oferta e tornar acessível água com boa qualidade para as comunidades que residem no semiárido do Estado de Sergipe que sofrem com problemas de deficiência hídrica e, sobretudo, de água potável, dando prioridade às localidades mais dispersas desta região.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Metas 2012-2015:**

- Recuperar 52 sistemas de dessalinização
- Implantar 10 sistemas de dessalinização e manter 62

**Territorialização da Meta:**

Território	Meta Total
Alto Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recuperar 20 sistemas de dessalinização</li><li>• Implantar 5 sistemas de dessalinização</li></ul>
Agreste Central Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recuperar 10 sistemas de dessalinização</li></ul>
Centro-Sul Sergipano	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recuperar 22 sistemas de dessalinização</li><li>• Implantar 5 sistemas de dessalinização</li></ul>

**Iniciativas:**

0841 - Recuperação de Sistemas de Dessalinização

0842 - Implantação de Sistemas de Dessalinização

0843 - Manutenção dos Sistemas de Dessalinização Recuperados

0844 - Recuperação de Perímetros Irrigados

**Objetivo:** 0129. Obter a sustentabilidade ambiental através de ações de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Metas 2012-2015:**

- Fiscalizar e Monitorar 4.000 empreendimentos

- Emitir 6.300 licenças ambientais
- Elaborar 20 Estudos e Pesquisas relacionados com licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.
- Criar um Banco de Dados Geoespaciais
- Criar um Sistema de Estudos Estatísticos de Meio Ambiente

---

**Iniciativas:**


---

0845 - Licenciamento Ambiental

0846 - Fiscalização Ambiental

0847 - Monitoramento Ambiental

0848 - Criação de Banco de Dados Geoespaciais

0849 - Criação de Sistemas de Estudos Estatísticos de Meio Ambiente

0850 - Elaboração de Estudos e Pesquisas

### **PROGRAMA: 0025- Águas de Sergipe**

<b>Indicadores (Denominação e Fonte)</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
Melhorar a eficiência da irrigação nos perímetros irrigados na Porção da Ribeira e Jacarecica I. <b>Fonte:</b> PAD/Semarh	Percentual	2010	50
Reducir a carga de poluição de demanda bioquímica de oxigênio (DBO)/ano. <b>Fonte:</b> Project Appraisal Document (PAD)/DESO	Tonelada	2010	1.427
Criação, expansão e manejo de área de conservação ambiental na bacia do rio Sergipe. <b>Fonte:</b> PAD/Semarh	Percentual	2010	1,76
Melhorar as práticas de conservação do solo e qualidade da água na área da sub-bacia do rio Jacarecica. <b>Fonte:</b> PAD/Semarh	Percentual	2010	10
Ligações domiciliares de esgoto sanitário nos municípios que estão inseridos no escopo do programa. <b>Fonte:</b> PAD/Semarh	Unidade	2010	55.000

<b>Valor Global do Programa</b>	<b>Valor 2012 (mil R\$)</b>	<b>Valor 2013-2015 (mil R\$)</b>
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>	<b>24.172</b>	<b>88.010</b>
Despesas Correntes	6.597	24.020
Despesas de Capital	17.575	63.990
<b>Valores Globais</b>		<b>112.182</b>

**Objetivo:** 0130. Fortalecer a gestão de recursos hídricos e promover o desenvolvimento institucional para o uso racional e sustentável desses recursos, consolidando uma política de longo prazo para os setores hídrico e ambiental do Estado de Sergipe.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

### **Metas 2012-2015:**

---

- Implementar ações de fortalecimento institucional da SEMARH, ADEMA e ITPS
  - Implementar 10 instrumentos de gestão ambiental e de recursos hídricos
  - Desenvolver estudos e implementar ações de gestão e regulação de serviços
  - Desenvolver estudos e implementar ações de comunicação social e educação ambiental
- 

### **Iniciativas:**

---

- 0851 - Realização de Estudos Diversos para o Planejamento Institucional Estratégico e definição de ações de divulgação das áreas de meio ambiente e recursos hídricos
- 0852 - Implantação da estrutura organizacional da Agência Reguladora de Serviços (AGRESE)
- 0853 - Criação e delimitação de áreas protegidas
- 0854 - Reenquadramento dos Corpos d'Água
- 0855 - Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
- 0856 - Incentivos econômicos e pagamentos para serviços ambientais
- 0857 - Definir áreas degradadas a serem recuperadas
- 0858 - Reflorestamento para fins energéticos
- 0859 - Elaboração do projeto básico e Construção da infraestrutura física para a SEMARH
- 0860 - Aquisição de mobiliários e equipamentos de Comunicação, Informática (hardware e software) e Transporte (veículos e barcos)
- 0861 - Capacitação de servidores do Estado em recursos hídricos e meio ambiente e de técnicos do ITPS em procedimentos laboratoriais
- 0862 - Aquisição de Equipamentos para os laboratórios do ITPS e de bens móveis e imóveis, materiais e equipamentos para funcionamento da AGRESE e da UAPAS
- 0863 - Fortalecimento do comitê da bacia hidrográfica do Rio Sergipe
- 0864 - Atualização de cadastro de usos e usuários de água da BHSE
- 0865 - Elaboração do Zoneamento ecológico-econômico
- 0866 - Elaboração de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a área ambiental e Implantação do sistema integrado de licenciamento ambiental e de outorga do uso da água
- 0867 - Monitoramento da qualidade das Águas dos rios, reservatórios e estuário da BHSE
- 0868 - Elaboração de Planos de gestão e manejo das áreas protegidas
- 0869 - Elaboração de Diagnóstico e projetos de intervenções e Realização de obras para recuperação de áreas degradadas
- 0870 - Apoio a municípios na criação e implementação de processos para a gestão integrada de resíduos sólidos na Bacia Hidrográfica do rio Sergipe (BHSE)
- 0871 - Desenvolvimento de modelos de gestão de saneamento rural e de pequenas comunidades e detalhamento de áreas pilotos

- 0872 - Apoio as ações de comunicação social externa
- 0873 - Implementação da Política e do Plano Estadual de Educação Ambiental
- 0874 - Elaboração de material educativo para divulgação
- 0875 - Supervisão de obras do Programa
- 0876 - Realização de auditoria independente do Programa
- 0877 - Monitoramento, avaliação e divulgação das ações do Programa Águas de Sergipe

**Objetivo:** 0131. Fortalecer as instituições responsáveis pelas políticas agrícolas do Estado e promover melhorias estruturais e de eficiência operacional da infra-estrutura hídrica da bacia hidrográfica do rio Sergipe, notadamente da sub-bacia do rio Jacarecica, propiciando a recuperação, proteção e o potencial aproveitamento sustentável de seus recursos naturais, com resultados mais efetivos de desenvolvimento econômico e social.

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Modernizar e recuperar 02 perímetros públicos de irrigação
- Promover melhorias na infraestrutura hídrica e ações de gestão ambiental
- Fortalecimento institucional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (SEAGRI), Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO)

**Territorialização da Meta:**

Território	Meta Total
Agreste Central Sergipano	Modernização e recuperação de 02 perímetros públicos de irrigação

**Iniciativas:**

---

0878 - Realização de batimetria nos reservatórios das barragens dos perímetros irrigados Jacarecica I e Poção da Ribeira e Implantação de stop-log nas barragens dos reservatórios desses perímetros e de Jacarecica II

0879 - Desenvolvimento de sistema para análise de alocação de água para irrigação e Implantação de modelo para operação de reservatórios

0880 - Realização de cadastro agrosocioeconômico dos usuários de água dos perímetros irrigados; de Estudo de viabilidade e modelagem técnica do perímetro irrigado Jacarecica II e de Diagnóstico socioambiental em propriedades rurais

0881 - Perfuração e reabilitação de poços tubulares profundos

0882 - Implantação de irrigação localizada e de Sistemas de irrigação familiar

- 0883 - Recuperação das áreas de reserva legal e de preservação permanente dos perímetros irrigados
- 0884 - Transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica
- 0885 - Capacitação de agricultores na gestão de recursos naturais, através da COHIDRO e da EMDAGRO
- 0886 - Implantação de modelo de gestão de sistemas de abastecimento e de Sistema sanitário e sumidouros em comunidades rurais
- 0887 - Construção e manutenção de terraços e cordões em contornos e de estradas vicinais
- 0888 - Recuperação e ampliação do Centro de Difusão de Agroecologia e implantação de Propriedades de Referencia
- 0889 - Implantação de área de coleta de embalagem de agrotóxicos
- 0890 - Elaboração de plano de monitoramento das ações de manejo ambiental
- 0891 - Produção de mudas de essências florestais, frutíferas e forrageiras e Reflorestamento para recuperação de nascentes, mata ciliar, reserva legal e bosque energético e implantação de SAF'S, quebra-vento e cordões de contorno
- 0892 - Aquisição de perfuratriz
- 0893 - Realização de ações de comunicação social e educação ambiental através da COHIDRO e da EMDAGRO
- 0894 - Fortalecimento institucional da COHIDRO e da EMDAGRO e Realização de ações de comunicação social e educação ambiental

**Objetivo:** 0132. Promover a expansão e melhorias estruturais e de eficiência operacional na infraestrutura urbana de saneamento ambiental, com vista a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população de parte dos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe (BHSE).

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

---

**Metas 2012-2015:**

---

- Promover melhorias estruturais e de eficiência operacional da infra-estrutura hídrica urbana de saneamento ambiental na BHSE
- Ampliação e modernização do sistema de abastecimento d'água de Divina Pastora
- Realização de diagnóstico e implantação do Projeto de Combate das perdas de águas na rede de distribuição do município de Divina Pastora
- Implantação do sistema de abastecimento de água de Itabaiana
- Implantação de 07 sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos
- Implantação de 01 sistema de drenagem urbana
- Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Itabaiana

**Territorialização da Meta:**

<b>Território</b>	<b>Meta Total</b>
Médio Sertão Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 1 sistemas de coleta e tratamento de esgoto</li> </ul>
Leste Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação e modernização de 1 sistema de abastecimento d'água</li> </ul>
Grande Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 5 sistemas de coleta e tratamento de esgoto</li> </ul>
Agreste Central Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 1 sistemas de coleta e tratamento de esgoto</li> <li>• Implantação do sistema de abastecimento de água</li> <li>• Implantação de 01 sistema de drenagem urbana</li> <li>• Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Itabaiana</li> </ul>

**Iniciativas:**

0895 - Ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água de Divina Pastora

0896 - Realização de diagnóstico e implantação do Projeto de Combate das perdas de águas no sistema de distribuição do município de Divina Pastora

0897 - Diagnóstico e Modernização da capacidade de Gestão da DESO e Aquisição de equipamentos de informática e Sistema de Tecnologia da Informação

0898 - Implantação do Sistema de abastecimento de água e de Sistema de drenagem urbana em Itabaiana de Itabaiana

0899 - Sistema de coleta e tratamento de esgotos domésticos em Itabaiana, N S das Dores, Ribeirópolis, Barra dos Coqueiros e alguns bairros de Aracaju

0900 - Elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Itabaiana

# *Anexo II*

*Programas de Gestão,  
Manutenção e Serviços ao Estado*

**Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

<b>Programa</b>	<b>Valor 2012 (R\$ mil)</b>	<b>Valor 2013- 2015 (R\$ mil)</b>	<b>Total 2012- 2015 (R\$ mil)</b>
<b>0026 - Gestão e Manutenção da Assembléia Legislativa</b>	<b>164.267</b>	<b>598.095</b>	<b>762.362</b>
Corrente	158.017	575.339	733.355
Capital	6.250	22.756	29.006
<b>0027 - Gestão e Manutenção do Tribunal de Contas</b>	<b>93.651</b>	<b>340.984</b>	<b>434.635</b>
Corrente	93.023	338.697	431.720
Capital	628	2.287	2.915
<b>0028 - Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça</b>	<b>301.470</b>	<b>1.097.652</b>	<b>1.399.122</b>
Corrente	301.320	1.097.106	1.398.426
Capital	150	546	696
<b>0029 - Gestão e Manutenção da Secretaria de Governo</b>	<b>7.222</b>	<b>26.294</b>	<b>33.515</b>
Corrente	7.202	26.221	33.423
Capital	20	73	93
<b>0030 - Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Estado</b>	<b>30.377</b>	<b>110.603</b>	<b>140.980</b>
Corrente	30.348	110.498	140.846
Capital	29	105	134
<b>0031 - Gestão e Manutenção do Ministério Público</b>	<b>113.258</b>	<b>412.372</b>	<b>525.630</b>
Corrente	112.713	410.387	523.100
Capital	545	1.984	2.529
<b>0032 - Gestão e Manutenção da Vice-Governadoria</b>	<b>1.365</b>	<b>4.971</b>	<b>6.336</b>
Corrente	1.355	4.934	6.289
Capital	10	36	46
<b>033 - Gestão e Manutenção da Casa Civil</b>	<b>33.503</b>	<b>121.986</b>	<b>155.489</b>
Corrente	33.503	121.986	155.489
Capital	0	0	0
<b>0034 - Gestão e Manutenção do Desenvolvimento Urbano</b>	<b>12.299</b>	<b>44.779</b>	<b>57.078</b>
Corrente	12.049	43.869	55.918
Capital	250	910	1.160
<b>0035 - Gestão e Manutenção do Planejamento e Orçamento</b>	<b>1.012.396</b>	<b>3.686.135</b>	<b>4.698.532</b>
Corrente	1.009.183	3.674.435	4.683.618
Capital	3.213	11.700	14.913
<b>0036 - Gestão e Manutenção da Secretaria da Fazenda</b>	<b>267.463</b>	<b>973.831</b>	<b>1.241.294</b>
Corrente	267.463	973.831	1.241.294
Capital	0	0	0

<b>Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado</b>	<b>Valor 2012 (R\$ mil)</b>	<b>Valor 2013- 2015 (R\$ mil)</b>	<b>Total 2012- 2015 (R\$ mil)</b>
<b>0037 - Gestão e Manutenção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural</b>	<b>142.989</b>	<b>520.622</b>	<b>663.611</b>
Corrente	141.504	515.215	656.719
Capital	1.485	5.407	6.893
<b>0038 - Gestão e Manutenção da Educação</b>	<b>993.941</b>	<b>3.618.940</b>	<b>4.612.882</b>
Corrente	989.363	3.602.271	4.591.634
Capital	4.578	16.669	21.247
<b>0039 - Gestão e Manutenção do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia</b>	<b>51.934</b>	<b>189.092</b>	<b>241.025</b>
Corrente	45.687	166.345	212.032
Capital	6.247	22.746	28.994
<b>0040 - Gestão e Manutenção da Saúde</b>	<b>112.728</b>	<b>410.443</b>	<b>523.171</b>
Corrente	111.928	407.530	519.458
Capital	800	2.913	3.713
<b>0041 - Gestão e Manutenção da Justiça e da Defesa ao Consumidor</b>	<b>81.531</b>	<b>296.853</b>	<b>378.384</b>
Corrente	81.430	296.486	377.915
Capital	101	368	469
<b>0042 - Gestão e Manutenção da Segurança Pública</b>	<b>872.988</b>	<b>3.178.548</b>	<b>4.051.535</b>
Corrente	865.350	3.150.739	4.016.089
Capital	7.638	27.808	35.446
<b>0043 - Gestão e Manutenção da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social</b>	<b>36.123</b>	<b>131.525</b>	<b>167.649</b>
Corrente	33.613	122.386	156.000
Capital	2.510	9.139	11.649
<b>0044 - Gestão e Manutenção da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável</b>	<b>78.204</b>	<b>284.741</b>	<b>362.945</b>
Corrente	77.844	283.431	361.275
Capital	360	1.311	1.671
<b>0045 - Gestão e Manutenção da Cultura</b>	<b>11.054</b>	<b>40.248</b>	<b>51.301</b>
Corrente	10.954	39.883	50.837
Capital	100	364	464
<b>0046 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública</b>	<b>33.569</b>	<b>122.224</b>	<b>155.793</b>
Corrente	32.398	117.961	150.359
Capital	1.171	4.262	5.433

<b>Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado</b>	<b>Valor 2012 (R\$ mil)</b>	<b>Valor 2013- 2015 (R\$ mil)</b>	<b>Total 2012- 2015 (R\$ mil)</b>
<b>0047 - Gestão e Manutenção da Comunicação Social</b>	<b>4.138</b>	<b>15.065</b>	<b>19.202</b>
Corrente	4.098	14.919	19.017
Capital	40	146	186
<b>0048 - Gestão e Manutenção dos Direitos Humanos e da Cidadania</b>	<b>1.630</b>	<b>5.935</b>	<b>7.565</b>
Corrente	1.630	5.935	7.565
Capital	0	0	0
<b>0049 - Gestão e Manutenção do Esporte e do Lazer</b>	<b>7.226</b>	<b>26.308</b>	<b>33.534</b>
Corrente	7.136	25.981	33.116
Capital	90	328	418
<b>0050 - Gestão e Manutenção do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos</b>	<b>15.812</b>	<b>57.571</b>	<b>73.382</b>
Corrente	14.126	51.432	65.558
Capital	1.686	6.138	7.824
<b>0051 - Gestão e Manutenção do Turismo</b>	<b>11.895</b>	<b>43.310</b>	<b>55.205</b>
Corrente	11.388	41.464	52.852
Capital	507	1.846	2.353
<b>0052 - Gestão e Manutenção do Trabalho</b>	<b>4.126</b>	<b>15.024</b>	<b>19.150</b>
Corrente	4.126	15.024	19.150
Capital	0	0	0
<b>0053 - Gestão e Manutenção da Controladoria Geral</b>	<b>3.104</b>	<b>11.301</b>	<b>14.405</b>
Corrente	3.050	11.104	14.154
Capital	54	197	251
<b>Total</b>	<b>4.500.261</b>	<b>16.385.452</b>	<b>20.885.713</b>



**GOVERNO DE SERGIPE**

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Rua Duque de Caxias, 346 | Bairro São José | Aracaju-SE

Cep: 49015-320 | Tel.: 55 79 3226.2252

[www.seplag.se.gov.br](http://www.seplag.se.gov.br)